UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

A Musealização da Arqueologia:

um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville

Diego Lemos Ribeiro

São Paulo, 2012

DIEGO LEMOS RIBEIRO

**A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: UM ESTUDO DOS MUSEUS DE
ARQUEOLOGIA DO XINGÓ E DO SAMBAQUI DE JOINVILLE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arqueologia.

Área de Concentração: Arqueologia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Oliveira Bruno

Linha de Pesquisa: Gestão do Patrimônio Arqueológico

São Paulo, 2012

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Oliveira Bruno

Membros titulares

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira

Prof.^a Dr.^a Elizabete de Castro Mendonça

Prof. Dr. Camilo de Mello Vasconcellos

Dr.^a Carla Gilbertone Carneiro

Membros suplentes

Prof. Dr. Paulo DeBlasis

Prof.^a Dr.^a Marisa Afonso Coutinho

Prof.^a Dr.^a Maria Isabel Pinto Ferreira Landim

Dr.^a Camila Azevedo de Moraes Wichers

Prof. Dr. Ivan Coelho de Sá

AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais, Atoalba e Myrian, e ao meu irmão, Marcelo. Graças a eles eu cheguei onde estou e terei fôlego para seguir adiante. Quando eu disse que queria trabalhar com museus, eles foram os principais incentivadores fazendo esmaecer todas as perspectivas negativistas em relação as minhas escolhas.

A minha extraordinária orientadora, Maria Cristina Bruno, com quem tive muito mais do que orientações acadêmicas. Os seus ensinamentos e os seus parâmetros de profissionalismo, ativismo e ética profissional estabeleceram os alicerces nos quais me estruturei como profissional de museus.

Aos meus colegas da UFPel, nomeadamente os colegas do Curso de Museologia, especialmente Noris Leal, Carla Gastaud, Letícia Mazzucchi, Daniel Viana, Sara Maggitti e Francisca Ferreira por todo o apoio que me deram para concluir a tese.

Aos meus colegas do Laboratório Multidisciplinar de Investigações Arqueológicas da UFPel (LAMINA) com quem compartilho experiências de fundamental relevância para a preservação do Patrimônio Arqueológico no Rio Grande do Sul. Agradeço, sobretudo, a amizade e os ensinamentos dos meus amigos Lúcio Menezes, Jaime Mujica, Pedro Sanches e Cláudio Carle.

Aos meus alunos e ex-alunos, especialmente Matheus Cruz, Larissa Venzke, Helen Kaufmann, Caroline Oliveira, Mariana Boujadi, Taimara Knuth e Mario Júnior, que me ajudaram muito com transcrições e construção de mapas que foram utilizadas na redação da tese.

A minha namorada, Ludmila Entiauspe, que teve tanta paciência para suportar a minha ausência absoluta por semanas a fio, sem sequer reclamar. Pelo contrário: ajudou muito em transcrições, carinhos e companheirismo (não necessariamente nesta ordem), que me deram paz de espírito para concluir a pesquisa.

Aos amigos irmãos Daniele Penteado e Paulo Pons por serem pessoas tão amadas e que me acompanham desde a adolescência. Daniele e Paulo foram elementos fundamentais na minha vida desde a graduação, passando pelo mestrado e agora com participação ativa no doutorado. Eles foram os únicos amigos que estiveram na qualificação de doutorado, me dando todo o suporte necessário em momentos de tensão.

Ao meu amigo Francisco Alexandre, que nem ao menos sabe do que se trata a minha pesquisa, mas que me faz rir a cântaros com as suas bobagens mundanas.

Aos competentes profissionais do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ). Raras foram as vezes que vi profissionais desenvolvendo o seu trabalho com tanto empenho, dedicação e profissionalismo. Agradeço imensamente a toda equipe por me receber de braços abertos nas duas investidas de campo, apesar do momento turbulento no qual se encontram atualmente. Um forte abraço especialmente para a Adriana dos Santos, Flávia Antunes de Souza, Dione Bandeira, Gerson Machado, Maria Dolores, Eloy de Oliveira, Beatriz da Costa, Maria Cristina Alves, Andréa Jansen e todos os demais integrantes da equipe.

Aos abnegados e competentes profissionais do Museu Arqueológico de Xingó (MAX) que desempenham, ou desempenharam, com muita competência as atividades no Museu, a despeito de todas as adversidades. Sou muito grato àqueles que me receberam gentilmente e me ofereceram importantes relatos para a construção da pesquisa, em ambas as pesquisas de campo. Nomeadamente, agradeço os profissionais e colegas Albérico de Queiroz, Olívia de Carvalho, Elizabete Mendonça, Alexandre Diniz, Railda Nascimento, Sueli Amâncio, Maria Tereza Cruz, Geovânia Xavier e Verônica Nunes. Agradeço profundamente à graduanda em Museologia, Gerlândia dos Santos, por todo o auxílio oferecido para disponibilizar a documentação primária do MAX.

E todos aqueles cujos nomes não foram mencionados, mas que foram essenciais para que eu concluísse com parcial tranquilidade a pesquisa de doutorado. Muito obrigado!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA TESE	16
I INTRODUÇÃO	18
II OBJETIVOS DO ESTUDO	25
III METODOLOGIA	60
CAPÍTULO 1 – CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA	64
1.1 ESTRUTURAÇÃO CONCEITUAL	66
1.2 A CONSTRUÇÃO DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO	71
1.3 OS MUSEUS COMO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	76
1.4 O MAPEAMENTO DO CAMPO DE ANÁLISE	82
1.4 DISSECANDO O DIAGNÓSTICO: CONCEPÇÃO DA TABELA DE CAMPO ..	99
1.5 INSTRUMENTOS DE PESQUISA: ESTRUTURAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....	108
1.6 PARTICULARIDADES DA APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO	115
1.7 REDAÇÃO DOS RESULTADOS	118
CAPÍTULO 2 – O MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ	120
2.1 PROSPECTANDO O NOSSO CAMPO: O MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ	120
2.2 A APLICAÇÃO DO MÉTODO.....	132
2.2.1 Significação e aquisição do registro arqueológico: coletando evidências.....	132
2.2.2 Estrutura Funcional: coletando evidências	143
2.2.3 Estrutura Física: coletando evidências.....	154
2.2.4 Salvaguarda: evidências coletadas	164
2.2.5 Exposições: coletando evidências	187
2.2.6 Ações Educativas: coletando evidências.....	200
2.2.7 A retroalimentação do sistema de informação: coletando evidências	208
CAPÍTULO 3 – O MUSEU ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI DE JOINVILLE.....	218
3.1 PROSPECTANDO O NOSSO CAMPO: O MUSEU ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI DE JOINVILLE	218

3.2 A APLICAÇÃO DO MÉTODO.....	226
3.2.1 <i>Significação e aquisição do registro arqueológico: coletando evidências</i>	227
3.2.2 <i>Estrutura Funcional: coletando evidências</i>	236
3.2.3 <i>Estrutura Física: coletando evidências</i>	246
3.2.4 <i>Salvaguarda: evidências coletadas</i>	257
3.2.5 <i>Exposições: coletando evidências</i>	277
3.2.6 <i>Ações Educativas: coletando evidências</i>	292
3.2.7 <i>A retroalimentação do sistema de informação: coletando evidências</i>	305
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS	317
4.1 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO	319
4.1.1 <i>Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação</i>	320
4.1.2 <i>Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional</i>	321
4.1.3 <i>Aproximações institucionais</i>	323
4.1.4 <i>Estruturas de longa duração</i>	324
4.2 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO	324
4.2.1 <i>Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação</i>	326
4.2.2 <i>Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional</i>	328
4.2.3 <i>Aproximações institucionais</i>	329
4.2.4 <i>Estruturas de longa duração</i>	329
4.3 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO	330
4.3.1 <i>Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação</i>	330
4.3.2 <i>Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional</i>	332
4.3.3 <i>Aproximações institucionais</i>	333
4.3.4 <i>Estruturas de longa duração</i>	334
4.4 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO	334
4.4.1 <i>Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação</i>	335
4.4.2 <i>Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional</i>	337
4.4.3 <i>Aproximações institucionais</i>	339
4.4.4 <i>Estruturas de longa duração</i>	339
4.5 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO	340
4.5.1 <i>Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação</i>	341
4.5.2 <i>Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional</i>	343
4.5.3 <i>Aproximações institucionais</i>	344

4.5.4 Estruturas de longa duração	345
4.6 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO	345
4.6.1 Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação	346
4.6.2 Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional	348
4.6.3 Aproximações institucionais	350
4.6.4 Estruturas de longa duração	350
4.7 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO	351
4.7.1 Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação	352
4.7.2 Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional	355
4.7.3 Aproximações institucionais	356
4.7.4 Estruturas de longa duração	357
CONCLUSÃO	358
GLOSSÁRIO	366
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	369

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura teórico-metodológica da tese.	33
Figura 2: Fatores internos ou endógenos que regem os fluxos de informação.	36
Figura 3: Esquema dos elementos constitutivos dos Museus. Proposto por Giraudy e Bouilhet.	85
Figura 4: Esquema de estruturação dos capítulos 2 e 3.....	118
Figura 5: Localização geográfica do MAX.....	122
Figura 6: Representação da vegetação local. Arquivo pessoal.	123
Figura 7: Paineis pintados por Elias Santos, localizado no saguão de entrada. Arquivo pessoal.	124
Figura 8: Registros gráficos. Arquivo pessoal.	124
Figura 9: Auditório. Arquivo pessoal.....	125
Figura 10: Ações educativas no sítio simulado. Acervo do MAX.....	129
Figura 11: Apresentação do grupo teatral "Estrelas do Sertão", na entrada do MAX. Acervo do MAX.....	129
Figura 12: Capa da Revista Canindé. Acervo do MAX.....	130
Figura 13: Entrada do MAX. Arquivo pessoal.	131
Figura 14: Esquema de organograma do MAX.	151
Figura 15: Diálogo com o entorno. Arquivo pessoal.	158
Figura 16: Esquema da planta baixa da parte a ser construída do MAX com o patrocínio da Petrobrás. Baseado na planta original.	160
Figura 17: Construção dos espaços dedicados aos laboratórios, patrocinada pela Prefeitura de Canindé. Arquivo pessoal.....	170

Figura 18: Imagem do galpão da CHESF. Arquivo pessoal.	174
Figura 19: Imagem do Bloco I. Arquivo pessoal.	175
Figura 20: Material sem numeração. Arquivo pessoal.....	176
Figura 21: Material sem referência depositado ao chão. Arquivo pessoal.....	176
Figura 22: Enterramentos humanos ao chão. Arquivo pessoal.	177
Figura 23: Etiquetas soltas. Arquivo pessoal	178
Figura 24: Etiquetas soltas e falta de padronização no sistema de numeração. Arquivo pessoal.	179
Figura 25: Objetos sem numeração ou com numeração divergente no mesmo objeto. Arquivo pessoal.	179
Figura 26: Sedimentos sem qualquer identificação de procedência. Arquivo pessoal.	180
Figura 27: Material disperso. Arquivo pessoal.	180
Figura 30: Material arqueológico humano ao chão. Arquivo pessoal.	181
Figura 31: Risco de incêndio. Arquivo pessoal.	181
Figura 32: Excremento de animais. Arquivo pessoal.....	182
Figura 33: Indícios de infestação biológica. Arquivo pessoal.	183
Figura 34: Equipamento sem uso. Arquivo pessoal.....	184
Figura 35: Mobiliário sem uso. Arquivo pessoal.	185
Figura 36: Mobiliário sem uso. Arquivo pessoal.	185
Figura 37: Réplica da escavação arqueológica.	191
Figura 38: Cenário com enfoque na produção humana.	192
Figura 39: Inserção do cotidiano no contexto museográfico.	192
Figura 40: Cenário de enterramento humano.....	193
Figura 41: Cenário de enterramento humano.....	193

Figura 42: Representações tipológicas – cerâmica.	194
Figura 43: Representações tipológicas – líticos.	195
Figura 44: Laboratório de Arqueologia. Acervo do MASJ.....	220
Figura 45: Reserva técnica. Arquivo do MASJ.	221
Figura 46: Exposição. Acervo do MASJ.....	221
Figura 47: Auditório sendo usado para ações educativas. Arquivo pessoal.	222
Figura 48: Mapa da localização geográfica do MASJ.	223
Figura 49: Ações educativas no interior da exposição. Arquivo pessoal.....	224
Figura 50: Esquema de organograma do MASJ.....	242
Figura 51: Planta esquemática do MASJ. Baseado na planta original.....	250
Figura 52: Longo histórico de inundações. Acervo do MASJ.	252
Figura 53: Histórico de inundações. Acervo do MASJ.....	253
Figura 54: Histórico de inundações. Acervo do MASJ.....	254
Figura 55: Palacete Niemeyer. Acervo do MASJ.	256
Figura 56: Material arqueológico não processado. Arquivo pessoal.	265
Figura 57: Material arqueológico retido na antessala da reserva técnica. Arquivo pessoal..	265
Figura 58: Material arqueológico retido na antessala da reserva técnica. Arquivo pessoal..	266
Figura 59: Livro Tombo incompleto.....	269
Figura 60: Livro Tombo incompleto.....	269
Figura 61: Controle dos itens das coleções por caixas.....	271
Figura 62: Exemplo de acondicionamento de lítico.....	272
Figura 63: Parte do acervo acondicionado dentro dos padrões de conservação. Arquivo do MASJ.....	273

Figura 64: Estantes deslizantes com material arqueológico acondicionado. Arquivo do MASJ.....	274
Figura 65: Armário com documentação primária sistematizada e acessível.	274
Figura 66: Acervo acondicionado dentro dos padrões.	275
Figura 67: Planta esquemática da exposição. Baseada na original.	281
Figura 68: Simulação de sítio sambaqui. Acervo do MASJ.	282
Figura 69: Simulação de sítio e áudio visual. Acervo do MASJ.	283
Figura 70: Maquete da localização dos sítios no entorno de Joinville. Acervo do MASJ....	284
Figura 71: Vitrine com instrumentos líticos e recurso de desenho. Acervo do MASJ.	284
Figura 72: Nova exposição. Tema relativo à curadoria com utilização de recursos audiovisuais. Arquivo pessoal.	287
Figura 73: Grafismos em convergência com a cultura material. Arquivo pessoal.	288
Figura 74: Vista de uma das vitrines. Arquivo pessoal.....	288
Figura 75: Vista lateral da exposição. Arquivo pessoal.	289
Figura 76: Espaços para experimentação. Arquivo pessoal.	289
Figura 77: Espaços para experimentação. Arquivo pessoal.	290
Figura 78: Mapa conceitual da análise de dados.....	318

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Número de visitantes de 2001 a 2011. Informações cedidas pelo MAX.....	127
Quadro 2: Número de visitantes de 2001 a 2011. Informações cedidas pelo MAX.....	198
Quadro 3: Quadro de elogios	211
Quadro 4: Quadro de críticas	213
Quadro 5: Quadro de sugestões.	215
Quadro 6: Compilação de sugestões.	314
Tabela 1: Lista de exposições temporárias desenvolvidas pelo MAX entre 2001 e 2005. Baseado na tabela original disponível no documento Retratos de um Patrocínio.....	125
Tabela 2: Lista de dissertações defendidas no mestrado em Geografia (UFS) – área de estudos arqueológicos. Baseado na tabela contida no documento "Retratos de um Patrocínio"	138
Tabela 3: Quadro referente ao Plano de Consolidação e Desenvolvimento [2000?].....	148
Tabela 4: Tabela retirado do Plano de Consolidação e Desenvolvimento.....	171

RESUMO

Esta tese de doutorado parte da premissa que existem barreiras, muitas vezes intransponíveis, entre a produção de conhecimento em arqueologia e a sociedade. Neste cenário, os museus figuram como as principais janelas que se abrem entre o conhecimento construído em Arqueologia e o público não especialista. Entendendo os museus como sistemas de informação, buscamos nesta tese identificar os ruídos que interferem nos fluxos de informações gerados pela cadeia operatória de musealização da arqueologia – que compreende as estratégias de aquisição, salvaguarda e comunicação. Como forma de identificar os elementos que interferem na fluidez da informação, confeccionamos uma ferramenta nomeada de diagnóstico museológico que foi aplicado nos dois objetos de pesquisa: o Museu de Arqueologia de Xingó e o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Com base nos resultados coletados nos diagnósticos, elaboramos uma análise de dados na qual foram apontados os fatores que representam obstáculos e ameaças à fluidez da informação; potencialidades e dinamizadores dos fluxos; aproximações institucionais e estruturas de longa duração que recaem sobre os museus estudados.

Palavras-chave: Musealização da Arqueologia. Fluxos de Informação. Diagnóstico Museológico. Museu de Arqueologia de Xingó. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

ABSTRACT

This thesis assumes that there are barriers, often insurmountable, between the production of knowledge in archeology and society. In this scenario, the museums are considered as the main windows that are opened between the knowledge built in Archaeology and non-specialist audience. Understanding museums as information systems, this thesis sought to identify the gaps that interfere with the flow of information generated by the chain of archeological musealization - which comprises the strategies of acquisition, conservation and communication. As a way to identify the elements that influence the flow of information, we conceive a tool entitled museum diagnostic that was applied in both research subjects: the Museu de Arqueologia de Xingó e Museu de Sambaqui de Joinville. Based on the results collected in diagnostics, we developed a data analysis in which we describe the factors identified that represent obstacles and threats to the flow of information; the potential movers and flows of information; institutional approaches and structures and long-term incumbent on museums studied.

Key words: Archeological Musealization. Information Flow. Museum Diagnosis. Museu de Arqueologia de Xingó. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville.

APRESENTAÇÃO DA TESE

Os Museus de Arqueologia contemporâneos, por demais das vezes, ainda carregam o estigma de se apresentarem como instituições paradas no tempo, organizadas em categorias taxonômicas que, ao se comunicarem pouco e/ou mal com o grande público, permanecem afastadas do cotidiano da sociedade. Assumindo os museus como um dos maiores elos, se não o maior, entre os conhecimentos produzidos acerca da arqueologia e o público acadêmico e não acadêmico, partimos da premissa que obstáculos informacionais no interior dos sistemas de informação interferem na representação pública da arqueologia.

Nos últimos anos, muito se tem discutido em termos de estratégias de aproximação dos Museus de Arqueologia com o grande público, sobretudo no que se refere à revitalização de exposições museológicas e ampliação de ações educativas no contexto dos museus. Na mesma direção, diversos são os fóruns em que são problematizadas as questões acerca do gerenciamento do patrimônio arqueológico e a importância de se aprimorar os procedimentos e técnicas de salvaguarda e curadoria dos acervos arqueológicos confiados a museus. Por outro lado, muitas arestas ainda precisam ser aplainadas no que se refere à musealização da arqueologia¹. As interfaces entre museologia e arqueologia possuem, ainda, muitas asperezas que geram produtos indesejáveis, como, por exemplo, reservas técnicas saturadas, estratégias inadequadas de aquisição de acervos, coleções mal conservadas e documentadas, dentre outros inúmeros resíduos.

Apesar desse cenário que se forma, entendemos que as pesquisas acadêmicas em torno da arqueologia continuam aquecidas em termos de produção de conhecimento. Não são poucas as publicações, artigos científicos consistentes, livros, dentre outras mídias produzidas por arqueólogos brasileiros, notadamente no interior dos Museus de Arqueologia – em especial nos museus universitários. Por outra via, as exposições museológicas parecem não refletir essa dinâmica, evidenciando um patente descompasso entre a produção e a extroversão pública do conhecimento. Cabe mencionar que nesta pesquisa assumimos a perspectiva que os museus são sistemas de informação e, como tal, possuem três componentes estruturantes: um componente de entrada, um de processamento e outro de saída. Essa cadeia produtiva – que convencionamos chamar de musealização da arqueologia – gera um fluxo informacional que deveria manter um equilíbrio ótimo entre os encadeamentos, de forma a garantir a consistência à fruição desses fluxos.

¹ Retomaremos esse conceito ao final da introdução, momento em que o delimitaremos e mapearemos as suas particularidades no contexto brasileiro.

Perguntamo-nos, então: quais seriam os obstáculos que freiam, ou até mesmo obstruem, os fluxos de informação no processo de musealização da arqueologia? Entendemos que tais obstáculos acabam por interferir diretamente no distanciamento entre a produção de conhecimento em torno da arqueologia e o público não especialista gerando, como produto, outra incoerência: apesar da sociedade apresentar um grande interesse pela arqueologia, poucos são aqueles que compreendem a sua complexidade e abrangência; uma parcela ainda menor reivindica o seu passado ou mesmo o contesta no cenário da arqueologia musealizada.

Buscamos, então, nesta tese, construir uma metodologia de análise em forma de diagnóstico museológico, aplicado a Museus de Arqueologia, no intuito de diagnosticar a saúde institucional dos museus elencados para a nossa análise (Museu de Arqueologia de Xingó e Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville) de maneira a localizar os obstáculos informacionais que incidem nestes sistemas de informação e avaliar como tais obstáculos interferem na relação empreendida entre museu e sociedade. Construído e aplicado o diagnóstico, fomos capazes de interpretar os lapsos informacionais e indicar possíveis caminhos que contribuam para a dinamização dos fluxos de informação dentro da **cadeia operatória** de musealização da arqueologia.

I INTRODUÇÃO

*“A informação arqueológica é
valiosa e mal utilizada.”*

De Blasis

O nosso tema gira em torno da constatação de que há um patente descompasso entre o *quantum* de informação produzida no cenário científico da arqueologia e o conhecimento em potência que está sendo oferecido ao grande público via instituição museológica. Nesse enfoque, a pesquisa se alicerça na hipótese que obstáculos/ruídos comunicacionais, localizados no interior do processo de musealização da arqueologia, interferem no fluxo de informação que atravessa os Museus de Arqueologia e segue em direção à sociedade. Essa preposição nos guia a questionar: em que momento desta cadeia operatória a informação arqueológica ficaria retida? Buscaremos investigar, nessa mesma linha de pensamento, quais os obstáculos que incidem no fluxo informacional do processo de musealização, da produção ao escoamento do conhecimento arqueológico, que acabam por interferir na apreensão pública do conteúdo informacional divulgado pelos museus.

Essa investigação, por esse ângulo, se fundamenta em uma perspectiva que deve ser especificada: trata-se de uma investigação que busca observar o interior de tais sistemas de informação até a sua ponte com o público (a comunicação). Optamos por esse recorte, porque investigar como a sociedade recebe e faz uso das informações divulgadas pelos museus em seu cotidiano extrapolaria as nossas competências. Para tal, precisaríamos lançar mão de métodos específicos de análise e, ainda, entrelaçar outros campos disciplinares.

O caminho elencado para dar conta da hipótese lançada é a construção de um diagnóstico museológico, que será aplicado em nossos objetos de estudo de forma a desnudar os obstáculos informacionais. Ao cabo do diagnóstico, coletam-se subsídios para propor estratégias que possam minimizar tais lapsos e dinamizar os fluxos de informação. O diagnóstico museológico, para os fins desta pesquisa, deve ser considerado como um instrumento de gestão museológica, cujo principal objetivo é avaliar a “saúde” institucional. Para melhor dimensionar os caminhos propostos para a investigação, esboçaremos no capítulo um como foi realizada a construção desse diagnóstico apontando para as categorias de análise

nas quais nos debruçamos. Em nosso entendimento, a maior herança a ser deixada com a confecção da tese não repousa nos resultados obtidos em si, mas na construção metodológica que poderá ser adaptada a outras realidades museológicas que lidem diretamente com acervos arqueológicos.

A nosso ver, a pesquisa ora apresentada justifica-se pelo aprimoramento epistêmico e empírico, de ambas as áreas, impulsionado, sobretudo, pela recente multiplicação dos Cursos de museologia e arqueologia no cenário contemporâneo brasileiro; concomitante e diretamente proporcional é a crescente demanda de responsabilidade política e social das áreas. No bojo do fortalecimento da massa crítica no contexto desses campos, há uma consistente discussão acerca do gerenciamento do patrimônio arqueológico que resvala diretamente na interface entre arqueologia e a museologia. Somado a isso, acreditamos que as ferramentas teórico-metodológicas acumuladas do trabalho de dissertação, assim como a própria visão de museólogo que herdamos, inserem-nos em um lugar de enunciação bastante peculiar para observar a musealização da arqueologia e os fluxos informacionais no contexto do Museu de Arqueologia de Xingó (MAX) e do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ).

Para desvendar o ponto de partida da pesquisa é necessário retomar alguns aspectos da nossa trajetória acadêmica que se configuraram como a mola propulsora do nosso estudo. Grosso modo, podemos afirmar que a nossa pesquisa se inicia ainda na graduação em museologia, em que tivemos a chance de fundir a museologia com a arqueologia tanto empiricamente quanto em termos de referências das quais nos apropriamos. Em outros termos, buscaremos orientar o leitor para como foi construída a lente de contato pela qual o pesquisador observa os museus como objetos de pesquisa. A partir desse processo, ficarão aparentes as potencialidades do nosso olhar investigativo, mas também nossas limitações.

A graduação em museologia, por óbvio, foi o primeiro passo que norteou o nosso interesse pela interface entre a museologia e a arqueologia. Além de todo o repertório teórico abarcado, tivemos a oportunidade de nos inserir nas realidades museológicas por intermédio de estágios incorporando, aos aspectos conceituais, uma perspectiva aplicada. Nesse contexto, destacamos a nossa inserção no Museu Nacional/UFRJ ainda no percurso da graduação. Iniciaram-se, então, as primeiras indagações que proveram os alicerces da nossa atual pesquisa na medida em que surgia o questionamento: de que maneira o sumo informacional produzido neste espaço será divulgado ao grande público? Ao iniciar o nosso trabalho de monografia, já possuíamos forte interesse na temática “musealização da arqueologia”.

Ainda como estagiário do Museu Nacional, tivemos a oportunidade de participar, como monitor, de uma peculiar exposição itinerante: “Xingó: 9.000 anos de ocupação humana”, realizada em 2002 e promovida pelo Museu de Arqueologia de Xingó. Nesse momento, imbuído do senso crítico acerca do processo de musealização da arqueologia, verificamos que os visitantes da exposição tinham um ávido interesse pela arqueologia, mas, por outro lado, poucos conheciam a matéria. Por diversas vezes fomos surpreendidos com a pergunta: “mas e os dinossauros, onde estão?” Mostrava-se, então, curioso o fato de a representação pública da arqueologia ser incongruente com a dinâmica de produção da informação que observávamos nos bastidores da instituição.

Coadunando as observações empíricas que vivenciávamos na referida instituição, em conjunto com a literatura que vínhamos desbravando, levamos a frente o nosso trabalho final de Curso de Museologia². No que se refere a esse trabalho de conclusão, entendemos que, à época, já começava a ganhar corpo o interesse sobre a temática que ora se esboça no projeto de doutorado. Visto com olhares de hoje, acreditamos que essa experiência, embora proveitosa em diversos ângulos, mostrava-se ainda incipiente. Por outro lado, tivemos a chance de investigar temas contundentes, como os conceitos de nação e nacionalismo, assim como explorar o conceito de identidade nacional – aspectos esses que se inserem no âmago da formação dos primeiros museus científicos que abrigam coleções arqueológicas. O principal objetivo do estudo foi compreender as circunstâncias que interferem no afastamento entre a sociedade e os objetos/signos que a representam, ou deveriam representá-la, no contexto de um museu de abrangência nacional.

Considerando o caráter introdutório deste estudo, a problemática acerca da musealização da arqueologia foi guiada a um novo estágio de reflexão em nível de mestrado³. Visando enriquecer a análise do nosso problema de pesquisa, estabelecemos um diálogo disciplinar com a Ciência da Informação, usufruindo-nos da sua rede teórica e metodológica, em busca de respostas mais consistentes sobre a questão da comunicação em museus. A sistematização do nosso marco teórico nesta pesquisa, entretanto, coopta, além dos autores da área da Informação, pensadores das ciências humanas e sociais, tais como Paulo Freire, Pierre Lévy e Bruno Latour.

² “O Museu Nacional e a musealização do objeto arqueológico: especificidades de um museu nacional de ciências”. Monografia orientada pelo Prof. Dr. José Mauro Matheus Loureiro, concluída em 2004.

³ “A Ciência da Informação em Ação: um estudo sobre os fluxos da informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)”. Dissertação orientada pelo Prof. Dr. Geraldo Moreira Prado, concluída em 2007.

Após o primeiro contato exploratório com o Museu de Arqueologia de Itaipu, nosso olhar foi guiado dos “bastidores” dos museus em direção às realidades social, cultural e geográfica nas quais os atores sociais intercambiavam informação com a instituição. Para tal pesquisa, utilizamos uma metodologia de imersão em que as ações informativas, empreendidas entre o museu e a comunidade local (uma colônia de pescadores), foram observadas no cotidiano de suas práticas (em ação). Essa pesquisa levou à redação da dissertação intitulada “A Ciência da Informação em Ação: um estudo sobre os fluxos de informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI)”. Apesar dos frutos gerados pela investigação, o nosso olhar ainda estava focado no componente final do processo de musealização: a comunicação.

Outro marco empírico em nossa trajetória acadêmica foi a nossa participação como Professor Substituto na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Nessa oportunidade, oferecemos duas disciplinas que tinham relação com a arqueologia. Avaliamos que essa experiência foi sobremaneira relevante, pois também proveu subsídios que deram corpo ao nosso campo de estudo na medida em que tratávamos da interface entre a arqueologia e a museologia. Além de termos a chance de dedicar-nos mais ao corpo teórico da arqueologia, consideramos que o maior ganho, nesse contexto, foi a oportunidade de observar que, apesar de pouco se conhecer sobre a área, grande parte dos estudantes do Curso evidenciavam e ratificavam a ideia de que havia um claro interesse comum sobre arqueologia.

As escavações arqueológicas realizadas por nós, em parceria com o Museu Paranaense, da mesma forma, também aguçaram a nossa curiosidade científica em termos da amplificação do conceito de cadeia operatória da museologia. Verificamos, nesse momento, que seria superficial uma análise da representação pública do conhecimento sem atentar para o início dessa cadeia, ainda repousada na seara da arqueologia, na qual estariam inseridos os processos de coleta de dados (prospecções e escavações arqueológicas) bem como seu processamento (interpretação e gerenciamento de informações arqueológicas). Sob esse prisma, tornou-se claro que o processo de curadoria também ficava impregnado das mentalidades impressas no instante em que os vestígios arqueológicos eram selecionados e tratados pelos arqueólogos. Nesse enfoque, compreendemos que não poderíamos investigar o processo de musealização sem levar em consideração o pensamento arqueológico por detrás dos procedimentos de coleta e interpretação da cultura material.

Soma-se a tais experiências, o cargo de Professor Assistente que assumimos na Universidade Federal de Pelotas, concomitantemente ao nosso ingresso no Programa de Pós-

Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia (PPGARq) da Universidade de São Paulo (MAE-USP). Naquela universidade ficamos responsáveis por ministrar as disciplinas História dos Museus, Gestão em Museologia e Comunicação em Museus.

A partir da nossa entrada no PPGArq, ampliamos o nosso olhar sobre a cultura material, incorporando os encadeamentos de entrada dos sistemas de informação à nossa perspectiva de análise. Pudemos compreender as forças que regem a coleta e significação do patrimônio arqueológico, da perspectiva do arqueólogo, antes mesmo de adentrar o universo museal. Nesse sentido, àqueles objetos depositados nos museus em que trabalhamos, os quais já haviam sido coletados e estudados, pudemos acrescentar uma nova dimensão de análise, mais abrangente agora. Na medida em que amplificamos o nosso campo de visão, passamos a ter uma noção mais clara do *modus operandi* e das mentalidades impregnadas na cultura material e que, em grande medida, condicionam a sua entrada nos museus, aumentando, assim, a sua “história de vida”. Tivemos a chance, por tal razão, de observar os objetos arqueológicos de forma mais polissêmica, utilizando a lente do arqueólogo mesclado às lentes que havia construído anteriormente: a de museólogo e cientista da informação.

Da primeira experiência compreendemos que os temas acerca da musealização da arqueologia foram enfocados em todas as disciplinas que oferecemos na UFPel, especialmente em História dos Museus e Gestão de Museus. Na primeira disciplina, abordamos os museus do ponto de vista da historicidade das formações das coleções e das mentalidades impregnadas na musealização dos acervos. Nesse enfoque, demos prioridade aos primeiros passos dos museus, à formação dos gabinetes de curiosidades, à institucionalização dos museus de história natural no século XIX e às tendências atuais da área. No decorrer do diálogo, travado com os alunos durante a disciplina, recorremos à compreensão das estruturas de longa duração que acompanham a trajetória dos museus e a forma como a arqueologia é representada nesses espaços no decorrer do tempo.

Com relação à segunda cadeira, Gestão de Museus, arriscaríamos dizer que foi a mais relevante para a confecção do corpo teórico-metodológico da tese. Nessa disciplina, compreendemos as estruturas que fundamentam o museu no que se refere às noções teóricas e práticas que permeiam a gestão de coleções museológicas. A disciplina traz uma perspectiva dos fatores que interferem na curadoria das coleções e na administração, focando em temas, tais como: a estrutura física e funcional dos museus; o gerenciamento das coleções (salvaguada) e as estratégias de divulgação, assim como o aprofundamento das discussões

acerca dos instrumentos de gestão contemporânea de museus ao enfatizar o papel do diagnóstico museológico, do regimento do museu e do plano museológico.

Diante das indagações que nos vinham à mente, e amadurecida a nossa lente de contato, iniciamos o nosso projeto de doutorado com a seguinte epígrafe: “A informação arqueológica é valiosa e mal utilizada” (De Blasis, 1992). A nosso ver, a hipótese lançada por De Blasis não deixa de representar uma realidade que vem sendo observada no cotidiano das instituições de memória, particularmente nos museus públicos brasileiros. A constatação de que a arqueologia desperta um grande interesse por parte do público não chega a ser uma novidade, conforme já sinalizamos. Como bem assinala De Blasis, “todo mundo quer saber algo dos mistérios envoltos sob o manto diáfano do passado, quer sejam homens ou dinossauros” (1992, p.65). Essa ideia é reforçada, em contexto europeu, por Renfrew e Bahn, quando afirmam que “claramente, existe um ávido apetite popular pela Arqueologia.” (2004, p.577)

Por outro lado, compreendemos que as estratégias de extroversão desse conhecimento, conforme vimos observando, parecem seguir uma lógica inversa particularmente quando associamos o tema ao contexto dos Museus de Arqueologia no Brasil. Entendemos que a Arqueologia hoje caminha em direção a uma abordagem que prioriza a interpretação dos artefatos em suas múltiplas relações – contextuais, ideológicas e sociais –, em detrimento de uma arqueologia descritiva, tão em voga nos últimos decênios. Contrariando esse movimento que busca uma visão mais ampla e dinâmica do nosso passado, a divulgação do saber, via artefato/fonte de informação, aparentemente não chega a suprir as expectativas de mediadores de memória social e identidade. Igualmente, os procedimentos de coleta e salvaguarda não seguem um ritmo harmônico com a divulgação do conhecimento, apresentando assimetrias quase intransponíveis em alguns casos.

Reunindo os indícios anteriormente arrazoados, é possível ratificar que a Arqueologia é uma ciência fortemente carismática ao grande público. Todavia, a cultura material musealizada, no contexto dos museus públicos brasileiros, tem o seu potencial de indicador de memória esvaziado quando da interface com o grande público. Nesse contexto, reforçando a ideia de que há um patente descompasso entre o *quantum* de informação produzido no cenário científico da arqueologia e o conhecimento em potência que está sendo oferecido ao grande público retoma-se a problemática da tese: em que momento da cadeia operatória museológica a informação arqueológica ficaria retida e quais são os obstáculos que freiam os fluxos informacionais gerados pela musealização da arqueologia?

Para buscar respostas a essa questão, elencamos dois Museus de Arqueologia como campo empírico: o MAX⁴ e o MASJ⁵. A escolha desses museus atende a demandas bem específicas dentro deste projeto.

Em primeiro lugar, ambos são museus monográficos cujos focos principais são a arqueologia brasileira, tendo como perspectiva o enquadramento regional das suas ações. Isto significa dizer que o principal enfoque dos Museus estudados reside nas coleções arqueológicas, ao contrário de museus que possuem estas no bojo de acervos heterogêneos – como ocorre em alguns casos de Museus de Cidade, por exemplo. Além disso, a disposição geográfica dos referidos museus (extremo nordeste e extremo sul do território nacional) nos ofereceu uma visão geo-cultural da realidade arqueológica em que essas instituições estão inseridas, assim como permitiu aferir a abrangência de suas ações comunicativas (exposição e ações educativas), visto que a atuação de ambas dá-se em nível regional. Por último, os museus possuem distintos processos de formação de acervo – a primeira é fruto de salvamento arqueológico de contrato e a segunda advinda da compra de uma coleção arqueológica de um pesquisador amador –, fator este que reflete diretamente nas operações museológicas de coleta, salvaguarda e extroversão da informação/coleção arqueológica.

É precisamente nessa esfera de relações que adentramos com a finalidade de rastrear e descrever o encadeamento de ações e os processos teórico-metodológicos inerentes à cadeia operatória museológica, na qual a informação arqueológica *metaboliza-se* em uma informação palatável ao grande público que, por fim, é comunicada por meio de aparatos expográficos e ações educativas. Em nosso entendimento, é no transcorrer desse processo – que atravessa o gerenciamento e a comunicação dos saberes – que residem os obstáculos que interferem na atuação do museu junto à sociedade e cujos meandros nossa pesquisa pretende investigar.

⁴ O MAX está localizado no município de Canindé do São Francisco, em Sergipe. O Museu tem seu ponto de partida no projeto de pesquisa de salvamento arqueológico, iniciado em 1988, na área em que hoje está localizada a hidrelétrica de Xingó. As pesquisas foram, e ainda são, desenvolvidas pela Universidade Federal de Sergipe em convênio com a CHESF e a Petrobrás, sendo o museu instalado em 2000, com o objetivo de dar continuidade às pesquisas arqueológicas e de traçar uma aproximação com a sociedade.

⁵ O MASJ é uma unidade museológica localizada em Joinville, na região nordeste de Santa Catarina. Esse Museu, que está sob a tutela do município de Joinville, foi criado em 1969 após a compra de uma coleção arqueológica do pesquisador amador Guilherme Tiburtius. A instituição tem como meta a pesquisa, preservação e comunicação do patrimônio arqueológico, além de recair sobre esta a incumbência de guarda permanente de material arqueológico proveniente dessa região.

II OBJETIVOS DO ESTUDO

Os objetivos do nosso estudo se alicerçam no diagnóstico da cadeia operatória da Museologia, cadeia esta que compreende os processos de salvaguarda e comunicação museológica, sem perder de vista os processos teórico-metodológicos da arqueologia que abarca a patrimonialização das evidências arqueológicas (coleta e interpretação). Ao diagnosticar esses processos, evidenciamos os fatores que interferem nos fluxos de informação estabelecidos entre ciência e sociedade. Cabe salientar, também, que nos debruçamos sobre as asperezas da superfície de contato entre ambas as disciplinas de forma a entender como se dão os distanciamentos e aproximações dessa operação interdisciplinar, de maneira a propor formas de minimizar os possíveis obstáculos.

Esta pesquisa, dito de outra forma, visa compreender e estudar os fluxos de informações gerados pelos processos de musealização da arqueologia, nos Museus selecionados, investigando a sua cadeia operatória no seu sentido mais amplo: do campo arqueológico à extroversão do conhecimento produzido, perpassando os procedimentos de salvaguarda e interpretação dos artefatos musealizados e com potencial de musealização. Com base na pesquisa, ambicionamos responder a uma questão mais ampla: por que a arqueologia é tão valiosa e, ao mesmo tempo, tão mal utilizada por parte dos arqueólogos e profissionais de museus. Além do mais, buscamos compreender, conforme já sinalizado, em que momento do processo de musealização a informação produzida ficaria retida no interior desses sistemas de informação.

Grife-se que, em nosso modelo de pesquisa, lidamos menos com a cultura material com potencialidade para musealização e mais com a cultura material musealizada ou em processo de musealização. Por estarmos lidando com instituições que já cumpriram a etapa de identificação da realidade arqueológica com a qual trabalha, assim como já elaboraram as estratégias de seleção e apropriação dos referenciais de memória, voltaremos nossos olhares, de maneira abrangente, para o material/acervo já selecionado e já musealizado. Da mesma forma, o nosso enfoque reside no interior desses sistemas mais do que nos processos de apropriação e uso da informação pelo público.

Em termos de objetivos específicos, esses se desdobram em:

1. Observar quais são os encadeamentos de ações e gestos empregados nas atividades de coleta, processamento e comunicação dos acervos;
2. Mapear os profissionais envolvidos no processo de musealização, bem como compreender de que maneira atuam nesses cenários;
3. Reconhecer as estratégias de intervenção museológica junto ao público com quem as instituições mantêm contato;
4. Verificar como se estabelece o processo de tradução, em que a informação arqueológica é transmutada em informação museológica;
5. Compreender os caminhos e os descaminhos dos fluxos de informação dentro dos museus como sistemas de informação.

III FONTES E REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Analisar os fluxos de informação empreendidos pelos Museus de Arqueologia depende de um caminho em duas vias: uma via teórica, na qual confeccionamos uma breve prospecção do que foi produzido, nacional e internacionalmente, acerca do assunto e outra via empírica, que se esboçou na metodologia de campo, na qual vivenciamos as instituições com o intuito de levantar dados para dar cabo de clarificar as nossas hipóteses. Por óbvio, não limitaremos o corpo teórico da tese ao presente capítulo, visto que a delimitação da nossa metodologia de análise (o diagnóstico museológico) exigirá a apropriação de outras fontes em específico.

Em seguida, daremos conta justamente da primeira via, o cabedal teórico que provê corpo à tese. Por sua vez, esta pode ser subdividida em duas instâncias, visto que tínhamos um agregado de bibliografias compiladas, anteriormente à nossa entrada no PPGArq-MAE, e outras que foram abarcadas na *démarche* de nossa trajetória neste programa. Nesse sentido, daremos conta, em um primeiro momento, de expor os referenciais que já havíamos cooptado antes do ingresso no programa de doutorado para, em um segundo momento, apresentar o corpus teórico que fomos agregando durante a nossa caminhada.

Por seu caráter cumulativo, todas as referências utilizadas previamente compõem o nosso olhar de outrora sobre o nosso objeto de pesquisa e, por tal motivo, são indissociáveis da nossa lente de investigação atual. Sendo assim, avaliamos ser relevante apontarmos para aquelas leituras que hoje proveem um olhar mais maduro de investigação, sobretudo no que se refere ao campo da ciência da informação. O leitor poderá perceber que o referencial da comunicação, sob o ponto de vista dos museus, figura a todo o momento como pano de fundo da tese. Da mesma forma, servirá de base para compreender, no capítulo de metodologia, de forma esquemática, como funcionam os museus enquanto sistemas de informação.

O que difere a pesquisa de doutorado dos nossos demais trabalhos é o novo recorte epistemológico: o processo de musealização em interface com a cadeia produtiva da arqueologia. Para a compreensão dos desdobramentos da pesquisa, privilegiamos, porém, uma sistematização teórica que segue uma lógica temporal de estudo, seguindo um trajeto que se inicia na graduação e que se estende à pesquisa de mestrado.

A noção de formação de identidades nacionais, tratadas ainda no contexto da monografia de final de curso da museologia, foi alicerçada com base no historiador Eric Hobsbawm. Sobre a questão das construções simbólicas no processo de formação de um pseudo “sentimento nacional”, o autor afirma que:

os Estados e os regimes tinham todas as razões para reforçar se pudessem o patriotismo estatal com os sentimentos e símbolos da comunidade imaginária, onde e como eles se originassem, e concentrá-los sobre si mesmos. (HOBSBAWM, 1991, p.111)

Aproximando a noção de forjamento de uma identidade nacional à construção dos primeiros museus de ciências brasileiros, defendemos a hipótese que a associação da memória social à elite dominante, por meio do acervo museológico, figura como fundamental fator de afastamento entre o grande público e os museus.

Nesse recorte epistemológico específico, voltado para os museus de abrangência nacional, concordamos com Horta, quando reflete que:

a ‘história oficial’ e a ‘cultura oficial’ coletadas e preservadas ao longo das gerações nos museus nacionais e regionais são a história da ‘alta cultura’ da classe dominante. Os grandes proprietários, a nobreza e a alta hierarquia do sistema são os donos das riquezas materiais, bens e valores e valores representados nas coleções museológicas. Como espelhos da sociedade, os museus refletem a vida e os valores da elite, e o povo comum não se reconhece no que neles está mostrado. (HORTA, 1989, p.63)

Sob esse ponto de vista, os processos de formação identitária e de reconhecimento patrimonial, inerentes aos museus nacionais, estariam atrelados aos interesses do Estado que, em última análise, teriam influência direta no gerenciamento da memória social operada por tais instituições. Nesse mesmo raciocínio, as ações museológicas de salvaguarda e comunicação do acervo arqueológico seguiriam uma lógica equivocada de tratamento, guiando a um patente desinteresse do grande público em relação a sua própria história.

No campo da ciência da informação, em nível de mestrado, adotamos autores aliados à chamada perspectiva social e pragmática da área que, em vias gerais, associa as práticas comunicativas às estratégias de geração e uso da informação em contextos sociais nos quais as agências de informação intervêm.

Primeiramente associamos os museus à definição de Sistemas de Informação, que se localiza de forma privilegiada no campo de estudo da disciplina. Gonzáles de Gómez (1990) operacionaliza essa ideia sob o conceito de Sistema Formal Intermediário de Recuperação da Informação, no qual os termos subentendem:

Sistema – Em razão de advir de uma ação intencional entre dois polos (geradores e usuários), num fluxo desejável, por meio de um controle sistêmico de etapas de um processo.

Formal – Por ser institucional, ou seja, balizado por regras de produção e externalização e por estar no universo da comunicação formal.

Intermediário – Por se tratar de uma mediação entre uma agência ou agente e a realização dos objetivos do sistema em seu campo de ação, por intermédio de uma ação informacional.

Em complemento disso, a mesma autora reconhece essa “ação de informação” sob o prisma da intervenção de um Sistema de Recuperação de Informação num contexto acional concreto (comunidades específicas), e que, por essa via, deve levar em conta as condições históricas, culturais e sociais entranhadas nesse processo. Outro aspecto que deve ser sublinhado é a noção de retroalimentação no interior desses sistemas. Segundo a abordagem da autora, os fatores situacionais (histórico, cultural e social) deixam de ser meras contingências externas aos sistemas e passam a se configurar como fatores constitutivos das suas ações de geração e uso da informação (Gonzáles de Gómez, 1990).

Posteriormente, incorporamos os Wersig e Neveling em nossa urdidura teórica. Os autores afirmam que as práticas científicas devem ser apoiadas por alguma necessidade social que a justifique por não acreditarem ser possível que uma ciência seja justificada por si mesma. No mesmo documento, em tópico específico que versa sobre as propostas para

interpretação de “informação” na ciência da informação, os autores apontam para a responsabilidade social da área:

nos dias de hoje a questão de transmissão de conhecimento para aqueles que precisam é uma responsabilidade social, e essa responsabilidade social parece ser a verdadeira questão da “Ciência da Informação”. (WERSIG e NEVELING, 1975, p.134).

A partir da rede teórica mencionada, acrescida de outros teóricos como Bruno Latour e Paulo Freire, percebemos que as instituições museológicas de arqueologia devem atentar para o fato de que o trabalho dos profissionais de museus não se encerra nas tarefas de documentação e preservação do acervo, ou seja, não se trata de uma atividade com fim em si mesmo. A informação produzida a partir da cultura material, por meio de inferências associadas ao processamento e pesquisa do acervo, deve seguir uma lógica de intercâmbio comunicativo com a sociedade, levando em conta que esta é parte integrante do sistema e não uma variável apenas. Em princípio, as comunidades também teriam poder de “voz” na construção de suas narrativas patrimoniais e nos sistemas mnemônicos.

O desdobrado da pesquisa em questão grifou que as relações comunicativas empreendidas entre um museu regional de arqueologia e a comunidade que o rodeia nem sempre chegam a ser simétricas e simbióticas, deixando traços de lapsos comunicativos e de obscurecimento da participação de não-cientistas nas narrativas patrimoniais operacionalizadas pela instituição. Pudemos observar, também, que por muito tempo os museus agiram de forma a se comunicar “para” um grupo de pessoas enquanto o diálogo, ou seja, o comunicar “com” o público, demorou algum tempo para ser o foco de preocupação na área. Em outras palavras, percebemos que o grande desafio dos museus contemporâneos é construir um diálogo bilateral e horizontal, fugindo da ótica daquele que “tudo sabe”, comunicando, de forma unilateral, para o que “menos sabe”.

No projeto de pesquisa de doutorado, problematizamos algumas facetas da interface disciplinar entre a arqueologia e a museologia e, para tanto, utilizamos a bibliografia pertinente da área, conforme explanaremos em seguida.

Entendemos que o ofício do arqueólogo é amplo e complexo, visto que envolve atividades que, ao contrário do que permeia o imaginário popular, extrapolam o trabalho de campo resumido em prospecções e escavações. André Pouss (2000) delimita algumas das facetas que constituem a arqueologia: preparação documental preliminar ao trabalho de campo, identificação de sítios (prospecção), além de estudo dos sítios em campo, análise da

documentação levantada em laboratório de arqueologia, análises complementares em laboratórios de outras áreas e, por fim, a divulgação do saber construído.

Nessa mesma linha de raciocínio, Funari (2003) compreende o trabalho do arqueólogo em quatro momentos, quais sejam: etapa de campo, processamento em laboratório, estudo e publicação. Por outro lado, a experiência em museus demonstra que a importância dada a tais etapas nem sempre é equilibrada, não apenas no caso brasileiro.

Renfrew e Bahn (2004), sobre o ofício dos arqueólogos, afirmam que por demais das vezes os profissionais preferem dedicar mais tempo a novas escavações em detrimento de se dedicar ao laborioso trabalho de análise e publicação. Muitas vezes os projetos falham em não alocar proporcionalmente os recursos e o cronograma para os trabalhos pós-escavação, sobretudo o que concerne à divulgação do conhecimento produzido em arqueologia.

Alguns autores concebem a divulgação como um campo especializado no interior da disciplina. Stephanie Moser compreende a representação pública da arqueologia como uma área cuja proposta é refletir sobre as formas pelas quais o conhecimento do passado é construído a partir de diferentes manifestações de representação pública da disciplina. Segundo a autora, existem duas formas de representação da arqueologia – a acadêmica (diversos tipos de escritos acadêmicos, conferências, publicações etc.) e a não-acadêmica (museus, livros populares, filmes etc.) – sendo que os arqueólogos demoraram muito tempo para reconhecer a prática de divulgação como parte integrante da construção do saber arqueológico.⁶ (Moser, 2002)

Adentrando mais na inter-relação entre a arqueologia e a museologia, Colin Renfrew e Paul Bahn sustentam que a museologia (Museum Studies) vem se tornando uma disciplina bem estabelecida nas últimas duas décadas, a qual vem sendo reconhecida pela a complexidade das questões acerca da interpretação e exibição do passado. Por outro lado, apontam para a problemática que envolve a estetização dos objetos como parâmetro de interpretação e exibição da cultura material. Segundo os autores, essa prática que predomina nos museus, ao tratar os artefatos como objetos de arte, pode acabar por descontextualizar os artefatos em seu potencial histórico e étnico (Renfrew e Bahn, 2004)

Nessa mesma linha de análise, os arqueólogos Michael Shanks e Christopher Tilley inserem as questões museológicas em uma esfera crítica ao relacioná-las com a apresentação pública da arqueologia. Os autores afirmam que os museus desempenham o papel de maior

⁶ Podemos, aqui, fazer uma associação com as referências teóricas da ciência da informação. Em ambas as áreas houve uma relativa demora para perceber que o público não é apenas uma contingência externa, e sim uma parcela que deveria ter um papel ativo na construção do conhecimento.

elo entre a arqueologia, enquanto disciplina e profissão, e o grande público não-arqueólogo. Dentre as maiores críticas esboçadas pelos autores está a alegação de que os museus podem gerar interpretações deturpadas sobre o passado, criando sua própria narrativa, a partir dos processos de seleção e classificação. Os autores também levantam a hipótese que a maneira como os objetos são exibidos transformam-os em *commodity*.⁷ (Shanks e Tilley, 1992)

Transpondo o tema para a realidade brasileira, constatamos que a relação disciplinar entre a museologia e a arqueologia, sob o pano de fundo da representação pública do conhecimento, ainda é pouco explorada e carece de maior discussão.

Embora não mencione a museologia diretamente, Funari provê um bom panorama da arqueologia brasileira e as suas diferentes formas de inserção junto à sociedade. Ao mesmo tempo em que explana que a arqueologia brasileira tem se desenvolvido muito nos últimos anos – principalmente no que diz respeito ao aumento da quantidade de livros didáticos, à inserção nos meios de comunicação e à multiplicação de pesquisas acadêmicas –, o autor afirma que:

muitas vezes, nos países mais desenvolvidos, a Arqueologia está bem inserida na sociedade, de uma forma ou de outra, enquanto no Brasil, ainda está muito afastada, especialmente, dos valores indígenas, das comunidades tradicionais e da grande massa em geral. (FUNARI, 2003, p.83)

A problematização da musealização da arqueologia, sobretudo no Brasil, foi sistematicamente pesquisada, com pioneirismo, por Maria Cristina Bruno. Especialmente em sua tese de doutorado, a autora denuncia o sistemático abandono das fontes arqueológicas na interpretação da sociedade brasileira, sob a nomenclatura de “estratigrafia do abandono”.

Percebe-se, então, que os estudos arqueológicos, embora voltados para a identificação e compreensão das continuidades e mudanças dos processos culturais das sociedades nativas, nas suas mais diferentes características, raramente são considerados como fontes para interpretação desta nação. (BRUNO, 1995, p.7)

O que é importante percebermos nesse contexto, respaldado por Bruno (1995), é o fato de que os contingentes históricos impregnados no decorrer do percurso desses museus no Ocidente ainda são refletidos nos dias atuais, principalmente nos museus brasileiros. A feição curiosa e exótica dos objetos expostos e armazenados, o caráter universalista e enciclopédico

⁷ No corpo do texto, o termo adquire um significado de “utilitarismo” como se o artefato, exposto de forma inadequada, tivesse o seu valor simbólico, histórico e social sobrepujado por uma semântica cronológica de objeto de estudo acadêmico e de artefato como espécime.

das coleções e o acúmulo dos objetos, que se mostram presentes em parte dos Museus de Arqueologia brasileiros, são alguns dos indícios que confirmam esta tese.

De forma sintética, a autora esboça da seguinte forma o papel dos museus no início do século passado enfatizando que, em muitos casos, ainda se é uma dura realidade.

Os museus brasileiros entraram neste século [XX], com coleções arqueológicas provenientes de coletas assistemáticas, como locais de ensino e produção científica, como depósitos de objetos ordenados, atuando a partir de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória. (BRUNO, 1995, p.111)

Um segundo elemento, destacado pela autora, diz respeito à lógica universitária que passa a abraçar o estudo da arqueologia. Bruno sublinha que em meados da década de 50, diversas universidades passam a abrigar ou a criar instituições arqueológicas. Entretanto, contrariamente do que se poderia imaginar, o envolvimento com a universidade mostrou-se como mais um elemento de afastamento dos Museus de Arqueologia para um espaço de coadjuvante.

Esse envolvimento arqueológico-universitário, se, por um lado, garantiu a pesquisa, por outro, estrangulou as atribuições museológicas. [...] Toda a lógica acadêmica tem se mostrado adversa para com os museus. [...] Esta perda da identidade museológica tem grande responsabilidade nas questões inerentes à comunicação arqueológica. (BRUNO, 1995, p.124)

Alinhavando a teoria sistematizada, constatamos que os Museus de Arqueologia, como agenciadores de informação, ainda possuem algumas rugosidades a serem aplainadas. Reconhecemos, também, a partir da literatura especializada, que há um fator congruente que perpassa as disciplinas nas quais estamos criando uma interlocução teórica (arqueologia, museologia e ciência da informação): o reconhecimento do grande público como agente integrante do processo de construção e uso da informação é muito tardio nessas áreas. A nosso ver, tal fato reflete diretamente no subaproveitamento da interface entre a arqueologia e a museologia, no que tange o potencial de ação interdisciplinar como artifício para a preservação do patrimônio arqueológico e a mediação da memória.

Outro fator relevante a ser apontado é o fato de a museologia atuar como uma disciplina aplicada nessa interlocução entre áreas. De forma abreviada, a arqueologia atua como produtora de informação enquanto cabe à museologia transpor (ou traduzir), por meio de aportes teórico-metodológicos particulares, tal informação em um insumo palatável ao grande público e, sobretudo, subsidiar as estratégias de salvaguarda e comunicação. Dito de

outra forma, a arqueologia possui suas próprias metodologias de processamento, de análise e de interpretação do passado, embora muitos não dominem as ferramentas necessárias para divulgar, não-academicamente, o saber produzido. É nesse entremeio que repousa a relevância dos museus no processo de aproximação da ciência com o grande público.

Recuperada a primeira bagagem teórica que herdamos antes do nosso ingresso no PPGArq-MAE, apresentaremos adiante o que foi incorporado à pesquisa em termos de leitura e reflexões. Para organizar melhor esta etapa, ilustramos as relações entre as disciplinas teóricas em nossa tese na figura 1.

Figura 1: Estrutura teórico-metodológica da tese.

Lendo a imagem no sentido horário, vemos a arqueologia como uma das matrizes centrais para compreendermos nosso objeto. A matriz da arqueologia, a que nos referimos, pode ser entendida como elemento que proporcionará a compreensão do panorama teórico-metodológico, empreendido nas tarefas de interpretação da cultura material, da mesma forma que servirá de subsídio para contextualizar o pensamento arqueológico, sobretudo no tocante à relação entre a arqueologia e a museologia. Somado a isso, por meio de uma breve historicização da disciplina, buscaremos estudar as mentalidades que persistem no olhar sobre a cultura material.

Em seguida referenciamos a museologia, também figurando como uma matriz teórica. Tendo em vista que investigamos um modelo museológico estruturado sob o conceito de museu tradicional, faz-se mister avaliar, da mesma forma, os fatores históricos que ainda nos

dias de hoje delimitam as ações museais de salvaguarda e comunicação – entendida, em outros termos, como as estruturas de longa duração do pensamento museológico. Isso significa compreender que todo e qualquer modelo de musealização está inserido em um contexto institucional e paradigmático que devemos descortinar, de forma a mesclar o texto ao contexto do nosso objeto de pesquisa, sob a pena de termos uma análise falseada ou leviana dos processos de patrimonialização implementados pelas instituições museológicas que estamos estudando.

A gestão de museus, que pode ser vista como uma extensão da matriz teórica, preenche o espaço da construção metodológica de análise do nosso objeto de pesquisa, consubstanciada em forma de diagnóstico museológico, como já mencionado. Observaremos adiante, no primeiro capítulo da tese, que esta construção não ficará restrita ao campo da museologia. Nosso diagnóstico abraçará, também, a investigação de como os arqueólogos dos museus coletam e interpretam os objetos, levantando dados sobre os gestos que impregnaram tais ações. Nesse enfoque, a Gestão de Museus atravessará a análise do objeto de pesquisa perpassando ambas as matrizes teóricas e incorporando a concepção de gestão das coleções arqueológicas – da pesquisa de campo arqueológica à comunicação da informação.

Por último, mas não menos importante, vem o conceito de Informação no contexto da ciência da informação. Da mesma forma que a gestão de museus, esse conceito atravessa toda a tese, estruturando-a e provendo sustentação argumentativa. Apesar de não abordarmos profundamente as referências teóricas da área, os leitores perceberão que o conceito de informação, sobretudo o de fluxo de informação, permeará toda a investigação. Igualmente, alicerçamos a nossa análise sob o entendimento que os museus são sistemas que produzem, organizam e comunicam informação.

Como trataremos da ciência da informação de forma diluída no texto, e de forma mais central no capítulo um da tese, partiremos para uma breve análise do corpus teórico da arqueologia, em consonância com a rede teórica da museologia. Antes de esboçar as redes teóricas da arqueologia e da museologia, porém, devemos apontar para a importância das disciplinas cursadas por nós no âmbito do PPGarq-MAE, especificamente Teoria Arqueológica e Patrimônio Arqueológico e Musealização. De forma geral, ambas as disciplinas, de maneiras diferenciadas, foram de suma importância para o forte amadurecimento no que concerne à compreensão das redes de pensamentos nas quais ambas as áreas se alicerçam.

A partir das reflexões geradas na primeira disciplina, pudemos compreender como as principais correntes teóricas influenciam diretamente nas questões lançadas sobre a cultura material e, sobretudo, como os discursos construídos sobre os artefatos são divulgados para o público. Ao compreender o prisma de visão do arqueólogo sobre os artefatos, pudemos criar a inter-relação com os procedimentos de patrimonialização da arqueologia sob o ponto de vista da museologia. Em outros termos, tivemos a chance de ter uma noção mais clara e abrangente do *modus operandi* e das mentalidades impregnadas na cultura material dentro das instituições museológicas que, em certa medida, condicionam a entrada das coleções nos museus e nos laboratórios de pesquisa.

Outrossim, com base na segunda disciplina, construímos a linha argumentativa da tese. Na medida em que as reflexões propostas buscavam focalizar a historicidade dos Museus de Arqueologia e da relação interdisciplinar das áreas, tivemos a oportunidade de compreender as redes de pensamentos que influenciaram, e de certa forma ainda influenciam, nos distanciamentos históricos que se impuseram entre os Museus de Arqueologia e a sociedade. Porém, mais importante que isso, a disciplina nos deu suporte para compreender que não há como investigar os “textos” (objetos de pesquisa) fora dos seus “contextos”.

Na mesma linha de argumentação, compreendemos que a investigação dos fluxos informacionais nos museus não poderiam ser interpretados sem considerar as seguintes dimensões de análise: os panoramas históricos (dimensão temporal) e os procedimentos de aquisição, salvaguarda e comunicação (fatores operacionais). Essas dimensões de análise repercutiram na forma pela qual entendemos a cultura material em parte dos museus. Em nossa compreensão, por detrás de um objeto mudo (destituído de contexto e simbologias), exposto friamente em uma vitrine ou depositado em uma reserva técnica, existem diversos fatores históricos, teóricos, paradigmáticos, conceituais e operacionais que atuam sobre esse processo de “silenciação”.

Em suma, para levar a cabo a investigação, pensamos que seria indispensável pensar a estrutura da tese orientada da seguinte forma: primeiro o cotejamento dos **fatores exógenos e historicizantes**, que representam as estruturas de longa duração das áreas, cujos resquícios ainda se fazem presentes em nosso cotidiano de trabalho e, em segundo, o levantamento dos **fatores endógenos ou processuais**, que dizem respeito à estrutura operacional dos museus em suas ações cotidianas. Em linhas gerais, os fatores exógenos são esquadrihados na introdução da tese, enquanto os endógenos são descortinados nos capítulos dois e três

(referentes ao diagnóstico do MAX e do MASJ, respectivamente) Apenas a título de ilustração, podemos visualizar os elementos endógenos no seguinte esquema (figura 2):

Figura 2: Fatores internos ou endógenos que regem os fluxos de informação.

Obviamente que ambos os fatores, externos e internos, são indissociáveis. Os fatores históricos e as mentalidades pretéritas influenciam diretamente nas operações patrimoniais realizadas no processo de musealização. Porém, para uma melhor organização textual, vamos analisá-los separadamente. Não podemos perder de vista, como já sinalizado, que a cultura material que repousa hoje nos Museus de Arqueologia carrega consigo as raízes históricas do colecionismo, legislações patrimoniais e as mentalidades que estão por detrás das correntes teóricas da arqueologia. Trataremos, então, de compreender quais são estas estruturas de longa duração que permanecem latentes no interior dos museus contemporâneos.

A seguir, cotejaremos de forma sintética as relações disciplinares entre a arqueologia e os museus, do ponto de vista histórico, de maneira a pontuar os resíduos indesejados que sobram dessa relação. O caminho que encontramos para evidenciar essa relação entre áreas se deu da seguinte forma: contextualizaremos as redes de pensamento que impulsionaram as primeiras coletas assistemáticas de coleções arqueológicas no decorrer da institucionalização dos museus; posteriormente, analisaremos as correntes teóricas da arqueologia correlacionando estas ao tratamento dispensado à cultura material, apontando como tais paradigmas se refletem nos museus; em um terceiro momento, esquadriharemos como se

desdobra historicamente o pensamento museológico e como é estruturado o campo museal e, por fim, mapearemos brevemente as particularidades da musealização da arqueologia, pinçando os principais paradigmas contemporâneos que revestem essa área interdisciplinar.

Conforme já apontado por nós, entendemos que, embora a arqueologia hoje caminhe em direção a uma abordagem que priorize a interpretação dos artefatos em suas múltiplas relações – contextuais, ideológicas e sociais –, em detrimento de uma arqueologia descritiva, a apresentação pública do conhecimento arqueológico segue, conforme pensamento de De Blasis, de maneira “congelada em categorias taxonômicas que, se não são estéreis, também certamente não são de utilidade pública.” (De Blasis, 1992)

Buscar as raízes deste “congelamento taxonômico” nos faz recuar às práticas colecionistas no período que veio a se convencionar como Renascimento, impulsionado pelas mentalidades Humanistas que voltavam à tona em contexto europeu. Nesse sentido, concordamos com Bruno quando afirma que “é possível perceber que o colecionismo e todos os seus derivados socioculturais, pertencem intrinsecamente às estruturas de longa duração, no que diz respeito à história das idéias e mentalidades dos homens desde o Renascimento” (Bruno, 1996, p. 296).

O Renascimento viria a provocar uma profunda mudança paradigmática na sociedade em razão do Humanismo. De acordo com Fernández,

é geralmente creditado ao Renascimento da Itália o mérito de ter conduzido, através do desenvolvimento do Humanismo e da investigação dos testemunhos da arte da antiguidade, se não a criação do conceito de museu moderno, ao menos seu precedente histórico mais relevante. (FERNÁNDEZ, 2006, p.51)⁸

Toda a mudança de olhar, proporcionada pelo Renascimento e pela busca dos valores clássicos, deu-se concomitantemente ao surgimento de inovações tecnológicas que permitiram o homem europeu lançar-se ao mar em busca de novas rotas comerciais – fruto da decadência do modelo feudal. E, segundo Lopes, as viagens através dos continentes acabaram por solidificar essa mudança de olhar sobre o mundo, em que os temores dos homens medievais ficam para trás e a busca pelo saber adquire uma nova dimensão. (Lopes, 1993)

É nesse contexto de busca de pelo saber enciclopédico, aliado ao estranhamento do homem medieval frente a novas descobertas, que surgem em diversos lugares da Europa os gabinetes de curiosidades. De acordo com Possas, tais espaços revelam

⁸ Tradução nossa.

um carácter enciclopedista, uma tentativa de se ter ao alcance dos olhos, pelo menos, o que existe em lugares distantes e desconhecidos. Ainda não existe uma preocupação nítida com a classificação, a nomeação de tudo o que se descortina diante desses homens. Antes de qualquer coisa, trata-se de juntar, de colecionar objetos que dão a idéia de existência de 'outros'. O ato de colecionar transfigura-se em compreensão de tudo o que há no mundo. (POSSAS, 2005, p.151)

A bibliografia da área nos indica que as coleções que formavam os gabinetes de curiosidades possuíam um aglomerado de material arqueológico fruto da necessidade de inventariar o mundo que emergia nesse contexto histórico. Vele enfatizar, então, as primeiras características desses espaços que vêm a se configurar como a raiz dos museus modernos. Em primeiro lugar devemos indicar que o processo de seleção artefactual repousa no sistema estético do belo influenciado pela recuperação do Classicismo, sobretudo grego e romano. Outro critério de seleção, seguindo essa linha de raciocínio, seria o raro, o exótico e o curioso. Nesse bojo, entrariam todos aqueles materiais provenientes da ação humana (*Artificialia*) e as antiguidades e objetos exóticos que remetem a povos desconhecidos. (Possas, 2005)

Para fins de nossa pesquisa, há a necessidade de grifar a característica de acúmulo de objetos que se configura nesses espaços e que, direta ou indiretamente, configura-se como uma estrutura de longa duração dos museus modernos. Grosso modo, no afã de inventariar um novo mundo que se vislumbrava, muito foi coletado e acumulado nesses espaços inicialmente privados. Inversamente proporcional foi a energia empreendida na organização, significação e divulgação do material coletado, particularmente os materiais arqueológicos e etnográficos que se formavam. Nesse contexto, a quantidade é mais preponderante que a qualidade das coleções em termos de organização e comunicação.

Com o passar do tempo, atravessando a Revolução Científica e adentrando o Iluminismo, tais coleções sofreram transformações. De acordo com Fernández, no final do século XVII, se produz uma revolução intelectual na qual ao espírito enciclopedista associa-se o espírito do uso público da razão.

A nova concepção racionalista do mundo conduz inevitavelmente ao desenvolvimento da investigação e da crítica; que junto com os descobrimentos das cidades romanas de Herculano e Pompéia desembocará em uma maior valorização da antiguidade e um florescimento mais amplo do colecionismo. (FERNÁNDEZ, 2006, p.55)⁹

Pelo ponto de vista museológico, podemos observar que os gabinetes de curiosidades atravessam o século XVII e adentram o século XVIII com uma nova máxima: não basta ter,

⁹ Tradução nossa.

há de se conhecer. Os desdobramentos do pensamento científico, sobretudo baconiano – que definiu a concepção de ciência como objeto de estudo, método disciplinado, organizado e planejado; prática experimental como forma de legitimar as hipóteses; e abandono das pré-noções – guiou as coleções a um ensejo classificatório e sistematizador.

Corroborando essa hipótese, Possas indica que, a partir do século XVII, há uma modificação no ideário da formação dos primeiros gabinetes que, até então, sustentava-se na máxima de que quanto maior a quantidade, maior o status e o poder do proprietário. Embora essa mentalidade nunca tenha abandonado de fato a história do colecionismo e dos museus, este momento traz um incipiente processo de ordenação e classificação, formando-se “coleções mais específicas, destinadas ao estudo e investigação de espécimes e culturas diferentes que assombravam os europeus desde o início das Grandes Navegações e da chegada ao Novo Mundo.” (Possas, 2005, p.157)

Uma evidência da ideia supracitada, já no século XVIII, foi a edição da obra pioneira de Caspar F. Neickel, intitulada *Museographia*, de 1727. Conforme expõem Alexander e Alexander, para fins de organização, a publicação “recomendava seis prateleiras envolta da sala. Objetos naturais deveriam ir para um lado com a anatomia humana, incluindo esqueletos e múmias, na prateleira de cima, e quadrúpedes, peixes e minerais abaixo.” (Alexander e Alexander, 2008, p.55)¹⁰

Podemos compreender que a Revolução Científica e o Iluminismo trouxeram uma visão renovada sobre as coleções dos gabinetes de curiosidades e indiretamente às coleções arqueológicas que abrigavam, especialmente no que concerne à organização dos acervos, seguindo critérios metódicos, e à proposta de divulgação da razão, respectivamente. Todavia, os museus modernos só viriam a se consubstanciar no final do século XVIII, com a Revolução Francesa, período em que se consagra a abertura dos primeiros museus nacionais. Não poderíamos entender os museus modernos sem pensar o franqueamento público das coleções.

Porém, há de se citar importantes antecedentes no processo de abertura pública de museus impulsionados pelas teorias iluministas de uso público da razão, antes mesmo da Revolução Francesa, quais sejam: o Museu Ashmoleano, o Museu Britânico e a Sociedade de Antiquários da Escócia. Os três exemplos dos antecedentes dos museus públicos britânicos carregam consigo uma considerável coleção arqueológica. Corroborando essa assertiva, Swain afirma que

¹⁰ Tradução nossa.

os primeiros museus britânicos a expor Arqueologia, ou ao menos objetos arqueológicos, data deste período (Iluminismo) e guardam toda a importância: o museu Ashmoliano, em Oxford, em 1683, o Museu Britânico em 1759, e a Sociedade de Antiquários da Escócia, em 1780. Todos estes museus inicialmente expuseram antiguidades clássicas mais do que artefatos nativos. (SWAIN, 2007, p.22)¹¹

Ainda segundo o autor, no fim do século XVIII e início do XIX, ganharam corpo as coleções arqueológicas, agora na forma de coleções museológicas sob a égide da pesquisa e da divulgação do conhecimento. Concomitantemente, a arqueologia também inicia os seus primeiros passos enquanto área de conhecimento. No período geralmente associado ao antiquarismo, começa-se a diferenciar os arqueólogos dos antiquários, como haveria de ser. De acordo com o autor,

embora tenha nascido da nova classe abastada e do Iluminismo que almeja observar o mundo, surge uma série de indivíduos que começam a documentar os monumentos antigos que cobriam o interior e da mesma forma coletavam os objetos coletados deles. Isto levou às primeiras ‘escavações’ dos monumentos e a acumulação das primeiras grandes coleções de objetos. (SWAIN, 2007, p.23)¹²

Alinhavando os indícios coletados até o momento, concordamos com Bruno, quando afirma:

se as coleções de natureza arqueológica já faziam parte dos gabinetes de curiosidades, antiquários e galerias, desde o século XVI, o processo de colonização que a Europa implantou em diversos continentes, bem como as conquistas napoleônicas, foram responsáveis pelo acúmulo desse segmento patrimonial em algumas instituições e/ou coleções privadas. (BRUNO, 1996, p.295)

Por outro lado, no caso francês, o reboleço causado pela Revolução Francesa fez com que se iniciasse o processo de franqueamento público das coleções nos museus, particularmente no Louvre, que nasce durante a Revolução. Com o tempo, esse museu teve grande parte de sua coleção nutrida pelas campanhas napoleônicas, maturando a ideia de que os primeiros museus nacionais têm suas raízes fincadas na pilhagem, no saque e na espoliação. A título de ilustração, segundo Alexander e Alexander, na campanha expansionista a Itália, Napoleão agregou diversas obras ao Louvre. Ainda segundo os autores, Napoleão levava às suas campanhas cientistas e eruditos, como matemáticos, botânicos, pintores, escultores e arqueólogos, para se apropriarem de livros, pinturas, artefatos

¹¹ Tradução nossa.

¹² Tradução nossa.

científicos, animais e curiosidades naturais de toda a Itália, nas quais artefatos arqueológicos estavam incluídos. (Alexander e Alexander, 2008, p.29)

Cabe mensurar que a abertura pública dos Museus deu-se de forma lenta e gradual. Luciana Koptche nos ilustra tal perspectiva ao mencionar a baixa incidência dos públicos que adentravam os museus nesse período – particularmente o Louvre, entendido como o símbolo da Revolução Francesa. Segundo a autora, até 1855, portanto mais de meio século após a consagração da publicização dos museus na Europa, a abertura do Louvre para o público transeunte limitava-se aos dias de domingo (os demais dias eram destinados aos estrangeiros e artistas). Em terras brasileiras, que herdaram o modelo europeu de museu, essa premissa não é muito diferente. Também imbuído da lógica de museu universal, de caráter metropolitano, e impregnado das noções de civilidade que permeia o pensamento iluminista, o então Museu Imperial (atual Museu Nacional/UFRJ) abre as suas portas ao público, precisamente em 24 de outubro de 1821, apenas uma vez por semana. (Koptcke, 2005)

O século XIX é reconhecido como o ápice dos museus de história natural, com a chamada Era dos Museus. Para fins de estudo da interface entre os museus e a arqueologia, este momento é fortemente relevante. Conforme já sinalizado, em meados do século XIX esses museus aparecem como instituições que herdaram o hábito imperioso de coletar e expor a arqueologia pautando-se nos cânones de beleza ou estruturando-se em critérios, tais como: exotismo, curiosidade e superioridade sobre outras civilizações. Eis aí, quem sabe, mais dois importantes resíduos dos colecionismos em seus primeiros momentos de consolidação dos museus modernos.

Concordamos com Bruno quando afirma que, se por um lado os Museus de Arqueologia contemporâneos são herdeiros da necessidade imperiosa de coletar compulsivamente e de estudar, conservar e organizar o imenso número de objetos coletados através dos séculos, por outro lado, “não podemos deixar de considerar que a existência deste ‘acúmulo’ de objetos e espécimes da natureza possibilitou o surgimento de diversas áreas científicas.” (Bruno, 1992, p.27-28)

Nesse contexto, surgem as primeiras investidas mais sólidas de formação de um pensamento arqueológico, conforme especificamos anteriormente com Swain. Para fins dessa pesquisa, ao buscar os fatores transversais (históricos) que justificam as raízes de tal “congelamento taxonômico”, que ainda permeia o universo dos Museus de Arqueologia, encontramos no Histórico-Culturalismo algumas questões basilares que persistem no

imaginário dessas instituições de memória. Buscaremos, em seguida, traçar um panorama dessa corrente teórica.

Embora seja esquivada a concepção do que seria o início de uma corrente teórica, delimitaremos esse período tendo como base a ideia de Renfrew e Bahn (2004). Segundo os autores, apenas em meados do século XIX a disciplina arqueológica teria, de fato, se solidificado e se estabelecido tendo como marco fundamental a publicação do trabalho do dinamarquês C.J. Thomsen. Thomsen propôs que as coleções nos museus poderiam ser classificadas em Idade da Pedra, Idade do Bronze e Idade do Ferro. (Renfrew e Bahn, 2004)

Embora os autores supracitados não se refiram a esse momento como surgimento do Histórico-Culturalismo (muito porque esses pioneiros talvez nem sequer se reconhecessem dentro de alguma “linha de pensamento” nesse instante), ficam bem marcados alguns dos pressupostos associados a essa corrente – as ideias de estratigrafia como instrumento de datação relativa, as idades progressivas de desenvolvimento e a questão da evolução darwiniana utilizadas, ideias essas que eram utilizadas como pano de fundo para justificar o “avanço” de determinadas culturas sobre as demais.

É nessa mesma linha que Trigger inicia a sua argumentação em torno da arqueologia Histórico-Cultural. O autor remete ao fim do século XIX como um momento de fortificação das nacionalidades no qual a etnicidade desponta como fator primordial para entender os povos europeus nesse período. Nesse contexto, como sugere o autor, a arqueologia serviria ao Estado como um forte estimulador dos nacionalismos, promovendo o senso de identidade étnica em diversas localidades da Europa. Ainda nesse período (meados do século XIX), de acordo com Trigger, os acervos de material arqueológico cresciam e resultavam na formação de museus, de institutos de pesquisa e na criação de cadeiras de arqueologia nas universidades. (Trigger, 2004)

Fazendo uma correlação com as ideias já mencionadas sobre nação e nacionalismo, por via dos museus nacionais, podemos entender que essas instituições serviram – no sentido mais estrito da palavra “servir” – como porta-voz de um Estado-Nação, que deveria se fazer forte e unificador. Nesse mesmo contexto, como já referenciado anteriormente, o historiador Hobsbawm (1990) afirma que, no momento da formação das nações modernas, os parâmetros territoriais e político-administrativos não davam conta de suprir uma noção de “sentimento nacional” e, por tal motivo, “os Estados e os regimes tinham todas as razões para reforçar, se pudessem, o patriotismo estatal com sentimentos e símbolos da comunidade imaginária, onde e como eles se originassem, e concentrá-los sobre si mesmos.” (Hobsbawm, 1991, p.111)

Dialogando com ambos os autores, enxergamos que o papel da arqueologia, nesse contexto, atenderia a uma demanda bem delimitada. A nosso ver, as práticas arqueológicas¹³ atenderiam à demanda dos Estados-Nação em formação – em que os artefatos arqueológicos, devidamente classificados seguindo os parâmetros geográficos e temporais, serviriam como referenciais identitários forjados que guiariam a um sentimento de passado heroico do qual as sociedades deveriam se orgulhar e se ver refletida. Essas referências, portanto, serviram de argumento para estimular uma visão de compartilhamento de costumes e valores, guiando a um entendimento de pertencimento, ao nos referirmos aos Museus Nacionais europeus que possuíam coleções arqueológicas. Por esta via, os artefatos arqueológicos exerciam a função de ícones de uma nação forte e consolidada.

É possível perceber que nesse período inicial da arqueologia há um grande interesse pelo ideário de variação cultural e pela noção de difusão nos quais a análise temporal e espacial eram os primordiais parâmetros de investigação. No entanto, se por um lado o ideário de evolução herdado pela obra de Charles Darwin – sobretudo a “Evolução das Espécies” –, somado à noção difusionista vigente no século XIX, engessou as múltiplas possibilidades interpretativas sobre os artefatos, por outro incrementou grandemente a questão da organização dos acervos, principalmente aqueles incorporados aos museus. Entendemos que no momento em que os arqueólogos passam a dedicar-se à análise estilística e seriação dos objetos, deixam de ter uma função meramente ilustrativa e passam a agregar significados.¹⁴

Diversos autores concordam que o escopo teórico da arqueologia altera-se na medida em que as perguntas lançadas pelos arqueólogos aos seus objetos também se modificam, questões essas que estariam também ligadas aos paradigmas que regem cada momento histórico em que as correntes estão inseridas. Nesse sentido, concordamos com Gamble (2004) quando afirma que no momento em que as questões cronológicas avançam para uma atmosfera política, social e econômica, surge uma nova roupagem para os estudos na arqueologia; fato este que iria se configurar apenas na década de 50. A bibliografia consultada aponta para o final da década de 50, e para o início da de 60, como sendo a data inicial para os primeiros passos rumo ao desdobramento da corrente Processualista.

¹³ Referimo-nos a arqueologia como prática, e não como ciência, propositalmente. Respalado por diversos autores – como: Preucel e Hodder (1996), Gamble (2004) e Renfrew e Bahn (2004) –, que associam o Histórico-Culturalismo como uma corrente que prioriza o empirismo e a descrição, preferimos nos referir a esse período como um momento em que a prática arqueológica se sobressai ao método e à teoria.

¹⁴ A título de argumentação, Trigger exemplifica como o método tipológico de Montelius parece ter sido concebido para aumentar o status da arqueologia em uma era dominada pelo evolucionismo darwiniano. Em nosso entender, esses seriam os primeiros passos teórico-metodológicos da área.

Fatos como a utilização do carbono 14, que viabilizaria uma datação mais precisa, assim como uma mudança de visão sobre as questões que permeiam o próprio homem enquanto ser social, levaram a uma insatisfação de alguns teóricos com relação às conclusões que os arqueólogos estavam tendo ao fazer uma leitura da cultura material.

Estabelecer data não era mais um dos principais produtos das pesquisas. Isso ainda era importante, mas agora isso poderia ser feito com muito mais eficiência, permitindo que os arqueólogos seguissem levantando questões mais desafiantes que as meramente cronológicas. (RENFREW e BAHN, 2004, p.40)¹⁵

Um dos maiores interlocutores da corrente processualista foi o arqueólogo norte-americano Lewis Binford. Em nosso entender, os principais objetivos de Binford repousam no interesse de ir além da descrição do registro arqueológico para adentrar na interpretação da cultura material em relação com o meio. Nessa busca, Binford recairia em uma metodologia de análise em que a cultura se comportaria como um sistema total, composta de subsistemas inter-relacionados.

Em seu artigo clássico, *Archaeology as Anthropology*, considerado como o marco inicial do Processualismo, Lewis Binford (1962) assume algumas posturas teóricas que viriam a ser as principais diretrizes dessa Escola de pensamento. A primeira frase do artigo já aponta para uma espécie de “grito de guerra”: a arqueologia é antropologia ou não é nada. Segue dizendo que o interesse nesse contexto recai no processo, ou na mudança operacional e estrutural dos sistemas. Assim, traça um tácito paralelo com o Histórico-Culturalismo quando afirma que “explicações históricas específicas, se isso puder ser demonstrado, explica simplesmente os mecanismos do processo cultural. Eles não somam nada à explicação da mudança e evolução dos processos culturais.” (Binford, 1962, p.94)¹⁶

Embora a busca por uma legitimação da Arqueologia como ciência, por intermédio do Processualismo, possa ter guiado a disciplina à ossificação de uma dinâmica particular e contextual de cada cultura estudada – ao estabelecer leis gerais de comportamento –, entendemos que o Processualismo ampliou as possibilidades interpretativas sobre a cultura material. Ao aproximar a arqueologia da antropologia, Binford abriu uma porta para perguntas que, até o momento, não teriam sido muito bem exploradas. Questionamentos como os contextos sociais, tecnológicos e ideológicos nos quais se dá o comportamento humano, em convívio com o meio, em um sistema social.

¹⁵ Tradução nossa.

¹⁶ Tradução nossa.

Em suma, de acordo com Hodder, a arqueologia processual traz como ganho para a disciplina um senso crítico, já que há um processo de maturação teórica e metodológica no momento em que os arqueólogos aceitam a possibilidade de incorporar diferentes perspectivas interpretativas, na medida em que esta corrente teórica estabelece uma crítica à feição descritiva do Histórico-Culturalismo. Por outro lado, acentua que grande parte da crítica sobre o Processualismo incidiu mais na teoria do que propriamente no método, visto que a ênfase estava em abrir a arqueologia a uma abrangência de posições teóricas mais alargada, particularmente aquelas que abrigam os olhos para as perspectivas históricas e para as ciências sociais (Hodder, 2009).

Ao adentrar na década de 1980, os paradigmas que regiam grande parte das teorias processualistas, como as abordagens neo-evolucionistas e ecológicas herdadas das ciências naturais, foram sobrepujadas pelas abordagens contextuais, simbólicas e cognitivas do comportamento humano. Embora possa parecer generalista, incorporaremos esse campo de ideias, que abarca a ideia de interpretação simbólica, cognitiva e contextual, sob a nomenclatura de Pós-Processualismo.

Como aponta Trigger (2004), baseado no trabalho de Ian Hodder, o enfoque contextual entende que os pesquisadores precisariam dar conta de toda a gama de aspectos culturais de determinado grupo para compreender as suas partes, apontando, dessa forma, para o perigo que permeariam as interpretações arqueológicas analisadas fora do seu contexto cultural mais amplo. Essa afirmativa iria diretamente de encontro com a interpretação neo-evolucionista do Processualismo, que teria como pressuposto uma análise fragmentada e universal das culturas humanas.

Vale grifar que a própria noção de cientificidade estava sendo questionada no momento em que emergem as teorias pós-modernistas. Autores pós-modernistas, como o cientista da ciência Bruno Latour¹⁷, passam a contestar a verdade científica na medida em que a produção científica seria calcada em construções discursivas. Portanto, tais produtos do saber estariam arraigados nos contextos históricos, culturais, econômicos e sociais em que são fabricados.

¹⁷ O livro “Jamais Fomos Modernos”, produzido pelo autor em questão, leva a diante a ideia de que jamais fomos modernos por nunca termos deixado de produzir híbridos frutos da ciência e do cotidiano, por exemplo. Em seu ponto de vista, a ciência estaria impregnada de diversos fatores, humanos e não-humanos, que “poluiriam” a ciência, mas que, no momento de sua extroversão, tais fatores não-científicos ficariam escondidos dentro de caixas-pretas. Dito de outra forma, a ciência rígida não existiria, pois estaríamos sempre incorporando em nossas produções científicas elementos contextuais e humanos mais diversos, levando o conceito de “ciência dura” a cair por terra.

Todas essas questões passam a ser incorporadas por alguns arqueólogos, nomeadamente Ian Hodder. Segundo Clive Gamble (2004), Ian Hodder, ainda na década de 1980,¹⁸ inicia a sua discussão teórica em torno de três eixos: a cultura material possui um papel ativo nas relações sociais e não pode ser encarada como um simples reflexo da organização social; o indivíduo precisa fazer parte das teorias de mudança social e da cultura material; e a Arqueologia possui os laços explicativos mais consistentes com a História.

Segundo Clive Gamble (2004), os eixos anteriormente citados por Hodder passam a ser considerados como a plataforma Pós-Processualista, mas, para os fins desse trabalho, daremos ênfase às duas primeiras problemáticas. O primeiro questionamento gira em torno da interpretação sobre a cultura material. Segundo Hodder e Hutson (2003), a cultura material não deveria ser observada como uma extensão do nosso corpo, ou seja, como um fator de maior adaptabilidade ao ambiente. Sob esse ponto de vista, os objetos fabricados teriam inteira participação em nossa vida social deixando, assim, de ser meros reflexos diretos de nossas atividades passando a incorporar uma ativa influência em nossas atitudes, comportamentos e na forma pela qual construímos nossas relações sociais.

O segundo eixo tem relação com a questão do agenciamento e, nesse enfoque, Hodder e Hutson sublinham a importância do indivíduo na fabricação da cultura material. Isso não significa dizer que, ao enfatizar a ação do indivíduo, o autor pretende encontrar um “grande homem” que tenha produzido o objeto, mas sim que os objetos são produzidos por indivíduos (ou grupos de pessoas) e não por sistemas sociais (Hodder e Hutson, 2003).

Como afirmam Hodder e Hutson, não se trataria de lançar a última pá de cal nas teorias processualistas, mas, de fato, trataria de difundir que muito dos paradigmas nos quais suas teorias se sustentavam esmaeceram. Compilando os pensamentos sistematizados pelos pós-processualistas, podemos entender que as bases Processualistas não mais respondiam as questões que passavam a imergir no cognitivo e nos simbolismos dos grupos humanos. Estariam superados, no contexto Pós-Processualista, os conceitos que se estruturavam nos referenciais teóricos (recuperados das ciências biológicas – funcionalismo, teoria dos sistemas, neo-evolucionismo etc.), assim como as noções de cultura como um conjunto de elementos extra-somáticos de adaptação; motivações de pesquisa pautadas em generalizações e padrões de comportamento; e a noção de cultura material como um reflexo passivo do comportamento humano.

¹⁸ Apesar de estes três tópicos terem sido explorados por Hodder inicialmente na década de 80, o mesmo autor, junto a Scott Hutson (2004), volta a rediscuti-los recentemente em seu livro “Reading the Past”.

Nesse enfoque, os autores precursores do Pós-Processualismo passam a tratar a cultura como um sistema simbólico em que o indivíduo da pré-história seria o sujeito da ação, que levaria a transformações culturais, e que, via de regra, a cultura material teria um papel ativo nas dinâmicas culturais.

Outra questão que se abre com a noção de contexto, sistematizada por Ian Hodder, é a própria ideia dos vetores simbólicos que adentram na lógica de produção do conhecimento arqueológico. Sob esse novo paradigma Pós-Moderno, argumenta-se que diferentes comunidades e grupos sociais têm interesses diversos sobre o passado e, portanto, possuem Arqueologias distintas. Tendo em mente que o passado serve ao presente e que a Arqueologia é uma construção discursiva, cada grupo confecciona a sua rede de significados levando em conta interesses próprios. Em outros termos, acredita-se que a Arqueologia deva ser inserida na sociedade e nas suas questões sociais e culturais, tanto no passado quanto no presente, atentando para o contexto cultural e social em que o conhecimento é produzido.

Em resumo, Preucel e Hodder entendem, a partir da lógica do Pós-Processualismo, que o significado não reside no texto propriamente dito, mas na chave de significados que conecta o texto com outros textos. Por tal razão, a interpretação necessariamente envolve redes de significados. Por assim dizer, no entender dos autores, a Arqueologia tem uma feição diversa e em crescente mudança, com uma multidão de perspectivas agregadas, sendo que nenhum enfoque é totalmente satisfatório. (Preucel e Hodder, 1996)

Nesse contexto, que poderíamos intitular de tendências atuais, Shanks e Tilley (1992) afirmam que o ceticismo nas teorias arqueológicas deveria ser trocado por uma visão baseada no otimismo, quando se trata da interpretação da cultura material, negando, assim, a polarização entre objetividade e subjetividade na construção dos saberes. Nessa mesma linha de raciocínio, o arqueólogo não deveria tratar a interpretação como uma narrativa analítica e tampouco como uma história apresentada como fruto da sua própria imaginação. Postulam, ainda, que os arqueólogos agregam o passado e o presente por intermédio de uma análise política dos objetos e, por isso, a disciplina guardaria uma estreita ligação entre o presente e o passado.

É fomentado por esta perspectiva que, a partir da década de 1990, o comprometimento político da Arqueologia levou a disciplina a outro ponto de observação, a chamada Arqueologia Pública (*Public Archaeology*) – disciplina esta que estaria preocupada com a responsabilidade social da área, atentando para os aspectos da multivocalidade da disciplina.

Sob esse ponto de vista, não existiria uma Arqueologia, mas Arqueologias. Da mesma forma, a área não poderia ser vista como algo fechado em si mesmo, mas como uma área que age no presente, alterando o modo como a sociedade se enxerga no presente. Embora essa abordagem desperte o ceticismo de muitos teóricos, que acusam a área de adentrar em um relativismo exacerbado fazendo com que a própria construção do saber seja questionada, é inevitável pensar que esse conceito fez com que diversos olhares e vozes, que até então estavam ocultos, viessem à tona requerer o seu espaço e voz. Em outras palavras, a Arqueologia passa a abrigar múltiplas vozes e olhares sobre o seu objeto de estudo: a sociedade.

Conforme nos indica a bibliografia, os primeiros museus brasileiros de história natural que abrigam acervos arqueológicos tiveram a sua essência transplantada do contexto europeu, notadamente o Museu Nacional, o Museu Goeldi, o Museu Paranaense e o Museu Paulista. De maneira geral, os primeiros museus brasileiros, sobretudo aqueles de História Natural, estruturaram-se seguindo paradigmas novecentistas, nos quais sobressai o ideário permeado por conceitos classificatórios, evolucionistas e enciclopédicos, herdados do século XIX e início do século XX – período este associado à escola do Histórico-Culturalismo.

No entender de Lopes, a disseminação das ideias acima indicadas molda os objetivos dos principais museus de história natural na América Latina e, especificamente, em território brasileiro. De acordo com a autora, estaríamos guiados pela “idéia do museu universal, de caráter metropolitano, construído em moldes europeus, que almejava ser completo sim, mas com coleções que representassem o mundo todo, tal qual os museus das nações civilizadas entre os quais almejávamos nos incluir.” (Lopes, 1993, p.69)

Vale marcar que grande parte dos acervos atuais, que compõem tais museus, é fruto de coleções formadas por naturalistas europeus que entravam no Brasil incentivados, prioritariamente, pelas Reformas Joaninas do início do século XIX. Considerando que esses naturalistas chegavam às Américas com um olhar fortemente evolucionista, podemos reconhecer, respaldado por Lilia Schwarcz, que “a orgulhosa ciência determinista e positivista de finais do século (XIX), classificou como ‘primitivos’ os povos que não eram ocidentais, sobretudo os estranhos povos da América.” (Schwarcz, 2005, p.113)

Embora o recorte epistemológico desta pesquisa não se atenha aos estudos das coleções arqueológicas dos museus de história natural, pensamos que essas instituições carregam consigo uma série de elementos, frutos de redes de pensamentos pretéritos que ainda se materializam nos museus contemporâneos, como forma de estruturas de longa

duração. Fazendo uma compilação desses elementos, que chamamos aqui de **fatores exógenos ou históricos**, podemos pontuá-los da seguinte forma: quantidade sobrepujando a qualidade de informação, particularmente em termos de exposição; seleção pautada na estética e beleza dos artefatos; organização das exposições de forma classificatória e evolucionista; quantidade como sinônimo de poder sobre o mundo e os outros homens, entre outros seguindo o mesmo raciocínio. A coleta desses elementos será fundamental no instante da análise dos dados (Capítulo 4), pois confrontaremos aqueles fatores de obstruções de fluxo de informações, que são particulares de cada instituição, com aquelas evidências de longa duração, que atravessam os Museus de Arqueologia ao longo da história.

De forma análoga ao pensamento arqueológico, existe um pensamento museológico que, ao longo do tempo, vem amadurecendo e, hoje, consolida-se enquanto área de conhecimento. No contexto do nosso trabalho, que trata das cadeias operatórias da musealização, faz-se necessário o esquadrinhamento das bases das redes de pensamento museológico nas quais estruturamos a tese.

Podemos avaliar que existem dois momentos paradigmáticos do pensamento museológico. O primeiro, que se estende até o século XIX, trata dos profissionais de museu que se preocupam em organizar as coleções e sistematizar o “mundo” no íterim das instituições, confundindo a área que se conforma com o estudo das coleções em museus. Em um segundo momento, agora em meados do século XX, há uma virada paradigmática em que o estudo de museus e das coleções transmuta-se, gradativamente, em um pensamento museológico de fato.

Tal como, analogamente, o Histórico-Culturalismo dedicou-se à descrição e compreensão do universo arqueológico, que se formara fruto da coleta assistemática de acervos desde o século XVI, conforme vimos anteriormente, os profissionais de museus buscavam dentro das instituições museológicas, particularmente na Era dos Museus (século XIX), dar conta dos procedimentos de conservação, documentação e exposição das coleções. Tendo como embrião a obra ora citada, *Museographia*, ainda no século XVIII, os procedimentos de organização e cura (classificação, documentação e conservação), assim como as técnicas de exposição, ou museografia, ganharam corpo no século XIX e estenderam-se até as primeiras décadas do século XX.

Bruno, que vem a dar sustentação à afirmação acima citada, esclarece que:

A necessidade de resolver as questões relativas à organização, conservação e guarda das coleções, que se multiplicaram de forma descontrolada ao longo do século XIX

é responsável, em muitos sentidos, pela **expansão das preocupações técnicas, descritivas e práticas. A perspectiva de ‘catalogar o universo’ foi bastante difundida nesse momento**, gerando problemas cotidianos para os profissionais que atuavam nos museus, ou mesmo para outros especialistas que, por meio das suas pesquisas enriqueceram os acervos das instituições ‘enciclopédicas’. (BRUNO, 2008, p.4. Grifo nosso)

Discussões endereçadas aos aspectos técnicos, descritivos e práticos da área orientaram, particularmente no caso brasileiro, à formação de profissionais de museus para lidar com o universo museológico em consolidação desde o século XIX. Adentrando o século XX, tais preocupações se tornaram mais complexas, refletindo no surgimento, por exemplo, do Curso de Museus no Museu Histórico Nacional, idealizado por Gustavo Barroso, em 1932. Sob a égide política de uma ideologia nacionalista, o “Curso Técnico de Museus” é criado para responder à necessidade de habilitar técnicos para dar conta do acervo do mesmo museu¹⁹. Nos momentos iniciais, as disciplinas oferecidas por esse curso são: História da Arte, Escultura, Numismática, Técnica de Museus, Artes Menores e Sigilografia, História da Arte Brasileira e Arqueologia.²⁰

Fazendo uma breve análise das disciplinas, podemos notar que os esforços do Curso de Museus estão centrados no estudo das Artes e no enfoque técnico e operacional no que tange o estudo das coleções que adentravam os museus, sobretudo àquelas confiadas ao Museu Histórico Nacional. Tal característica permeou o pensamento museológico por longa data e, ainda na atualidade, há uma tácita confusão entre os aspectos técnicos e operacionais e os encaminhamentos epistemológicos no campo da Museologia. Sobre o tema, Bruno atesta que

a vida interna – técnico-científica – dos museus ocupou, em grande parte, o espaço mental dos especialistas. Nesse período, a força do colecionismo, no âmbito das mentalidades dos profissionais que atuam em museus, é tão expressiva e se manifesta difícil distinguir entre os matizes que delineiam a lógica do pensamento museal e os vetores que consolidam o conjunto de técnicas museográficas. **Os cursos de formação, de alguma maneira, contribuíram para a afirmação dessas estruturas mentais de longa duração**, pois centraram seus programas nas histórias das coleções e nas formas de protegê-las. (BRUNO, 2008, p.4. Grifo nosso)

Embora a dimensão técnico-científica, engendradora nos bastidores dos museus, tenham se estendido no tempo de maneira a se confundir, ainda hoje, com a lógica do pensamento

¹⁹ O Curso de Museus do Museu Histórico Nacional vem dar origem ao primeiro Curso de Museologia do Brasil, que, em 1979, passa a ser incorporado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

²⁰ Informações disponíveis no sítio do Curso de Museologia da Unirio: <http://www.unirio.br/museologia/nummus/75anos.htm>. Cabe mencionar que hoje existe nesse Curso um Núcleo de Memória da Museologia no Brasil (NUMMUS), liderado pelo Prof. Ivan Coelho de Sá.

museal, podemos entender que na segunda metade do século passado há uma virada paradigmática no campo dos museus, endereçada aos aspectos sociais da área. De forma associativa, tal virada a que nos referimos possui, a nosso ver, ligação com a corrente de pensamento pós-processualista, no âmbito da arqueologia. Embora guardem dessemelhanças em suas aplicações e operacionalizações, ambas as áreas passam a ter como agenda o papel do homem por detrás dos artefatos.²¹

Em termos gerais, nas décadas de 1960 e 1970, identificamos na área museal a revalorização da função educativa dos museus. Alguns anos mais tarde, as pretensões educativas se consolidaram de forma a incorporar para si as responsabilidades em torno das questões comunitárias com as ações extramuros. (Bruno, 2006) Corroborando os pensamentos de Bruno, Funari, ao traçar considerações sobre o profissional de museu e sua formação, entende que o desafio desses profissionais pode ser resumido em quatro grandes temas inter-relacionados: o pluralismo; a relação com a comunidade na criação de conhecimento de interesse social; a relação necessária entre o profissional de museu e as ciências e a luta pelo saber contra as hierarquias burocráticas. (Funari, 2007)

Grosso modo, o pensamento museológico, tal como o pensamento arqueológico, altera o seu foco de análise: da materialidade e construção unilateral de discursos às redes de significados e à construção multivocalizada dos discursos patrimoniais sobre a cultura material. Concordamos, nesse sentido, com Funari quando afirma que “o tema central do trabalho didático do Museu Ativo consiste em transformar os consumidores de conhecimento em produtores”. Ainda segundo o autor, citando Rússio, “é tempo de fazer museu com a comunidade e não para a comunidade.” (Funari, 2007, p.99)

A essência desses pensamentos, entendidos aqui como pensamento museológico, é fruto do investimento de diversos profissionais do campo, tanto estrangeiros como os do contexto brasileiro. No que se refere aos pensadores estrangeiros, não podemos deixar de mencionar o papel de pensadores como Peter Van Mensh, Zbynek Stránský, Hugues de Varine-Bohan, André Désvallées, dentre outros. Em contexto brasileiro, não poderíamos deixar de referenciar a precursora Waldisa Rússio Camargo Guarnieri e demais pesquisadores, como, Cristina Bruno, Tereza Scheiner, Mário Chagas, dentre outros profissionais que contribuíram grandemente para a estruturação do pensamento museológico.

²¹ Cumpre sinalizar que tais viradas paradigmáticas, em ambas as áreas, sofrem influência direta dos contextos históricos, políticos e ideológicos de cada momento histórico. Tais contextos exercem influência, na mesma medida, nas ciências sociais e humanas como um todo.

Apoiamo-nos no ponto de vista de Mensh (1994), que diz que o autor apresenta cinco diferentes tendências do campo museal: a Museologia como estudo da finalidade e organização de museus; a Museologia como o estudo da implementação e integração de um conjunto de atividades visando à preservação e uso da herança cultural e natural; a Museologia como o estudo dos objetos de museu; a Museologia como o estudo da musealidade e a Museologia como estudo da relação específica do Homem com a realidade.

Em cenário brasileiro, consideramos as ideias propostas por Rússio (1984) como uma iniciativa precursora do pensamento museológico brasileiro. Segundo a autora, a museologia como uma disciplina científica tem como objeto central de estudo o fato museal ou museológico. Nesse contexto, o fato museal seria a relação entre o Homem, sujeito conhecedor de uma realidade, e o objeto (testemunho de uma realidade) em um cenário institucionalizado: o museu. (Rússio, 1984)

Constata-se que ambos partem da premissa de um fato museal, ou o princípio de musealidade, no pensamento humano. Da mesma forma, partem de uma perspectiva de relação entre o Homem e uma realidade mediada pela potencialidade significativa do objeto, compreendendo, aqui, objeto em seu sentido mais amplo. Segundo a própria autora, esses objetos podem variar de bens móveis a casas, caminhos, paisagens, cidades, entre outros.

Ao encontro dessas perspectivas, operando a noção de pedagogia museológica, Bruno afirma que o processo de hominização é acompanhado pela “percepção da musealidade” a partir do momento que esses grupamentos humanos, face à transitoriedade da vida, selecionam e coletam fragmentos da realidade para fins de proteção e guarda. Por essa via, seria possível identificar um “embrião” do processo de musealização desde a pré-história. Tais desdobramentos, na contemporaneidade, nos levam a crer que

as instituições museológicas são, sem dúvida, o tempo e o espaço que as sociedades têm construído para a preservação de suas representações, para a celebração em torno dos reflexos dos seus olhares sobre a realidade, e, em especial, os abrigos dos seus indicadores de memórias. (BRUNO, 2006, p.121)

Ainda ancorados em Bruno, acreditamos que a disciplina museológica tem o seu alicerce calcado em um tripé que procura desvelar os vetores constitutivos do fato museal, dos processos museológicos e dos sistemas de musealização. (Bruno, 2008). Respectivamente, esses elementos abrangem as seguintes dimensões de compreensão: a constatação da existência do fato museal e a correspondente perspectiva de elaboração, análise e reinterpretação dos indicadores de memória (fato museal); a percepção sobre a cadeia

operatória que articula os procedimentos de salvaguarda e comunicação, a necessidade de experimentação, avaliação e reorientação dos fenômenos museológicos (processos museológicos) e, por fim, a perspectiva preservacionista/educacional dos processos museológicos (sistemas de musealização).²²

Harmonizando os pensamentos museológicos supracitados, nossa pesquisa se alicerça no entendimento que os artefatos arqueológicos, no âmbito dos museus, atravessam uma cadeia operatória de musealização que compreende um conjunto de fatores e procedimentos de salvaguarda e comunicação e que visa à preservação e uso da herança cultural e natural. Metodologicamente a tese imerge, a partir da construção de um diagnóstico museológico, na compreensão dos processos museológicos por intermédio da avaliação dos sistemas de musealização. Embora entendamos que os processos de musealização tenham como razão de ser a apropriação e uso das referências patrimoniais pelas mais distintas sociedades, o nosso enfoque de pesquisa está voltado para dentro desses sistemas, como forma de avaliar quais seriam os seus lapsos.

Feita esta breve sistematização dos pensamentos arqueológico e museológico, cabe fundirmos tais ideias no que se convencionou nomear de **musealização da arqueologia**, conceito tão caro à tese. Pontuaremos, em seguida, clarear as particularidades dessa concepção, que se desdobra como uma área de pesquisa, pontuando aqueles vetores que incidem diretamente em nosso diagnóstico.

Em um primeiro plano, com base no que vimos anteriormente, cabe sintetizar e compilar alguns aspectos fundamentais para compreender o conceito. Podemos entender que a musealização configura-se como uma cadeia operatória que incorpora os procedimentos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposições, ações educativas e ação sociocultural), tendo as coleções como base desse processo. Por um lado, deve-se mencionar que os procedimentos de salvaguarda e comunicação são precedidos por outro componente fundamental: a aquisição. No caso dos Museus de Arqueologia, os processos de delimitação e incorporação dessas coleções são subsidiados, de maneira geral, pela arqueologia, seguidos de procedimentos técnicos, científicos e metodológicos específicos dessa área. Por outro lado, é conveniente esclarecer que existem diversas instituições museológicas que abrigam coleções que não foram fruto de coletas científicas, como é o caso de, museus que receberam, ou ainda recebem, artefatos provenientes de coletas fortuitas.

²² A autora trabalha este tema sob o conceito da pedagogia museológica. Para aprofundar o assunto, sugerimos a leitura do artigo “Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores de memória”. (BRUNO, 2008)

Embora sistematizado de forma simplificada, o conceito ora exposto nos serve para delimitar alguns elementos estruturantes para a nossa pesquisa:

- A musealização da arqueologia implica um processo, uma cadeia, que segue um fluxo de aquisição, salvaguarda e comunicação; os Museus de Arqueologia, analogamente aos sistemas de informação, possuem, então, o componente de entrada, de processamento e de saída;
- Esses encadeamentos geram fluxos de informação que devem manter um equilíbrio entre os referidos encadeamentos, mantendo um fluxo contínuo e consistente, sob a pena de entrar em colapso;
- Os museus/sistemas de informação existem em razão do fenômeno comunicativo, sem o qual o sistema perde a sua essência primordial;
- Por fim, os processos de musealização se estruturam em uma perspectiva interdisciplinar e partilhada, em que os procedimentos de aquisição, salvaguarda e comunicação devem ter guarda compartilhada quando do tratamento das referências patrimoniais.

No que tange à interface dessas áreas, compreendemos que o cenário atual da arqueologia – em termos das legislações ambientais – coloca um quase intransponível desafio que tange à massiva incorporação de objetos arqueológicos em museus e instituições congêneres, desarticulando gravemente o equilíbrio da cadeia operatória a qual nos referimos. No mesmo sentido, coloca as áreas em um impasse, quando da salvaguarda e comunicação das coleções, visto que as áreas nem sempre possuem pensamentos convergentes no tratamento do patrimônio arqueológico.

De forma a alargar o entendimento sobre a musealização da arqueologia, delinearemos algumas iniciativas que dão corpo a esse conceito/linha de pesquisa²³. Diversos são os pesquisadores que, atualmente, se debruçam sobre essa interface em seus múltiplos enfoques. Citaria, especialmente, o protagonismo da já mencionada Cristina Bruno que se dedica ao

²³ Dizemos conceito/linha de pesquisa, pois a musealização da arqueologia deixou de ser apenas uma nomenclatura e passou a incorporar projetos de diversos pesquisadores que se dedicam a estudar a interface entre a museologia e a arqueologia. Em alguns casos, o interesse parte de pesquisadores que têm raiz na segunda área e outros que partem da primeira, como é o nosso caso. De uma forma ou de outra são olhares distintos, porém convergentes, sobre uma mesma problemática.

assunto com pioneirismo, agregando, dentro e fora do Grupo de Pesquisa que coordena, “Musealização da Arqueologia”,²⁴ uma leva de jovens pesquisadores que investem no tema.

Alavancado pela crescente quantidade e qualidade dos trabalhos gerados, sobretudo no que tange às pesquisas geradas no âmbito do PPGArq-MAE, o tema ganha espaço nos mais privilegiados fóruns de discussões da arqueologia. Apenas para citar os fóruns de maior destaque, mencionaria os esforços empreendidos pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB) e pelo Museu de Arqueologia de Xingó (MAX) em ampliar o espaço de discussão que agrega as áreas. Relacionaria dois momentos fundamentais em que as discussões avançaram na SAB: o Simpósio “O futuro dos acervos”, coordenado por Bruno e Zanettini em 2007; o Simpósio “Musealização da Arqueologia: desafios contemporâneos”, coordenado por Bruno em 2009; já em 2011, durante o XVI Encontro Nacional da SAB, o simpósio temático “REMAAE: desafios para uma política de preservação do patrimônio arqueológico”, coordenado por Alejandra Saladino e Fabiana Comerlato e o simpósio temático “As interseções entre Arqueologia e Museologia: caminhos possíveis para a gestão do patrimônio arqueológico”, coordenado por Bruno e Diego Lemos Ribeiro. O MAX, por sua vez, também foi palco de relevantes discussões sobre o tema, especialmente no V e VI Workshop Arqueológico de Xingó, em que o Simpósio temático “Musealização do Patrimônio Arqueológico”, coordenado por Bruno na primeira edição e por Elizabete Mendonça na segunda, foi de fundamental importância para ampliar os debates acerca do tema.

Outro importante movimento que congrega alguns temas nodais para a musealização da arqueologia vem de dentro do campo da museologia: a Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia (REMAAE). Essa Rede surge dentro do contexto do Fórum Nacional de Museus, durante as reuniões do Grupo de Trabalho de Museus Arqueológicos e Etnográficos, no III Fórum Nacional de Museus (FNM), realizado em Florianópolis no ano de 2008. Os temas discutidos na Rede guardam estrita relação com a preservação e gestão do patrimônio arqueológico brasileiro tendo, como principal objetivo, a troca de informações e experiências entre os profissionais que atuam em Museus de Arqueologia. Atualmente os integrantes da Rede formam um grupo de debates que extravasa o FNM e ativa ações em rede. A título de exemplo de proposições implantadas pelo grupo, tem-se o projeto de mapeamento das condições curatoriais dos acervos arqueológicos em museus e demais instituições de guarda.

²⁴ Aqui já nos referimos ao Grupo de Pesquisa “Musealização da Arqueologia” hospedado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPQ. Este grupo vem desenvolvendo ações integradas com diversos profissionais que se dedicam ao tema.

As problemáticas discutidas e as pesquisas geradas nas duas últimas décadas apontam para a diversidade de linhas de estudo que engloba o tema, assim como destaca as asperezas da superfície de contato entre a museologia e arqueologia nos processos de gerenciamento do patrimônio arqueológico, especialmente nos Museus de Arqueologia. Desse amplo leque de produções, gostaria de destacar três recentes teses que muito contribuíram na confecção desta pesquisa: as duas primeiras produzidas por Camila de Moraes Wichers (2010 e 2011) e a terceira por Manuelina Duarte Cândido (2011)²⁵. As primeiras são de suma relevância para compreender, dentre outros temas, o estado da arte da musealização da arqueologia, a interface entre as duas áreas e o panorama dos Museus de Arqueologia no cenário da Arqueologia de Contrato; a terceira, por sua vez, ofereceu bases estruturantes para pensar o diagnóstico museológico²⁶.

Moraes Wichers, ao fazer um detalhado arrazoadado das principais reflexões sobre o tema, infere que

a interface entre Museologia e Arqueologia e, conseqüentemente, a relação entre instituições museológicas e patrimônio arqueológico no Brasil, tem sido marcada por rotas de afastamento. Nesse sentido, a construção de propostas para a interface entre esses campos torna-se fundamental para o aprimoramento dessa relação. (Moraes Wichers, 2010, p. 47)

Sob essa perspectiva, cabe a nós delimitarmos os pontos nevrálgicos que recaem sobre este tema de investigação, destacando aqueles aspectos que são compreendidos como transversais aos Museus de Arqueologia brasileiros, que interferem diretamente nos fluxos de informações gerados pelos processos de musealização da arqueologia.

A autora recupera os estudos realizados por Bruno para sinalizar um aspecto fundamental para o nosso estudo: a musealização da arqueologia como um processo que incorpora uma gama de fatores e procedimentos que transformam o patrimônio arqueológico em herança (Moraes Wichers, 2010, p. 47). Tais fatores e procedimentos, empreendidos por uma relação disciplinar entre as áreas citadas, suscitam uma série de asperezas que interferem nos fluxos de informação que atravessam os Museus de Arqueologia, conforme já especificado.

²⁵ Moraes Wichers defendeu a primeira tese, intitulada “Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira”, em 2010, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; a segunda tese, intitulada “Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas”, em 2011, no âmbito do PPGarq MAE-USP. Duarte Cândido defendeu a tese intitulada “Gestão de Museus e o Desafio do Método na Diversidade: diagnóstico museológico e planejamento”, em 2011, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

²⁶ Retomaremos a tese de Cândido no capítulo dedicado à metodologia.

Em linhas gerais, a superfície de contato entre as áreas, circundante ao tema da musealização da arqueologia, tem sobremodo se alargado. Atualmente o tema tem se dilatado e compreende questões, como, por exemplo, a formação dos profissionais arqueólogo e museólogo, no que tange ao gerenciamento das coleções arqueológicas em museus e instituições congêneres; aos procedimentos de salvaguarda e comunicação empreendidos em museus; aos aspectos relativos às noções de pertencimento e identidade; à historicidade da formação das coleções em museus de história natural; aos estudos sobre a potencialidade sêmica da cultura material e suas múltiplas dimensões simbólicas; a pesquisas direcionadas à educação patrimonial; a possíveis interseções entre a arqueologia pública e a museologia social, dentre outras áreas de interesse. Para os fins dessa pesquisa, o tema mais cadente no contexto contemporâneo recai sobre o que pode se convencionar como arqueologia de contrato.²⁷

A problemática que envolve a arqueologia de contrato, que resvala diretamente na cadeia operatória de musealização da arqueologia, já abre um vasto campo de possibilidades de estudos interdisciplinares. Recortando ainda mais o tema, é importante tratarmos brevemente sobre os impactos gerados pela incorporação desenfreada de coleções nos museus e sobre os reflexos gerados no gerenciamento das coleções, em virtude das contingências contemporâneas no campo da arqueologia – nomeadamente das legislações ambientais. Concordamos com Moraes Wichers quando afirma que “a compreensão da configuração do campo científico da arqueologia no cenário brasileiro contemporâneo envolve necessariamente o entendimento da inserção da pesquisa arqueológica no âmbito do licenciamento de empreendimentos diversos.” (Moraes Wichers, 2010, p. 174)

A recente pesquisa da autora, que apresenta um detalhado cenário das pesquisas arqueológicas de salvamento, indica que a arqueologia de contrato ocupa cerca de 98% das pesquisas em andamento no país. De maneira geral, os vestígios materiais coletados nessas pesquisas estão confiados em instituições museológicas.

No cenário contemporâneo temos o aumento exponencial das pesquisas arqueológicas no país, assim, como dos acervos gerados por esses estudos. Entre os anos de 2003 e 2010, mais de 3.700 portarias de pesquisa arqueológica foram emitidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), segundo dados consultados no Diário Oficial da União. [...] Essas pesquisas, maciçamente relacionadas à Arqueologia Preventiva, trazem avanços e desafios

²⁷ Sob a nomenclatura de “arqueologia de contrato”, podemos encontrar na bibliografia outras diversas denominações – *arqueobusiness*, arqueologia preventiva, arqueologia de salvamento, arqueologia empresarial – que, embora guardem as suas particularidades, são variações do mesmo tema, qual seja: pesquisas arqueológicas motivadas pela ameaça de destruição de sítios arqueológicos em projetos desenvolvimentistas.

específicos para as universidades, centros de pesquisa, empresas, arqueólogos autônomos, órgãos gestores e instituições museológicas. (MORAES WICHERS, 2011, p. 33)

Os refugos gerados pela arqueologia de contrato não são poucos, por óbvio. Diversas questões ocupam a mente daqueles que militam na preservação do patrimônio arqueológico, sobretudo em museus; questões como: a concessão de cartas de endosso por instituições museais; resultados gerados por programas de educação patrimonial, nem sempre bem sucedidos; deslocamento do acervo do seu território de origem, dentre outros aspectos pontuais (Moraes Wickers, 2011). No mesmo sentido, as arqueólogas Tânia Andrade Lima e Ângela Rabello indicam que as ações preservacionistas em torno dos sítios arqueológicos nos últimos anos desnudaram as condições do tratamento dessas referências patrimoniais no contexto dos museus brasileiros. Embora concordem que seja plenamente justificável a pesquisa arqueológica frente às ameaças ao dano do patrimônio arqueológico,

contudo, ela [a pesquisa] acabou por deixar à sobra uma outra forma de destruição, silenciosa, pouco visível, porém igualmente implacável: aquela produzida pelas más condições de conservação das coleções depositadas em museus, instituições de pesquisa ou simplesmente de guarda de materiais arqueológicos. [...] Se com apenas a pesquisa acadêmica as instituições já se encontravam abarrotadas – há muito discutindo estratégias de amostragem de modo a reduzir o máximo a coleta em campo, e, por conseguinte, o material a ser processado em laboratório e armazenamento em reservas – com a arqueologia empresarial o quadro se agravou consideravelmente, decuplicando o número de coleções a serem protegidas. (LIMA e RABELLO, 2007, p.245)

Em nosso entendimento, com base no que fora exposto, o quantitativo de acervos gerados pelo expressivo número de licenciamentos dão origem a um passivo sem precedentes na realidade brasileira. Se pensarmos que a esses milhões de objetos coletados somam-se todas aquelas coleções arqueológicas e etnológicas formadas nos últimos dois séculos, observamos que as instituições museológicas padecem em se adaptar a essa nova lógica. Grande parcela dos museus, da mesma forma que instituições como laboratórios, núcleos e centros de pesquisa, têm a árdua tarefa de lidar com o crescimento exponencial de acervos enquanto, institucionalmente, o espaço físico, a infraestrutura e o número de profissionais especializados para dar conta do gerenciamento patrimonial parecem estar estacionados.

Da invasão aduaneira entre as áreas, portanto, cabe retomar alguns refugos fundamentais para além daqueles já suscitados, como museus abarrotados de coleções com déficits em termos de salvaguarda e comunicação; reservas técnicas com instalações precárias e capacidade saturada; gestão e sistematização de informação ineficaz frente ao quantitativo e

à complexidade tipológica das coleções; exposições museológicas paradas no tempo e no espaço; pouco diálogo entre os profissionais envolvidos no processo de gerenciamento patrimonial, dentre outros elementos que interferem diretamente na cadeia operatória de musealização da arqueologia. Apesar de passados vinte anos, a afirmação de Berta Ribeiro (1989) é fundamental, visto que, a autora lança luz a uma questão bastante atual:

De que valem coleções etnográficas mal documentadas e mal conservadas, acumuladas em reservas técnicas poeirentas, ameaçadas de mofo e infestação de cupim? [...] Como extrair, porém, informação científica, cultural e simbólica de objetos mudos, carentes de dados mínimos para subsidiá-la? (RIBEIRO, 1992, p.73)

Embora estudar detalhadamente todos os ângulos dessa problemática não seja o foco do nosso trabalho, mesmo porque existem estudos mais aprofundados sobre o tema, para o escopo da nossa pesquisa cabe delimitar os pontos que interessam a presente pesquisa. A partir do breve cenário ora apresentado, podemos inferir quais são os principais vetores que incidem no diagnóstico dos fluxos de informação nos museus estudados. É possível afirmar que ambos os museus, direta ou indiretamente, são resultados ou dimensionados pelo cenário da arqueologia de contrato. O Museu de Arqueologia de Xingó, por um lado, é fruto de um salvamento arqueológico na área impactada pelo reservatório da Usina Hidrelétrica de Xingó. Nesse sentido, é possível afirmar que a concepção do Museu tem como molas propulsoras a pesquisa, a salvaguarda e comunicação das coleções geradas pela arqueologia de salvamento. O Museu de Arqueologia Sambaqui de Joinville, por outro lado, embora tenha a sua raiz fincada na compra de coleções arqueológicas de um arqueólogo amador, atualmente tem as suas ações regidas pela fiscalização e guarda de acervos gerados pela Arqueologia Preventiva nos arredores de Joinville.

A brilhante constatação de Lima e Rabello, anteriormente citada, direciona a rota que esta pesquisa pretende seguir: lançar o olhar para dentro dessas instituições tendo como estratégia metodológica o diagnóstico museológico, de modo a investigar como as coleções estão sendo gerenciadas, pesquisadas e comunicadas. Por essa via, seremos capazes de apontar para os ruídos “silenciosos” que interferem nos fluxos informacionais gerados pelos processos de musealização. É importante ratificar que a nossa pesquisa procura se distanciar do simples apontamento dos fatores de “emudecimento” da cultura material em vitrines e reservas técnicas; no sentido oposto, busca compreender quais são as circunstâncias, endógenas e exógenas, que guiam a este possível “emudecimento”. Até o momento, tratamos de apresentar uma breve cartografia dos fatores exógenos que interferem nos fluxos

informacionais; em seguida, daremos conta de delimitar quais serão os procedimentos elencados para identificar os vetores endógenos que norteiam a vida interna das instituições estudadas.

III METODOLOGIA

Embora tenhamos um capítulo dedicado à metodologia, faremos uma breve e introdutória explanação sobre como procederemos em relação às ferramentas metodológicas que faremos uso em campo, situando a nossa pesquisa dentro dos parâmetros de um estudo social.

Inserido no contexto da pesquisa social, nossa investigação adquire uma forma condizente com os pressupostos de uma análise qualitativa. Segundo Minayo, a pesquisa qualitativa “se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (MINAYO, 1994, p.22). A autora afirma que esse modelo de pesquisa

[...] trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 22)

Nesse contexto, a pesquisa se desenvolveu a partir de duas vertentes: o estudo de gabinete e a pesquisa de campo. A primeira corresponde ao traçado de um mapa da literatura, nacional e estrangeira, sobre a superfície de contato entre a arqueologia e museologia (fatores exógenos e transversais), apresentado na introdução da tese. Posteriormente, realizamos um apurado levantamento da documentação oferecida pelos museus estudados, em termos de documentos primários e secundários. Já a segunda vertente diz respeito à aplicação do diagnóstico museológico nos museus, nos quais fizemos uma inserção situacional em nossos objetos de pesquisa (os museus MAX e MASJ) entrando em contato diretamente com os atores sociais que dimensionam a cadeia operatória de musealização da arqueologia. Somados os estudos dos documentos primários e secundários dos museus estudados e as investidas de campo, compilaremos os vetores endógenos que regem os fluxos informacionais que atravessam os Museus.

Em termos de etapas de trabalho, foram desenvolvidas:

1. Pesquisa bibliográfica – revisão bibliográfica de literatura nacional e estrangeira que versa sobre a temática;
2. Pesquisa documental nas instituições – essa etapa diz respeito ao amplo diagnóstico documental da instituição. Em outras palavras, foi confeccionada uma cartografia do histórico e das atividades de salvaguarda e comunicação de ambos os museus. Os principais recursos utilizados nessa etapa foram os seguintes: Plano Diretor, projetos acadêmicos, anuários, diagnósticos, relatórios e documentos arquivísticos correlatos;
3. Pesquisa empírica – essa etapa abarca a observação participante do pesquisador, possibilitando um contato direto com cada instituição, em congruência com o seu contexto, a fim de avaliar *in loco* as normas que guiam e a abrangência de suas atividades. Os principais instrumentos utilizados nessa etapa foram os cadernos de campo e as entrevistas (em forma de “conversa com finalidade”) com os atores sociais. As pesquisas de campo foram realizadas de forma intensiva – uma semana de imersão em cada museu estudado –, em duas diferentes investidas, separadas por um período próximo de dois anos entre uma e outra. A primeira com uma característica mais prospectiva (de reconhecimento do objeto) e outra mais verticalizada nos tópicos mais relevantes para a pesquisa (aprofundamento e detecção dos ruídos informacionais em particular);
4. Análise da pesquisa empírica – a partir da coleta de dados foi realizado um relatório de pesquisa que substanciou a análise de cada museu (plasmada nos capítulos referentes ao estudo do MAX e MASJ);
5. Cruzamento de dados documentais e empíricos – nesse processo de gabinete, os dados foram confrontados emergindo, então, as idiosincrasias de cada instituição. Tal Procedimento também nos permitiu delinear as aproximações e distanciamentos operacionais entre os Museus (cristalizado no capítulo 4, referente à análise de dados).

No que se refere à estrutura da tese, em termos de redação, alicerçaremos a nossa pesquisa da seguinte forma: introdução, construção metodológica (capítulo 1), o Museu de Arqueologia de Xingó (capítulo 2), o Museu de Arqueologia Sambaqui de Joinville (capítulo 3), a Análise Comparativa de Dados (capítulo 4) e a Conclusão. Delinearemos, adiante, como esses segmentos foram tratados e os pontos abordados em cada um deles.

A introdução tem como meta orientar o leitor para a nossa trajetória de pesquisa. Dessa forma, fica clara para o leitor a forma com a qual guiamos a pesquisa. Não poderíamos

deixar de enfatizar que a nossa investigação é uma leitura possível da problemática que se delineia dentro das possibilidades da nossa lente de investigação. A partir da leitura da introdução, o leitor compreende não apenas o nosso objeto de pesquisa, a nossa hipótese e os porquês de investigá-lo, mas também poderá avaliar e incrementar outras visões possíveis para enfrentar a problemática. Problematicamos, também, os principais elementos que estruturam os pensamentos arqueológico e museológico, assim como aqueles fatores que repousam na relação entre as áreas, especialmente no tema que cinge a musealização da arqueologia.

No primeiro capítulo, norteamos os caminhos que seguimos para dar conta de nossa reflexão. Incorporamos, também na estruturação conceitual desse capítulo, os autores que basearam a nossa investigação metodológica, sobretudo os conceitos de pós-modernidade, via Bruno Latour, e os conceitos da ciência da informação, pelos quais entendemos os museus como um sistema de informação. Nesse mesmo capítulo, zoneamos a nossa rede de ação, pontuando os setores operacionais (aquisição e significação do registro arqueológico, salvaguarda, corpo funcional, espaços museológicos, estratégias de comunicação e avaliação da informação) nos quais transitamos dentro do nosso objeto de pesquisa (MAX e MASJ). Da mesma forma, compilamos os documentos e autores que serviram de base para a nossa análise. Por fim, elaboramos a tabela de campo, ou parâmetros de diagnóstico museológico, como instrumento de investigação de campo.

O segundo capítulo e o terceiro capítulo foram estruturados seguindo uma mesma lógica. Em ambos, dividimos a linha argumentativa em duas maneiras: em um primeiro momento, apresentamos os objetos de pesquisa com base apenas na produção literária sobre os museus, ou seja, via documentos secundários. Em um segundo momento, seguimos uma leitura mais aprofundada dos objetos, a partir dos parâmetros elencados na tabela de campo, mesclando as observações dos documentos secundários com as entrevistas, observação empírica (imersão em campo) e as leituras dos documentos primários do museu (atas, Regimento, Plano Museológico, e assim por diante). Ao cabo dos tópicos analisados (aquisição e significação, salvaguarda, comunicação etc.), já coletamos indícios que indiquem obstáculos informacionais evidenciados no processo de musealização na forma de uma “análise prévia” dos indícios diagnosticados.

No quarto capítulo, compilamos todos os dados coletados na trajetória da pesquisa, sobretudo do segundo e terceiro capítulo, e fizemos o cruzamento dos dados relativos a cada instituição. O referido capítulo foi estruturado de acordo com os seguintes parâmetros:

- Cruzamento dos dados do diagnóstico;
- Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação;
- Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional;
- Aproximações institucionais;
- Estruturas de longa duração.

Respectivamente, os tópicos relacionados atendem a diferentes respostas propostas em nossa pesquisa, sejam elas: cruzar as análises prévias que resultaram do diagnóstico de cada Museu, de sorte a confeccionar um quadro comparativo de como se comportam os fluxos informacionais (fatores endógenos); apresentar, no segundo tópico, quais são os principais lapsos nesse fluxo que atravessam as instituições; oferecer, no terceiro, um panorama daqueles dinamizadores dos fluxos informacionais, da mesma forma que indicar possibilidades para dinamizá-los; revelar, no quarto tópico, em quais momentos as instituições seguem em paralelo em termos dos lapsos informacionais diagnosticados, independentemente de suas particularidades e apontar, no último, para os fatores transversais ou exógenos que interferem nos fluxos de informação.

Com esse insumo informacional, na conclusão da tese estaremos aptos a apontar para os afastamentos e aproximações nos processos de musealização de cada museu e, sobretudo, refletir mais profundamente a hipótese lançada na tese – que é: obstáculos/ruídos comunicacionais, localizados no interior do processo de musealização da arqueologia, interferem no fluxo de informação que atravessa os Museus de Arqueologia, guiando a um distanciamento entre a arqueologia musealizada e a sociedade.

CAPÍTULO 1 – CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA

O presente capítulo foi estruturado com o objetivo de orientar o leitor sobre os caminhos que construímos para nos colocarmos diante da problemática esquadrinhada na introdução da tese, assim como de gerar uma reflexão mais aprofundada sobre a hipótese lançada nesta pesquisa. Da mesma maneira, pretendemos apontar para a forma com a qual as ferramentas metodológicas foram construídas, os conceitos nos quais nos ancoramos e as aplicações que foram feitas dessas ferramentas para, dessa forma, oferecer ao leitor a possibilidade de “transitar” pelos nossos objetos de pesquisa (MAX e MASJ): os complexos cenários museológicos compostos por redes de atores humanos e não-humanos.²⁸

Para levar a cabo tal empreitada, como já sinalizamos, necessita-se ter os instrumentos adequados para analisar as cadeias operatórias de musealização, cadeia esta em que se encerram estratégias, métodos e procedimentos que operam diretamente na aquisição, salvaguarda e representação pública do conhecimento arqueológico cristalizado nos objetos e/ou coleções. Nesse enfoque, objetivamos evidenciar neste capítulo as opções e as mentalidades que nos guiaram à elaboração das diretrizes e metodologias (instrumentos) voltadas para compreender como são regidos os fluxos de informação gerados pelos processos de musealização da arqueologia. Lembramos que a nossa investigação incorpora o conceito de cadeia operatória em seu sentido mais abrangente²⁹ e interconectada em seus encadeamentos. Ou seja, incorpora o conceito da cadeia operatória que parte das estratégias de incorporação de coleções arqueológicas à extroversão do conhecimento produzido, perpassando os procedimentos de salvaguarda e interpretação dos artefatos musealizados e com potencial de musealização. Agimos, então, na superfície de contato entre as duas áreas (arqueologia e

²⁸ Apropriamo-nos aqui dos referenciais conceituais de Bruno Latour, quando nos referimos a elementos não-humanos, como forma de evidenciar como fatores como organogramas, espaços museológicos, equipamentos, dentre outros aspectos, interferem no processo de musealização.

²⁹ Quando nos referimos à cadeia operatória da museologia em um sentido mais amplo, o leitor mais atento pode argumentar que a cadeia museológica está fazendo uma invasão aduaneira na cadeia arqueológica. Decerto o leitor tem razão em sua argumentação, pois não caberia aos profissionais de museologia, *a priori*, os ofícios de trabalho de campo e de interpretação arqueológica *estrito senso*. Da mesma maneira que, onde há a maior superfície de contato disciplinar entre as cadeias operatórias da museologia e da arqueologia – em termos de processamentos documentais e de comunicação, via projetos educativos – as metodologias empregadas se divergem em termos de concepção, aplicação e resultados. Por outro lado, não haveria como analisarmos o processo de coleta, interpretação e extroversão da informação sem proceder tal invasão de fronteira, sob a pena de termos uma análise superficial do objeto. Nesse sentido, a nossa própria formação híbrida facilitará essa investigação na medida em que dominamos a linguagem de ambas as áreas facilitando, assim, a construção de uma lente visão multifocal do objeto.

museologia), sendo inevitável, em termos metodológicos de investigação, escapar das invasões aduaneiras que delimitam as respectivas áreas.³⁰

Pensamos que a maior contribuição que se pretende alcançar com esta tese é a própria **construção de um diagnóstico museológico**³¹ aplicado a instituições que abrigam acervos arqueológicos, conforme esboçamos na introdução da tese. Mais do que uma análise dos processos de musealização em dois museus específicos, MAX e MASJ, e dos resultados alcançados a partir dessa investigação, pretendemos que o método por nós construído possa ser utilizado como base para subsidiar outras pesquisas que tenham o objetivo de minimizar o histórico distanciamento entre o conhecimento arqueológico e o grande público. Em outros termos, pretendemos que esta tese contribua com a delimitação de parâmetros para um modelo de diagnóstico que ofereça, em certa medida, os instrumentos necessários para detectar os possíveis problemas no cotidiano dos Museus de Arqueologia de modo a incentivar a recondução de suas ações.

Vale assinalar que a aplicação do diagnóstico construído, assim como a sua interpretação, teve uma abordagem propositiva e não “denunciativa”. Entendemos, com isso, que não houve intenção, ao investigar os nossos objetos, de indicar apenas os problemas pontuais, mas também contingenciais. Certamente, como já pudemos averiguar em nosso campo profissional, estes nós/obstáculos podem ser tanto específicos como transversais, ou seja, podem ser tanto observáveis dentro de especificidade do contexto institucional (fatores endógenos) ou de heranças históricas que contaminam as ações museológicas e que se reflete nas ações dos profissionais de museus (fatores exógenos). A construção metodológica busca, então, nos paramentar de forma a diagnosticar esses fatores no contexto dos museus estudados.

Em termos de estruturação do capítulo, confeccionamos um mapa conceitual do nosso método esboçando as referências que nos respaldaram para a criação da nossa “lente de contato”. Posteriormente, explicitamos documentos, cartas, referências e diretrizes que deram sustentação à estruturação do diagnóstico museológico apontando para os setores que investigaremos nos museus enquanto sistemas de informação. Em seguida, expomos como construímos a tabela de análise, indicando os aspectos em que focamos a nossa análise e os porquês das escolhas; posteriormente apontamos como a tabela de pesquisa foi desdobrada em forma de questionários e,

³⁰ Infelizmente os movimentos de “invasão” recíproca entre áreas ainda são muito tímidos nos dias de hoje. Poucos museólogos conhecem o ofício do arqueólogo e vice-versa, embora os resíduos frutos dessa pouca interação não parem de surgir no cotidiano museológico.

³¹ Adiante, esquadriharemos algumas particularidades desse diagnóstico.

por fim, traçamos algumas particularidades do diagnóstico museológico quando do momento da análise.

1.1 ESTRUTURAÇÃO CONCEITUAL

A mola propulsora da tese repousa na investigação do *gap* que se interpõe entre o conhecimento arqueológico e a sociedade no que se refere aos Museus de Arqueologia brasileiros. No campo da ciência da informação, esses conceitos ganhariam uma acepção conceitual diferenciada. Estaríamos buscando compreender os ruídos que agem nos canais de sistemas de recuperação de informação (SRIs), localizados entre os polos comunicativos compreendidos como emissores (museus) e receptores (sociedades)³², tendo como premissa básica que ambos os polos buscam estabelecer algum tipo de interlocução. Se quisermos alargar ainda mais esse campo de análise, poderíamos migrar para os estudos da sociologia da ciência, pelos quais estudiosos como Bruno Latour, buscam compreender os “grandes divisores” que se impõem entre a produção da ciência e o senso comum.

Todas as acepções relacionais (emissor-receptor, museu-público e ciência-senso-comum) buscam oferecer respostas, no campo dos museus especificamente, àqueles fatores que incidem na relação comunicativa entre instituição museológica e o público, de maneira a criar estratégias para minimizar as distâncias entre os dois entes. Tais distanciamentos criam no imaginário popular a ideia de museu como lugar de velharia ou depósito de coisas velhas ou, no caso de museus de história natural, como espaços em que são mostrados animais “empalhados”, objetos de índios e dinossauros fantásticos. Em frases como a de um comentário do público, escrito em um livro de sugestões do Museu de História Natural de San Diego, – “Eu não sei o que é História Natural significa, e para mim museus significam morte, empalhado e passado” – fica patente que há uma dissonância entre a produção científica e a

³² Alertamos, porém, que na visão pós-moderna, sobretudo do ponto de vista latouriano, essas esferas (emissores e receptores) nem sempre se comportam de maneira estanque e simplista, como preferimos esboçar esquematicamente. Por demais das vezes, a sociedade pode se comportar como enunciadora de um discurso e o museu como coautor desse discurso ou, até mesmo, como receptor da mensagem. É o que poderíamos entender como o processo de multivocalidade, no qual repousa a acepção que o discurso sobre o passado não pertenceria apenas aos iniciados (cientistas) ou à cosmologia ocidental. Por outro lado, essa realidade de incorporação de múltiplas possibilidades de construção de discursos sobre o passado ainda é uma realidade distante do cotidiano dos museus brasileiros.

recepção do público. Além do mais, denota que esta distância não se trata de uma realidade apenas brasileira.

Ainda hoje parte dos museus de história natural, assim como os de arqueologia propriamente ditos, guarda o estigma de agentes de mumificação de culturas, que se congelam em dioramas, esquemas e painéis explicativos sobre a natureza e a cultura. Esses museus adentram o século XX ainda congelados no tempo. Conforme reconhece Bruno (1995), os Museus de Arqueologia chegam ao século XX expondo o exótico e as curiosidades de culturas e da natureza, organizando as coleções para o público de forma enciclopédica, evolucionista e classificatória.

Diante dessa realidade, poderíamos indagar: de que ponto partir a nossa investigação? Criticando o fato de termos “objetos mudos” ou “mortos”, nas exposições museológicas e reservas técnicas, que pouco comunicam e que causam desinteresse por parte do grande público? Ou partiríamos para a rotina de ações museológicas a fim de compreender os fatores e procedimentos que agem no “emudecimento”/“morte” da cultura material antes que eles se fechem em caixas-pretas no interior dos museus? Em outros termos, partiríamos do produto final ou iríamos para os processos de produção do discurso científico? Diante dessa indagação, incorporamos à tese os pressupostos metodológicos de Bruno Latour para que o leitor compreenda os motivos pelos quais lançamos mão da segunda opção de análise como conceito-chave, que guiou a nossa metodologia de investigação.

Nesta pesquisa, abarcaremos as prerrogativas do referido autor para responder a uma pergunta mais ampla, que abrange não somente as estratégias comunicativas, mas também os encadeamentos de coleta, interpretação e salvaguarda. Para tal, planejamos uma readequação, ou melhor, um novo recorte metodológico para responder às nossas demandas atuais de pesquisa.

Com vistas a melhor compreender as mentalidades incorporadas, do filósofo da ciência Bruno Latour, e seus pressupostos teórico-metodológicos, faremos adiante uma sucinta explanação sobre o lugar de enunciação do autor demonstrando de que forma o incorporaremos ao nosso método.

Mesclando uma formação híbrida em filosofia e antropologia, Latour tem o seu reconhecimento público a partir do seu livro “Vida de Laboratório”, em 1979. O período em que ele se destaca publicamente é marcado por um momento de conflito dentro da sociologia da ciência, no qual duas perspectivas de análise dos fatos científicos entravam em atrito. Grosso modo, a primeira delas, a linha mais tradicional, voltava a sua atenção para os

produtos finais da ciência, ou seja, as consequências sociais que teriam os discursos institucionais depois de prontos e acabados. Já a segunda, intitulada “nova” sociologia da ciência, interessava-se mais pelo processo de construção dos conhecimentos científicos, entendendo tal empreendimento como um processo socialmente construído (Schwartzman, 2001).

Schwartzman compreende tal período (anos 70 e 80) como um momento em que os estudos sociais da ciência passaram por uma grande revolução, que, nos anos 90, ficou conhecida como *science wars*. Na compreensão do autor, Latour estaria inserido naquela extremidade em que os sociólogos e antropólogos buscavam observar os fatos científicos a partir da observação dos cientistas que os produzia, dentro dos seus laboratórios. Nas palavras de Schwartzman, “de repente, sociólogos e antropólogos, muitos deles oriundos das ciências naturais, começam a observar os cientistas como quem observa índios em suas tribos [...]” (SCHWARTZMAN, 2001, p.3)

Por esta via, Latour interessa-se por uma observação acional, dentro das instituições as quais intitula, de forma mais ampla, como laboratórios. Esta proposta de análise denota que o autor não procura investigar os discursos prontos e acabados, mas os processos de construção destes. Latour sugere, então: “vamos dos produtos finais à produção, de objetos estáveis e ‘frios’ a objetos instáveis e mais ‘quentes.’” (LATOUR, 2000, p.39) A metodologia latouriana de observação do cotidiano dos cientistas, a microsociologia de laboratório, pode ser compreendida como uma análise internalista da ciência.

Para o nosso método, no entanto, interessa-nos mais a perspectiva de rede, ou Teoria Ator-Rede, vislumbrada por Latour. A partir de sua observação laboratorial, o autor percebeu que a prática científica traz consigo um emaranhado de relações nas quais cientistas, sociedade, máquinas e interesses diversos são partícipes dessa construção de fatos. Ao esboçar a configuração dessa rede, o autor esclarece que

essas redes são construídas com material homogêneo, mas que, ao contrário, exigem a urdidura de inúmeros elementos diferentes, o que o torna sem sentido a questão de saber se elas são ‘científicas’, ‘econômicas’, ‘políticas’ ou ‘administrativas’. (LATOUR, 2000, p.377)

Incorporando a análise supracitada para o nosso universo de pesquisa, admitimos que não basta observarmos os objetos/cultura material “mudos” em uma vitrine a fim de esboçarmos uma análise crítica de como o público o percebe, ou não o percebe. Para os nossos fins, buscamos reabrir esta caixa de pandora do “objeto mudo” para compreendermos

a complexa rede de fatores que contribuíram, ou não, para o “emudecimento” de tais objetos. Por este ângulo, visamos, antes de tudo, investigar os discursos produzidos por intermédio da cultura material como a materialização de uma série de processos sociais e operacionais de musealização da arqueologia. Não apenas como artefatos livres de suas redes pretéritas de (re)significação³³, duplamente obscurecidas.

Esse aspecto torna-se também relevante uma vez que possibilita enxergar a noção de dinamismo da ciência em detrimento de uma ciência pronta e fria. A observação dos laboratórios ou, em nosso caso, dos Museus de Arqueologia, viabiliza constatar que a musealização é composta de ações internalistas (própria dos processamentos institucionais) e do componente historicizante (que atravessam as práticas museológicas) que acabam sendo obscurecidos no momento da representação pública do conhecimento, fechando-se em caixas-pretas.

Estudamos a ciência em ação, e não a ciência pronta; para isso, ou chegamos antes que os fatos se tenham transformado em caixas-pretas, ou acompanhamos as controvérsias que as reabrem. (LATOUR, 2000, p. 421)

[...] Em vez de transformar em caixa-preta os aspectos técnicos da ciência e depois procurar influências e vieses sociais, era mais simples estar ali antes que a caixa se fechasse e ficasse preta. (LATOUR, 2000, p.39)

Como defendemos acima, nosso laboratório de análise serão os nossos próprios objetos de pesquisa: o MAX e o MASJ. Ao entrarmos nesses museus, procuramos averiguar quais e como os discursos são produzidos a partir da cultura material, e também investigar quem são os atores que orquestram a musealização do patrimônio arqueológico. Não perderemos de vista, porém, as mentalidades históricas que contaminam as ações. Ou seja, partimos dos processos para então observar os produtos finais, e não o contrário; partimos dos processos de “emudecimento” antes que eles se tornem “emudecidos”.

Aproximamos a nossa concepção de laboratório, o entendemos como um

³³ A resignificação a que nos referimos, no caso de acervos arqueológicos, ocorre duplamente no caso da arqueologia Pré-Histórica. Ao serem concebidos, no contexto arqueológico, os artefatos pré-históricos estavam inseridos em uma rede de ações simbólicas pretéritas, ou seja, são materializações de redes sociais, religiosas e políticas. Nesse sentido, também foram produzidas em um “laboratório” que não podemos mais acessar restando, apenas, a materialidade que sobreviveu ao tempo para ser investigada como testemunhos de um passado. Os Museus de Arqueologia, a partir da pesquisa da cultura material, buscam (re)tecer tal rede pretérita oferecendo novas camadas simbólicas de interpretação. Ao ser oferecido ao público em uma exposição museológica, apenas o objeto pelo objeto, as camadas de significação estariam duplamente obscurecidas, restando, novamente, apenas a materialidade para ser observada e reinterpretada pelo grande público.

local de desconstrução de fatos, que envolve homens, máquinas, experiências, papéis e estratégias. O desafio do trabalho etnográfico é a desconstrução de um *hard fact*, mostrando quais são os processos que operam na remoção das circunstâncias sociais e históricas nas quais esta construção (dos fatos) se dá. (LATOUR, 1994, p.214)

Traduzindo essa concepção para a nossa realidade, sugerimos, então, que a investigação tenha como pressuposto a averiguação dos vetores – operados por redes de pessoas, máquinas, reservas técnicas, documentação, ideologias, documentos, Regimentos, Planos Museológicos, anais, organogramas, dentre outros diversos aspectos – que contribuem para a descontextualização e afastamento dos discursos museológicos em relação ao público com quem se pretende estabelecer um diálogo.

Igualmente, como propõe o etnométodo latouriano, acreditamos que a partir da intitulada análise de laboratório, será possível observar e buscar a compreensão das atividades cotidianas dos museus estudados, interessados “pela maneira como os gestos mais insignificantes – aparentemente – contribuem para a construção social dos fatos.” (Latour e Woolgar, 1997, p.159) Por esse ângulo, o nosso diagnóstico busca identificar os lapsos comunicativos de maneira humanizada; como uma antropologia das instituições, sob a pena de termos uma visão limitada e fria dos encartes e artigos produzidos sobre os objetos de pesquisa. De outra maneira, não estaríamos aptos a perceber, por exemplo, como as relações interpessoais e o comportamento dos indivíduos interferem diretamente nos processos de musealização e nos fluxos informacionais – que, para os pesquisadores menos atentos, poderia ser encarado como mesquinhas da ciência.

Embora Latour seja considerado um autor internalista, ou seja, que observava o interior das instituições no momento de fabricação das teorias científicas, não podemos, para fins desse estudo, considerar que existem circunstâncias externalistas que também exercem influência sobre os laboratórios/museus. Como já mencionamos, por detrás de objetos amontoados em reservas técnicas ou empoeirados em uma vitrine defasada – destituídos, portanto, de contexto e simbologias –, existem, além dos fatores internos da instituição, diversos elementos externos ou contextuais, como: paradigmas da ciência, regionalidades, heranças históricas, conceitos, dentre outros, que impregnam os processos de musealização da arqueologia.

Em resumo, ainda nos apropriando das ideias do mesmo autor, acreditamos que qualquer objeto fabricado pelo homem (cultura material) é fruto de uma rede de pensamentos cristalizados em forma de matéria. Por essa via, não haveria um objeto/documento isento de

“voz” (no sentido de intenções e projeções) quando do seu processo de fabricação e, nesse mesmo sentido, o seu “emudecimento” não seria um ato involuntário, mas sim fruto de influências e contingências cujos meandros pretendemos descortinar.

1.2 A CONSTRUÇÃO DIAGNÓSTICO MUSEOLÓGICO

*“Os Museus preservam materialmente o
passado com eficiência?*

*O gerenciamento e
a conservação das coleções.”*

Shanks & Tilley, 1992, p.90

Tendo como estímulo as pressuposições de Shanks e Tilley, neste momento demonstraremos como operacionalizamos o método anteriormente explanado em forma de procedimentos e ferramentas de investigação. Para tal, municiamo-nos de uma ampla bibliografia para subsidiar a nossa investigação, a qual trataremos de apresentá-la e discuti-la no escopo dos procedimentos metodológicos. Traçaremos brevemente, também, o entendimento que temos sobre a nossa principal ferramenta de análise: o diagnóstico museológico. Posteriormente, dentro desse subtópico, zonificaremos o nosso campo de análise apontando para os espaços nos quais transitaremos com o nosso diagnóstico.

A museologia vem passando, na atualidade, por uma grande discussão em termos de gerenciamento de museus e coleções. Importantes documentos confeccionados no campo dos museus vêm suprir uma demanda de profissionalização do campo que, por longa data, seguiu caminhos difusos e livres de uma sistematização de procedimentos e ações mínimas para levar a frente uma gestão adequada das instituições.

Embora não tenhamos os “ISOS”,³⁴ que criam parâmetros de normatização institucional, muito aplicados principalmente a instituições privadas, não são poucas as

³⁴ A ISO, ou Organização Internacional de Padronização, funciona como uma entidade que elabora um sistema de padronização e normatização nos campos técnicos. Dentre as classificações da ISO estão as “normas de

diretrizes mínimas de procedimentos museológicos disponíveis na área para as quais devemos atentar. A Declaração de Québec (84), o Código de Ética para Museus (ICOM), as Bases de Uma Política Nacional de Museus e o Estatuto de Museus³⁵ são apenas alguns documentos-chave disponíveis em língua portuguesa, nos quais devemos basear e sustentar as nossas ações.

Sobre a sistematização de programas de aquisição, salvaguarda e comunicação – que são criados de forma a facilitar o trabalho dos gestores de museus no planejamento de novos museus e na gestão dos museus existentes – encontramos importantes bibliografias estrangeiras que podem ser aplicadas, com alguma ressalva, à realidade museológica brasileira. São elas: “Manual de Curatorship”, editado por John Thompson; “Práticas de Gestão nos Museus Portugueses”, de Felipe Serra; “Museum Administration”, editado por Hugh Genoways e Lynne Ireland; “The Handbook for Museums”, editado por Gary Edson e David Dean; dentre outras que serviram de aporte para o desenvolvimento do nosso corpo metodológico.

Vale destacar que cada uma dessas bibliografias atende a uma proposta específica. Parte delas refere-se a um gerenciamento bastante “duro”, agregando os pressupostos mais aplicados à gestão de museus enquanto empresas, como, por exemplo, formação e valorização de profissionais, regras de nomeação de diretores, recrutamento de pessoal, gestão e administração de competências e assim por diante. Para fins do nosso trabalho, tivemos a preocupação de fazer um compêndio do referido material confeccionando uma ferramenta que abarque os tópicos mais caros aos nossos objetos de pesquisa.

Como já referenciado na introdução, a relevante tese “Gestão de Museus e o Desafio do Método na Diversidade: Diagnóstico Museológico e Planejamento”, produzida por Manuelina Duarte Cândido (2011), provê um amplo e detalhado panorama sobre o estado da arte da gestão de museus, notadamente o que tange ao **diagnóstico museológico**. Duarte Cândido parte da premissa que o caminho possível para a qualificação das instituições museológicas dá-se a partir dos procedimentos de avaliação e entende o diagnóstico museológico como instrumento fundamental para o planejamento institucional. A autora aponta para o fato que os museus brasileiros estão se abrindo para a cultura da avaliação por

procedimentos” que se referem aos procedimentos de gestão de qualidade, que, em contexto brasileiro, está mais associado à iniciativa privada.

³⁵ O Estatuto de Museus foi instituído pela lei 11.904, em 2009, e trata-se de uma legislação específica para orientar e auxiliar as instituições museais em seus cotidianos de ação. Para consultar a lei, acessar o sítio: <http://www.cultura.gov.br/site/2009/01/15/estatuto-de-museus-2/>

diversas contingências contemporâneas que, dentre as quais, está a pressão estabelecida por legislações reguladoras para os museus. (Duarte Cândido, 2011)

A autora sinaliza, também, para o fato de existir uma diversidade de diagnósticos possíveis de serem efetivados que, inclusive, transitam por outras áreas de conhecimento e são abarcados pela realidade dos museus. Em linhas gerais, essas avaliações podem ser parciais ou globais. A primeira abarca pontos específicos que podem ser mensurados dentro do organismo museológico, tal como diagnóstico de acessibilidade, diagnóstico de acervo, diagnóstico de documentação, avaliação de exposições e estudos de públicos. A segunda tem como princípio uma feição integradora, que percebe o todo da instituição em conexão com as partes. Concordamos com a autora, quando afirma que

em um paralelo com que ocorre em avaliações médicas, podemos dizer que esses **(diagnósticos parciais)** são diagnósticos de alguns especialistas, enquanto o diagnóstico museológico seria uma abordagem de ‘clínica geral’, tentando perceber a organicidade das diferentes partes e realizar uma análise do quadro geral do funcionamento, indicando, quando for o caso, um aprofundamento da avaliação por especialistas naqueles pontos que foram identificados os problemas que comprometem o todo. (DUARTE CÂNDIDO, 2011, p.112. Grifo nosso)

Com vistas a nortear os parâmetros para avaliação, a autora oferece, com base em diagnósticos já aplicados em contextos de museus, alguns elementos fundamentais para serem considerados nessas ferramentas, são eles: aquisição e baixa de acervos, recursos humanos, orçamento, estrutura espacial, reservas técnicas, manuseio e uso do acervo, monitoramento e controles ambientais, segurança e estudos de público. Ademais, dissecar com riqueza os aspectos centrais que devem ser analisados em cada um desses setores. Em nossa pesquisa, lançamos mão da maioria desses aspectos, que foram adaptados e organizados de forma a dar cabo do mapeamento e investigação dos fluxos informacionais. Adiante, ainda neste subcapítulo, o leitor terá dimensão de como os museus foram zoneados para fins de diagnóstico.

Em consonância com a pesquisa de Cândido Duarte, outra referência salutar deve ser considerada para conceber planejamentos institucionais e, indiretamente, diagnósticos museológicos: são os autores Stuart Davies (2001) e Timothy Mason (2004) que tratam, respectivamente, de diretrizes para a gestão museológica e para a elaboração de planos diretores no contexto da elaboração de planos museológicos. Ambos os autores esclarecem que um dos pilares para a elaboração de um plano é justamente o diagnóstico museológico.

Sobre essa ferramenta, ambos os autores concordam que depois de estabelecida a missão institucional, os profissionais devem fazer um diagnóstico detalhado da situação atual do museu, que, por sua vez, pode ser inexecutável caso não seja realizada uma seleção daquelas questões que serão analisadas em detalhes.

Os autores concordam que o diagnóstico situacional do museu inclui aspectos internos e externos ao museu, sendo que o diagnóstico dos fatores internos busca identificar aqueles problemas básicos que o museu enfrenta em sua rotina. Na mesma medida, destacam o método de análise intitulado SWOT,³⁶ que se resume em investigar os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças.

A SWOT é uma ferramenta analítica poderosa que pode fazer com que toda a equipe se envolva no processo de planejamento. Além disso, é necessário que se dedique tempo para avaliar, especificamente, com mais detalhes, os resultados dessa etapa. Em geral, isso inclui examinar de modo minucioso o desempenho do museu no passado e no que ele será capaz de fazer no futuro (**diagnóstico interno**). Mas também é necessário enxergar o museu dentro de um contexto mais amplo, para avaliar como forças externas poderão afetá-lo no futuro. (DAVIES, 2001, p.35. Grifo nosso)

Como já referenciamos anteriormente, o nosso diagnóstico foi construído com o objetivo de analisar os fluxos de informação no contexto dos Museus de Arqueologia. Em seguida, arrazoaremos como, respaldados pela bibliografia cotejada, operaremos o diagnóstico por nós construído e aplicado às realidades museológicas que investigamos:

- O diagnóstico proposto intenta fazer uma análise global da situação dos museus, tal como um clínico geral, compreendendo-os como um organismo composto por partes interconectadas;
- Na medida em que observamos o organismo de forma integrada, não vamos verticalizar nas análises dos setores em separado, tal qual um especialista – a exemplo da documentação, da segurança, acessibilidade, etc. – sob a pena de perdermos a visão do todo. Em nosso entendimento, o diagnóstico deve compreender o organismo de forma encadeada e interconectada. Por esse prisma, observamos, por demais das vezes, a dificuldade de trabalhar determinados temas em setores específicos, visto que algumas evidências não respeitam essas fronteiras e acabam por interferir nos outros setores, refletindo no organismo como um todo. Ademais, a análise minuciosa de cada elemento seria inexecutável; igualmente, não teríamos

³⁶ Em língua inglesa, a nomenclatura SWOT significa Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats. Em tradução para a língua portuguesa, respectivamente, pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças.

“fôlego” nem as competências necessárias para dar conta de uma análise por demais detalhada.

- Embora não tenhamos utilizado o método SWOT em sua integridade, algumas características basilares foram incorporadas para a nossa pesquisa, tais como: a visão internalista e externalista dos museus estudados, levando em conta tantos os fatores que dimensionam o cotidiano da equipe do Museu quanto os fatores exógenos que impactam os fluxos de informação. Apontamos ao final de cada setor analisado, em forma de análises prévias, quais são aqueles pontos mais nevrálgicos que interferem no fluxo de informação e, na análise de dados, identificamos as ameaças e as potencialidades dos Museus;
- Nosso diagnóstico identifica, portanto, os obstáculos que freiam os fluxos de informação, assim como identifica aqueles elementos os impulsionam; ao cabo, apresenta possibilidades para dinamizar e equilibrar as assimetrias encontradas. Por esse ângulo, o diagnóstico almeja ser propositivo e não um simples apontamento de aspectos negativos.
- Ainda em analogia às ciências médicas, buscamos calibrar uma visão de “raios-X” sobre o organismo; queremos dizer com isso que o nosso diagnóstico busca um olhar para além da realidade aparente de alguns elementos. Apenas a título de exemplificação, ao vislumbrarmos uma reserva técnica abarrotada (parte visível), se não tivermos o olhar de “raios-X” perderemos o foco de todas aquelas circunstâncias (invisíveis ao olhar o espaço) que guiaram a esse acúmulo, como: carência de funcionários, baixos salários, distanciamento entre a sede administrativa e a reserva técnica – até mesmo o que Latour entenderia como as ninharias da ciência, como desentendimentos pessoais entre as equipes e desmotivação;
- Deve-se apontar que a nossa inserção de campo, de posse dos parâmetros do diagnóstico, representa um olhar possível sobre a instituição, pelas próprias limitações do olhar do pesquisador e pela “temporalidade” das instituições. O primeiro aspecto tem referência ao olhar do pesquisador que, ao mesmo tempo em que possui potencialidades (olhar do museólogo, do cientista da informação e do arqueólogo), possui fraquezas por deixar de observar outros aspectos que escapam da nossa compreensão. Soma-se a isso o fato de a construção do diagnóstico seguir aqueles parâmetros elencados pelo pesquisador, que, por sua vez, é também um olhar seletivo sobre os parâmetros de análise. No que tange à temporalidade das instituições, há um paradoxo: ao mesmo tempo em que buscamos recuperar a historicidade das ações museais nos museus estudados, o nosso olhar não deixa de ser fotográfico, (re)apresentando um momento institucional específico. Na medida em que o pesquisador não faz parte do cotidiano daquela instituição – e muito menos esteve presente no

decorrer da história institucional – sua análise fica condicionada àquele instante que ele está observando, da mesma forma que o desvelamento daquela realidade depende das narrativas dos atores que nos apresenta o museu.

1.3 OS MUSEUS COMO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Estabelecidas as potencialidades e os limites do nosso diagnóstico, a seguir delimitaremos de que maneira os museus são observados como Sistemas de Recuperação de Informação (SRI) para, posteriormente, indicarmos por quais meandros o nosso diagnóstico transitará. Na introdução da tese já traçamos algumas perspectivas basilares da ciência da informação sobre os SRIs, a partir de autores fundamentais como Gonzáles de Gómez, Wersig e Neveling. Para circunscrever com mais clareza as aproximações que construímos entre os Museus e os SRIs, e os fluxos informacionais que atravessam esses sistemas, julgamos necessário expandir o tema para que o leitor também calibre o olhar sobre os nossos objetos e a aplicação do diagnóstico museológico.

Autores clássicos da área de informação, como Le Coadic (1996), entendem que a sociedade de informação precisa de uma ciência que investigue as propriedades da informação e os processos subsequentes de construção e comunicação nos contextos culturais, econômicos e tecnológicos. O autor utiliza o termo “ciclo da informação” para definir os processos interconectados de construção, comunicação e o uso da informação em contextos sociais. Por este ângulo, as ciências da informação teriam como área de estudo a análise desse “ciclo de informação” assim como a concepção dos produtos e sistemas que permitem a sua construção, comunicação, armazenamento e uso da informação. De acordo com o autor,

a informação é o sangue da ciência. Sem informação a ciência não pode se desenvolver e viver. Sem informação, a pesquisa seria inútil e não existiria conhecimento. Fluido precioso, continuamente produzido e renovado, a informação só interessa se circula, e, sobretudo, se circula livremente. (LE COADIC, 1996, p.27)

Ao encontro dessa perspectiva, Aldo Barreto entende que o objeto da ciência da informação compreende a investigação dos princípios e práticas que regulam a criação, organização e distribuição da informação. De forma análoga ao conceito de ciclo

informacional, o autor entende que as pesquisas na área da informação devem levar em conta o estudo dos fluxos da informação, desde a sua criação até a sua utilização. (Barreto, 2002)

Diversos são os autores brasileiros que convergem os estudos dos SRIs ao universo dos museus. De forma pioneira, Helena Dodd Ferrez preconizou a relação entre a ciência da informação e os museus ao compreender este como um Sistema de Recuperação de Informação (SRI). Na compreensão da autora, os SRIs se aproximam dos museus na medida em que incorporam objetivos (conservar a coleção, maximizar o acesso e o uso dos itens) e funções semelhantes (estabelecer contato efetivo entre as fontes e os usuários). Por esse ângulo, esses lugares de informação abarcariam os mesmos componentes: entrada, organização e controle e saída. Nessa ordem, os museus como sistemas de informação operariam a seleção e aquisição, organizar-se-iam na forma de operação de registros, identificação, armazenagem/localização, classificação e indexação, visando à recuperação e disseminação de informações. (Ferrez, 1994)

Maria Lúcia Loureiro, por sua vez, compreende os museus como “aparato informacional”. A partir desse conceito, a autora destaca o papel ativo dos museus como produtores de informações, além das usuais funções de registro e documentação. Igualmente, considera que os modelos atuais de sistemas de informação privilegiam a comunicação, sobrepujando os modelos que privilegiam a conservação e o armazenamento. Segundo a autora,

como aparatos informacionais, os museus produzem e processam informações extraídas dos itens de suas coleções – individualmente ou em conjunto – de modo a gerar novas informações. Tais operações podem ser realizadas internamente, no âmbito de suas atividades de rotina (particularmente a documentação e a exposição), ou externamente, por estudiosos que invocam objetos como testemunhos ou recorrem aos mesmos na qualidade de documentos. (LOUREIRO, 2003, p.42)

Imbuída das bases construídas por Ferrez, Rose Miranda reconhece o objeto museológico como fonte de informação e o museu como espaço informacional. Concordamos com a autora quando afirma que a produção da informação nas instituições museológicas é operada por intermédio dos objetos musealizados no instante em atravessam um processo de tratamento – que transforma dados em informação registrada – que ganha sentido ao ser comunicado aos usuários. Por esse entendimento, no interior dos museus, existiria um fluxo de informação que atravessa tal encadeamento cíclico e que, invariavelmente, é regulado por vetores internos e externos aos sistemas de informação. Concordamos com a autora quando afirma que

a concretização do processo informacional entre o museu e seus usuários, permitindo o acesso e o uso das informações registradas, depende diretamente da implantação de sistemas e programas que garantam o fluxo da informação. Essas iniciativas estão sujeitas ao desenvolvimento de políticas internas e externas que reconheçam estrategicamente a importância da informação museológica. (MIRANDA, 2001, p.27)

Aproximando os conceitos apresentados para o nosso campo de estudo, é possível estabelecer alguns alicerces fundamentais para o nosso modelo de análise. São eles:

- Os estudos voltados para os museus enquanto sistemas de informação levam em conta os ciclos de informação, na forma de uma cadeia produtiva que incorpora as ações de produção, comunicação e uso da informação pelos usuários (camadas da sociedade com quem busca dialogar). Em analogia com a cadeia operatória da museologia, essa cadeia seria o equivalente aos processos de aquisição, salvaguarda e comunicação, sendo, então, redimensionados pela retroalimentação;
- Os fluxos de informação são regidos por forças internas (endógenas) e externas (exógenas) aos sistemas. As internas dizem respeito às ações cotidianas dos atores que estão inseridos nesses sistemas, que promovem a aquisição, o processamento e a comunicação da informação. Os vetores externos dizem respeito às influências exercidas pelo contexto político, social e ideológico em que tais sistemas estão inseridos. Por óbvio, os vetores de poder confundem-se de forma indissociável, por demais das vezes;
- Os museus como sistemas de informação possuem encadeamentos que se alimentam internamente, que abarcam três componentes fundamentais: entrada, processamento e comunicação. Esses três elementos só ganham sentido quando a informação é usada pelo público e as suas demandas de informação³⁷ são retroalimentados para dentro do sistema, reconfigurando os fluxos de informação;
- Intenta-se que os museus/sistemas de informação tenham um fluxo equilibrado, harmônico, contínuo e consistente entre os componentes de entrada, processamento e saída.

Podemos analisar a relação entre museus e sociedade por outra perspectiva complementar, na qual os sistemas de informação pressupõem uma ação de informação empreendida entre um emissor e um receptor, por intermédio de um canal. De forma

³⁷ De forma geral, os anseios e perspectivas de como a sociedade está recebendo e se apropriando da informação são avaliados em forma de estudos de público. A partir das respostas obtidas por tais estudos é possível avaliar os ruídos informacionais que se interpõem entre o sistema de informação e o público, de maneira a reavaliar as ações comunicativas empreendidas pelos museus. No campo da Informação, o procedimento de “escuta”, e avaliação da relevância da informação extrovertida para “fora” do sistema, é entendido como retroalimentação.

aproximada com os museus, de maneira bastante esquemática, a cadeia operatória que investigamos perpassaria uma trajetória em que o museu (emissor) busca estabelecer um processo comunicativo com os públicos (receptores) por intermédio de exposições e ações educativas (canal), nas quais divulgam uma mensagem (conteúdo informacional).

Esmiuçando esse entendimento, os **emissores** seriam, nesse contexto, os museus estudados (MAX e MASJ), que buscam comunicar informações construídas em forma de uma **linguagem**,³⁸ a partir dos processamentos técnicos e teóricos de musealização, via cultura material. Comunicam por intermédio de um **canal**, que representaria as janelas comunicativas que se abrem para o diálogo (exposições e ações educativas). Por fim, os **receptores** (público) se apropriam e usam (decodificam) tal mensagem (conteúdo informacional divulgado), reordenando o seu mapa cognitivo acerca do tema tratado, gerando conhecimento. Como já especificado, nosso diagnóstico tem como ênfase analisar os fluxos de informação que segue da aquisição até o público interpretador. Não lançaremos mão de compreender, portanto, como a mensagem é decodificada, pois, para tal, existem metodologias específicas – de áreas como a psicologia, semiótica, dentre outras – que não teríamos a competência de analisar nesta pesquisa.

A esquematização de um sistema de informação, como já especificado anteriormente, incorpora basicamente três componentes: de entrada, de processamento e de saída. Dizemos se tratar de uma noção esquemática por diversas razões, ateremo-nos em analisar apenas duas. A primeira delas refere-se ao fato que, não necessariamente, o receptor acolherá a mensagem enviada, como um ato passivo e desprovido de análise crítica. Nesse enfoque, poderia agir sobre esse sistema uma série de interferências físicas ou semânticas no canal as quais fariam com que não houvesse um contato efetivo entre o emissor e o receptor. Nos sistemas de informação, tais interferências são intituladas de **ruídos** que, por definição, são aqueles fatores que diminuem a confiabilidade da mensagem. Gilda Braga, renomada cientista da informação, ao trabalhar com os Sistemas de Recuperação de Informação (SRI), esclarece que

na verdade, os SRIs não recuperam informação, ou recuperam apenas uma informação em potencial, uma probabilidade de informação, que vai se consubstanciar a partir do estímulo externo ao documento, se também houver uma

³⁸ É importante compreendermos que tal “linguagem” não incorpora tão somente o sentido de códigos escritos ou falados, mas sim como um sistema de signos que operam em orquestração, de maneira a gerar sentido. Se pensarmos que a musealização é a elaboração de um sistema estético para criar significados (Shanks e Tilley, 1987), devemos incorporar nesse sistema estético fatores como cor, luz, textura, sombra, arquitetura do prédio, recursos expositivos, mídias, enfim, todos esses elementos que circundam o universo museológico, como componentes dessa linguagem que acabam por gerar significados em um novo grau.

identificação (e vários níveis) da linguagem desse, documento, e uma alteração, uma reordenação mental do receptor-usuário. (BRAGA, 1995, p.3)

No campo dos museus, a falta de identificação da linguagem, ou ruído, pode ocorrer em diversos níveis, desde as mais complexas, como, por exemplo, rejeição da mensagem, forma impositiva da linguagem expositiva, inteligibilidade do discurso, falta de empatia temática e desconhecimento do emissor no que se refere ao público com quem pretende dialogar. Da mesma forma, podem ser as mais usuais, porém igualmente danosas para o estabelecimento de uma interlocução saudável, como: localização do museu, atendimento precário do público, falta de divulgação, defasagem da exposição, má conservação do prédio, má utilização dos recursos expositivos, estratégias falhas de educação patrimonial, objetos expostos como ilustração, dentre outros diversos aspectos.

Já a segunda diz respeito à forma cartesiana na qual se organizam os polos comunicativos. Em diversas realidades museológicas, os canais de comunicação abertos com o público se dão ainda fora da instituição, ou seja, externo aos aparatos informacionais. Apenas para citar um exemplo, sítios-escola, promovidos pela instituição, podem ser uma produtiva forma de se comunicar com o público antes mesmo da coleta efetiva da cultura material e de sua interpretação em laboratório. Nesse enfoque, o produtor e o receptor da informação podem estar colaborando juntos na produção da mensagem e o canal poderá estar no processo conjunto de trabalho, nesse caso, o próprio sítio arqueológico.³⁹

Além do mais, o que reconhecemos como público, na realidade, deve ser visto como públicos, no plural. Pois dentro da unidade existe uma imensa diversidade cultural, cognitiva, de demandas e anseios informacionais diferenciados que podem alterar a recepção da mensagem.

Pensando o caminho lógico que segue a cultura material no processo de musealização da arqueologia, em um primeiro momento, temos o componente de entrada do sistema de informação/museu de arqueologia. No campo museológico, denominamos o componente de entrada como programa de aquisição de acervos. No campo da arqueologia, esta nomenclatura terá outra nomenclatura: a coleta de campo, entendida, de maneira geral, como os procedimentos de prospecção e escavação. Ainda nesse primeiro momento, de entrada ou

³⁹ Outras medidas pontuais, como reservas técnicas, laboratórios visitáveis e atividades conjugadas com a comunidade, também podem servir de exemplo para uma desconstrução do nosso exemplo esquemático. Do ponto de vista conceitual, medidas como essas podem ser vistas como uma forma de evidenciar o processo de produção do saber e não somente o produto final do fazer científico. Por esse entendimento, a postura do arqueólogo ou museólogo como protagonista isolado no contexto do gerenciamento do patrimônio passaria a assumir a conotação de profissionais de “carne e osso”, oferecendo uma possibilidade discursiva mais aberta e hipotética sobre o passado.

aquisição, poderíamos afirmar que há um primeiro ruído, fruto das arestas disciplinares entre as áreas em questão

Nesse enfoque, apenas para citar um exemplo de idiosincrasia, podemos afirmar que os critérios de seleção/aquisição seguem parâmetros e mentalidades diferenciadas de apropriação nas áreas em questão. Enquanto a área museológica já discute densamente critérios mínimos para a aquisição e o descarte de coleções, esse tema ainda passa ao largo da arqueologia quando da gestão do patrimônio arqueológico. Aparentemente o quantitativo de acervos que adentram os museus não parece ser o maior problema da agenda contemporânea da arqueologia. A falta de comunicação que, historicamente, sobressai nessa interface disciplinar pode gerar produtos indesejáveis, tais como reservas técnicas amontoadas, problemas com o chamado endosso de trabalhos arqueológicos (ausência de parâmetros reguladores), além de dificuldade de trabalhar com a comunicação museológica (atividades educativas e exposições museológicas) por falta de informação primária sobre o sítio, dentre outros diversos fatores.

Em um segundo momento desse circuito, a cultura material atravessa os sistemas arqueológicos e museológicos perpassando as estratégias de pesquisa, documentação e conservação, que poderíamos chamar de salvaguarda ou processamento da informação. Assim como nos outros componentes citados, recai nesse espaço as diferentes motivações, fatores históricos disciplinares e procedimentos que nem sempre estão alinhavados interdisciplinarmente. Cumpre assinalar que as operações de documentação – inventário, por exemplo – seguem de maneira paralela da sistematização museológica.

Quando adentramos no componente de processamento, não podemos perder de vista que todas essas estratégias são desenvolvidas dentro de um espaço físico – localizado em um tempo-espaço e possuidor de espaços públicos e restritos, com usos e adequações arquitetônicas, com ou sem propostas de acessibilidade, dentre outros aspectos – que também exerce influência direta, ou indireta, no processo de musealização. Além disso, dentro desse espaço, existe uma estrutura funcional que rege os profissionais dentro da instituição. Ou seja, a informação circula dentro de parâmetros regimentais e hierárquicos, organizada a partir de um organograma, que orientam o fluxo informacional.

Por fim, o terceiro componente diz respeito às estratégias de extroversão – ponte entre o museu e a sociedade – em que o público tem acesso aos discursos produzidos que são disponibilizados pelo museu em forma de exposições e atividades educativas, dentre outras. Nesse contexto, a instituição deveria estar atenta para um estudo adequado de público, a fim

de aferir a recepção da mensagem, e gerar um ambiente favorável de readequação das linguagens na medida em que se percebem possíveis ruídos na comunicação. A esse processo de avaliação e readequação de linguagens, a partir da mensuração das demandas informacionais do público, podemos chamar de **retroalimentação** do sistema de informação.

1.4 O MAPEAMENTO DO CAMPO DE ANÁLISE

Zoneados os espaços de circulação da rede de atores sociais que compõem o nosso objeto, vamos nos dedicar agora a esclarecer de que forma tais elementos influenciam no fluxo de informação produzido pelo processo de musealização da arqueologia. Para facilitar a compreensão dos encadeamentos, do campo à extroversão, faremos uma abordagem do caminho lógico⁴⁰ seguido pela cultura material ao adentrar o museu. Compatibilizaremos a bibliografia anteriormente citada para discutir os seguintes elementos, nesta ordem:

- Significação e aquisição do registro arqueológico;
- Estrutura física do museu;
- Estrutura funcional do museu;
- Estratégias de salvaguarda;
- Estratégias de exposições;
- Estratégias de ações educativas;
- Retroalimentação do sistema de informação.

No que se refere ao primeiro item, entendemos o termo “significação” como as motivações e planejamentos que fizeram com que as coleções fossem incorporadas ao museu.

⁴⁰ Quando nos referimos ao “caminho lógico” não estamos querendo dizer que este é o único caminho possível. Nesse sentido, devemos ter em mente que o processo de musealização da arqueologia não requer necessariamente, por exemplo, um deslocamento do campo (sítio) para um espaço museológico, pois, nesse raciocínio, estaríamos desconsiderando a musealização de sítios arqueológicos e, também, uma possibilidade de processo de musealização *in situ*. Em nosso caso de estudo, as premissas utilizadas referem-se aos museus ortodoxos, localizados em prédios pensados para tal fim. Nessa mesma linha argumentativa, seria inadequado pensar a salvaguarda e as exposições como estratégias localizadas apenas no interior do prédio museu. Em suma, devemos pensar tal “caminho lógico” apenas como um pensamento esquemático que será possivelmente desconstruído ao aplicarmos o método em nossos campos de análise.

Decerto, toda e qualquer intervenção arqueológica é revestida de intencionalidade e, nesse entendimento, buscaremos compreender as razões pelas quais o acervo foi selecionado do meio e, conseqüentemente, confiado à instituição museológica. Nesse escopo, foram levados em consideração elementos como a historicidade do museu, os motivos de criação da instituição, as políticas de trabalho de campo, assim como outros elementos que nos darão subsídios para compreender as formas de entrada de artefatos museológicos no museu. Sobre a questão da formação das coleções, concordamos com Bruno quando afirma:

É fundamental conhecer e entender as idéias e mentalidades subjacentes à realidade das ‘Reservas Técnicas’, dos ‘Laboratórios de Pesquisa’ e dos ‘Depósitos’, ou seja: porque estes objetos estão nos museus. (Bruno, 1995, p.70)

Sobre o tema que abrange a **aquisição de acervos**, podemos afirmar que esta questão é bastante relevante para a saúde institucional, embora ainda seja pouco discutida no cenário atual da museologia em interface com a arqueologia. Podemos dizer, sem receio de errar, que os Museus de Arqueologia brasileiros possuem um quantitativo de acervo assombroso frente à estrutura de salvaguarda que possui. Em complemento disso, a rotina imposta pela arqueologia de contrato está muito longe de reverter essa situação.

Movidos historicamente por diferentes fatores, conforme pudemos verificar no primeiro momento da pesquisa, os museus continuam com uma necessidade imperiosa de coletar compulsivamente um imenso número de objetos (Bruno, 1992). Inversamente proporcional parece ser a iniciativa de equilibrar os programas de aquisição aos programas de salvaguarda e comunicação museológicas gerando, assim, um passivo pouco interessante no que se refere à patrimonialização da arqueologia.

Teórico francês da área da museologia, Trépanier, sobre as coleções de arqueologia e antropologia, alerta-nos para o fato que os vícios históricos exercem influência direta sobre os fatores operacionais quando nos referimos às políticas de aquisição de acervos. Diante dessa realidade, o autor questiona-se como seria possível desenvolver e manter uma coleção em bom estado de conservação frente a uma expansão vertiginosa de objetos que não são selecionados com base em critérios reconhecidos e aceitos. (Trépanier, 1990)

A partir do exposto, concordamos com o espanhol Francisco Carreño quando diz que um programa de aquisição exige, além da questão da receita do museu, que deve ser suficiente para atender a manutenção do acervo e as políticas de pesquisa, atentar para um espaço adequado no museu. Segue o autor dizendo:

É óbvio que se o museu está saturado, não se admitem novas obras e se exige formalizar previamente depósitos fora dos muros do museu ou se não intercâmbios, ou então ampliar as instalações, dotar-se de novos espaços e, em suma, tomar decisões sérias. (CARREÑO, 2004, p.347)⁴¹

Embora no caso dos Museus de Arqueologia não seja preciso, necessariamente, verbas institucionais para viabilizar a pesquisa de campo,⁴² não se pode pensar a recepção de acervos arqueológicos sem pensar a estrutura espacial do museu. Por conseguinte, qualquer tipologia de aquisição em Museus de Arqueologia deve ser pensada e avaliada em termos de objetivos, propostas e missão do museu, sob a pena de termos acervos mal preservados e, mais graves ainda, com a chancela de instituição voltada para a preservação do patrimônio público.

Esboçando a realidade norte-americana, Genoways e Ireland defendem a ideia que os museus existem por causa de suas coleções e, nesse enfoque, o gerenciamento dessas coleções aponta para as características dos museus, assim como para as suas propostas. Os autores afirmam, na mesma linha de raciocínio, que a política de aquisição deve ser compatível com a estrutura e a missão do museu e, para tal, é necessário ter uma política de aquisição bem articulada com a política de gerenciamento. (Genoways e Ireland, 2003) Especificamente sobre coleções arqueológicas, os autores esclarecem que uma política de aquisição deve atentar, também, para a questão da propriedade do artefato, evitando a entrada de artefatos roubados, impropriamente escavados ou protegidos por legislação específica.

O Código de Ética para Museus (ICOM) prevê que os profissionais de museus façam um estudo da procedência dos bens adquiridos e uma diligência obrigatória do acervo, de maneira a avaliar a história do objeto antes da entrada no museu. No tocante aos bens provenientes de trabalhos não científicos ou não autorizados, o ICOM esclarece que

os museus não devem adquirir bens quando existam indícios de que sua obtenção envolveu dano ou destruição não autorizada, não científica ou intencional de monumentos, **sítios arqueológicos**, geológicos, espécimes ou ambientes naturais. (Código de Ética para Museus – ICOM, 2004, p.15. Grifo nosso)⁴³

⁴¹ Tradução nossa.

⁴² No contexto atual da arqueologia, grande parte das pesquisas é subsidiada pela empresa que está impactando o local em que ocorre a Arqueologia de Contrato. Portanto, a verba disponível para tal pesquisa é disponibilizada pela própria empresa e não propriamente pelo Museu.

⁴³ Esse tema é extremamente sensível quando falamos de coleções de Museus de Arqueologia brasileiros. Não são poucos os museus que herdaram acervos dos ditos “arqueólogos amadores” que, no decorrer da história, coletaram material arqueológico nas cercanias de suas propriedades para, posteriormente, doar para instituições museológicas. Caso esse artigo do Código fosse levado à risca, muitos museus brasileiros e estrangeiros de arqueologia simplesmente desapareceriam.

Indo além das questões legais, Edson e Dean, no manual “The Handbook for Museums”, afirmam que a responsabilidade de gerenciamento de acervos inicia-se com a aquisição. Dentre outros aspectos, estabelecem que a aquisição perpassa a questão da sustentabilidade e da manutenção “perpétua” que isso acarreta. Ou seja, antes mesmo de ingressar no museu, os autores sugerem que o curador responsável avalie as seguintes questões: critérios de avaliação de acordo com as políticas do museu; significância do objeto; relevância do objeto dentro das coleções atuais (pesquisa, educação e exibição); número de objetos na coleção, demandas de conservação; demandas de acondicionamento; aporte financeiro para a conservação e curadoria dos objetos e considerações legais e sociais dos objetos (Edson e Dean, 1994)⁴⁴

Em suma, são diversas as considerações sobre a política de aquisição em museus. Todavia, poucas são as discussões em que são mescladas as áreas de arqueologia e museologia sob este tema, ratificando uma mentalidade de acumulação em que há um claro descompasso entre o fluxo de entrada do material arqueológico e os fluxos de processamento (pesquisa, conservação, documentação e comunicação).

O segundo tópico dessa rede se trata do **espaço físico do museu**. Embora o tópico anterior, por si, já tenha alinhavado a justaposição entre aquisição e espaço físico, vale aqui fazer algumas considerações sobre o tema.

Figura 3: Esquema dos elementos constitutivos dos Museus. Proposto por Giraudy e Bouilhet.

⁴⁴ Tradução nossa.

Na imagem representada na figura 3, proposta por Giraudy e Bouilhet, dentre os elementos que compõem o museu, o prédio está referenciado como um elemento que se funde aos aspectos de programação, administração e pesquisa. Os autores supracitados atestam que “no prédio é definido o programa (museológico), orientada a pesquisa e administrado o museu sob a responsabilidade de sua equipe” (Giraudy e Bouilhet, 1990, p.10).

Podemos pensar, então, que o prédio não é simplesmente uma arquitetura fria e sem “vida” que recebe acervos e serve de palco para os procedimentos de musealização. Se pensarmos pelo ponto de vista latouriano, o prédio seria um dos fatores “não-humanos” que exercem plena influência no processo de patrimonialização podendo ser considerado, ao mesmo tempo, patrimônio, componente de uma linguagem sónica e facilitador ou não da fluidez dos fluxos da informação.

De acordo com Francisca Hernández, teórica da museologia, ao estudarmos a arquitetura dos museus, podemos verificar uma série de problemas semânticos, tão caros aos princípios da teoria da informação e da comunicação. Pela ótica da linguística, a autora pressupõe que

cada vez que entramos em um museu e contemplamos sua arquitetura do ponto de vista semântico, descobrimos que cada uma de suas formas arquitetônicas cumprem a função de uma linguagem ou imagem capaz de transmitir ao visitante uma determinada mensagem que é comunicada através de um signo arquitetônico. (HERNÁNDEZ, 1998, p.24)⁴⁵

Segue a autora discorrendo que os museus tradicionais são abrigados, geralmente, em espaços arquitetônicos antigos já existentes, como, por exemplo, palácios, castelos, hospitais, dentre outros. Por esse ângulo, queremos ilustrar de que forma a arquitetura pode comunicar e interferir na construção de uma linguagem museológica, corroborando, ou não, à imagem de museu templo tão explorada por diversos autores.

Confirmando essa ideia, Carreño entende o edifício arquitetônico da seguinte forma: “o monumento histórico reutilizado (ou edifício preexistente reutilizado) e o edifício com uma nova planta, desenhado para incorporar um museu determinado.” (Carreño, 2004, p.98) Sobre o primeiro enfoque, afirma que grande parte dos museus tradicionais não foi concebida para ser museu – fato este que pode levar a uma série de complicações no que tange a reabilitação para um uso museal, podendo gerar problemas, como complexas exigências para a adaptação; pouca flexibilidade para as mudanças estruturais; modificações extremamente custosas;

⁴⁵ Tradução nossa.

difficuldade de transpor os impedimentos jurídicos, especialmente em caso edifícios tombados, dentre outros aspectos.

Outras esferas de preocupações arquitetônicas, agora no âmbito operacional, devem ser atentadas no planejamento arquitetônico de um museu, seja ela adaptada ou concebida para ser um museu, especialmente no que se refere à distribuição dos espaços, questões jurídicas, localização do prédio, dentre outros. No documento intitulado “Plan Museológico”, elaborado no contexto espanhol da museologia, alguns desses fatores são circunscritos de forma descritiva. Aspectos como questões urbanísticas, condicionantes históricos do edifício, regime jurídico, assim como condicionantes funcionais e técnicos são considerados pontos centrais a serem avaliados em um planejamento museológico.

Apenas para amplificar um pouco mais cada uma desses tópicos, faremos algumas considerações sobre cada um deles. No que diz respeito ao regime urbanístico, há de ser avaliado, além das normativas patrimoniais, questões como a localização do museu. A localização pode tanto estar em uma zona urbana e de fácil acesso como pode estar em um local distante e pouco acessível ao grande público. Nesse segundo caso, a dificuldade de acesso pode ser um fator determinante para a frequência do museu devido à dificuldade de transporte público ou por razão do tempo gasto até a chegada ao museu. Genoways e Ireland chamam a atenção para a importância de se pensar, por exemplo, nas rotas de transporte e no entorno da instituição, assim como na facilidade de estacionamento (Genoways e Ireland, 2003).

As condições históricas do edifício, que também se fundem com os aspectos jurídicos, são condicionantes relevantes ao se planejar uma instituição em termos arquitetônicos. Em virtude de muitos dos prédios que abrigam museus são prédios históricos, como vimos anteriormente, é muito comum que haja restrições no que diz respeito às modificações estruturais, sobretudo se as edificações forem tombadas. Porém, fatores como a tutela do prédio também devem ser observados. Caso o prédio seja doado por um particular, ou por uma esfera governamental, há uma minuciosa análise do documento de doação para evitar que uma possível reintegração de posse seja exigida, o que acarretaria um grande problema para a preservação das coleções.

Os espaços do museu e a relação entre eles são, pela mesma via, condicionantes da “saúde” do museu e orientam, na mesma medida, os fluxos de informação dentro da instituição. As áreas públicas (salas de exposições, biblioteca, auditório, loja, etc.) e as áreas privadas (reserva técnica, laboratórios, arquivos, setores técnico-científicos) devem estar

distribuídas de forma equilibrada de maneira que o gerenciamento das coleções e do corpo funcional seja feito de forma eficaz. Apesar de pouco comum, é possível que a reserva técnica da instituição esteja fisicamente distante dos laboratórios e das exposições, fato que pode influenciar na interpretação ou montagem de exposições. O setor educativo pode estar distanciado geograficamente do setor de pesquisa, o que física e simbolicamente pode significar a distância entre a pesquisa e a divulgação da informação. Ambos os exemplos podem significar um sólido obstáculo no fluxo de informação.

Com relação ao **corpo funcional**, este tópico tem paralelo com a equipe que rege os fluxos de informação e que possuem algum tipo de vínculo profissional com a instituição. Esses agentes não estão necessariamente nas delimitações físicas do museu, podendo ser múltiplos e estarem em plena movimentação no tempo e no espaço. Concordando com Edson e Dean, acreditamos que o funcionamento adequado dos museus é o reflexo de um corpo de pessoas, com variadas formações e experiências que resultam no funcionamento adequado do museu. (Edson e Dean, 1994)

Ainda persistindo na teoria latouriana, seria impossível entender tais construções simbólicas sem pensar em ambos os agentes, humanos e não-humanos, como partícipes dessa ação. Por outra via, elementos como fatores políticos, históricos e ideológicos estariam como pano de fundo, orquestrando todo o processo.

De acordo com Felipe Serra, profissional que atua no contexto dos museus portugueses, a problemática que envolve os recursos financeiros deve ser encarada como um desafio na medida em que garante a sua existência. Por essa via, os recursos financeiros devem “garantir a sustentabilidade do museu e o cumprimento cabal de suas funções fundamentais.” (Serra, 2007, p.129) O mesmo autor afirma, ainda, que à gestão dos recursos pelos museus fundem-se os interesses corporativos com critérios que muitas vezes sobrepujam os parâmetros de eficácia e racionalidade de gestão patrimonial.⁴⁶

Quando lidamos com Museus de Arqueologia, esse tema torna-se ainda mais periclitante em termos de sustentabilidade das ações. Em razão da natureza multifacetada das coleções, assim como o quantitativo de artefatos que repousam nas instituições, tais instituições demandam um grande número de profissionais aptos a lidar com essa realidade museológica e artefactual. A especialidade das coleções – lítica, cerâmica, óssea, etc. – exige

⁴⁶ Apenas para citar um exemplo palpável, é possível afirmar que em algumas cidades históricas a dinâmica de preservação patrimonial muitas vezes está diretamente alinhada à preservação arquitetônica ou “fachadista”, enquanto os fatores operacionais de infraestrutura das instituições de memória muitas vezes permanecem alijados no que tange à alocação de recursos financeiros.

uma equipe multidisciplinar e especializada para encarar o desafio de pesquisa do acervo. Somam-se a isso, tarefas científicas usuais de salvaguarda, restauração, conservação, comunicação e aquelas tarefas de cunho administrativo que abrangem os serviços de segurança, diretoria e assessores, manutenção do edifício, dentre outros.

Em museus universitários, como o Museu Nacional da UFRJ, a realidade do corpo funcional ganha uma dimensão ainda mais ampla, tornando o seu organograma particularmente extenso e complexo. Deduz-se ao observar essa tipologia de museu, assim como em qualquer museu de grande porte, a extensa complexidade de caminhos a serem percorridos para levar a cabo as tomadas de decisões dentro da instituição. A título de ilustração, ao relatar os procedimentos e fatores inerentes à concepção e montagem da exposição “Formas de Humanidade” no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (1995-2010)⁴⁷, Bruno evidencia que

após cinco anos de discussões, elaborações, constituição de comissões, aproximações sistemáticas entre docentes e técnicos, contratações, entre tantos outros procedimentos, é possível afirmar que esta exposição deve ser encarada como um produto visível de um processo de musealização. (BRUNO, 1996, p.66)

No outro extremo, existe uma variedade de Museus de Arqueologia em que o corpo funcional é extremamente reduzido e, por demais das vezes, o mesmo profissional é responsável pela coleta, processamento, interpretação e divulgação da informação produzida. Invariavelmente, exemplos como esse interferem gravemente no processo de musealização da arqueologia.

Em ambos os casos, é interessante pensarmos como se estrutura o organograma da instituição, ou seja, como os elementos constitutivos do corpo funcional se relacionam entre si nas tomadas de decisões. De maneira geral, o organograma deve estar especificado no Regimento Interno do museu. Nesse documento, em tese, fica bem explicitado como os elementos administrativos (departamentos, serviços, setores, direção, etc.) se apresentam em termos hierárquicos, assim como faz referência às atividades relacionadas a cada um desses elementos. Invariavelmente, entretanto, tais estruturas administrativas terão uma identidade própria dentro de cada instituição, porém a leitura adequada desse documento oferecerá uma visão mais clara de quem são os agentes que operam na musealização da arqueologia, como eles se relacionam dentro da instituição e como as informações circulam: de cima para baixo ou cooperativamente, de forma truncada ou fluida.

⁴⁷ A referida exposição está passando por uma reformulação neste ano.

Em consonância ao que atesta Felipe Serres, o Código de Ética para Museus (ICOM) entende que cabe à direção do museu assegurar que haja recursos financeiros suficientes para manter e desenvolver as atividades do museu. Afirma ainda que as fontes de receitas podem ser geradas pelas atividades dos museus e por fontes externas. Nesse contexto, incorpora-se à questão outro importante tema de análise a ser considerado: a tutela do museu e os reflexos nas fontes de receita.

De maneira geral, os museus podem ser mantidos por esferas federais, estaduais ou municipais, ou privadas que, por sua vez, são mantidas por associações, empresas, fundações, sociedade, dentre outras. Como estamos inseridos no contexto de museus públicos de arqueologia, ateremo-nos à primeira natureza administrativa.

Mesmo os museus de natureza pública podem ter diferentes metodologias e estratégias de captação de recursos econômicos – sejam eles financeiros, materiais e outros – para manter as suas atividades de funcionamento. No entanto, no entender de Carreño, seria esperado que os museus contemporâneos se utilizassem de variadas fontes de financiamento, sejam elas de instituições públicas, privadas, instituições culturais e educativas, assim como de clientes, fundações e etc. (Carreño, 2004). Nesse entendimento, seguindo os preceitos do Código de Ética para Museus (ICOM), invariavelmente as fontes de receita não poderiam contrariar, em nenhuma hipótese, as normas da instituição ou prejudicar o seu público.

No caso brasileiro, as leis de incentivo fiscal que adentraram na lógica das instituições culturais na década de 90 do século passado, como a Lei Rouanet, oxigenaram os museus no que se refere à manutenção de suas atividades. Reforçado por medidas como a Política Nacional de Museus, implementada a partir de 2003, diversos setores museológicos têm acesso a editais que visam incrementar o quantitativo de museus e, da mesma forma, propiciam qualificação de diversas instituições. Apesar desses dispositivos, diversas críticas emergiram desse movimento de aproximação entre incentivos públicos e privados. Sobre o tema, Letícia Julião esclarece:

se, por um lado, as leis de incentivo tornaram-se alternativas legítimas e, em parte, bem sucedidas de sustentação de políticas culturais, em face das falta de recursos orçamentários da União e dos Estados, por outro, têm obrigado os museus a se adequarem à lógica de mercado, às exigências do marketing e do consumo cultural. (JULIÃO, 2006, p.29)

Para fins desta pesquisa, não entraremos a fundo na discussão proposta por Julião, pois estamos propondo outro enfoque. Em nosso ângulo de análise, visamos aferir se a tutela do

museu interfere no fluxo de informação, sobretudo no que se refere às atividades de extroversão de informação e autonomia institucional nas tomadas de decisões. Interessa-nos saber, também, se a relação com os órgãos mantenedores podem afetar as tarefas inerentes aos agentes do museu, fato esse que afetaria diretamente a sustentabilidade do museu salvaguarda patrimonial.

Sob o conceito de **salvaguarda** existem diversas acepções possíveis, tais como: conservação, restauro, documentação, segurança, dentre outros. Em nosso recorte teórico-metodológico, consideramos o gerenciamento das coleções como foco, priorizando a questão da documentação e acondicionamento das coleções arqueológicas. Não buscamos um diagnóstico que visa compreender, em analogia, o “*hardware*” desses elementos, mas sim o “*software*” dos mecanismos de salvaguarda, ou seja, as mentalidades por detrás dos procedimentos.

Sobre o tema, o Código de Ética para Museus (ICOM) entende o registro e a documentação do acervo, dentro dos padrões apropriados, como uma das responsabilidades mais importantes dos profissionais de museus. Reforçando tal entendimento, o Estatuto de Museus⁴⁸ institui como obrigação dos museus manter a documentação sistematicamente atualizada sobre os bens que integram seus acervos, na forma de registros e inventários.

Quando refletimos em termos de acervos arqueológicos, sabe-se que esse procedimento de documentação se torna sobremaneira complexo na medida em que, mesmo uma pequena intervenção arqueológica, gera um número imenso de objetos das mais variadas tipologias. Outro componente que se agrega à discussão é o fato de os museus serem uma das instituições mais cobiçadas para proverem o endosso exigido por lei, no caso de intervenções arqueológicas de qualquer natureza. Voltamo-nos para uma problemática fundamental: como lidar o gerenciamento de acervos quando a lógica de processamento (salvaguarda) não acompanha, nem de longe, a dinâmica de entrada de artefatos? Se por um lado uma campanha arqueológica pode durar alguns meses, a salvaguarda e o estudo podem durar anos e até décadas.

Não podemos perder de vista que os museus funcionam, em nosso entender, como um sistema de informação, cujo resultado esperado é uma gestão otimizada de informações por meio do processamento e recuperação. Reside aí outra sorte de questões, como a diferenciação entre a documentação museológica e a documentação arqueológica; a ausência

⁴⁸ O Estatuto de Museus foi instituído pela Lei 11.904, em 14 de janeiro de 2009. A referida lei versa sobre as políticas e normas que regem os Museus brasileiros. Essa lei pode ser acessada no seguinte sítio: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm

de comunicação que ainda impera na relação entre arqueólogos e museólogos; a incompatibilidade das recomendações que regulam as atividades de cada área, além de legislações defasadas e assim por diante.

A bibliografia da museologia indica que a gestão dos itens deve atender particularmente ao papel de gerir e documentar cada item de sua coleção. Da mesma maneira, é de vital importância que tal documentação inclua detalhes sobre a origem de cada objeto, as condições de recepção no museu e o registro de toda a “vida” deste após a sua incorporação no museu (restaurações, medidas de conservação, deslocamentos, publicações sobre os acervos, dentre outros). Nesse sentido, a documentação museológica atende a dois pressupostos básicos: ser uma ferramenta de grande utilidade para a localização de itens da coleção, e para controle de seus deslocamentos internos e externos (inventário e termos), assim como ser fonte de pesquisa auxiliar indispensável ao desenvolvimento de exposições e outras atividades museológicas. Em última análise, o olhar museológico sobre as coleções prioriza as estratégias que darão suporte aos processos de sistematização da informação para a pesquisa (interna e externa ao museu) e, sobretudo, para a construção de estratégias comunicativas via exposições museológicas e ações educativas.

No que concerne à documentação arqueológica, esta despende mais energia para o processo de construção da informação científica na medida em que se utiliza de metodologias próprias para a pesquisa e construção do conhecimento sobre os artefatos. Por essa via, o interesse do olhar arqueológico é fortemente voltado para características como as referências estratigráficas, espaciais e cronológicas, bem como a associação dos vestígios com as estruturas do solo e com outros objetos (Lima, 2007) Após a pesquisa arqueológica, que invariavelmente incorre na deterioração do sítio, todas essas informações coletadas estão cristalizadas em diversas tipologias de documentos que darão subsídios à produção de informação científica. Sem o gerenciamento adequado dessas informações, o potencial simbólico da cultura material poderá ser irremediavelmente comprometido Sobre esse tema, Andrade Lima nos esclarece que

peças arqueológicas, uma vez perdidas as informações sobre a sua origem – ou seja, as referências estratigráficas, espaciais e cronológicas, bem como as associações com outros objetos e estruturas no solo escavado – deixam de ter qualquer valor para a arqueologia. Torna-se impossível recuperar o contexto da sua produção, utilização e deposição, justo o que permite entender o funcionamento de sistemas socioculturais extintos. (LIMA, 2007, p.10)

Leis e diretrizes aplicadas a arqueologia estabelecem para a documentação arqueológica diferentes níveis de informações a serem formuladas, tais como plantas, desenhos e fotos das estratigrafias, plantas dos locais pesquisados, cadernos de campo, planilhas de escavação, dentre outros elementos que devem ser registrados nas pesquisas de campo. Diferentemente de outras naturezas de coleções, os Museus de Arqueologia devem se preocupar com a gestão de um enorme cabedal de informações – além dos artefatos coletados – que dão suporte à interpretação da cultura material. Pouca atenção ainda é dada, porém, à gestão da documentação primária coletada em campo. Após uma campanha arqueológica, documentos como relatórios, cadernos de campo, relação do material recolhido em campo, fichas de sítio, sistemas numéricos, planilhas de escavação, mapas, croquis, fotografias, dentre outros, devem ser devidamente gerenciados dentro dos museus.

Os acervos arquivísticos, aos quais nos referimos acima, são de suma relevância para o entendimento do registro arqueológico – assim como para dar suporte à montagem de uma exposição museológica, por exemplo – e exigem o estabelecimento de um conjunto de ações destinadas à permanência desses como forma de preservar os artefatos arqueológicos (em termos informacionais) além de servirem como elemento de prova (Silvia e Lima, 2007).

Em relação às **exposições museológicas**, indagamos que propósito teria todo o investimento de coleta, pesquisa, processamento e conservação se não houvesse, nesse sistema de informação a comunicação da informação produzida? Nos museus, sob conceito de “comunicação”, residem variadas formas de diálogo com o público. Marília Xavier Cury define bem tal aspecto na seguinte passagem:

a comunicação museológica é a denominação genérica que são dadas às diversas formas de extroversão do conhecimento em museus, uma vez que há um trabalho de introversão. As formas são variadas, como artigos científicos de estudo de coleções, catálogos, material didático em geral, vídeos e filmes, palestras, oficinas e material de divulgação e/ou difusão diversos. (CURY, 2006, p.34)

Para os fins desta pesquisa, daremos ênfase às duas maiores formas de aproximação com o público: as exposições e as ações educativas. Vale sinalizar ao leitor que ambos os temas são por demais complexos e que, nos últimos anos, vêm passando por toda a sorte de debates sobre o tema, em termos de metodologias e práticas, e à reflexão acadêmica em diversas áreas do conhecimento, apenas para citar as mais óbvias, tais como: psicologia, semiologia, educação. Diante desse panorama, não ambicionamos, de nenhuma maneira,

aprofundar nos temas. Para o nosso recorte metodológico, apontaremos as questões mais sensíveis à nossa análise, mapeando os pontos que tecerão a nossa tabela de campo.⁴⁹

Sobre a exposição museológica “Formas de Humanidade”, Bruno comenta:

... o discurso expositivo ‘Formas de Humanidade’, entendido como o produto do processo de musealização que está sobre a responsabilidade do MAE, traz uma historicidade bastante particular e características museográficas interessantes para serem analisadas. (BRUNO, 1996, p.69)

Tal constatação é de suma relevância para compreender de que forma o diagnóstico foi utilizado em campo. Em primeiro lugar, entendemos as exposições como a materialização de um processo em que diversos agentes são partícipes da ação. Retomando os pensamentos de latourianos, encaramos tais agentes não apenas como profissionais do museu, ou seja, atores humanos. Ao ler as exposições com olhares interpretantes, podemos inferir desses espaços elementos agentes não-humanos, como indicadores de mentalidades; estruturas de longa duração, potencial informacional dos artefatos; vetores de forças políticas e ideológicas das instituições; determinantes espaciais e funcionais do museu; o próprio prédio que abriga o museu e assim por diante.

No que se refere especificamente às heranças da história dos museus, que tratamos brevemente na introdução da tese, diversas críticas são direcionadas aos discursos expositivos em museus que abrigam acervos arqueológicos. Retomamos, então, os pensamentos de Paulo de Blasis que sintetizam de forma interessante esse aspecto.

De uma perspectiva metodológica, talvez a maior crítica que ainda hoje se pode fazer à Arqueologia (estou pensando, particularmente, no Brasil) seja a maneira cruel como trata o seu objeto de estudo – os ‘objetos’, ou vestígios fósseis de atividade cultural – de maneira ‘dura’, estanque, descontextualizada. A informação arqueológica não tem sangue (fluidez), parece sempre congelada em categorias taxonômicas que, se não são estéreis, também certamente não são de utilidade pública. Não chega a surpreender, portanto, que a socialização desse conhecimento padeça de hermetismo pseudo-científico (fala-se para não ser compreendido, talvez suponho que isso é suficiente para satisfazer a curiosidade da galera!) ou da habitual diluição consumista). O que fazer? (DE BLASIS, 1992, p.65.)

Os indícios coletados pelo autor decerto representam uma fonte de preocupação dos profissionais dos Museus de Arqueologia. Por outra via, cumpre salientar que muito tem sido feito para reverter esse cenário nas últimas décadas. Por outro lado, o maior desafio que

⁴⁹ Após a chamada “zonificação da rede” que propomos para esse momento, compilaremos as principais informações de forma a construir uma tabela de campo. Tal tabela será o nosso instrumento norteador em campo evitando, assim, que nos percamos na complexidade sógnica do museu.

continua a bater à nossa porta é diagnosticar e compreender quais são os vetores que influenciam em produtos indesejados como o distanciamento entre a arqueologia e a sociedade, via museus, e como transformar o discurso museológico sobre a arqueologia em herança cultural.

O desafio contemporâneo primeiro dos museus de história natural e antropologia é o de **transmutar seus visitantes de seu estado de curiosidade passiva, para um estado de engajamento ativo** com as coleções, as exposições, bem como seus guias e monitores. Temos que não apenas satisfazer suas necessidades de encontro com celebridades exóticas das coleções, mas permitir o visitante ver pela primeira vez o que lhe deveria ser inteiramente familiar. (HAMÚ DE LA PENHA, 1994, p.29. Grifo nosso)

O Código de Ética para Museus (ICOM) nos alerta que as exposições museológicas, em suas diversas manifestações, devem estar de acordo com a missão, política e objetivos do museu. Complementando tal ideia, o Estatuto de Museus entende que os museus devem elaborar programas de exposições nos quais a finalidade seja estimular o acesso, a reflexão e o reconhecimento do valor simbólico das coleções que lhes são confiadas.

Embora reconheçamos que leis e diretrizes por si não regulam as mentalidades, estas são indicativos de que os museus estão sendo convocados e repensar cotidianamente a sua agenda e, assim, estimular que as ações museológicas junto à sociedade sejam cada vez mais claras e transparentes. Documentos como o Regimento do Museu e o Plano Museológico, que, segundo o Estatuto de Museus, devem ser definidos claramente pelos museus, anunciam essa prerrogativa.

Concordamos com Cury quando afirma que as exposições são compostas de dois elementos fundamentais: conteúdo e forma. O primeiro diz respeito à informação e à concepção da comunicação como interação; já o segundo, refere-se à maneira como a forma se organiza. A autora sustenta, também, que conceber e montar exposições significa tomar decisões e fazer escolhas. (Cury, 2006)

Nesse aspecto, adentraremos em nosso campo de análise com algumas questões que buscaremos responder em termos de conteúdo, forma e, sobretudo, das mentalidades que guiam as escolhas. Algumas dessas inquietações estão plasmadas em perguntas como: qual o recorte patrimonial elencado? Qual seria a proposta temática? Como se configura o roteiro expositivo em termos técnicos? Quais as motivações que orientam a seleção dos objetos para a exposição? Quais são os recursos pedagógicos utilizados? Dentre outras.

Os debates sobre a **ação educativa** nos museus acompanham o amadurecimento dos museus desde os seus tempos mais remotos, a ponto de ganhar notória autonomia em termos de campo de estudo nas últimas décadas. Cartas fundamentais para a área dos museus, como a Carta de Santiago do Chile (72) e a Declaração de Quebec (84), foram enfáticas e, especialmente, reforçaram a tendência educativa dos museus junto às comunidades com as quais mantêm relações comunicativas.

Um elemento pioneiro e de extrema relevância para se pensar a educação em museus refere-se ao documento gerado pelo “Seminário Regional da Unesco sobre a Função Educativa dos Museus”, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1958. Dentre as questões tratadas nesse documento, grifamos os aspectos voltados para a necessidade de abarcar novas tecnologias para comunicar no interior dos museus e a necessidade de um trabalho integrado com o profissional pedagogo, ou um serviço pedagógico, na formação das equipes que formam os museus. De acordo com o documento,

o museu pode trazer muitos benefícios à educação. Esta importância não deixa de crescer. Trata-se de dar à função educativa toda a importância que merece, sem diminuir o nível da instituição, nem colocar em perigo o cumprimento das outras finalidades não menos essenciais: conservação física, investigação científica, deleite, etc. (Seminário Regional da UNESCO sobre a função Educativa dos Museus, 1958)⁵⁰

O livro coordenado por Bruno, intitulado “ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados”, em seu volume um, parte quatro, traz um relevante compêndio de textos fundamentais que dão o arcabouço da relação entre museu e educação. Autores como Beatriz Arrura, Adriana Mortara de Almeida, Magaly Cabral, Denise Studart e Camilo Vasconcellos dão o tom dos temas mais nevrálgicos que circundam o Comitê de Educação e Ação Cultural (CECA-ICOM) na atualidade.

Assim como ocorre com as questões que permeiam as exposições, as ações educativas também são alvos de críticas por diversos autores da área. De acordo com Antônio Neto,

há muita coisa em comum entre a concepção de Educação centrada na figura autoritária do professor, que tudo sabe e que tudo dirige, e a concepção de museu centrada no museólogo que tudo sabe e organiza. Em ambas, o público não é mais do que isso: ele é convocado para olhar, assim como o público vai ao cinema ou um partida de futebol. (NETO, 1988, p.260)

⁵⁰ O documento citado pode ser encontrado, na íntegra, no livro: “O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados”, de 2010, coordenado por Bruno.

No mesmo trabalho, o autor afirma que a tendência da educação em museus se dá de maneira tão somente a transferir informação e a ampliar o número de visitantes. Embora seja uma visão pessimista da questão, muitas iniciativas propostas pelos museus estão de fato, longe de atingir um resultado satisfatório junto ao público.

Os Roteiros Práticos de Museologia, especificamente o volume que trata de Educação em Museus, deixam claro o papel contemporâneo dessa ferramenta para os museus contemporâneos. Tal documento esclarece que

todos os museus oferecem oportunidade para aprendizagem e entretenimento. A educação é uma das funções centrais dos museus. O gerenciamento eficaz das atividades educativas poderá aumentar e aprimorar essas oportunidades. Os tipos de programas educativos a ser implantados vão depender do tamanho dos museus, dos recursos financeiros, do quadro de pessoal, do tipo de acervo e dos públicos (...) (Roteiros Práticos 3, 2001, p.17)

Por esse mesmo ângulo de visão, segundo o Estatuto de Museus, as instituições museológicas devem promover ações educativas, respeitando a diversidade cultural, de maneira a incrementar o acesso aos patrimônios. Porém, indo além das diretrizes e dos regulamentos, deve-se dizer que, acima de tudo, assim como nas exposições museológicas, o público deve ser convocado ao diálogo e à experimentação ativa.

Conforme salientamos anteriormente, não é a nossa intenção aprofundar no tema, mas apenas localizar alguns “nós” nesse tecido assim como destacar as potencialidades dessas ações. Cabe, em nossa análise, compreender quais são os tipos de ação educativa que os nossos objetos de estudo estão desenvolvendo, quais as metodologias propostas e, sobretudo, quais os atores envolvidos nesse processo. Dessa forma, a nossa lógica de “leitura” das ações educativas segue paralela com a interpretação dos discursos expositivos e, apesar de nossas inquietações permanecem semelhantes em termos de questionamentos que procuraremos responder, ambas possuem particularidades.

Com relação ao **estudo de público**, esta avaliação tem como meta minimizar a assimetria entre museu e sociedade, de forma a esmaecer um processo histórico que circunda diversas mídias de comunicação: a construção de discursos unilaterais, impositivos e que pouco consideram o receptor como partícipe da ação comunicativa. (Cury, 2005) Considerando os museus públicos brasileiros como uma dessas mídias, devemos atentar para essa importante metodologia de avaliação que almeja, em suma, aparar as arestas que persistem na relação entre os museus e a sociedade.

Um estudo de público pode ter vários objetivos, tanto setoriais, quanto sistêmicos. Pode atender a uma demanda espontânea de algum setor específico – abrangência do site do museu, alcance semântico das exposições, frequência das palestras, simpósios ou outro evento científico, avaliação do retorno nos meios de divulgação, dentre outros. No entanto, a realidade dos museus brasileiros nos aponta para o fato que ainda são poucas as instituições brasileiras que lançam mão dessa ferramenta com a finalidade de regular o fluxo de informação,⁵¹ de forma a aprimorar o diálogo entre a instituição e a sociedade com quem mantém relações comunicativas.

Nelson Sanjad e Carlos Brandão, em pertinente artigo que discute a curadoria em museus, deixam explícito que as políticas de acervos que incorporam a conservação, documentação, comunicação e informação são dimensionadas pela percepção do museu em relação aos anseios do público, quando do contato entre o museu e a sociedade.

A investigação sobre a dinâmica da concepção de exposições, sobretudo a maneira como são negociados e escolhidos os temas e as abordagens, **permite avaliar até que ponto a política curatorial de um museu é pensada de maneira abrangente**; incorpora a história e a função social dos museus entre suas preocupações manifestas; leva em consideração o potencial do acervo como canal de comunicação entre a instituição e a sociedade; é comprometida com a reflexão crítica, com a transformação e a inclusão social; e, no limite dessa análise, **mantém-se aberta para demandas sociais, em um processo de (re)construção permanente e (re)definição de prioridades**. (SANDJAD e BRANDÃO, 2008, p.29. Grifos nossos)

Dessa citação, podemos recortar alguns pontos interessantes para a nossa pesquisa. Para os fins propostos em nosso diagnóstico, gostaríamos de destacar que a análise do público não atende apenas a possíveis reformatações das estratégias de comunicação, mas de todo o museu enquanto um sistema de informação. Os processos de “escuta” dos distintos públicos são de suma relevância para redimensionar os fluxos informacionais internos das instituições. Por outro lado, é bastante comum que os sistemas de avaliação estejam condicionados aos setores de museologia e pedagogia nas instituições museológicas, mais enfaticamente no segundo. De maneira geral, nem sempre tais ações avaliativas são coordenadas de forma conjunta e focadas no todo do organismo museal.

Ainda sobre o tema, o Estatuto de Museus enfatiza que os museus devem promover estudos de público, diagnóstico de participação e avaliações periódicas com o objetivo de incrementar a qualidade dos produtos informacionais que oferecem e, de sorte, atender às

⁵¹ O termo mais apropriado para esse movimento de regulação do fluxo de informação seria *feedback* ou retroalimentação do sistema de informação.

demandas do público. Além disso, o mesmo documento reforça que as instituições deverão disponibilizar um livro de sugestões e reclamações na área de acolhimento dos visitantes.

Tendo em vista a dimensão da complexidade de metodologias de estudo de público – englobando, inclusive, disciplinas científicas como a semiologia, a psicologia, as ciências da informação, dentre outras – não objetivamos realizar tal estudo, mas sim avaliar de que forma os estudos estão sendo desenvolvidos pelos museus. Além disso, visamos compreender a “resposta” que o público está tendo diante das informações que estão sendo disponibilizadas pelos museus que estudamos. Provemos especial atenção aos livros de sugestões, por se tratar de uma forma livre de expressão que, se lido qualitativamente, pode ser um bom termômetro de como a informação está sendo dialogada.

Mapeados os nossos pontos de interesse nos museus enquanto sistemas de informação a seguir demonstraremos de que forma construímos nossa tabela de pesquisa, que nos norteou em nossa investida de campo.

1.4 DISSECANDO O DIAGNÓSTICO: CONCEPÇÃO DA TABELA DE CAMPO

A pesquisa de campo pode se transformar em uma experiência complexa, caso o pesquisador não tenha os instrumentos que o guie em sua empreitada. São diversos os estímulos que vêm à tona quando o investigador adentra essa realidade, pois, ao mesmo tempo em que se estuda o museu em seu cotidiano, investiga-se mais do que apenas edifícios, estratégias expositivas, métodos de salvaguarda e assim por diante. Elementos como relações humanas, inseguranças, histórias de vida, empatia entre pesquisador e pesquisado, dentre outros diversos vetores, também “contaminam” a análise. Nessa medida, não nos bastaria apenas estudar estruturas e documentos “frios”; faz-se necessário compreender os signos e redes de valores que estão se relacionando com o objeto de pesquisa. Adiante, apontaremos, então, como a nossa tabela de campo foi estruturada e quais foram os focos de interesse a serem investigados.

É importante sinalizar inicialmente que a observação participante é fundamental para se ter uma compreensão mais profunda dos museus. Pensamos que, sem esta inserção presencial, incorríamos no malogro de realizar apenas uma análise descritiva da instituição, desconectada do contexto e, de certa forma, desumanizada. Por outro lado, a dinâmica de

campo pode acarretar uma insegurança institucional no momento em que o diagnóstico aponta justamente para “enfermidades” que o organismo museológico apresenta. Compreendemos não ser fácil, para os pesquisados, expor o organismo em sua integridade, pois isso pode resultar em uma sensação de que todas as fragilidades do museu serão postas em xeque. Embora não tivéssemos a pretensão de elaborar uma análise “denunciativa”, mas sim propositiva. Nesse contexto, objetivamos que os museus estudados tenham acesso ao diagnóstico para que os lapsos informacionais localizados nos fluxos sejam revistos e reavaliados.

Como dito acima, devido à complexidade que representa a pesquisa de campo, torna-se de suma relevância termos parâmetros e diretrizes de investigação. Cumpre assinalar que a tabela que construímos não nos imobilizou no trânsito pelo objeto, como uma “camisa de força”, e sim, serviu como uma bússola que permitiu mantermos o foco de análise sem maiores desvios.

Retomando os nossos elementos de investigação – significação e aquisição do registro arqueológico, estrutura física, salvaguarda, exposições, ações educativas e avaliação e retroalimentação do sistema –, dissecaremos adiante tais elementos em forma de procedimentos de pesquisa e resultados que pretendemos alcançar. Teremos sempre como foco a realização de um diagnóstico para localizar os lapsos informacionais nos fluxos de informação empreendidos no museu, apontando para aqueles ruídos que freiam ou mesmo interrompem a fluidez dos fluxos no processo de musealização da arqueologia. Esses tópicos foram elaborados com o respaldo das bibliografias dispostas anteriormente neste capítulo, tendo como base, principalmente, diagnósticos já realizados em instituições museológicas⁵² e a própria tese de Duarte Cândido, também já referenciada.

No que se refere à significação e a aquisição do registro arqueológico, nosso primeiro elemento de análise, investigamos as mentalidades que fizeram com que os artefatos adentrassem a esfera museológica e de que maneira estes foram interpretados pela equipe do museu e pelos profissionais parceiros da instituição. Como procedimentos de pesquisa, elencamos os seguintes tópicos de análise:

⁵² Como material de base, lançamos mão de questionários elaborados, por exemplo, pelo REMAAE – em que tivemos a oportunidade de colaborar com a sua elaboração – e, ainda, o Cadastro Nacional de Museus, disponibilizado pelo IBRAM.

- Análise dos documentos primários que indiquem os processos de aquisição das coleções, como relatórios de pesquisa e outros documentos que apontem para as estratégias de pesquisa de campo ou de doação de acervos;
- Identificação dos porquês da coleta de campo e das questões políticas, ideológicas e legislativas que interferem no processo de recorte patrimonial (área de interesse de pesquisa arqueológica);
- Averiguação dos profissionais envolvidos no processo de investigação da cultura material, como linhas de pesquisa, equipe interna e externa e assim sucessivamente;
- Entrevista com os atores envolvidos.

Que se desdobram em tópicos específicos, como:

- Formas de aquisição de acervos – doações, pesquisas acadêmicas, arqueologia de contrato, concessão de carta de endosso, doações, etc.;
- Se os museus dispõem de política de aquisição e descarte de acervos;
- Se os museus continuam recebendo acervos e em que intensidade;
- Tipologia do material arqueológico;
- Densidade de coleções nos laboratórios aguardando processamento;
- Gerenciamento das informações primárias;
- Metodologias de curadoria arqueológica.

Com os dados obtidos em mãos, pretendeu-se lançar luz sobre as seguintes problemáticas: compreender os possíveis obstáculos informacionais que se fazem presentes no momento de incorporação ao museu; entender como as questões políticas e legislativas interferem no processo de musealização; compreender os procedimentos arqueológicos de incorporação de acervos, especialmente o que se refere à aquisição e descarte dos registros; mensurar se as estratégias de incorporação de acervo encontra compatibilidade com os demais encadeamentos de salvaguarda e comunicação; avaliar quem são os profissionais que estão investigando a cultura material, sob que ótica e em que intensidade, e traçar um paralelo entre o que está sendo investigado e o que está sendo extrovertido para o grande público.

No que se refere à estrutura física do museu, investigamos como a relação entre o edifício, o corpo funcional, e o público se plasmam do museu, no que se refere,

primordialmente, ao ritmo dos fluxos de informação internos e externos à instituição. Tendo em vista que a arquitetura museológica é o cenário em que a realidade arqueológica é construída e dialogada, a observação dos bastidores desse cenário faz-se indispensável. Em termos de diretrizes de pesquisa, selecionamos os seguintes tópicos de observação:

- Averiguação de quais são os espaços e onde estes repousam na planta dos museus;
- Investigação de quem são os profissionais que trabalham em cada espaço e como eles se comunicam dentro das instituições;
- Observação dos lugares públicos com e sem acervo, onde grande parte da informação é extrovertida;
- Verificação se a localização geográfica dos museus interfere nas dinâmicas de aquisição, salvaguarda e comunicação, apontando para as facilidades e dificuldades impostas por esse elemento;
- Observação e entrevista com os agentes desse processo.

Que se desdobram em tópicos específicos, como:

- Readequações da planta arquitetônica com o tempo;
- Edificações ocupadas pelos museus e a suas localizações geográficas;
- Propriedade do prédio e possíveis restrições de ampliação;
- Regime jurídico (tombamento);
- Instalações e facilidades oferecidas ao público;
- Restrições da arquitetura para os procedimentos de salvaguarda e comunicação.

Os elementos acima citados dimensionarão a investigação nos seguintes níveis: constatar como os espaços são distribuídos e como afetam a dinâmica da informação; verificar se há organismos externos (laboratórios, centros de pesquisas, etc.) que colaboram com o museu, e como se dá a colaboração; compreender como se dá a distribuição dos espaços e se os seus usos interferem nos procedimentos de musealização; entender os meandros e circuitos que os objetos em processo de musealização atravessam, desde sua entrada até a comunicação, de forma a compreender como se dão os fluxos de informação internamente aos

museus e mensurar como o seu regime urbanístico interfere nas ações museológicas e no diálogo com o público.

No tocante à estrutura funcional, este tópico apresenta os funcionários que integram o organismo museológico, que atuam nos bastidores do museu, e são responsáveis pela construção e extroversão dos discursos museais. Além do mais, pretende diagnosticar quais são os vetores de poderes internos e externos que interferem nos fluxos informacionais. A partir disso, pretendemos conduzir a pesquisa sobre os seguintes alicerces:

- Apuração da tutela do museu e as suas relações entre as esferas pública e privada;
- Estudo do organograma dos museus (setores, departamentos etc.) e como os elementos se relacionam, fazendo uso, especialmente, do Regimento do museu;
- Estudo da procedência dos recursos financeiros.

Que se desdobram em tópicos específicos, como:

- Permanência dos profissionais no quadro dos museus;
- Formação das equipes na historicidade dos museus;
- Nível de treinamento e especialização dos funcionários dentro do quadro;
- Contratação de profissionais temporários e colaboração de membros externos;
- Oscilações no orçamento institucional ao longo do tempo;
- Averiguação sobre se os museus têm dotação orçamentária própria;
- Gerenciamento dos recursos no interior da cadeia operatória de musealização da arqueologia;
- Fonte de origem do orçamento e sua estabilidade com o tempo;
- Mensuração das fontes de rendas internas e externas e o equilíbrio dessas fontes;

Como resultado, dimensionamos problemas, tais como: conhecer quais os vetores de força (políticos e ideológicos) que regem os museus; ter o mapa de quem são os profissionais que trabalham nos museus e a quem respondem; entender como as informações circulam entre os setores do museu nas tomadas de decisão; mensurar a “força” de cada setor nos processos de musealização da arqueologia; ter em mente como o organograma e a tutela influenciam no

fluxo de produção e escoamento da informação; perceber se há uma histórica defasagem de profissionais para dar conta das suas atribuições internas e como isso reflete nos fluxos de informação; dentre outros elementos.

O tratamento dispensado ao acervo do museu, encarado aqui como salvaguarda, é um dos elos mais relevantes do processo de musealização da arqueologia. Problemas no processamento e análise do acervo podem gerar um grande passivo, como reservas técnicas amontoadas de objetos desprovidos de sua camada simbólica, além de dificuldade e até inviabilidade de recuperação da informação, por razão de uma sistematização inadequada tanto dos acervos quanto de seus documentos, dentre outros diversos prejuízos.

Nesse tópico, demo-nos conta dos seguintes procedimentos:

- Análise dos programas de salvaguarda contidos nos documentos norteadores, como Planos Museológicos e Regimentos;
- Investigação estrutural das reservas técnicas, em termos de materiais disponíveis para acondicionamento, infraestrutura, condições de armazenamento e acondicionamento;
- Exame de como se dá a gestão de informação, museológica e arqueologicamente;
- Entendimento do processo de documentação do acervo pelos profissionais;
- Verificação das condições de segurança das coleções;
- Entrevistas e observação presencial do processo.

Que se desdobram em tópicos específicos, como:

- Mobiliário utilizado para a guarda dos acervos;
- Utilização de equipamentos para o controle ambiental das reservas técnicas;
- Formas de etiquetagem e marcação dos acervos;
- Material para acondicionamento disponível;
- Condições de segurança das coleções;
- Averiguação se existe um inventário global do acervo por coleções;
- Densidade de acervos em reservas técnicas;
- Estado de conservação dos acervos;
- Instrumentos utilizados para a documentação museológica e arqueológica;

- Utilização de bancos de dados;
- Políticas de gerenciamento de acervos;
- Utilização de planos de emergência.

A compreensão dos fatores acima serviu como base para discorrer sobre os seguintes elementos: verificar se há amontoamento de acervo; diagnosticar indícios de degradação de acervo (material e informacional); entender como se faz a gestão de informação nesse espaço e como se faz o uso dessa informação por outros setores do museu (ação educativa e exposições); certificar as aproximações e afastamentos no que concerne a metodologia de documentação arqueológica e museológica; compreender se há uma obstrução significativa entre a aquisição e a salvaguarda, geralmente o maior indicador de represamento dos fluxos em Museus de Arqueologia contemporaneamente; entender como as estratégias e programas de salvaguarda constituem-se, ou não, como obstáculos no processo de musealização e ter um panorama das mentalidades, gestos e atos impregnados nessas ações.

Do ponto de vista das exposições museológicas, que podem se configurar como exposições de longa duração, temporárias e itinerantes, objetivou-se diagnosticar essa principal janela de contato que se abre para o público interagir com a informação vinculada pelo museu. Conforme já indicamos, observaremos as exposições como a materialização de um processo no qual diversos fatores e procedimentos estão cristalizados em potência, prontos para serem lidos. Por esse entendimento, as exposições são importantes documentos a serem analisados, que, se lidos com olhos interpretadores, podem desvelar resíduos indesejados como objeto descontextualizado; a ênfase da estética em detrimento das redes de significados atrelados à cultura material; o quantitativo sobrepujando o qualitativo; informações defasadas e generalistas; informações herméticas e inacessíveis ao público; apenas para listar alguns. Nesse momento, lançamos mão dos seguintes procedimentos:

- Exame das estratégias de exposição museológica (longa duração, temporária e itinerante), tendo como referência os documentos norteadores da instituição;
- Estudo dos recursos expositivos utilizados;
- Pesquisa da trajetória das reformulações expositivas e dos porquês;
- Análise das estratégias de tradução da informação e dos agentes envolvidos;
- Observação e entrevista com os profissionais.

Que se desdobram em tópicos específicos, como:

- Análise dos projetos de concepção de exposições;
- Abrangência dos públicos com quem interage;
- Averiguação se há controle do público – quantitativo e qualitativo;
- Análise dos programas de exposição nos documentos norteadores;

A interpretação desses dados mostrou-se relevante para abranger os seguintes resultados: compreender quais são os instrumentos de tradução e de informação e possíveis ganhos e perdas de significados; avaliar como os recursos utilizados auxiliam ou atrapalham na mediação da informação museológica; apurar o papel da arqueologia, da museologia e da educação nesse processo (aproximações e/ou afastamentos); atestar possíveis defasagens informacionais e obstáculos que recaem na divulgação do conhecimento; observar se o conteúdo informacional produzido pela pesquisa sobre os acervos estão sendo disponibilizados nas ações comunicativas, mantendo um fluxo otimizado entre pesquisa e comunicação; dentre outros aspectos.

No mesmo bojo das exposições, as ações educativas entram em um grande conceito: a comunicação. Embora geralmente estejam separados em setores ou em departamentos, ambos estão intrinsecamente conectados e, em tese, devem buscar por diferentes metodologias o mesmo propósito, qual seja: a aproximação entre a mensagem do museu e o público com quem se busca estabelecer um processo de diálogo. Embora os questionamentos sejam bem semelhantes em ambos, destacamos alguns procedimentos específicos para esse campo:

- Diagnóstico dos setores educativos nos museus, no que se refere às metodologias elencadas;
- Mensuração de como as instituições incorporam as ações educativas no bojo de sua missão, tendo como referência os instrumentos reguladores;
- Análise dos setores da sociedade com quem procuram dialogar (crianças, jovens, adultos, terceira idade);
- Estudo da abrangência das ações, por meio da avaliação proposta pelo setor e dos profissionais envolvidos.

Que se desdobram em tópicos específicos, como:

- Tipo de acesso do público que interage com as ações educativas;
- Relação das ações educativas com as exposições;
- Continuidade das ações educativas de acordo com a historicidade dos museus;
- Relação da infraestrutura dos museus para a recepção dos grupos;
- Facilidades de acesso dos grupos aos museus (os museus apenas recebem os públicos ou também vai aos locais, em ações extramuros).

Como resposta, almejamos alcançar os seguintes resultados: compreender com que setores da sociedade os museus estão buscando dialogar e quais os setores da sociedade estão sendo privilegiados na ação; avaliar se os objetivos estão alinhados com a metodologia (observação do pesquisador); aferir a continuidade dos trabalhos nas distintas fases dos museus e as suas possíveis descontinuidades; entender qual é o papel das ações educativas no cotidiano das instituições; dentre outros elementos.

Mescla-se, direta ou indiretamente, com o tópico anterior, a questão da retroalimentação do sistema de informação. Compreendemos que, se por um lado, torna-se extremamente complicado mensurar os sentimentos e emoções daqueles que tiveram a oportunidade de interagir com o museu, por outro, a observação de suas reações assim como as marcas e impressões deixadas nos cadernos de sugestões, ou pelas avaliações desenvolvidas pelos setores específicos, acabam sendo bons indícios do aproveitamento que os indivíduos têm da informação. No que concerne à retroalimentação do sistema, propomos os seguintes procedimentos:

- Análise dos relatórios elaborados pelo setor e possíveis avaliações já realizadas;
- Investigação dos métodos de avaliação propostos pelos museus e os seus setores, especialmente o setor de museologia e educação;
- Compreensão de quem são os atores que propõem avaliações de público e quem procuram “ouvir”;
- Entrevista com os profissionais envolvidos.

Que se desdobram em tópicos específicos, como:

- Tipologias de avaliação de público – quantitativo e/ou qualitativo;
- Conhecimento sobre aqueles setores que não frequentam o museu e os porquês;
- Formas de tabulação dos resultados das pesquisas;
- Categorias e perfis de público que fazem uso das ações comunicativas;
- Autoavaliação da equipe e metodologias informais de avaliação.

Por essa via, buscamos compreender como os Museus enxergam as ações de avaliação de público e como se apropriam dessas avaliações para redimensionar os fluxos de informação. Buscamos, também, investigar se o público “ouvido” é abrangente ou se os Museus apenas incorporam como público aqueles que participam das ações educativas e, ainda, compreender como o público está interagindo com o Museu, por intermédio de uma avaliação dos instrumentos avaliativos propostos pelas instituições diagnosticadas. Em resumo, embora não tenhamos a ambição de construir uma metodologia nossa, própria de análise de público – com metodologias e referencial teórico específicos, mesmo porque essas propostas fugiriam da nossa perspectiva de diagnóstico de “clínico geral” –, em última análise buscamos entender como se dá a apropriação dos discursos institucionais pelo público.

1.5 INSTRUMENTOS DE PESQUISA: ESTRUTURAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Lidar com realidades sociais demanda do pesquisador capacidade de flexibilização e perspicácia para lidar com situações adversas. Conforme já explanado, nem sempre um diagnóstico institucional é bem vindo e, geralmente, atende o propósito de localizar aqueles problemas indesejáveis. Um instrumento importante para melhor transitar no organismo museológico foi o estudo minucioso de documentos relativos à instituição (publicações, sítio do museu, etc.) antes de entrar no campo, pois, conhecendo o objeto, as entrevistas e as conversas fluiriam de maneira mais dinâmica – uma vez que ambos estariam dominando os mesmos códigos linguísticos e compartilhariam os fatos mais importantes na história do Museu.

As investidas de campo foram planejadas em duas jornadas de uma semana. Desse modo, haveria uma inserção continuada e duradoura, viabilizando uma relação mais aprofundada entre os agentes do Museu e o pesquisador. A necessidade de ao menos duas investidas em cada Museu justifica-se pela incapacidade de averiguar todo o universo de problemáticas em apenas uma inserção de uma semana; pela necessidade de conquistar a “confiança” da equipe sobre a pesquisa e, também, por agregar duas dimensões interdependentes, o da prospecção e o do aprofundamento das problemáticas.

Os cadernos de campo foram elaborados para o registro de todas as anotações que abrangessem fatos e sentimentos que porventura viessem à tona no momento das conversas, entrevistas e observação. Tais cadernos foram lidos e interpretados de modo a consubstanciar os resultados da pesquisa. Essa ferramenta foi organizada da seguinte maneira:

- Interesse do dia – Resume a motivação do dia de pesquisa, aquilo que *a priori* seria nosso foco de observação naquele momento da investigação;
- Comentário de observação – Essas notas significam as impressões que tivemos no momento em que as situações ocorriam. Os comentários estão certamente impregnados de sentimentos que seriam interessantes de serem registrados;
- Relato – Traduz com detalhes o contexto em que as situações estão ocorrendo, tanto em relação à ambientação quanto à dinâmica em que os fatos iam ocorrendo;
- Conversas – Conforme já apontado, não se restringem a conversas descompromissadas e, por isso, adquirem o formato de registro de uma interação verbal que busca a coleta de dados em situações que não caberiam perguntas fechadas, que acabam por inibir a fluência da conversação.
- Comentário sobre a conversa – São as primeiras impressões que tivemos após o contato com o entrevistado;
- Reflexões – São interpretações que se diferem dos comentários de observação por se tratar de uma análise posterior, ou seja, depois de ocorrido os fatos. Em alguns momentos, o significado dessas reflexões se aproxima mais das análises de dados, pois já são observações de um grau mais elaborado do que o simples relato instantâneo;
- Nota metodológica – São menções sobre a aplicação da metodologia, tanto nos seus aspectos comportamentais quanto nos aspectos inusitados que se desenrolavam no cotidiano de imersão.

Vale destacar que as conversas ou entrevistas as quais o entrevistado solicitou sigilo, os dados coletados não serviram, em nenhuma hipótese, como dado de pesquisa. Porém, os dados foram anotados como forma de entendimento da dimensão dos problemas investigados. Igualmente, deve-se apontar para os diferentes tons de informação providos pelos entrevistados dependendo do lugar e do momento da entrevista. Apenas a título de exemplificação, um mesmo personagem nos proveu uma informação suavizada de determinado foco de pesquisa em um primeiro campo, e, em um segundo, depois de já conhecer o pesquisador, a mesma informação incorporou um tom de denúncia. Da mesma forma, houve contradição de falas de um mesmo personagem em locais distintos: após a entrevista, no lugar de trabalho, e em conversa informal, em um ambiente externo, como um restaurante ou dentro do seu carro (ao oferecer uma “carona”). Nesse sentido, o método de pesquisa participativa exige do pesquisador um forte equilíbrio ao distinguir e filtrar as informações para fins de obtenção de dados.

A tabela por nós confeccionada foi desdobrada em entrevistas com os atores sociais que compõem a instituição, dentro de seus setores. Nesse quesito, cumpre informar que as áreas de interesse por nós elencadas foram diluídas em entrevistas abertas. Apesar de as áreas de interesse terem sido pontuadas, outro componente agregado a tais entrevistas foi a maleabilidade em acrescentar outras perguntas na medida em que transcorria o diálogo. A qualquer momento, dependendo da fluidez da entrevista, alterações na tabela e nos tópicos foram acrescentadas ou eliminadas.

Os questionários⁵³ foram organizados da seguinte forma: entrevista com o gestor do museu; entrevista com os responsáveis pelo setor de exposição; entrevista com os responsáveis pela salvaguarda do acervo; entrevista com os arqueólogos responsáveis pela coleta e interpretação da cultura material e entrevista com os profissionais responsáveis pelas ações educativas e pelos programas culturais. Além dessas entrevistas pontuais, outras deveriam ser realizadas em forma de conversas com finalidade.⁵⁴ Um fator relevante de ser observado diz respeito às readequações das entrevistas em relação a primeira e a segunda investida de campo. A primeira investida, cujos esboços de questionários serão dispostos

⁵³ Os questionários em questão podem ser aplicados em diferentes momentos para diferentes atores-sociais, pois, como temos em mente a historicidade do objeto, podemos utilizá-los em entrevistas com funcionários atuais e pregressos. É interessante notar, também, que dois questionários podem ser aplicados para o mesmo agente, caso ele esteja ao mesmo tempo cumprindo o papel híbrido de gestor e de arqueólogo, por exemplo.

⁵⁴ Segundo Minayo, essa forma de entrevista difere dos questionários fechados na estruturação de suas perguntas. Entendido pela autora como “instrumento para orientar uma ‘conversa com finalidade’”, os roteiros de pesquisa caracterizam-se pela formulação de um roteiro aberto em que constam poucas perguntas. Em última análise, intentam apreender os pontos de vista dos atores envolvidos no fenômeno analisado, da mesma forma que facilitam a relação comunicativa entre os atores sociais e o observador. (MINAYO, 2004, p.99)

adiante, tem um caráter mais prospectivo como forma de ter uma primeira visão do organismo e de sua historicidade. Já na segunda investida, as entrevistas tem um caráter mais pontual sobre as questões mais contundentes que interferem nos fluxos de informação. Outro tema que deve ser mencionado diz respeito ao método de construção dos capítulos de análise (MAX e MASJ). Na primeira investida de campo, ainda prospectiva, coletamos os dados para dar início à redação dos capítulos. Nesse momento, diversas questões não respondidas ou mesmo dúvidas foram sendo incorporadas. Na segunda investida de campo, readequamos nossa planilha de pesquisa e entrevistas de forma a atender aquelas questões que estavam pendentes dando, dessa forma, subsídios para finalizar a redação do diagnóstico.

Apenas como ilustração, plasmaremos os tópicos centrais de cada questionário adiante, lembrando que estes sofreram flexibilizações na *démarche* da entrevista, adequando-se à nossa área de interesse.

No que se refere à entrevista com o gestor⁵⁵, pontuamos:

- Fale brevemente sobre a história do museu, por favor.
- Fale um pouco da estrutura funcional do Museu. Quem são as pessoas vinculadas à instituição? Qual o vínculo empregatício dos contratados?
- O Museu possui personalidade jurídica própria ou é uma unidade subordinada? CGC próprio (órgão suplementar)
- Qual a natureza administrativa (federal, estadual, municipal ou mista)?
- Como se estabelece o organograma da instituição?
- Quais são as fontes de renda (receita própria, lei de incentivo, doações, amigos do museu)?
- Qual é a entidade mantenedora e os parceiros?
- Como as agências de fomento participam ou participaram na estruturação do Museu? Quando os contratos se renovam (ano)?
- Qual é o papel do órgão mantenedor nesse sentido?
- Qual é o papel do município, estado ou federação?
- Possui plano museológico? Quem é o responsável pela coordenação da museologia?

⁵⁵ Procuramos entrevistar, quando foi viável, os gestores das outras fases institucionais.

- Como está o andamento das pesquisas de campo e laboratório?
- Existe pesquisa dentro do Museu ou esta se encontra fora da instituição?
- Existe acervo somente no Museu ou existe material depositado em laboratórios da universidade?
- E a questão do espaço? O Museu continua recebendo acervo?
- Em sua opinião, qual é hoje o ponto forte do Museu? E o ponto fraco?

Com relação à entrevista com os profissionais do setor de museologia:

- Fale um pouco sobre como foi a implementação da exposição. Como se deu e em que ano inaugurou?
- Em que momentos as exposições passaram por reformulação e por quê? Quem esteve por detrás desse processo?
- Quais eram os valores pensados na seleção do acervo que iria ser exposto? Quais os critérios?
- Quem foram as pessoas que estavam envolvidas na exposição e como era a participação de cada uma?
- Como as informações arqueológicas, fontes primárias e dados de pesquisa, foram utilizadas na exposição? Em outras palavras, como se deu e quem participou da tradução da informação?
- As agências patrocinadoras influenciavam nessa seleção?
- Qual o discurso que se pretendeu atingir? Um enfoque processual ou artefactual?
- Qual é a periodicidade de renovação de informações e quais os parâmetros?

No tocante ao setor de salvaguarda, organizamo-nos a partir dos seguintes tópicos:

- Como se dá o gerenciamento de informações primárias, em termos de cadernos de campo e outros materiais produzidos no salvamento?
- Como essa informação é acessada pelos profissionais do Museu e por pesquisadores externos?
- Como está a documentação do acervo? Está digitalizada?

- O que é patrimonializado? O que é considerado acervo?
- Todo o acervo está inventariado?
- Como se dá o armazenamento, em termos de infraestrutura?
- Existe o papel do conservador no corpo do Museu?
- Existe um sistema de informação para os pesquisadores?
- Existe uma política clara de conservação?
- Existe uma verba destinada ao fim da preservação dos acervos?
- Existe uma política de descarte do acervo?
- Existem equipamentos de monitoramento ambiental?
- Há espaço suficiente para as necessidades de armazenamento atuais e futuras?
- O Museu continua recebendo acervo fruto da pesquisa?
- Quem tem acesso à reserva técnica?
- Existe um plano de emergência?

Em relação ao setor de arqueologia⁵⁶, preocupamo-nos com a seguinte estrutura de entrevista:

- Em que momento você participou do salvamento arqueológico? Qual era o seu papel?
- Quais foram os critérios de seleção do material de campo? Já havia uma perspectiva de criação de um Museu?
- Onde estão estes documentos primários hoje? Os documentos são de uso público para a pesquisa?
- Como é feita a gestão da informação primária?
- A pesquisa se deu no Museu ou em laboratórios externos? (produção de informação)
- A documentação e o inventário seguiram uma lógica arqueológica ou museológica?
- O que era patrimonializável? O que se considera patrimônio ou acervo no contexto da aquisição?
- Como se dava, ou se dá, a relação do arqueólogo com o museólogo? Algum museólogo foi a campo?

⁵⁶ Buscamos entrevistar, quando viável, os profissionais que em algum momento estavam vinculados à instituição, mas que não fazem mais parte do corpo funcional.

- E a conservação do acervo? Existe um número preciso de objetos? Qual?
- Existiu um critério de descarte?
- Houve influência do órgão fiscalizador sobre o projeto de pesquisa arqueológica, em termos de cronograma de trabalho?
- Como era a relação da equipe de arqueologia com o órgão regulador?
- Mencione um ponto forte e um ponto fraco no processo de salvamento.

Por fim, abordamos os agentes do setor educativo com a seguinte base de análise:

- O museu desenvolve atividades sistemáticas com a comunidade?
- Quais são as ações de cunho educativo que existem hoje no Museu? (seminários, conferências, periódicos, cursos/oficinas, eventos sociais, entre outros.)
- Existe um calendário de atividades?
- Existe um plano de ações educativas?
- Qual é a grande parte do público atendido pela ação educativa?
- Existe uma estatística precisa da abrangência dessas ações?
- Como se realiza a avaliação das ações? Onde estão os documentos?
- Sobre as visitas mediadas, precisa de agendamento?
- Qual é a média anual de visitantes?
- Qual o público que vocês visam atingir? Existe um estudo de público?
- As escolas da cidade têm visitação constante?

De alguma forma, aqueles interesses que tínhamos arrazoadado quando zoneamos as nossas áreas de interesse dentro dos Museus, que dizem respeito à aquisição, salvaguarda e comunicação, foram remanejados dentro dos questionários com os profissionais dentro dos seus respectivos setores.

Apenas para citar um exemplo, as questões relativas à documentação das coleções foram realizadas tanto para os profissionais do setor de arqueologia quanto para o setor de museologia, visto que foi possível observar uma gestão partilhada dos acervos entre os profissionais das distintas áreas, particularmente no caso do MASJ. No mesmo sentido, em relação às questões direcionadas ao acondicionamento dos acervos nas reservas técnicas,

tivemos que identificar o profissional responsável que poderia transitar conosco nesse espaço para identificarmos as infraestruturas disponíveis para a guarda do acervo, que não necessariamente era um profissional do setor de museologia, como no caso do MAX. Ademais, dependendo do Museu, a salvaguarda poderia ser realizada de duas formas distintas, *in situ* e *ex situ* (MASJ), ou mesmo estar ao encargo somente da arqueologia em termos de regimento (MAX). Outra particularidade dos nossos questionários diz respeito à entrevista com o gestor do Museu. Em ambos os casos (MAX e MASJ) os gestores ocupavam, ao mesmo tempo, cargos de gestor e de profissionais de um dos setores (no caso do MAX um arqueólogo e no caso do MASJ o setor de museologia) e, por esse motivo, dispomos de duas plataformas de entrevistas diferentes, realizadas em dias diferentes. Por fim, no que tange à avaliação do público, que dava conta dos aspectos direcionados à retroalimentação do sistema, notamos que, dependendo do Museu, ou o setor de museologia ou o de educação (ou ambos) propunham estratégias diferenciadas de avaliação e, portanto, tivemos que readequar os nossos formulários de entrevista de acordo com o contexto aplicado.

1.6 PARTICULARIDADES DA APLICAÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Diluído ao longo deste capítulo, indicamos algumas particularidades do diagnóstico museológico por nós proposto. Neste momento, recuperaremos alguns desses elementos dando ênfase a um fator primordial de ser grifado: os museus são organismos “vivos” em plena transformação. Em nossas investidas de campo, tivemos plena dimensão de que os Museus configuram-se como um processo, longe de serem organismos hibernantes.

Como já grifamos anteriormente, o nosso diagnóstico representa um olhar possível sobre esse processo, em diversos sentidos. O primeiro, diz respeito à própria visão do pesquisador sobre o Museu, que se descortina processualmente. Em um primeiro instante, temos uma visão bastante superficial da instituição, na medida em que acessamos somente os discursos institucionais, por intermédio do estudo dos documentos que tivemos acesso antes da investida de campo: artigos, sites, encartes, dentre outros. Esse primeiro olhar não dá conta de aprofundar para além de uma visão “epidérmica”. Na primeira investida de campo, temos uma dimensão mais aprofundada do objeto de pesquisa, porém ainda de forma prospectiva – na forma de entrevista e coleta de documentos primários. Neste momento, procuramos obter o

máximo de informações para construir um esboço de como são regidos os fluxos informacionais em seu interior sem perder de vista aqueles elementos exógenos que, direta ou indiretamente, resvalam na fluidez e intensidade dos fluxos de informação. A segunda investida de campo tem um olhar no qual os fatores que geram lapsos informacionais são investigados de forma mais vertical, sempre atentando para as interconexões entre os fatores. Após passarmos por essas camadas de investigação, temos o que convencionamos chamar de olhar de “raios-X” sobre a instituição.

O museu enquanto processo se revela também no contato do pesquisador com os agentes que regem as instituições diagnosticadas. Como já fora especificado, durante as duas imersões no campo, o relacionamento travado entre o pesquisador e os atores-sociais tende a se estreitar. Nesse sentido, as informações coletadas tornam-se, invariavelmente, menos institucionais e mais personalistas. Não foram poucas as vezes em que o entrevistado, seja em forma de coleta formal ou informal de dados, apresentou informações cujo conteúdo ganhava um tom de denúncia ou, então, nos era pedido para que aqueles dados não fossem utilizados para fins de pesquisa. Alguns entrevistados nos pediram para que o gravador fosse desligado durante algumas entrevistas gravadas; em outros casos, as informações providas durante a entrevista eram refutadas ou incrementadas quando conversávamos informalmente. É válido mencionar o relato de um entrevistado que explicitou o quanto a sua visão sobre o Museu, o seu modo de pensar, foi alterada(o) entre a primeira e a segunda investida de campo: internamente suas relações com o museu continuavam as mesmas, porém seu ponto de vista sobre tais relações já não era mais o mesmo. O resultado do diagnóstico buscou filtrar as informações e calibrar o olhar institucional sobre os aspectos que regem a cadeia operatória, deixando de fora os elementos que não interessavam diretamente ao estudo. Em suma, o organismo museológico se revela, também, de forma processual na relação entre o pesquisador e o pesquisado.

A terceira evidência do museu-processo está nas mudanças e rupturas institucionais ocorridas no interior da instituição, geralmente orientadas por fatores externos. No caso do MAX, tivemos o primeiro acesso ao Museu antes da primeira saída de campo, ainda em 2008. Nessa ocasião, fomos convidados a participar de um evento, como palestrantes, e fizemos uma visita técnica ao Museu junto com os participantes do evento. Durante a visita, tivemos uma impressão de que a instituição encontrava-se em plena atividade, com diversos profissionais trabalhando no local e cujas atividades estavam plenamente aquecidas. Quando retornamos ao Museu, em 2009, recebidos pelo novo diretor, o cenário era bastante diferente.

Em razão do fim do patrocínio, que era a principal fonte de sustentabilidade do Museu, a maioria dos funcionários foi dispensada e os bastidores do MAX encontravam-se sobremaneira esvaziados, especialmente em termos das ações de pesquisa e salvaguarda.

No que tange o MASJ, antes da primeira investida de campo, tomamos conhecimento que o Museu estava instalado em um espaço suscetível a intempéries, especificamente inundações, por estar bastante próximo do Rio Cachoeira, no centro de Joinville. Na primeira investida de campo, as conversas e entrevistas realizadas apontavam para um descontentamento que ia além das questões relativas às frequentes inundações e adentravam a uma insatisfação em termos de insalubridade do local, espaços limitados (em virtude do crescimento institucional⁵⁷) e “envelhecimento” da arquitetura. No interstício entre a primeira investida de campo (2010) e a segunda (2012), ocorreu uma nova inundação que motivou a mudança da equipe para outro prédio.⁵⁸ Essa ruptura institucional gerou uma intensa reorganização das atividades cotidianas do Museu, que motivou, dentre outros diversos fatores, a reformulação da exposição de longa duração e a própria relação interpessoal da equipe.

Sobre as mudanças institucionais ao longo das investidas de campo, grifamos um fator primordial: o nosso olhar sobre o objeto é contingencial, configurando-se como um olhar possível sobre esses processos. Ao mesmo tempo em que não tivemos acesso presencial àquelas mudanças do pretérito, forjando uma visão “fotográfica” do Museu atualmente, verificamos, também, que os organismos museológicos não se “comportam” de acordo com a vontade do pesquisador. Igualmente, temos dimensão de que os Museus não agem de forma passiva ao pesquisador, estes também alteram a visão daquele. Da mesma forma, temos plena consciência de que os Museus continuarão se transformando com o tempo, reconfigurando os seus fluxos informacionais ao longo de sua vida institucional.

Em resumo, cumpre-se dizer que o diagnóstico museológico tem suas limitações no tocante às mudanças institucionais. Da mesma forma que buscamos recuperar a historicidade dos Museus, recuperando os lapsos históricos que são observados de forma linear, não podemos perder de vista que os museus estão se remodelando a todo instante, de forma quase

⁵⁷ Este crescimento institucional dá-se por duas vias: a primeira em razão do acréscimo do número de funcionários e a segunda em termos de incremento das ações, que passaram a abarcar não apenas a arqueologia ligada aos Sambaquis, adentrando na ceara da Arqueologia Preventiva na Região, gerando, consequentemente, um acréscimo do campo de ações e do quantitativo de acervos.

⁵⁸ O Museu foi interditado pela Vigilância Sanitária em fevereiro de 2012 e permaneceu por mais de um semestre fechado para o público. Enquanto o novo prédio não foi disponibilizado, a equipe continuou trabalhando internamente no Centreventos, local onde se encontra a Fundação Cultural de Joinville, órgão de tutela do MASJ.

caótica. Com vistas a racionalizar a escrita dos resultados dos diagnósticos, arrazoados nos próximos capítulos, optamos por apontar as mudanças mais recentes, especialmente no MASJ, sem aprofundar em seus detalhes e tendo em vista as limitações e exequibilidade impostas pela finalização da pesquisa.

1.7 REDAÇÃO DOS RESULTADOS

A redação dos capítulos 2 e 3 busca levar a cabo a aplicação do diagnóstico elaborado e explicitado neste capítulo. Tendo em vista que a nossa pesquisa tem a sua pertinência centrada na investigação dos lapsos informacionais no interior dos processos de musealização da arqueologia, dedicaremos-nos a descortinar os caminhos percorridos dentro da instituição e, na sequência, a confecção dos resultados parciais do diagnóstico.

Na leitura dos museus diagnosticados as nossas lentes serão focadas nos fluxos de informação que perpassam o processo de musealização empreendida pelos Museus, enquanto um sistema de informação. Os fluxos de informação serão investigados ao longo dos capítulos da seguinte forma:

Figura 4: Esquema de estruturação dos capítulos 2 e 3.

Interpretando a imagem da figura 4, construímos uma narrativa em que os museus serão estudados em 2 momentos: a apresentação do objeto – com enfoque na regionalidade e nas suas fases institucionais – e a aplicação do método nos setores selecionados – aquisição e

significação, estrutura funcional, estrutura física, salvaguarda, exposições, ações educativas e retroalimentação do sistema. Na primeira parte, iremos apresentar os Museus utilizando como fonte a bibliografia a que tivemos acesso antes da nossa investida de campo, na forma da leitura dos discursos institucionais plasmados principalmente em documentos secundários. Utilizamos como base o sítio dos Museus, disponibilizados na rede, materiais de divulgação, publicados pelas instituições, e artigos acadêmicos. Esse primeiro momento funcionará como uma prospecção inicial do terreno de análise.

Na segunda parte iremos aprofundar as nossas análises tentando dar significados às camadas mais profundas das instituições a partir da aplicação do método proposto, sem perder de vista a integridade do organismo e a conexão entre as partes. Apenas como exemplo, a aquisição reflete diretamente na salvaguarda das coleções no mesmo sentido que as questões relativas à estrutura física dimensionam a comunicação e a pesquisa. Simbolicamente, seria como se colocássemos uma lente de contato na qual pudesse ser possível enxergar as camadas que vão além da aparência superficial. Nessa lente, plasma-se, inexoravelmente, a visão seletiva do pesquisador, como já referenciado. Sendo assim, os resultados alcançados são frutos de um olhar contingencial e, portanto, passível de imperfeições. Como fonte de informação nesta segunda parte, incorporamos artifícios metodológicos, como, por exemplo, conversas com os atores-sociais envolvidos nas ações de patrimonialização, entrevistas formais, leitura de documentos primários, observação presencial, dentre outras estratégias já especificadas na metodologia.

Conforme podemos ler na Figura número 4, o fluxo de informação será investigado seguindo em um caminho que respeita a cadeia operatória de musealização da arqueologia, incorporando os museus como um sistema de informação. A partir desse processo, poderemos investigar os fatores que interferem, ou até bloqueiam por total, os fluxos de informação. Ao cabo de cada setor investigado, elaboramos um compêndio daqueles elementos mais relevantes que interferem nos fluxos de informação, na forma do que chamamos de “análises prévias”. No capítulo dedicado à análise de dados, esses resultados serão cruzados entre os dois museus estudados.

CAPÍTULO 2 – O MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ

O capítulo referente ao MAX será apresentado em dois diferentes instantes: no primeiro momento será feita uma leitura generalista do objeto, como forma de compreender a sua historicidade e suas rupturas institucionais, na forma de uma prospecção do campo, dando ênfase ao seu enfoque regional; no segundo momento, o capítulo respeitará o zoneamento proposto no capítulo anterior, na forma de aplicação do diagnóstico nas seguintes frentes: significação e aquisição do registro arqueológico; estrutura funcional; estrutura física; salvaguarda; exposições, ações educativas e retroalimentação do sistema de informação. O primeiro plano considerará os documentos secundários produzidos sobre o Museu – encartes, publicações, sítio do Museu, etc. – e o segundo será o resultado, sobretudo, das inserções de campo e da leitura dos documentos institucionais, nomeadamente os planejamentos institucionais e Regimentos.

2.1 PROSPECTANDO O NOSSO CAMPO: O MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ

A fim de melhor conhecer o objeto de estudo dentro de sua historicidade, faremos neste momento uma leitura preliminar da vida institucional do Museu de Arqueologia de Xingó enfocando a sua inserção regional. Em termos estruturais deste mapeamento, indicaremos aqueles elementos fundadores que representam as bases nas quais o MAX se estrutura atualmente. Os dados coletados nessa breve cartografia, com base em documentos secundários (publicações, sítio do museu, encartes, dentre outros), serão esmiuçados nos próximos subcapítulos. O nosso objetivo com isso é localizar o Museu no tempo e no espaço pontuado as suas fases institucionais; a sua inserção regional; a concepção inicial do museu e as razões para a sua existência e a historicidade das ações propostas pela instituição. Essa perspectiva afastada do objeto, em resumo, calibrará a visão do leitor sobre o MAX.

Falar da concepção e implantação do MAX implica retomar os motivos da formação das coleções arqueológicas abrigadas na instituição. Como já mencionado nesta pesquisa, os museus têm raízes fincadas em suas coleções. De acordo com as referências coletadas, a

origem dos acervos está calcada no salvamento arqueológico da região, que seria inundada pela construção da Hidrelétrica de Xingó, capitaneada pela Companhia Hidro Elétrica de São Francisco (CHESF), com respaldo na lei nº 3924, de 1968⁵⁹. A construção desse empreendimento causaria grande impacto nos sítios arqueológicos da região que circunda a cidade de Canindé de São Francisco – SE, ao longo do Rio São Francisco. (Vergne, 2005)

Neste cenário que se formava, foi criado o Projeto Arqueológico de Xingó (PAX), em 1988, em forma de um convênio firmado entre a CHESF e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), com fins de realizar o salvamento arqueológico na área que seria impactada pela hidrelétrica. No período compreendido entre 1988 e 1994, o referido Projeto identificou 56 sítios arqueológicos, sendo coletados mais de cinquenta mil artefatos arqueológicos além de uma ampla gama de registros arqueológicos na região pesquisada. (Vergne, 2005) Com base nessas informações, é possível afirmar que as coleções, que atualmente são salvaguardadas no MAX, têm sua origem na arqueologia de salvamento como forma de minimizar o impacto causado por um empreendimento desenvolvimentista.

De acordo com o documento “Retratos de um Patrocínio”⁶⁰, em 1997 o PAX concluiu o Relatório de Salvamento Arqueológico sem, no entanto, vislumbrar um futuro para a pesquisa e extroversão pública do conhecimento acumulado nesse período. Nesse contexto, “a ideia do Museu nasceu, então, como uma estratégia para permitir a manutenção de uma atividade de pesquisa na área.” (Retratos de um Patrocínio, 2006, p.9) O Museu de Arqueologia de Xingó foi instituído a partir de uma parceria firmada, de maneira tripartite, na qual se inscrevem a Universidade Federal de Sergipe, a Petrobrás e a CHESF. Vale apontar, nesse sentido, que existe uma pujante vinculação entre a UFS e as autarquias federais citadas, Petrobrás e CHESF, cujos papéis de patrocinadores e apoiadores, respectivamente, é imperativo no processo de implantação e manutenção das atividades da instituição. Nesse âmbito, a Petrobrás adentra no processo como o principal provedor de recursos, por intermédio da Lei de Incentivo à Cultura, no interstício de 2001 a 2008.

Em abril de 2000, o MAX abriu as portas ao público. Seguindo as perspectivas contemporâneas da arqueologia, a instituição foi implantada na região em que foram promovidas as pesquisas arqueológicas, em Canindé de São Francisco (figura 5), contrariando a lógica de traslado de acervos arqueológicos para regiões centrais, como as capitais e os

⁵⁹ De acordo com o disposto nesta lei, todos os monumentos arqueológicos existentes no território nacional pertencem à União. Portanto, todas as pesquisas arqueológicas em áreas impactadas devem ser autorizadas e fiscalizadas pelo IPHAN.

⁶⁰ Este documento faz as vezes de um relatório de atividades desenvolvidas pelo MAX no período de 2001 a 2005, sob a égide do patrocínio da Petrobrás.

centros de pesquisa. A distância entre Sergipe e Canindé de São Francisco é de 213 quilômetros.

Figura 5: Localização geográfica do MAX.

O MAX nasce com a missão de ser instrumento de preservação do patrimônio arqueológico do Baixo São Francisco, por meio de desenvolvimento de pesquisas arqueológicas e, também, por intermédio de suas interfaces disciplinares como forma de construir a realidade pré-histórica regional em articulação com os diferentes segmentos da sociedade, em forma de exposições e de ações educativas. (Retratos de um Patrocínio, 2006) Sob essas bases, o MAX se estabeleceu em uma arquitetura nova e moderna, construída com a finalidade de abrigar um museu que subsidiasse a pesquisa e a comunicação, tendo como mote a arqueologia regional.

Com relação à arquitetura, o espaço expositivo é constituído por um amplo espaço contínuo e toda climatizado oferecendo um local agradável para a recepção do público o qual possui um ambiente externo hostil, caracterizado pela caatinga. Em termos de exposição, o Museu é calcado em três diferentes estratégias de ação: a exposição de longa duração, a de curta duração e a itinerante. No que se refere à primeira, é possível observar a contextualização das temáticas pesquisadas sobre as coleções formadas e os aspectos voltados para a ocupação humana no Baixo São Francisco. Além disso, a exposição de longa duração abarca temas como a chegada do homem na América; os registros gráficos em Xingó; materiais líticos e cerâmicos; formas de enterramentos humanos e a vida cotidiana dos grupamentos pré-coloniais.

Figura 6: Representação da vegetação local. Arquivo pessoal.

É importante mencionar que o espaço expositivo, aproveitando-se do mote da regionalidade, dialoga com o entorno e o meio externo ao incorporar em sua arquitetura uma releitura da usina hidrelétrica e da vegetação local (figura 6). Em complemento a isso, diversos são os recursos e linguagens expositivas, integrados no circuito expositivo, que compõem com a cultura material. A título de exemplificação, são utilizados dados, tais como, sítio simulado; painéis pintados por artistas contemporâneos (figura 7), que ilustram a visão do passado no presente; painéis de pintura (figura 8); cenários; maquetes; dentre outros elementos que dão vitalidade ao espaço. Igualmente, o projeto arquitetônico contempla, também, espaços para a administração e auditório (figura 9). Vale mencionar que antes da construção do novo prédio já constavam no terreno os galpões construídos pela CHESF, nos quais foram acondicionadas as coleções salvas na pesquisa de campo. Esses espaços permaneceram no complexo do MAX recebendo adequações elementares para a recepção de pesquisadores e para o estudo das coleções.

Figura 7: Pannel pintado por Elias Santos, localizado no saguão de entrada. Arquivo pessoal.

Figura 8: Registros gráficos. Arquivo pessoal.

Figura 9: Auditório. Arquivo pessoal.

No que se refere às exposições temporárias, foi realizada uma série de mostras, no espaço reservado para este fim, no interior do espaço expositivo. As temáticas foram as mais diversas, mas enfoca, sobretudo, a vida cotidiana em Xingó e os traços da cultura regional. (Retratos de um Patrocínio, 2006) Sob esse aspecto, podemos perceber que o MAX estende as suas ações e temáticas para além da arqueologia, visto que incorpora as representações culturais do presente dando ênfase às temáticas regionais. Durante o período de vigência do patrocínio da Petrobrás, foram realizadas diversas mostras, fortalecendo sobremaneira a visibilidade do Museu em âmbito regional, estadual e nacional, como podemos observar na tabela número 1.

Tabela 1: Lista de exposições temporárias desenvolvidas pelo MAX entre 2001 e 2005. Baseado na tabela original disponível no documento Retratos de um Patrocínio.

Nº	Exposição	Origem	Local de Instalação	Período
1	“A Cultura do Barro: mãos que trabalham”	MAX MUHSE*	Unidade Museológica – Xingó	Abril de 2000 a fevereiro de 2001
2	“Entremontes, entre linhas entremeando histórias”	Comunidade Solidária CENDOP**	Unidade Museológica – Xingó	Março a junho de 2001

Continuação da tabela

Nº	Exposição	Origem	Local de Instalação	Período
3	“Carvalhada: Tradição Ibérica em Poço Redondo”	FIOCRUZ***	Unidade Museológica – Xingó	Julho de 2001 a abril de 2002
4	Paleopatologias Humanas – as doenças do passado	FIOCRUZ***	Reitoria – UFS	Janeiro a Fevereiro de 2002
5	Paleopatologias Humanas – as doenças do passado	FIOCRUZ***	Unidade Museológica – Xingó	Fevereiro a março de 2002
6	“Carvalhada: Tradição Ibérica em Poço Redondo”	MAX CENDOP	Ministério da Cultura/MINC Brasília/DF	Novembro de 2002
7	“Marcas dos passado, vivência do presente: patrimônio, cultura no sertão de São Francisco”	MAX CENDOP	Unidade Museológica – Xingó	Maio a setembro de 2002
8	“Carvalhada: Tradição Ibérica em Poço Redondo”	MAX CENDOP	Shopping Riomar Aracaju/SE	Agosto de 2002
9	“O Universo Simbólico de Véio”	MAX	Unidade Museológica – Xingó	Outubro de 2002 a abril de 2003
10	“A Revolta da Vacina: da varíola às campanhas de imunização”	FIOCRUZ***	Biblioteca Pública Epiphâneo Dórea Aracaju/SE	Setembro de 2003

Continuação da tabela

Nº	Exposição	Origem	Local de Instalação	Período
11	“O Universo Simbólico de Véio”	MAX	Shopping Riomar Aracaju/SE	Abril de 2004
12	“Na Dinâmica do Tempo, os Caminhos do Futuro”	MAX	Unidade Museológica – Xingó	Outubro de 2003 a novembro de 2004
13	“Grafiteiros de ontem: Registros Rupestres em Xingó”	MAX	Unidade Museológica – Xingó	Novembro de 2004 a julho de 2005

A exposição itinerante “Xingó: 9.000 anos de ocupação humana” também figurou como um elemento que somou às estratégias comunicativas propostas pelo MAX. Segundo os dados do documento “Retratos de um Patrocínio”, no período de 2001 a 2004 foram realizadas quatorze montagens em sete estados brasileiros. Em termos de quantitativo de público, foi contabilizada uma visitação superior a quarenta mil pessoas que interagiram com a exposição, nesse período, somente nessa estratégia de exposição. Somado a isso, nesse primeiro momento institucional, o MAX conseguiu alcançar uma visitação expressiva em sua sede em Xingó, apesar da distância do museu em relação aos centros urbanos (quadro 1). Desse quantitativo, há uma significativa visitação dos estados de Sergipe, Bahia, Alagoas e Pernambuco (cerca de 80% do somatório total), além de diversos turistas estrangeiros.

Quadro 1: Número de visitantes de 2001 a 2011. Informações cedidas pelo MAX.

VISITAÇÃO MAX – 2001/2011	
ANO	VISITANTES
2001	4.733
2002	11.250
2003	14.826
2004	12.654

2005	14.312
2006	20.552
2007	19.721
2008	20.480
2009	26.122
2010	29.316
2011	30.639
Total	204.602

Ainda em termos de comunicação, segundo o que está disposto no sítio eletrônico do MAX,⁶¹ as ações educativas são desenvolvidas, preferencialmente, nas escolas da rede pública de ensino e também nas escolas da rede privada. No que concerne às ações de educação propostas pelo Museu, o principal programa desenvolvido, a partir do ano de 2002, refere-se ao Projeto “O Museu vai à Escola, a Escola vai ao Museu” cujas ações são desenvolvidas fora e dentro da instituição. Esse projeto foi responsável pela inserção do Museu no cenário museológico e propiciou forte visibilidade institucional. O mesmo projeto agrega, também, uma diversidade de ações culturais complementares que englobam projetos, tais como: “Semana Pedagógica”; “Visitas Programadas de Docentes ao MAX”; “Férias Arqueológicas” (figura 10) e, ainda, o subprojeto “O MAX e a Inclusão Social”.⁶² Além disso, o MAX promove os “Workshops Arqueológicos de Xingó”, nos quais há intensa participação da comunidade científica, que debruça-se sobre temas pertinentes da arqueologia. (Retratos de um Patrocínio, 2006)

⁶¹ O sítio do Museu pode ser visitado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.max.org.br/>

⁶² A maioria desses programas foi promovida com subsídios advindos do patrocínio da Petrobrás. Com o fim do patrocínio, a partir de 2008, a maioria dos projetos foi interrompida pela falta de verba.

Figura 10: Ações educativas no sítio simulado. Acervo do MAX.

Figura 11: Apresentação do grupo teatral "Estrelas do Sertão", na entrada do MAX. Acervo do MAX

Em termos de produção científica, é importante sinalizar para a criação do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFS, que foi viabilizado e apoiado pelo MAX. O mestrado configurou-se como relevante aporte para o desenvolvimento de pesquisas sobre os processos de ocupação humana na região. Diversas dissertações foram concluídas a partir da pesquisa das coleções do MAX e, da mesma forma, levaram em conta os aspectos ambientais,

arqueológicos e antropológicos da região do Baixo São Francisco. (Retratos de um Patrocínio, 2006) Igualmente, uma ampla gama de publicações é promovida pelo Museu, dentre tais publicações está a Revista Canindé (figura 12), que conta com todas as edições disponíveis *online* no sítio do Museu (total de 12 edições).

Figura 12: Capa da Revista Canindé. Acervo do MAX.

Conforme sinalizamos no início deste subcapítulo, o patrocínio da Petrobrás, que vigorou entre o período de 2001 a 2008, foi o principal pilar para o desenvolvimento das ações ora mencionadas. Esse período, em que o Museu foi coordenado pelo geógrafo Alexandre Diniz, foi de extrema fertilidade das ações museais em termos, sobretudo, de pesquisa e comunicação (figura 13). O período de 2008 até o presente, momento em que o museu passa a ser coordenado pelo arqueólogo Albérico de Queiroz, pode ser encarado como um período de desestruturação institucional, na medida em que o principal suporte financeiro deixa de fazer parte da realidade do MAX – suporte este que dinamizava as ações museológicas e dava corpo à equipe de funcionários. O relatório de atividades de 2010 ilustra com propriedade o que chamamos de fase de desestruturação institucional, e os seus reflexos, no acesso do público ao Museu no ano em questão:

Os números apresentam um crescimento muito interessante, contudo, considerando o aumento da visitação nos anos de 2009 e 2010, afirmamos que provavelmente esse acréscimo seria ainda maior se o MAX tivesse realizando em Aracaju e nas cidades circunvizinhas, e até mesmo em outros municípios mais distantes da capital, o

projeto que sempre se caracterizou como sendo o carro-chefe para a captação de novos visitantes – **a ação educativa, que desde meados de 2009 não tem sido realizada, em virtude dos poucos recursos hoje captados pelo MAX, como também o número insuficiente de pessoal para a realização desse projeto.** Assim, é quase certo que se mesmo sem a realização de ações educativas o número de escolas e estudantes aumentou, seriam então ainda maiores se estivessem sendo promovidas. (Relatório Institucional, 2011, p.6. Grifo nosso)

Para os fins desta pesquisa, encaramos o MAX (figura 13), então, em duas principais fases: a primeira fase que vigora de 2000 a 2008 e a segunda que compreende o ano de 2008 até o presente. Corroboramos, com isso, a afirmação que fizemos no capítulo anterior: os museus devem ser entendidos como processos e, por esse fato, estão em plena reconfiguração. No início da nossa pesquisa de campo, pudemos observar exatamente a transição entre as duas fases institucionais. Veremos, no decorrer deste capítulo, como os fluxos informacionais são atingidos, com as mudanças institucionais entre a primeira e a segunda fase, e como se dão atualmente os encadeamentos de musealização da arqueologia.

Figura 13: Entrada do MAX. Arquivo pessoal.

2.2 A APLICAÇÃO DO MÉTODO

Feita uma primeira prospecção do nosso objeto, via documentos secundários, apresentaremos agora uma leitura mais aproximada que evidencia outras camadas de significação, a partir da nossa experiência de campo e de documentos primários. Conforme esboçado anteriormente, daremos conta, nesse momento, de descrever e analisar⁶³ previamente o MAX de forma a identificar os primeiros possíveis obstáculos informacionais, seguindo a lógica da cadeia operatória da musealização da arqueologia.

2.2.1 *Significação e aquisição do registro arqueológico: coletando evidências*

No tópico relativo à significação e aquisição do registro arqueológico, busca-se compreender quais as principais formas de incorporação de acervos no componente de entrada do MAX. Da mesma, forma visa dimensionar as estratégias de pesquisa das coleções confiadas ao Museu. Mais do que isso, lançaremos nosso foco para os vetores políticos e ideológicos que permeiam a coleta de campo que, por sua vez, tangenciam a própria criação do Museu. Sendo as coleções entendidas como a pedra angular dos museus, as formas de aquisição dimensionam a concepção institucional e as demais estratégias de musealização. Por entendermos o MAX como um sistema de informação, investigaremos os possíveis lapsos nos fluxos informacionais que residem ainda nos processos de incorporação de acervos e o efeito dessas ações nas estratégias de processamento (salvaguarda e pesquisa) e no próprio componente de saída (comunicação).

Analisar as motivações de criação do MAX nos guia ao entendimento, em um primeiro momento, das campanhas de salvamento arqueológico ocorridas a partir de 1980, no Baixo São Francisco. De acordo com os documentos levantados, a Universidade Federal de Sergipe inicia, a partir de 1988, um convênio com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) para um consistente projeto de salvamento arqueológico com vistas a

⁶³ A descrição a que nos propomos não se trata de uma leitura superficial do artefato, apenas, e sim de uma análise crítica dos pontos nevrálgicos que elencamos em nossa metodologia. Por outro lado, dedicaremos um capítulo específico para a análise de dados, no qual poderemos cruzar os resultados obtidos no MAX com aqueles obtidos no MASJ.

pesquisar a área que seria inundada no momento da construção da Usina Hidrelétrica de Xingó.

Segundo Cleonice Vergne⁶⁴, a pesquisa arqueológica na região começa no início da construção da usina, no momento em que pesquisadores do Departamento de Sociologia e Psicologia da UFS desenvolveram um projeto com vistas a localizar e mapear os sítios arqueológicos às margens do Rio São Francisco, em 1985. Como resultado da pesquisa, registraram-se quatro sítios gráficos na cidade de Canindé. De acordo com a autora,

posteriormente, foram esses quatro sítios que, de certo modo, cooperaram para reforçar a justificativa de salvamento. [...] A partir do momento em que a CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) decidiu pela construção da Hidrelétrica de Xingó, cujo lago inundaria não apenas os sítios já detectados, como outros que, certamente, existiam na região, o salvamento tornou-se obrigatório. (Vergne, 2005, p.11)

Ainda de acordo com a autora, concomitante a essa iniciativa, criou-se o Projeto Arqueológico de Xingó (PAX), por intermédio de um convênio entre os dois entes (CHESF e UFS), que tinha como principal objetivo resgatar o patrimônio arqueológico na área a ser impactada: divisa entre os estados de Sergipe, Bahia e Alagoas. Nas palavras de Verne, dentro desse contexto,

entre os anos de 1988 e 1994, o PAX identificou 56 sítios arqueológicos na área diretamente afetada pela UHE de Xingó, foram 41 assentamentos pré-históricos a céu aberto que foram sondados e escavados e 15 sítios de registro rupestre (pinturas e/ou gravuras); resgatando mais de 50.000 achados, entre eles, artefatos líticos, cerâmicos, ósseos, malacológicos, estruturas de fogueiras e esqueletos humanos associados a complexos rituais funerários, referentes a 9.000 anos de ocupação da região de Xingó. (Vergne, 2005, p.12)

O documento interno, intitulado “Plano de Consolidação e Desenvolvimento”,⁶⁵ referencia que a equipe inicialmente foi formada pelas arqueólogas Maria Cleonice Vergne, Sueli Amâncio da Silva e Sônia Vitória e coordenada pelo historiador Fernando Lins de Carvalho. Posteriormente, a equipe foi alterada e recebeu apoio de diversos arqueólogos renomados de outras instituições brasileiras, em colaboração com a UFS. Ainda de acordo

⁶⁴ A arqueóloga Cleonice Vergne integrou o Projeto Arqueológico de Xingó (PAX) formando a equipe inicial, que participou do salvamento arqueológico, que gerou o acervo do MAX. Posteriormente, quando o Museu foi construído, Cleonice ocupava o cargo de Gerente de Arqueologia.

⁶⁵ Esse documento, que equivalente a um Plano Museológico, foi redigido logo após a inauguração do Museu e tinha como objetivo delimitar e propor um conjunto de ações (em forma de Programas Museológicos) para o MAX, para fins de patrocínio, que se estenderia de 2000 a 2005. Embora não conste a data no documento, presumimos pelo seu conteúdo que seja de 2000.

com o documento, a pesquisa de salvamento contou com a participação dos arqueólogos André Prouss, Niéde Guidon e Igor Chmys, dentre outros. (Plano de Consolidação e Desenvolvimento, [2000?])

A partir do documento supracitado, é possível inferir a magnitude do projeto. Além do apoio dos expoentes arqueólogos brasileiros, todo o processo de salvamento foi acompanhado por cursos, aulas práticas, estágios e consultorias especializadas em todos os momentos do salvamento. Entendemos, portanto, que, nesse primeiro momento, antes mesmo da criação do museu, a pesquisa de campo foi acompanhada por uma robusta estratégia de qualificação profissional e comunicação do conhecimento produzido.

Com a finalidade de divulgar a pesquisa, membros da equipe do PAX participaram e apresentaram trabalhos em reuniões da Sociedade de Arqueologia Brasileira (1989 e 1993), seminários da CHESF e outros eventos, além de produzirem informações divulgadas em folders e jornais do Estado e do país. (Plano de Consolidação e Desenvolvimento, [2000?], p.7)

Em um segundo momento, já em 1995, outro personagem adentra o cenário de pesquisa arqueológica na região: a Petrobrás. Nesse bojo, CHESF, UFS e Petrobrás investem no levantamento de novos sítios arqueológicos, que se estendem até a Foz do São Francisco. De acordo com Vergne, como resultado dessa pesquisa, por meio de prospecções e escavações, foram descobertos 214 novos sítios a jusante da UHE de Xingó e foram registrados 218 sítios rupestres no platô do “Canyon” desse mesmo Rio. A partir dos dados de Vergne, os resultados dessa pesquisa evidenciaram indicadores, como: a ocupação da região por caçadores-coletores e ceramistas, entre 8.950 e 1280 AP; a presença de duas indústrias líticas (lascada e polida); a presença de culturas ceramistas filiadas às tradições Tupiguarani e Aratu; além de grafismos rupestres; diversidade de formas de enterramentos e rituais funerários de intensa complexidade e de diversas faixas etárias. (Vergne, 2005)

Concomitantemente ao resultado do salvamento arqueológico, e gerada uma amostragem considerável de uma variedade de informações e de cultura material, foi realizado o primeiro Workshop Arqueológico de Xingó, que reuniu diversos profissionais de renome para discutir a ocupação humana do Baixo São Francisco. De acordo com o documento interno anteriormente citado, a partir de todo esse movimento em torno das pesquisas de campo, criou-se a demanda de continuidade do Projeto, sobretudo em termos da curadoria e comunicação do acervo gerado. Como resultado desse processo, decidiu-se

implantar o Museu de Arqueologia de Xingó, subsidiado pelo patrocínio da CHESF e, nomeadamente da Petrobrás, com o apoio do então Programa Xingó.

De acordo com o geógrafo Alexandre Diniz,⁶⁶

a pesquisa arqueológica mostrou-se extremamente frutífera na área, permitindo vislumbrar, logo de início, a existência de uma cultura xingoana que habitou a região a partir de, pelo menos, 9.000 anos. [...] Em fins de 1997, estavam concluídos o Relatório de Salvamento Arqueológico e o levantamento de mais de 200 sítios à margem de São Francisco, e a Universidade deparava-se com o problema de continuidade. Até que ponto se conseguiria receber *vultuosas* quantias para a pesquisa arqueológica pura? **A ideia do Museu nasceu, então, como uma estratégia para permitir a manutenção de uma atividade de pesquisa.** (Diniz, 2005, p.64. Grifo nosso)

A partir desses dados, entendemos que foram lançadas as sementes para a criação do MAX. Nesse momento, torna-se relevante fazer algumas considerações sobre esse movimento de embrionagem do Museu. Em uma primeira análise, mesmo que evidente, é importante mencionar que o MAX tem as raízes fincadas na perspectiva do salvamento arqueológico, diametralmente oposto aos processos de aquisição levados a cabo no MASJ – fruto de compra de material arqueológico. Ademais, as forças que regem a significação e aquisição de acervos têm como vetores o patrocínio ou apoio de instituições de grande magnitude e, sobretudo, poder. Acreditamos que, de alguma forma, essas instituições tiveram ingerência direta dos mecanismos de concepção institucional, embora esse dado não seja patente.

Ainda em termos de considerações iniciais, é possível verificar um quantitativo notável de artefatos e ecofatos coletados em campo; fato que, por si, já denota uma forte dificuldade de gerir toda essa realidade artefactual – episódio que vem a se consubstanciar na observação dos galpões onde queda o material atualmente. Recai sobre esse processo, também, a dificuldade de gestão das informações primárias produzidas em sítio, que, por sua vez, tem relação direta com as possibilidades de produção de informação sobre as coleções.⁶⁷ Embora não seja o nosso intento aprofundar nas questões endereçadas aos métodos de coleta e pesquisa do material arqueológico, mesmo porque não teríamos competência para tal, é importante deixar sinalizado que muitas críticas ainda são feitas sobre o processo de salvamento.

⁶⁶ O geógrafo Alexandre Diniz fazia parte do PAX e foi um dos mentores da criação do MAX e, ainda, seu primeiro diretor.

⁶⁷ Debruçaremos-nos sobre esses elementos no tópico relativo à salvaguarda das coleções.

Em contundente artigo produzido pelo arqueólogo Lúcio Ferreira,⁶⁸ algumas críticas são arrazoadas com relação ao processo de pesquisa arqueológica. Para efeito da nossa pesquisa, pensamos ser relevante reproduzir os aspectos mais congruentes com a análise proposta para o momento.

Não espanta, portanto, a ausência de qualquer interpretação sobre os grupos pré-históricos que habitaram os terraços do Baixo São Francisco. **Na verdade, parte do material arqueológico recuperado, infelizmente, não se presta a futuras interpretações.** A catalogação dos vestígios, feitas em galpões da CHESF, e como se esperaria, num laboratório adequadamente equipado, revelou a pouca fiabilidade da documentação. Houve não só o desaparecimento de vestígios, mas também, muitas vezes, as etiquetas acopladas aos materiais se achavam rasuradas, ininteligíveis, sem as datas de preenchimento e, o que é pior, sem indicação completa da proveniência – quadra, nível ou setor do sítio. Noutros casos, houve descompasso entre as descrições contidas na etiqueta-mestra (mantida junto ao material arqueológico) e o seu respectivo canhoto (mantido em arquivo no ‘laboratório’), isto é, as etiquetas que acompanhavam as peças arqueológicas as descreviam como pertencentes a um nível e setor do sítio, enquanto os canhotos, paradoxalmente, registravam, para as mesmas peças, um outro nível e setor, completamente diferenciados. (Ferreira, 2003, p.40-41. Grifo nosso)

Dessa relevante citação, podemos corroborar o que fora dito anteriormente e constatado em nossa imersão nos galpões da CHESF, que hoje integra o MAX. Em grande medida, identificamos os aspectos relativos a um controle frágil das coleções e das informações primárias como o principal fator de obstrução do fluxo de produção de informação arqueológica. Tendo em vista que a gestão de informações subsidia a pesquisa, entendemos que a dificuldade de recuperar informações primárias interfere incisivamente na produção de pesquisa sobre as coleções. Tal perspectiva encontra eco no depoimento do arqueólogo Albérico de Queiroz, atual gestor do Museu, e outrora consultor do PAX:

Na realidade, existem várias lacunas dentro deste processo. A concepção do Museu, em um primeiro momento, foi boa para coleta de material arqueológico, mas o processamento está paralisado diante de uma série de problemas. A extroversão consequentemente não pode ter novos resultados porque você não consegue processar. Então nós estamos assim: com a máquina emperrada, se fosse fazer uma analogia.⁶⁹

Com base nesses argumentos, podemos cotejar alguns dados cadentes para o nosso diagnóstico. O museu, enquanto um sistema de informação, deve manter um equilíbrio do fluxo que resulta do processo de musealização. Dessa forma, se o componente de entrada não

⁶⁸ Lúcio Ferreira participou das pesquisas arqueológicas entre 1992 e 1995 como estagiário do PAX e posteriormente como pesquisador do mesmo Projeto entre 1996 e 1997.

⁶⁹ Entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2012. Albérico de Queiroz é o atual gestor do MAX.

encontra compatibilidade com os componentes de processamento e saída, o sistema tende ao colapso. Entendemos que o MAX teve um *boom* de incorporação de acervo que não encontrou eco no processamento.

Conforme relatamos anteriormente, o MAX tem como premissa fundamental dar prosseguimento às pesquisas e, sobretudo, aos procedimentos de salvaguarda e comunicação. Conforme relata o Plano de Consolidação e Desenvolvimento, a criação do Museu, após dez anos de pesquisas arqueológicas na região, tem como principais justificativas os seguintes elementos: o grande potencial arqueológico da região; a experiência adquirida no tratamento das questões arqueológicas pela UFS ao longo do tempo; o prosseguimento das pesquisas e as análises subsequentes; o portentoso acervo arqueológico coletado (líticos, cerâmicas, restos faunísticos, fogueiras, esqueletos), que necessita de conservação e comunicação; dentre outros aspectos. Por conseguinte, o mesmo documento referenda a criação do MAX como forma de dar continuidade às pesquisas e dinamizar o conhecimento ao estabelecer que,

assim, é necessário que o Museu de Arqueologia de Xingó – MAX desenvolva projetos de pesquisa, de divulgação e de criação de exposições itinerantes e de curta duração. [...] Além de executar projetos para estudo dos materiais já coletados e ampliar o processo de escavação de novos sítios a jusante da UHE de Xingó, o MAX deverá se inserir num contexto mais amplo de desenvolvimento da área de Xingó. (Plano de Consolidação e Desenvolvimento, [2000?], p.9-10)

Contraditoriamente, ratificamos uma clara incompatibilidade entre a pesquisa de campo e os procedimentos de pesquisa de laboratório e a salvaguarda.⁷⁰ Nesses termos, as fragilidades dos processos de coleta no componente de entrada (especialmente o quantitativo de acervo e os procedimentos de documentação equivocados) geram reflexos diretos nos mecanismos de processamento (salvaguarda) e pesquisa (produção de conhecimento).

A despeito disso, podemos verificar um grande aquecimento na produção de conhecimento na primeira fase institucional, promovido, sobretudo, por pesquisadores que se utilizaram das coleções para pesquisas acadêmicas. Impulsionado principalmente pela contratação de profissionais para a consultoria em arqueologia (por tipologias das coleções), durante a vigência do patrocínio, diversos artigos e demais trabalhos acadêmicos foram produzidos (tabela 2).

⁷⁰ Adiante, nos tópicos destinados ao diagnóstico do espaço físico e da salvaguarda dos acervos, retomaremos os nós que se iniciam no momento da aquisição e que reverberam diretamente nos fluxos informacionais relativos ao processamento e à comunicação.

Como os levantamentos tornam-se estéreis sem a construção do conhecimento, a partir das informações por eles produzida (pesquisadores), o MAX procurou intensificar a produção de monografias, teses e dissertações que utilizam elementos da reserva técnica do Museu, gerando-se um programa editorial já significativo e que terá maior expansão em 2005, com a publicação de tese de doutorado e dissertações de mestrado. Nota-se nesse programa, a edição da revista Canindé, anual, já no seu quarto número, que tanto divulga a produção local como contribuições de pesquisadores externos. (Diniz, 2005, p.70)

Tabela 2: Lista de dissertações defendidas no mestrado em Geografia (UFS) – área de estudos arqueológicos.
Baseado na tabela contida no documento "Retratos de um Patrocínio".

Alunos	Data da defesa	Orientador	Título da Dissertação
Fabírcia de Oliveira Santos	03/02/2004	Maria Cristina Oliveira Bruno	Serra da Guia: marcas da ocupação humana na paisagem de Poço Redondo/SE
Fernando Lins de Carvalho	03/02/2004	Tânia Andrade de Lima	Vizinhos, sim; enterros à parte. Os cemitérios Santa Isabel e São Benedito. Aracaju, SE (1862-1933)
Daniel de Castro Bezerra	16/03/2004	Gilson Rodolfo Martins	Registro Rupestre: construção de territórios e apropriação de espaço na pré-história: Serra da Aldeia: Cabaceiras Cariri da Paraíba
Marcelo Silva dos Santos	18/03/2004	Marisa Coutinho Afonso	Estudo da sub-bacia do rio Poxim/Sergipe: uma proposta arqueológica
Jackson Bruno P de Carvalho	18/03/2004	Marisa Coutinho Afonso	Análise geográfico-espacial acerca das ocupações pré-históricas a montante da usina hidrelétrica de Xingó-SE/Brasil

Continuação da tabela

Alunos	Data da defesa	Orientador	Título da Dissertação
Pedro Abelardo de Santana	21/06/2004	Francisco José Alves	Aldeamentos indígenas em Sergipe Colonial: subsídios para investigação de Arqueologia Histórica
Renaldo Ribeiro Rocha	01/07/2004	Tânia Andrade de Lima	O Engenho Sergipano na sua materialidade: scurial, um estudo de caso (1850-1930)
Hélia Maria de Paula	01/07/2004	Tânia Andrade de Lima	Produção cerâmica Xokó: a retomada da identidade
Fábio Silva Souza	07/07/2004	Rogério Proença Leite	Arqueologia do cotidiano: um flâneur em São Cristóvão-Sergipe
Cláudia Nunes	05/08/2004	Margarida Davina Andreatta	Piranhas: uma releitura do passado ao presente
Maria Helena de Oliveira	06/09/2004	Francisco José Alves	Arquitetura Jesuítica em Sergipe
Almir Souza Vieira Júnior	29/04/2005	José Arnaldo V Palmeira	Contribuição ao estudo craniométrico e cranioscópico do homem de Xingó
Adilson Cavalheiro Mello	31/05/2005	Emílio Fogaça	Perspectiva tecnológica para o estudo da indústria lítica dos sítios cemitérios da região de Xingó

Continuação da tabela

Alunos	Data da defesa	Orientador	Título da Dissertação
Iago Henrique A Medeiros	31/05/2005	Marisa Coutinho Afonso	Processos de formação do registro arqueológico em dunas eólicas: os sítios do litoral setentrional do Rio Grande do Norte, Brasil
Railda Nascimento Silva	01/06/2005	Emílio Fogaça	Cadeia Operatória: a perspectiva tecnológica para o estudo do material lítico dos sítios não-especializados da região de Xingó
Avelar Araújo Santos Júnior	09/08/2005	Tânia Andrade de Lima	Terra Xokó: um espaço como expressão de um povo
Vladimir José Dantas	09/08/2005	Tânia Andrade de Lima	Pausa para um banquete: análise das marcas de uso em vasilhames cerâmicos pré-históricos do Sítio Justino, Canindé do São Francisco, Sergipe

Ainda com relação à pesquisa de laboratório, dois elementos fundamentais para o diagnóstico, com relação aos vetores que incidem na produção de conhecimento, devem ser apontados: a distância entre a unidade expositiva e a UFS e a não formatação de um corpo funcional estável de pesquisadores no MAX. Sobre o primeiro tema, a questão espacial do Museu reverbera na dinamização das pesquisas desde os primeiros momentos institucionais – embora esse fator tenha se agravado com a ruptura do patrocínio da Petrobrás, que legou ao MAX grandes dificuldades financeiras de contratação de equipe, assim como problemas

logísticos para o transporte e alojamento de pesquisadores externos em Canindé, onde se encontra o acervo.⁷¹

De acordo com Diniz, a pesquisa foi dificultada por não ter sido estabelecido um núcleo de pesquisa em Canindé. Somado a isso, Diniz relata que o Museu teria uma vocação mais acentuada para a comunicação, sobrepujando os investimentos para a pesquisa do acervo; embora afirme que todas as ações de comunicação são nutridas diretamente pela pesquisa das coleções.

Essa distância é um problema insolúvel, é terrível. Canindé é muito distante e muito isolado; o pessoal de arqueologia vem aqui, pesquisa, e vai embora. E o museu é mantido por um grupo pequeno de profissionais; precisa ser um corpo técnico especializado lá, seria uma maneira de resolver o problema de distância.⁷²

Além desse fator, existem também as questões relativas à infraestrutura do MAX, em Canindé, que representam um obstáculo que acompanha o Museu desde a sua concepção e é acrescido pelo cenário de quebra institucional atual. Sobre essa questão, a arqueóloga Sueli Amâncio relata:

Eu acho que a questão de laboratório no museu é um problema que vem desde o começo. Você tem espaço para laboratórios, mas está mal estruturado e mal aproveitado. Os equipamentos que chegaram também e não foram utilizados. Acho que outro fator que complica também é essa distância da universidade para Canindé de São Francisco, porque muita coisa a gente quer fazer nos laboratórios e a gente não tem condições... A produção do conhecimento que tem lá não chega a um terço do acervo que o museu tem. Eu acho que tem muita coisa para ser estudada e essa distância complica a utilização desses dados.⁷³

Por essa razão, verificamos que muitos acervos foram retirados de Canindé e transportados para outros laboratórios externos para que, desse modo, pudessem ser estudados; fato este que contraria a ideia da permanência do patrimônio em Canindé. Diversos depoimentos, coletados informalmente, apontam nesse sentido.

Os elementos acima relacionados têm intrínseca relação com o segundo aspecto que dimensionamos: a formação de um corpo técnico fixo no MAX. Conforme já sinalizamos, os fluxos de informação empreendidos nos processos de musealização deveriam ser harmônicos,

⁷¹ Retomaremos essas questões no decorrer do diagnóstico, especialmente no tópico relativo ao espaço físico do MAX.

⁷² Entrevista realizada com o Prof. Alexandre Diniz, no dia 21 de setembro de 2012.

⁷³ Entrevista realizada com a Prof.^a Sueli Amâncio, no dia 20 de setembro de 2012. A Professora Amâncio compôs a equipe de Arqueologia do PAX ainda na década de 80. Atualmente é Professora do Curso de Arqueologia da UFS.

ininterruptos e estáveis. Por esse prisma, no momento em que os profissionais responsáveis pela produção de informação são contratados temporariamente, qualquer instabilidade institucional leva a uma séria ruptura no fluxo de informação, exatamente como ocorreu em 2008, quando não houve a renovação da principal fonte de recursos financeiros do MAX. A formatação de um corpo funcional instável guia a uma produção de informação também instável, por esse entendimento.

Um terceiro elemento crucial que se soma aos dois anteriores diz respeito a uma produção dispersa da informação arqueológica, na medida em que não existe um espaço adequado para a pesquisa, um corpo funcional permanente no Museu e, ainda, há dificuldades geradas pela distância entre a UFS e as coleções. Além disso, a produção acadêmica adquire um formato que vem de fora para dentro, sendo, então mais complexo o gerenciamento desses produtos. Tal qual afirma o primeiro gestor, os pesquisadores vêm de fora, produzem informação sobre as coleções e os insumos gerados não retornam para o Museu. Sobre o tema, Amâncio nos dá uma perspectiva que vai de encontro com a nossa afirmação:

Sabe o que eu acho, que eu tenho vontade? Acho que falta a gente pegar tudo (produtos das pesquisas) e fazer o levantamento desses dados e entender quem eram os povos que ocupavam aquele espaço. Porque a gente tem dados pontuais que precisam ser sistematizados.⁷⁴

No contexto atual, em que o MAX enfrenta forte instabilidade financeira e inconstância de recursos humanos, a produção de conhecimento tem uma queda drástica em relação à primeira gestão. De forma mais acentuada do que na primeira gestão, atualmente a pesquisa está estacionada pela dificuldade logística, nomeadamente o transporte e possibilidade de permanência em Canindé para que as pesquisas sejam levadas adiante. Além disso, o MAX não possui hoje um programa estruturado e planejado de pesquisa. Embora haja o incentivo de agregar docentes e discentes para a produção de conhecimento sobre o acervo, sobretudo capitaneada por discentes dos Cursos de graduação em Museologia e Arqueologia e Pós-Graduação em Arqueologia, essas propostas ainda são pontuais e pouco integradas. Ademais, sofrem pela falta de corpo técnico e infraestrutura, como já assinalado. De acordo com o atual gestor,

Ainda não temos, como eu disse, uma política voltada para a pesquisa propriamente dita, nos falta inclusive recursos humanos que pudessem trabalhar toda essa parte organizacional e de planejamento para esse tipo de atividade. [...] O museu não tem

⁷⁴ Idem.

um *staff*, ele não tem recursos humanos direcionados para a pesquisa, então em nossa unidade museológica não temos nenhum servidor público e muito menos pesquisadores, tanto na área que arqueologia, como de museologia que possam trabalhar o acervo que já foi gerado, que é muito volumoso, mas que ainda está por se estudar.⁷⁵

Por fim, deve-se mencionar que a instituição não possui uma política de acervos. Embora se tenha a percepção de que o processamento do acervo não foi acompanhado da aquisição em massa, ainda hoje o componente de entrada do sistema continua aberto. Dizemos isso porque identificamos que o MAX permanece recebendo coleções via concessão de endosso, desde a primeira administração. Ainda que o fluxo de entrada seja bastante reduzido, entendemos que o sistema atualmente encontra-se colapsado e, por essa lógica, a aquisição de acervos traria um maior desequilíbrio do fluxo de informação.

Análise prévia

- A coordenação de arqueologia teve acentuada dinâmica de pesquisa de campo, sobretudo formada por pesquisadores convidados, na vigência do patrocínio da Petrobrás. Por outro lado, teve um fluxo menor em termos de pesquisa de laboratório no decorrer de sua trajetória.
- As pesquisas de laboratório foram promovidas majoritariamente por pesquisadores externos – consultores e pós-graduandos. Na segunda fase do Museu segue um ritmo reduzido gerando, assim, um obstáculo no fluxo de informação;
- O corpo funcional do Museu é instável, fator este que leva a uma instabilidade do fluxo de produção de informação e, a reboque, interfere dos demais encadeamentos museológicos;
- A porta de entrada permanece aberta (aquisição), porém em baixo fluxo.

2.2.2 Estrutura Funcional: coletando evidências

A leitura da estrutura funcional do museu é fundamental para compreendermos como se estabelecem os fluxos de informação e as tomadas de decisões no interior da instituição.

⁷⁵ Entrevista realizada com Albérico de Queiroz, no dia 18 de setembro de 2012.

Por óbvio, a interpretação dos vetores de forças, endógenas e exógenas, que interferem no corpo funcional, provê uma visualização dos fatos que obstruem ou flexibilizam os fluxos informacionais. Nesse tópico, temos como principais objetivos diagnosticar quem são as esferas administrativas e as instituições por detrás da manutenção das ações museais (programas e coordenações), a partir da leitura do organograma, assim como mapear os principais mantenedores do Museu, de modo a compreender como se dá a sua sustentabilidade. Para tal, faremos uso de documentos norteadores do MAX, assim como documentos secundários para dimensionar os discursos institucionais.

De maneira pontual, cotejaremos alguns dados que nos auxiliarão na análise dos fluxos de informação e examinaremos como estes interferem na musealização da arqueologia. O primeiro Regimento, de março de 2000, institui o MAX como um Programa vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários. O parágrafo único do Artigo I indica que o MAX resulta de uma parceria entre a UFS, a Petrobrás e a CHESF, considerados Órgãos Instituidores do Museu, conforme convênio assinado entre as partes. Desse principal documento norteador da instituição, já podemos aferir que o MAX está sob a égide de dois órgãos externos, figurando como “co-fundadores”. Embora não seja especificado no Regimento, a Petrobrás figura como o principal órgão provedor e mantenedor da Instituição.

Nos documentos internos e de divulgação, assim como nas entrevistas coletadas com o atual e o antigo diretor da instituição, ficou transparente a informação que a Petrobrás, durante a vigência do patrocínio,⁷⁶ foi o maior provedor financeiro da instituição, garantindo a maior parcela de recursos humanos e materiais. A CHESF, por sua vez, garantiu grande parte da logística do MAX no que se refere, em um primeiro momento, à construção de depósitos para o recebimento do material arqueológico coletado no salvamento arqueológico e na contratação de pessoal para a limpeza e vigilância, assim como garante o pagamento de luz e água da sede museológica em Xingó.

Para o funcionamento do Museu era indispensável a busca de recursos externos, pois **a CHESF responsabilizar-se-ia, apenas, por custos operacionais de alojamento, transporte, vigilância e alimentação.** Assim foi elaborado um Plano de Consolidação e Desenvolvimento, aprovado pelo Ministério da Cultura para a captação de recursos através da Lei de Incentivo à Cultura. **Novamente a Petrobrás se fez presente e, através da Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe – FAPES, efetivou-se o patrocínio ao mencionado Plano Quinquenal, desencadeado a partir de janeiro de 2001.** [...] As atividades desse plano e do

⁷⁶ A Petrobrás foi parceira do museu em diferentes circunstâncias. Primeiro como patrocinadora da construção do prédio que abriga o museu, em Xingó. Posteriormente, por intermédio de um Plano de Consolidação e Desenvolvimento para captação de recursos, via Lei de Incentivo à Cultura, efetivou-se um novo patrocínio que perdurou de janeiro de 2001 a 2005.

valioso patrocínio permitiu a viabilização de um Museu com significativos produtos socioculturais. (Retratos de um Patrocínio, 2006, p.12-13. Grifo nosso)

Por intermédio dessa citação, fica bastante transparente o papel de cada órgão no processo de institucionalização do MAX em sua primeira gestão, marcada pelo valioso patrocínio da Petrobrás. Nesse primeiro momento, é nítido, então, que o MAX se equilibra fragilmente em um único pilar, ficando a UFS apenas como coadjuvante do processo – sem que haja um suporte financeiro permanente, portanto – até a redação do novo Regimento em 2006.

O novo Regimento, de abril de 2006, institui o MAX como órgão suplementar da UFS. Além disso, estabelece um quadro funcional mínimo, com lotação no MAX, em que consta, em nível superior, a figura de quatro arqueólogos, um museólogo, um economista, um historiador, um antropólogo, um pedagogo; em nível médio/técnico, quatro assistentes de administração, dois técnicos em tecnologia da informação e dois técnicos em laboratório/análise científica; e, também, as funções de diretor e três coordenadores em quantidade a ser definida. O mesmo documento assinala que caberia a UFS a disponibilização de serviços de vigilância, jardinagem, limpeza e transporte, quando necessário. Cumpre reforçar que o quadro proposto nunca chegou a ser efetivado no Museu, ao menos em termos de quadro permanente.

Com base nos dados coletados, entendemos que a UFS entra nesse cenário muito tardiamente, após cinco anos de “independência” do seu principal instituidor, suprido com aportes financeiros pomposos de apoiadores externos, que, por sua vez, são instáveis e com possibilidades de revés. Por muito tempo o MAX não obteve da Universidade um apoio corrente e de longa duração.

Vale ressaltar que todas as ações executadas só foram possíveis graças ao patrocínio, ao apoio e à colaboração de várias Instituições: O Ministério da Cultura, através da Lei de Incentivo à Cultura, viabilizou a captação dos recursos imprescindíveis à existência do MAX; a PETROBRÁS, a grande patrocinadora institucional, que foi responsável pelo desenvolvimento de todos os projetos e ações do Museu durante cinco anos; a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), que desde o salvamento arqueológico de Xingó vem mantendo parceria fundamental para a continuidade da presença da Universidade Federal de Sergipe/MAX; a Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco que, entre 2001 e 2003, oportunizou a realização de algumas ações [...] (Retratos de um Patrocínio, 2006, p.66-67. Grifo nosso)

O documento citado acima ilustra o discurso institucional nos primeiros anos do MAX. A análise desse discurso é bastante simbólica na medida em que a Universidade não

figura como protagonista das ações capitaneadas pelo Museu. Em conversas informais com os personagens do Museu, há um forte indicativo de ressentimento por parte da UFS, em virtude da notoriedade alcançada pelo MAX em seus primeiros anos, sem que a Universidade fosse referendada como um dos atores desse processo, ao menos informalmente. Tal afastamento entre MAX e órgão instituidor, plasma-se nas políticas institucionais deste órgão nos dias atuais, como podemos verificar na fala do arqueólogo, e atual gestor, Albérico de Queiróz:

Então nós procuramos nos aproximar internamente, pelo fato de que **havia um desconhecimento, na realidade, do que é o Museu de Arqueologia do Xingó, dentro da Universidade por parte de alguns setores**. Este “desconhecimento” tem vários estágios: desde o ‘zero absoluto’ – não saber que existia um Museu – até aquele que sabia que tinha um Museu, mas não sabia que era um Museu Institucional, que era um órgão suplementar da Universidade Federal de Sergipe, relacionado à Pró-Reitoria de Extensão. Só que o diretor é nomeado pelo Reitor.⁷⁷ (Grifo nosso)

Uma leitura preliminar desse dado nos permite observar, como já apontado, que a primeira administração do museu, que perdurou até o ano de 2008, apoiou-se primordialmente em apenas um pilar, o patrocínio da Petrobrás. Até o referido momento, havia um número expressivo de funcionários contratados pelo MAX que davam suporte à pesquisa, à exposição museológica e à salvaguarda em menor ênfase. Em entrevista, o atual gestor do museu nos afirma que ao cabo do contrato com a Petrobrás, o museu havia perdido o seu principal aporte. A principal fonte interna de receita hoje, segundo o diretor, resume-se a uma enxuta verba da Universidade, aos ingressos do museu e à loja de *souvenires*. Embora não nos interesse especificar o valor da receita advinda por parte da Universidade, o gestor atual afirma que a quantia é insuficiente para manter uma boa saúde institucional. Ao ser indagado sobre as principais fontes de renda do MAX hoje, o atual gestor nos responde:

Bom, continua sendo os recursos provenientes da própria Universidade Federal do Sergipe, através da gestão pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão do Estado de Sergipe (FAPESE), e de alguns projetos individuais de pesquisa. Mas a grande sustentabilidade do Museu hoje parte da mantenedora principal: a UFS. **Porque não constava, nunca constou, no orçamento da Universidade para o Ministério da Educação, verba para o MAX, sendo ela a mantenedora**. Então a partir do momento que começamos a estreitar estas relações com as Pró-Reitorias e com a própria Reitoria, colocamos claramente a necessidade que o Museu tem que fazer parte deste orçamento, que deve haver uma verba, uma dotação orçamentária, que possa manter a sustentabilidade do Museu.⁷⁸ (Grifo nosso)

⁷⁷ Entrevista realizada com atual gestor, Albérico de Queiroz, em 18 de setembro de 2012.

⁷⁸ Idem.

Em nosso entendimento, o MAX, em sua primeira gestão, seguiu com uma considerável autonomia financeira e política, distanciando-se da Universidade em termos de demandas de receita. Segundo depoimento do atual gestor, os profissionais que davam suporte científico e operacional tiveram que se dissociar do museu por falta de verbas com o final do patrocínio. Nesse sentido, podemos entender a historicidade do museu em duas fases: com o patrocínio e após o patrocínio, sendo a segunda fase, de acordo com o diretor, um período marcado por acentuadas dificuldades administrativas. A geógrafa Railda Nascimento, que ocupa a coordenação de exposições no MAX e está inserida na instituição desde 2003, tem um panorama presencial da mencionada ruptura:

Foi uma grande ruptura institucional, inclusive diria que ruim do ponto de vista do funcionamento do museu. Na realidade eu entrei justamente no momento em que o museu era independente e totalmente autônomo em relação à Universidade Federal, nesse momento ninguém sabia que a UFS tinha o MAX quando houve o encerramento do contrato com a Petrobrás. O MAX era muito independente, na minha compreensão, em relação à direção geral do MAX, e quando a Petrobrás acaba é que realmente a coisa se agrava, tanto que houve a mudança radical, extrema. Quem estava coordenando lá saiu completamente e foi aí quando eu entrei nessa confusão.⁷⁹

Em razão dessa queda repentina no orçamento, houve uma grande queda no número de funcionários que dão suporte ao funcionamento do MAX. Podemos dizer, então, que outrora o Museu era povoado por profissionais que levavam adiante a rotina dos processos museais, porém por contrato e não por quadro funcional permanente, tencionando sustentabilidade do museu em longo prazo. De acordo com Diniz,

com o gerenciamento financeiro da FAPES⁸⁰, que, inclusive, contrata todo o pessoal, **o MAX conta, hoje, com um quadro de 34 profissionais**, sendo 14 com nível superior e 13 bolsistas da UFS, sem considerar os professores de Física que atuam no Laboratório de Datação. No total, estão incluídos seis arqueólogos licenciados, economista, antropólogo e educador, além de topógrafos, desenhistas e um numeroso corpo de trabalhadores de campo treinado em escavação arqueológica. (Diniz, 2005, p.67. Grifo nosso)

O Plano de Consolidação e Desenvolvimento [2000?] denota a necessidade de formação de equipe que alcançaria o número de 42 profissionais de diferentes formações

⁷⁹ Entrevista realizada em 21 de setembro de 2012.

⁸⁰ A Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FASEPE) é o órgão que tem, dentre outras funções, repassar a verba do Patrocínio para o MAX.

(tabela 3). Assim como referenciado na citação acima, o quadro real e o esperado não apontam para a demanda de um museólogo em seu quadro de funcionários.⁸¹

Tabela 3: Quadro referente ao Plano de Consolidação e Desenvolvimento [2000?]⁸²

FUNÇÃO	UNIDADE MUSEOLÓGICA	LABORATÓRIO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS	TOTAL
Coordenador de Projetos	1	5	6
Arqueólogo Sênior	-	1	1
Arqueólogo Júnior	-	2	2
Antropólogo	1	-	1
Estagiários	3	-	3
Topógrafo	-	2	2
Desenhista	1	2	3
Atendentes de exposição itinerante	3	-	3
Assistente de Campo	-	8	8
Auxiliar de Campo	-	8	8
Auxiliar de Apoio	1	4	5
TOTAL	10	32	42

Em contraposição ao cenário da primeira fase do Museu, após a vigência do patrocínio essa realidade se alterou. De acordo com o atual gestor, em entrevista realizada em 2009, a instituição contava à época com apenas três servidores, sendo os demais colaboradores bolsistas ou celetistas (quatro monitores e dois técnicos) e uma coordenadora de exposição. Soma-se a isso o fato de o pessoal acima descrito estar distribuído entre as duas sedes do museu: a sede administrativa em Aracajú e o núcleo museológico em Xingó. No período em que nos inserimos em campo, pudemos observar, inclusive, que há uma constante instabilidade no que diz respeito à manutenção da unidade museológica em Xingó, em razão

⁸¹ Trataremos das consequências geradas pela ausência da museologia no MAX em outros momentos do diagnóstico, sobretudo no tópico que concerne à salvaguarda.

⁸² Retomaremos este gráfico adiante no diagnóstico.

do quantitativo e qualitativo⁸³ de funcionários na instituição. Já na última imersão de campo, notamos algumas oscilações na formação do quadro funcional – oscilações que, por sua vez, denotam o caráter instável do quadro. As principais delas foram a cedência para o MAX de uma técnica em assuntos educacionais e de um técnico administrativo,⁸⁴ que se encontra em fase de adaptação e, na unidade expositiva, a contratação de oito recepcionistas através de serviço terceirizado, sendo os demais contratados responsáveis pela manutenção básica da instituição (jardinagem, motorista, segurança, dentre outros). Inexiste hoje, portanto, a presença de arqueólogos, museólogos ou conservadores.

Da leitura desses indícios, podemos afirmar que o Museu teve um próspero período de ingresso de funcionários, porém sem moldar um quadro funcional permanente e fixo. No instante da não renovação do patrocínio, principal apoio do MAX, esse quadro teve uma severa diminuição. Se os processos museológicos têm estrita dependência do quadro de profissionais, leva-se a crer que tal instabilidade incide gravemente nos fluxos de informação representando, dessa forma, um grande obstáculo na sua fluidez e dinâmica. Conforme já apontamos, o fluxo de informação ideal é aquele que tem estabilidade e equilíbrio entre os componentes de entrada, processamento e saída, por essa constatação, tal princípio seria quebrado.

Vale mencionar, por outro lado, que esse lapso na formação do quadro funcional (assim como nos recursos financeiros) é, em certa medida, equacionado pela força de trabalho de docentes e discentes da própria Universidade. Em nosso parecer, hoje esta é a maior potencialidade do MAX para cumprir parcialmente as suas demandas mais urgentes em termos de pesquisa, salvaguarda e comunicação. De acordo com Queiroz,

do ponto de vista da UFS, desde o início da nossa gestão, procuramos nos aproximar de diversos setores da Universidade que são, considero eu, estratégicos para o bom funcionamento do Museu. Então nós temos as Pró-Reitorias (Pró-Reitoria de Pesquisa, a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, a Pró-Reitoria de Graduação) porque o Museu funciona como laboratório para outros cursos da Instituição. Desenvolvemos também trabalhos juntamente com outros departamentos, como, por exemplo, o próprio Núcleo de Arqueologia, o Núcleo de Museologia, o Núcleo de Geologia, Núcleo de Turismo –também temos algumas propostas de projetos conjuntos –, e o Departamento de Física, através de algumas análises de materiais que nós passamos para estudo.⁸⁵

⁸³ Quando falamos em termos de qualitativo estamos nos referindo a profissionais qualificados para lidar, em tempo integral, com a salvaguarda e pesquisa do acervo. Hoje, as pesquisas ficam ao encargo de professores da UFS que se utilizam do acervo para produzir conhecimento. No entanto, essas pesquisas são sazonais, tendo em vista a dificuldade dos docentes permanecerem distantes da capital.

⁸⁴ Esse profissional foi transferido para outro setor antes mesmo de sairmos da imersão de campo.

⁸⁵ Entrevista realizada com atual gestor, Albérico de Queiroz, em 21 de setembro de 2012.

Dizemos que os lapsos na formação de corpo funcional são amenizados em “certa medida” por duas razões a que convém grifar: a primeira, porque acreditamos que há meios de incrementar ainda mais os projetos de extensão e de pesquisa, vinculados aos cursos de arqueologia e museologia, que poderiam dar andamento às demandas mais urgentes da instituição, leia-se: salvaguarda e pesquisa; a segunda, diz respeito à manutenção da instabilidade desse quadro que depende de membros externos e, portanto, está condicionado a oscilações políticas e individuais de cada profissional. Sobre esse tema, a museóloga Elizabete Mendonça⁸⁶ esclarece:

Eu acho que tem uma dificuldade que é básica no MAX: **o meu papel no Museu é de assessora, que não seria para estar desenvolvendo na prática, mas eu acabo assumindo esse papel porque não tem no quadro da instituição um museólogo** e por ser professora da Universidade. Se no quadro do museu tivessem museólogos eu poderia assessorar em determinados momentos, em determinadas reuniões, mas teriam pessoas desenvolvendo essa ação permanentemente dentro do quadro.

Se por um lado ameniza-se o revés produzido pela ruptura gerada pela ausência de patrocínio com as parcerias interinstitucionais, por outro, antigos parceiros deixam de apoiar o Museu, nomeadamente a CHESF e a Prefeitura de Canindé. Segundo o atual gestor, a relação com as duas entidades foi estreitada de forma “personalista” e não institucional. No momento em que houve uma quebra no quadro de funcionários, saindo então pessoas chave da instituição, as relações interinstitucionais também foram rompidas, acentuando o déficit do Museu, sobretudo em termos financeiros e logísticos.

Com relação à CHESF, que seria a segunda Instituição responsável pelo acervo arqueológico – porque ele foi gerado a partir de um empreendimento da CHESF –, o relacionamento tem sido um pouco difícil, no sentido em que, no passado, havia um relacionamento bastante interpessoal e não interinstitucional. Havia, na realidade, tratamento com algumas pessoas em particular, e estas pessoas que deliberavam toda aquela política de atividade dentro do Museu. Então eu procurei mudar um pouco este panorama: não tratar apenas o Professor Albérico Nogueira de Queiroz, como pesquisador, mas como diretor do Museu. **Com relação à Prefeitura de Canindé de São Francisco**: existem muitas promessas por parte da Prefeitura e na prática pouco é efetivado. Então nós tentamos agora retomar, através de convênio, essa relação que deveria haver entre o MAX e a Prefeitura de Canindé de São Francisco, mas infelizmente temos sentido certa resistência por parte da Prefeitura.⁸⁷ (Grifos nossos)

⁸⁶ Entrevista realizada em 21 de setembro de 2012. A museóloga Elizabete Mendonça é professora do Curso de Bacharelado em Museologia da UFS e atualmente desenvolve um projeto de extensão em colaboração com o MAX. Mencionaremos esse projeto no tópico referente à salvaguarda.

⁸⁷ Entrevista realizada, em 18 de setembro de 2012, com Albérico de Queiroz.

Outro fator caro ao nosso diagnóstico diz respeito à estruturação do organograma. A partir do organograma é possível aferir como os setores se organizam internamente, os vetores de força nas tomadas de decisões estratégicas e as responsabilidades assumidas por cada profissional dentro do organismo museológico. Como fora dito no capítulo dedicado à metodologia, a disposição do organograma influencia nos fatores operacionais de produção de informação, na organização dos acervos e no escoamento de informações. Por um lado o fator financeiro influencia diretamente na saúde do Museu e, por outro, a disposição dos profissionais no organograma apontam para outra forma, essa mais discreta, das ingerências sobre o acervo.

Em termos administrativos, o primeiro Regimento Interno (2000) institui que as unidades administrativas do Museu seriam: o diretor, a gerência de arqueologia e a administração e finanças, sendo as duas últimas subunidades da diretoria. Segundo o documento, a gerência de arqueologia contaria com o apoio de uma coordenação de museologia, subordinada à primeira.

De forma esquemática e enxuta, o organograma (figura 14) ficaria disposto da seguinte forma:

Figura 14: Esquema de organograma do MAX.

Caberia à gerência de arqueologia, nomeada pelo diretor, dentre outras, as seguintes atribuições: gerenciar o laboratório de pesquisas arqueológicas e supervisionar as

coordenações vinculadas à gerência; manter adequada a curadoria do material arqueológico existente no laboratório e do material coletado em novos projetos e substituir o diretor em suas faltas e impedimentos.

Nota-se, então, que a gerência de arqueologia assume para si a curadoria dos acervos, centralizando grande parte das atividades do museu inclusive a de representar o diretor em sua ausência. Se entendermos que as atividades de curadoria da arqueologia, em muitos momentos, se confundem com as atividades museológicas no que se refere aos procedimentos de salvaguarda, principalmente, percebemos que nesse organograma não há uma predisposição interdisciplinar, no tocante às superfícies de contato entre as disciplinas.

Segundo, ainda, o primeiro Regimento do MAX, compete ao coordenador de museologia as seguintes tarefas: coordenar a unidade museológica e sua exposição e promover exposições especiais do MAX; disponibilizar material para exposições itinerantes e supervisionar sua instalação; desenvolver projetos na área museológica e promover intercâmbio com unidades congêneres e encaminhar ao gerente de arqueologia material a ser publicado, com parecer favorável ou não.

Nesse ponto, observamos, em complemento com as entrevistas concedidas pelos profissionais do museu, que a coordenação de museologia teria como atribuição a parte mais operacional do processo de musealização, como, por exemplo, divulgação das exposições, controle do fluxo de visitantes, manutenção das exposições e assim sucessivamente. Por outro lado, o desenvolvimento de estratégias de documentação museológica, a sistematização de reservas técnicas e a participação na concepção e elaboração de atividades educativas e exposições museológicas foram esmaecidas em suas funções primordiais.

Em 2006 há uma considerável reformulação do Regimento Interno. Nesse momento, as hierarquias funcionais do museu se diluem e, então, as coordenações aparecem dispostas lado a lado no organograma. A estrutura funcional, segundo essa última reformulação, é a seguinte: direção, coordenação de exposições, coordenação de pesquisa arqueológica e coordenação de administração e finanças.

Percebe-se uma mudança não apenas de nomenclaturas e da ordem hierárquica, mas também uma mudança nas atribuições e de que maneira são regidos os fluxos de informação nas tomadas de decisões. Antes, o setor que representa a museologia era subordinado à gerência de arqueologia (atual coordenação de pesquisa arqueológica), já nessa nova configuração, tal gerência mantém relação com a diretoria sem a intermediação com os profissionais que assumem esse setor.

Uma leitura terminológica dos setores já indica uma mudança de mentalidade: de coordenação de museologia (mais abrangente) o cargo é alterado para coordenação de exposições (mais restritivo). Contrariamente à tendência restritiva das terminologias, ampliam-se, embora ainda timidamente, os encargos desse profissional, que passa a ter como atribuições: supervisionar a manutenção da exposição de longa duração; exercer a curadoria das exposições de curta duração; desenvolver projetos museológicos de ação educativa no interior do Museu; supervisionar as condições físicas das áreas relacionadas à sua coordenação; substituir o diretor nas suas faltas e impedimentos.

Se por um lado as demandas de documentação museológica e acondicionamento de acervos, gerenciamento das coleções, não chegaram a ser parte das atribuições desse profissional, por outro se dilatam em termos de curadoria de exposições de curta duração e na concepção de projetos museológicos de atividades educativas. Recentemente, nos últimos diálogos travados com o atual diretor, este se mostrou motivado a reestruturar o Regimento Interno do museu, repensando as funções de ação educativa e da museologia do MAX.

Hoje eu considero essencial a participação da Museologia e de profissionais que elaborem um Plano Museológico, mas eu esbarro na questão de não ter uma coordenação museológica. Porque a coordenação de exposição acaba fazendo o papel de (coordenação museológica), **mas a minha ideia é encaminhar uma revisão do Regimento e inserir o que eu considero base para a sobrevivência do museu, que são duas coordenações: a coordenação de Museologia e a coordenação pedagógica.** Na verdade a coordenação pedagógica não existe no Regimento, ela está como uma subcoordenação dentro da área administrativa e financeira, assim como não existe a coordenação museológica.⁸⁸

Conforme o que foi afirmado pelo atual diretor, tanto a área museológica quanto a área pedagógica sofreram um tácito esmaecimento, em termos das suas atribuições, dentro do corpo funcional do museu desde a sua concepção até os dias atuais. Ainda segundo o atual diretor, coube à museologia assessorar na montagem da exposição de longa duração, enquanto os demais processamentos museológicos ficaram ao encargo da coordenação de arqueologia.

Análise prévia:

- A pouca interface, no MAX, entre a arqueologia e a museologia gerou resquícios indesejáveis no processo de musealização, primordialmente na falta de uma documentação

⁸⁸ Entrevista realizada, em 19 de dezembro de 2009, com Albérico de Queiroz.

museológica, de um inventário ou de um catálogo das coleções e de um gerenciamento eficaz dos acervos confiados ao Museu;

- O processo de musealização tem um fluxo mais intenso no momento da coleta do patrimônio arqueológico, antes mesmo do MAX existir, e pouco intenso no processamento técnico e científico museológico;
- A ausência de um corpo técnico permanente e estruturado internamente (e não com colaboradores contratados ou membros externos) leva a uma descontinuidade das ações, interferindo, portanto, em um fluxo contínuo de informação;
- O organograma do Museu tira forças da museologia, denotando um problema histórico na instituição, na medida em que a curadoria vincula-se exclusivamente na Arqueologia, deixando as dinâmicas museológicas de salvaguarda e comunicação esvaziadas;
- Acreditamos que a autonomia financeira do MAX, em seus primeiros passos institucionais; foi positiva (o Museu foi um grande gerador de produtos informacionais – pesquisas e ações comunicativas) apesar de ter se isolado, apoiando-se quase que exclusivamente em uma verba inconstante e passível de obstrução;
- O aporte financeiro com base em fontes provedoras instáveis, nomeadamente na primeira gestão do MAX, levou a uma forte quebra institucional que reverbera sobremodo nos procedimentos de pesquisa, salvaguarda e comunicação ainda nos dias de hoje;
- Em termos de potencialidades, o MAX possui uma estrutura universitária que pode ser utilizada em benefício do Museu, como em certa medida vem acontecendo. Todavia, acreditamos que essas medidas possam ser incrementadas;

2.2.3 *Estrutura Física: coletando evidências*

Conforme esboçado no capítulo dedicado à metodologia, compreendemos o espaço físico do museu em sua complexidade, incorporando fatores construtivos (prédio novo ou reutilizado), distribuição dos espaços internos em relação aos setores e as ações museológicas (salvaguarda, pesquisa e comunicação), potencialidades e limitações do regime urbanístico, dentre outros aspectos relevantes ao diagnóstico. Seria, ao mesmo tempo, uma leitura material e simbólica do espaço físico tal como uma análise artefactual, para compreender os seus

reflexos no processo de musealização da arqueologia. Seguindo essa lógica, pontuaremos alguns indícios sobre o tema em seguida.

Segundo o que consta no próprio Regimento Interno (2000), o MAX se divide em dois espaços distintos desde o seu ato de criação. De acordo com esse documento, o MAX é concebido com a perspectiva de haver um setor administrativo na Cidade Universitária Prof. José Aloísio Campos, em Laranjeiras/SE, e na unidade museológica em Canindé de São Francisco, onde são desenvolvidas atividades expositivas, de curadoria e de pesquisa. Esse é um primeiro ponto categórico que interfere diretamente nos fluxos de informação. Um primeiro fator, diz respeito ao local da gestão administrativa dos diretores do MAX: em razão do distanciamento entre as sedes,⁸⁹ ambos os diretores nunca chegaram a administrar o Museu *in loco* fazendo, assim, com que a gestão fosse efetivada no campus da UFS. Em conversa, o atual gestor nos esclarece que é feita apenas uma visita por mês à unidade expositiva. O primeiro gestor nos aponta a mesma questão, em um momento inicial do MAX:

A grande questão do museu era o aspecto administrativo e financeiro, a FAPese estando aqui, e todo o controle de recurso era com a FAPese, era muito mais prático que a administração do museu fosse aqui. Eu, pelo menos uma vez por mês, estava lá. Depois a coordenação de exposição também viria para cá.⁹⁰

A partir dos depoimentos coletados, averiguamos que tal distanciamento reflete também em outros encadeamentos, tais como a pesquisa e a salvaguarda das coleções, por duas principais razões. A primeira diz respeito à autonomia dos poucos profissionais que se fixam na unidade expositiva, que fazem as vezes de diretor em sua ausência. Para além disso, o MAX padece pela dificuldade de formar um corpo técnico em Canindé, muito porque os contratados relutam em se fixar na cidade. É importante destacar que, no momento em que havia uma maior aproximação entre o MAX e a CHESF, na primeira gestão, havia uma possibilidade de os pesquisadores e o próprio corpo técnico residirem em alojamentos concebidos para esse fim, contudo essa possibilidade já não condiz com o cenário atual. Segundo o primeiro gestor:

Quando houve estruturei o Regimento com duas sedes ficou uma questão ambígua: a administração do museu poderia estar aqui (Aracaju) ou pode estar em Xingó, por

⁸⁹ Canindé de São Francisco, onde se encontram a exposição museológica, as reservas técnicas e os laboratórios, localiza-se ao norte do estado de Sergipe, a cerca de 200 quilômetros da sede administrativa no campus da UFS. O trajeto de ônibus, entre a UFS e o museu, é feito grande parte em estrada e leva cerca de duas horas.

⁹⁰ Entrevista realizada com o primeiro gestor do MAX, no dia 18 de setembro de 2012. O Prof. Alexandre Diniz foi diretor do Museu entre 2000 e 2008.

causa da questão prática. Porém, **nem todo mundo está querendo morar no Xingó. É muito difícil achar alguém que queira morar lá**⁹¹, você não acha? Então sempre haveria a alternativa de morar aqui (Aracaju).⁹² (Grifo nosso)

Somado a isso, o MAX encontra patente dificuldade em articular com a UFS o apoio logístico de transporte e hospedagem tanto para pesquisadores externos quanto para os próprios professores e estagiários da Universidade – inclusive para projetos de extensão e pesquisa desenvolvidos pelos Cursos de Bacharelado em Museologia e Arqueologia, assim como para as pesquisas vinculadas ao mestrado em arqueologia. Sobre esse aspecto, Queiroz argumenta:

Nós temos problemas logísticos, nós não conseguimos manter nossos colegas professores e estudantes no museu por muito tempo, porque nós não temos local onde alojar estas pessoas; nós dependíamos até então da CHESF para isto. Aí gera também um problema de ordem logística: para a concessão dos alojamentos da CHESF (que fica no lado alagoano) eu tenho que fazer o transporte destas pessoas de Canindé de São Francisco para Piranhas, isto já implica na burocracia com relação ao transporte – porque eu estou saindo de um Estado para outro –, então até para a solicitação de transporte nós temos dificuldade. O ideal seria ter um local de vivência dentro do próprio, museu, já que nossa área é bastante grande (21 mil metros quadrados). Então seria uma área onde a Universidade poderia construir um prédio para o alojamento dos pesquisadores que estejam em visita ou a trabalho no museu, e os nossos estudantes e estudantes de outras instituições. Então a nossa ideia seria isto, para ter um local de abrigo para estas pessoas durante seus estudos, onde elas pudessem ficar in loco, e não ficar como tem ocorrido hoje: indo e vindo, até no mesmo dia. São as condições locais que não nos permitem fazer um estudo mais dinâmico do nosso acervo. É um estudo bastante lento (leva tempo), e acarreta, ao meu ver, perda de tempo porque nós não temos as condições devidas de manutenção das pessoas lá, além de não ter um corpo técnico sediado lá.⁹³ (Grifos nossos)

Desse depoimento, entendemos que a fixação do MAX em Canindé, de certa forma, atende uma forte iniciativa de manter o patrimônio arqueológico em seu local de origem, em contexto com o espaço de onde foi recuperado. Em consonância com o PAX, a criação de um museu na região seria um elemento fundamental para criar um polo de extensão universitária ao redor de Canindé com intuito de manter relações intrínsecas com o turismo e geração de fontes alternativas de renda para a região. Vale mencionar que são diversas as políticas nacionais e internacionais de proteção ao patrimônio arqueológico que harmonizam com tal perspectiva. Apenas a título de exemplificação, a Carta de Laussane (1990), preconiza:

⁹¹ Atualmente nenhum funcionário reside em Canindé, o que pode ser encarado como uma forte evidência de fragilidade administrativa. Na primeira gestão, apenas a responsável pela Gerência de Arqueologia permaneceu na instituição e fixou residência no local.

⁹² Idem à entrevista anterior.

⁹³ Albérico de Queiroz, atual diretor do MAX. Entrevista realizada em 18 de setembro de 2012.

Conservar ‘in situ’ monumentos e sítios deveria ser o objetivo fundamental da conservação do patrimônio arqueológico, incluindo também sua conservação em longo prazo, além dos cuidados dedicados a documentação e às coleções etc. a ele relacionados. **Qualquer translação viola o princípio segundo o qual o patrimônio deve ser conservado no seu contexto original.** (Carta de Lausanne, 1990. Grifos nossos)⁹⁴

Por outro lado, essas louváveis iniciativas encontram, dicotomicamente, entraves de cunho político ao adentrar em instituições como as universidades federais. Contraditoriamente, ao seguir as perspectivas nacionais e internacionais de preservação do patrimônio no local de origem, o contexto do MAX resvala diretamente “nos cuidados dedicados à documentação e às coleções”, assim como nos processos de pesquisa sobre as coleções confiadas ao Museu. Lamentavelmente, fatores logísticos de transporte e hospedagem são, atualmente,⁹⁵ obstáculos quase intransponíveis para levar adiante as estratégias de gestão e pesquisa das coleções.

No tocante à salvaguarda, especificamente a museóloga Elizabete Mendonça e a arqueóloga Olívia de Carvalho,⁹⁶ respectivamente dos cursos de museologia e arqueologia da UFS, relatam as dificuldades impressas pelo distanciamento entre a Universidade e a unidade expositiva em termos da execução do projeto de extensão⁹⁷ desenvolvido em parceria com o MAX, em prol da salvaguarda do acervo do MAX. Pelo depoimento de Mendonça, ratificamos como este fator incide diretamente na fluidez do fluxo informacional no componente de processamento:

Há outra dificuldade que não podemos negar... A metodologia que a gente encontrou (para o desenvolvimento do projeto) não é a melhor, temos consciência disso. Mas para fazer a ação era a única forma que a gente tinha: trazer o material de Canindé para Laranjeiras (campus do Curso de Museologia), mas isso não é a forma ideal. O MAX tinha que ter uma estrutura, já que não tem profissionais treinados, para receber esses estudantes. Deveria ser criado um elo entre a CHESF e a UFS, para que o trabalho fosse feito lá. Os alunos tinham se disposto, já tínhamos discutido isso, trabalharíamos aos finais de semana em Canindé e a outra parte seria feito aqui (em Laranjeiras) durante a semana. Mas que não deu certo. **Não deu certo porque não tem carro para transportar os alunos, não tem local para eles ficarem, não tem nem estrutura de trabalho para eles trabalharem lá.** O MAX hoje, na parte do processamento da parte museológica não tem espaços adequados. Não tem uma

⁹⁴ Documento disponível para acesso no sítio: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=262>

⁹⁵ Enfatizamos aqui o termo atualmente devido à drástica mudança de cenário em razão do fim do patrocínio da Petrobrás em 2008, culminando na troca de gestão. Até o referido ano, há um forte incentivo à formação de um quadro técnico em Canindé, que chegou a ter cerca de 40 funcionários contratados em seu quadro. Ao cabo desse patrocínio, a perspectiva de contratação declina de forma contundente.

⁹⁶ A arqueóloga Olívia de Carvalho participou como consultora do PAX na década de 90, antes da construção do MAX, e hoje integra o quadro de corpo docente da UFS.

⁹⁷ Mencionaremos sobre tal projeto no tópico relativo à salvaguarda das coleções do MAX.

estrutura que permita desenvolver isso. Então, isso vem desde o seu espaço físico até a aquisição de material de trabalho e pessoal.⁹⁸ (Grifo nosso)

Em termos de potencialidades do espaço físico, um dos fatores mais preponderantes sobre a sede em Canindé de São Francisco (Xingó) é o fato de que o prédio que abriga a exposição tenha sido construído com a finalidade de ser museu. Uma parte expressiva dos museus, ainda hoje, são frutos de adaptações de prédios históricos, que carregam, além dos simbolismos de uma ocupação anterior, uma complexa dinâmica de restaurações e adaptações físicas, sobretudo se o prédio é tombado. No caso do MAX, a mentalidade de concepção arquitetônica foi plasmada no processo de extroversão da informação. Nesse aspecto, acreditamos que a arquitetura do Museu dialoga harmonicamente com o espaço (caatinga) (figura 15), com o “desenho” da usina e com a cultura material exposta.

Figura 15: Diálogo com o entorno. Arquivo pessoal.

O documento Retratos de um Patrocínio, sobre o projeto arquitetônico, evidencia o que fora observado por nós:

Os projetos arquitetônicos e museal da nova unidade deveriam ser capazes de romper com a concepção tradicional de museu, em geral instalado em prédio antigo

⁹⁸ Entrevista com a Prof.^a Elizabe Mendonça, realizada em 21 de setembro de 2012. Mendonça é professora do Curso de Museologia e colabora atualmente com o MAX com projeto de extensão e pesquisa, especialmente para a salvaguarda do acervo.

ou velho, e a maior parte deles sem recursos e com expografia extremamente precária. Era fundamental, portanto, construir um museu atraente, mesmo ciente do desafio eminente: a natureza do acervo. (Retratos de um Patrocínio, 2006, p.10)

A nossa primeira impressão, ao adentrar a exposição, foi bastante positiva. Em contraste com o calor externo e a paisagem seca, a exposição encontrava-se climatizada, com núcleos expositivos em que a água corria em conjunto com a representação da vegetação da caatinga. Tal impressão parece ser compartilhada com uma parcela considerável dos visitantes. Sobre o tema, coletamos algumas frases contidas no livro de sugestões para ilustrar essa ideia:

“Adorei o Museu e a beleza do lugar. Cheio de magia e luz.” Anônimo
 “Fiquei impressionado com a agradável surpresa da qualidade e didática.” Oliveira
 “Um oásis no deserto.” Julia
 “É um lugar surpreendentemente maravilhoso, como nunca vi antes.” Anônimo
 “Museu maravilhoso, arquitetura e estruturas de primeira classe. Não devendo nada aos museus estrangeiros.” Mattos
 “Muito bonito o acervo e a concepção arquitetônica e estética do Museu.” Márcia Horta.

É possível averiguar que a planta do prédio disponibiliza espaço para as exposições (temporárias e de longa duração) dialogando, mormente, com o espaço externo e com a estrutura linguística do todo da exposição. Em nossa leitura pudemos compreender, no entanto, que, para parcela do público, o todo do Museu se confunde com a exposição, pois não há visualidade com os bastidores da instituição, como as reservas técnicas e os laboratórios.⁹⁹

⁹⁹ Cabe assinalar que o visitante esporádico, ou seja, aquele que visita o museu sem uma programação prévia, não tem acesso aos demais setores do museu. Todavia, nas ações educativas agendadas, é costume dos profissionais do Museu apresentar toda a instituição. A primeira visita que fizemos à unidade museológica, por conta da nossa participação no V Workshop Arqueológico do MAX, não se ateve somente à exposição. Nessa ocasião, tivemos a oportunidade de acessar os espaços anexos de reserva técnica, laboratórios e sítio simulado, utilizado como atividade educativa, hoje desativado.

Figura 16: Esquema da planta baixa da parte a ser construída do MAX com o patrocínio da Petrobrás. Baseado na planta original.

A análise da planta baixa do MAX¹⁰⁰ (figura 16) nos indica que a proposta arquitetônica da parte que foi construída do Museu ficou reduzida praticamente em sua integralidade à comunicação, por intermédio das exposições e do auditório. Relega-se a pesquisa de laboratório e a salvaguarda aos espaços já construídos (galpões da CHESF) ou a espaços que seriam concebidos com verba da Prefeitura de Canindé, em 2001, com apoio externo do seu principal patrocinador. Em entrevista com o primeiro diretor do MAX, foi-nos dito que, no momento de criação do Museu, havia a intenção de criar uma reserva técnica que poderia ser visualizada pelo público que acessava a exposição, mas a área não pôde ser criada por falta de captação de recursos.

Foi feito o projeto preliminar do museu, todo o prédio de reserva técnica que viria emendar o museu e a parte das exposições com o laboratório lá no fim. Inclusive nós pedimos a passarela porque as pessoas podiam ver, através de grandes janelas de *blindex*, ver o material arqueológico, ver pessoas trabalhando na reserva técnica. Mas isso nunca se conseguiu patrocínio pra isso.¹⁰¹

A aparente confusão do público entre a exposição e o todo do Museu parece estar plasmada na própria planta do Museu. De acordo com os documentos levantados, haveria uma

¹⁰⁰ Retomaremos esse tema em específico em nosso diagnóstico no tópico relativo à salvaguarda. Essa planta sofreu algumas modificações após a sua implantação, em 2005.

¹⁰¹ Entrevista realizada com o Prof. Alexandre Diniz, no dia 17 de dezembro de 2010.

forte inclinação de criar uma instituição que atendesse às demandas de salvaguarda e pesquisa, para além das questões endereçadas à visibilidade da instituição via comunicação.

O estudo e proposta museológica do MAX, elaborado em 1997 por Bruno¹⁰², convergiria nessa perspectiva. De acordo com a proposta de Bruno, o Museu deveria seguir os pressupostos contemporâneos para equacionar os problemas relativos à salvaguarda e à organização de reservas técnicas e de elaboração de discursos expositivos e ações educativas. Em relação ao primeiro elemento, relacionam-se as demandas contemporâneas de: implantação de depósitos de pesquisa; devolução das coleções para os locais de origem; seleção das ‘coleções-tipo’ e descarte de vestígios. (Bruno, 1997, p.3) O mesmo projeto contempla, também, uma arquitetura que levaria a cabo o processamento e pesquisa do acervo, ao relacionar as seguintes demandas espaciais: concepção arquitetônica que viabiliza a salvaguarda e a comunicação (áreas técnicas, de apoio operacional e de atividades públicas) e construção modular que indique a possibilidade de crescimento institucional. Estes espaços atenderiam os seguintes objetivos institucionais relativos ao MAX:¹⁰³

o Museu de Arqueologia de Xingó está sendo concebido para **salvaguardar** os vestígios provenientes das pesquisas realizadas na região e a respectiva documentação primária; como também para **comunicar** os resultados dos estudos e as interpretações sobre as sociedades pré-coloniais que ocuparam este território. Para tanto, a sua configuração será de uma **instituição científica, universitária e museológica**, com responsabilidade de produzir conhecimento, interagir com as distintas esferas de ensino e extensão e de preservar o patrimônio. (BRUNO, 1997, p.6. Grifos do autor)

De forma dissonante com tal proposta, a planta do Museu enfatiza a parte mais visível da instituição: a comunicação. Entretanto, deixa para o segundo plano e duplamente imperceptível – em termos de espaço físico e corpo funcional – as demandas de processamento, especialmente a salvaguarda. A planta baixa do MAX, elaborada pela arquiteta Dora Diniz, em março de 1999, prevê os seguintes espaços construtivos para a unidade expositiva do Museu, nesta sequência: acesso principal; *hall* de entrada; módulos expositivos (sítio simulado, ocupação pré-colonial, arte rupestre, lítico, cerâmica, fauna, enterramento, loja e “exposições especiais”); bem como espaço dedicado ao auditório e às demandas administrativas, tais como depósito (de exposições e materiais de consumo), banheiros e sala da diretoria. A planta elaborada pela referida arquiteta foi executada

¹⁰² Bruno foi consultora do MAX e prestou assessoria técnica no momento de concepção do Museu.

¹⁰³ Voltaremos a discutir essa questão quando formos tratar do tópico relativo à salvaguarda das coleções.

integralmente e representa a configuração atual da unidade expositiva, com exceção da loja de *souvenires* que foi relocada o lado externo da exposição.

A partir de uma leitura simbólica da parte construída pelo Museu, podemos averiguar a sobreposição de valores da exposição museológica, e o próprio MAX em sua integralidade, conforme afirmamos anteriormente. Verificamos que o projeto arquitetônico do prédio não encontra eco com os estudos museológicos realizados. O projeto arquitetônico não contemplou, como pudemos verificar por intermédio da leitura da planta baixa, a construção de reservas técnicas ou laboratórios de pesquisa. Os espaços para os quais os acervos coletados foram enviados já estavam construídos antes da concepção do prédio que abriga o MAX; esses espaços (galpões da CHESF) sofreram readequações, como inserção de salas de trabalho e estrutura mínima para receber os pesquisadores que estudariam os acervos. Ainda hoje, os galpões incorporam a função de reserva técnica, embora sejam inapropriados para esse fim. Os laboratórios, por outra via, foram construídos com o apoio da Prefeitura de Canindé, um ano após a construção da unidade expositiva.

Ainda em termos das mentalidades por detrás da concepção dos espaços, diagnosticamos que os documentos e as entrevistas coletadas são congruentes no que se refere à permanência das coleções em Canindé – levando a termo a prerrogativa de criar, em Xingó, um núcleo expositivo e a realização de pesquisas no local de origem dos artefatos, mantendo a essência de regional do MAX. Conforme disposto no Plano de Consolidação e Desenvolvimento,

é necessário que o Museu de Arqueologia de Xingó – MAX desenvolva projetos de pesquisa, de divulgação e de criação de exposições itinerantes e de curta duração. **O Museu, portanto, passa a ser uma atividade dinâmica, um centro de pesquisa e difusão de conhecimentos**, interagindo com a comunidade local e mantendo vínculos estreitos com a comunidade científica nacional e internacional. Além de executar **projetos para estudo dos materiais já coletados** e ampliar o processo de escavação de novos sítios a jusante da UHE de Xingó, **o MAX deverá se inserir num contexto mais amplo de desenvolvimento regional da área de Xingó**. (Plano de Consolidação e Desenvolvimento, [2000?], p.10. Grifos nosso)

Fazendo uma ponte entre a estrutura física e a pesquisa, analisada em tópico específico do diagnóstico, verifica-se que o distanciamento entre as sedes interferem diretamente na dinâmica de produção de informação, via pesquisa de laboratório. Conforme já sinalizamos no início do capítulo, na coleta de dados, verificamos que houve um forte êxodo de material arqueológico do MAX para que pesquisas acadêmicas fossem levadas a cabo, nomeadamente por dois motivos: por falta de estrutura física e infraestrutural da unidade expositiva e por

razão da logística de pesquisa (transporte e alojamento), sobretudo na segunda fase do Museu. Em complemento disso, como veremos no tópico concernente à salvaguarda, aferimos que não houve controle minucioso do trânsito dessas coleções, o que pode ter gerado uma dissociação do material (perda do patrimônio, dentro ou fora da instituição, em razão de falta de controle do acervo).

A planta do Museu não sofreu relevantes modificações desde a sua inauguração, salvo algumas pontuais readequações. Em 2005, a exposição sofreu alterações, sobretudo em termos conceituais. Nesse movimento, a loja de *souvenires*, que ficava junto à exposição, passou a ser do lado de fora. Além disso, foi construído um sítio simulado no espaço externo, no qual eram feitas ações educativas e eram desenvolvidas atividades didáticas com o curso de arqueologia. Atualmente o sítio está inutilizado por falta de manutenção e verbas. Do ponto de vista estrutural, nenhuma alteração foi realizada no espaço dedicado aos laboratórios e à guarda do acervo, permanecendo com configuração original. Em nossa segunda investida de campo, observamos que existem projetos sendo desenvolvidos para a readequação do espaço, especialmente no que tange a construção de uma reserva técnica. Sobre o tema, o atual gestor relata:

Existe um projeto não só na readequação da Unidade Expositiva, mas, sobretudo no acervo, nos laboratórios e na reserva técnica. Só que, como nós temos problemas – enormes problemas, aliás – de ordem estrutural para a manutenção deste acervo. [...] Infelizmente este é um trabalho muito longo, é um trabalho lento, porque envolve toda a reestruturação da edificação, ou melhor, das edificações – porque são vários prédios – da unidade museológica, para que este acervo possa ser adequadamente armazenado. Somente dessa forma ele (o acervo) pode ser objeto de estudo e pode alimentar a exposição.¹⁰⁴

A partir desse depoimento, é possível perceber uma ponte entre a estrutura física do Museu e os demais encadeamentos museológicos. Se os espaços físicos do MAX não abrigam e refletem as demandas de salvaguarda e pesquisa, por óbvio todos os fluxos de informação sofrem um desequilíbrio, na medida em que os encadeamentos estão intrinsecamente conectados. Pela lógica dos sistemas de informação, a pesquisa e a salvaguarda – que por sua vez também gera insumos informacionais e abastece os demais compartimentos do sistema – são os motores para a produção de informação e, caso estes mecanismos estejam subdimensionados, os processos de comunicação sofrerão reflexo direto. Por esse viés, a estrutura física, em seu aspecto mais lato, interfere diretamente nos fluxos informacionais.

¹⁰⁴ Entrevista realizada em 18 de setembro de 2012. Albérico de Queiroz é o atual gestor do Museu.

Análise prévia:

- O MAX é abrigado em uma planta nova, em um prédio que foi construído para fins museológicos, contrariando o *status quo* da área. Por essa razão, tem e teve toda a potencialidade de dialogar com o entorno oferecendo estrutura e conforto ambiental para o público;
- O distanciamento entre as sedes (unidade expositiva e administração) são fatores que interferem especialmente nos fluxos de produção e processamento da informação via acervo arqueológico. A dificuldade de fixar os profissionais em Canindé e as dificuldades logísticas, sobretudo no segundo momento institucional, colaboram diretamente para a subutilização dos espaços que vão além das exposições;
- A planta do MAX não contempla, em sua integralidade, os espaços que deveriam ser dedicados à pesquisa e à salvaguarda das coleções, já que readéqua as construções já existentes para esse fim (Atualmente há projetos de concepção e construção de espaços para reserva técnica, dentro dos padrões mínimos da área);
- Se por um lado o interesse na regionalidade da unidade museológica mostrou-se eficaz em salutar, por outro minimizou a possibilidade de construção de um fluxo contínuo de informação entre a produção e o escoamento da informação;
- Há uma dissonância sônica, em termos de espaço físico, entre os componentes de processamento e comunicação neste sistema de informação. Enquanto a parte visível do MAX (comunicação) repousa em uma planta nova e coerente com a linguagem expositiva, o componente de processamento (laboratórios e reservas técnicas) carece de reformulações e readequações;
- As áreas planejadas para a comunicação são um grande trunfo do MAX, porém, simbolicamente encontram-se desniveladas do todo da instituição em termos espaciais.

2.2.4 Salvaguarda: evidências coletadas

Analisar as estratégias de salvaguarda do MAX implica observar o componente de processamento dos dados (coleções), após atravessar o encadeamento de entrada dos objetos

(aquisição), atentando para as mentalidades por detrás dessas ações. Por óbvio, tais componentes mantêm relação intrincada e indissociável, que desemboca no componente de saída do sistema: a comunicação museológica. Nesse momento, o nosso diagnóstico busca analisar os programas de salvaguarda de modo a compreender como as áreas (arqueologia e museologia) dialogam nesse sentido, assim como visa entender quais os métodos aplicados para a documentação e a gestão das coleções em reserva técnica, assim como das informações associadas (subsídio para a pesquisa). Ao esboçar uma cartografia da salvaguarda, temos como finalidade averiguar quais os possíveis lapsos no fluxo de informação, sobretudo para indicar sintomas de amontoamento de acervos, dentre outros aspectos. Como referenciais, utilizaremos uma mescla de documentação primária e secundária, assim como as entrevistas coletadas em campo.

Para compreender as mentalidades por detrás das políticas de salvaguarda, importamos verificar os documentos fundamentais que estruturam a instituição e a proveem corpo. Como averiguamos nos tópicos anteriores, a criação do MAX responde a uma demanda de continuidade das pesquisas para dar cabo da curadoria das coleções e, especialmente, para criar uma ponte fundamental de diálogo com a sociedade. Um estudo dos Regimentos Internos (2000 e 2006) nos revela alguns elementos que merecem ser analisados. Ambos os Regimentos convergem para dois dos objetivos centrais do MAX, quais sejam: **dar adequada curadoria aos vestígios arqueológicos** coletados na área e postos sob a guarda da UFS e manter em suas dependências, em Xingó, o **laboratório de pesquisa** aberto a estudiosos da área de arqueologia e à comunidade universitária, bem como área de **exposição aberta à visitação pública**, contribuindo, assim, para a difusão do conhecimento arqueológico e de áreas afins.

Com base nos Regimentos, podemos vislumbrar que o Museu nasce com a perspectiva de consolidar a curadoria e pesquisa do material arqueológico coletado por intermédio do salvamento arqueológico, sem perder de vista, obviamente, a comunicação. Ao encontro dessa expectativa, uma análise da Proposta Museológica do Museu de Arqueologia de Xingó, elaborada por Bruno ainda em 1997, incorpora enfaticamente a salvaguarda como pressuposto basilar do MAX. De acordo com Bruno,

o Museu de Arqueologia de Xingó está sendo concebido para **salvaguardar** os vestígios provenientes das pesquisas realizadas na região e a respectiva documentação primária; como também para **comunicar** os resultados dos estudos e as interpretações sobre as sociedades pré-coloniais que ocuparam este território. Para tanto, a sua configuração será de uma **instituição científica, universitária e museológica**, com responsabilidade de produzir conhecimento, **interagir com as**

distintas esferas de ensino e extensão e de preservar o patrimônio. (BRUNO, 1997, p.6. Grifos do autor)

Por esse ângulo, compreendemos que, antes da existência do MAX, há uma mentalidade voltada para as estratégias de salvaguarda das coleções fruto das pesquisas de campo. Tais mentalidades são plasmadas, inclusive, na proposta de programa arquitetônico, que consta no documento supracitado. Embora as questões espaciais sejam tratadas em um tópico específico, entendemos que seja importante apontar para um aspecto pujante no que se refere às demandas arquitetônicas referenciadas nesse documento. Em linhas gerais, o texto aponta para necessidades, tais como: construção edificada a partir de materiais resistentes, de fácil reposição, e delineada por espaços amplos, arejados, seguros e de fácil acesso ao público; **concepção arquitetônica que viabilize a salvaguarda e a comunicação (áreas técnicas, de apoio operacional e de atividades públicas)** e construção modular que indique a possibilidade de crescimento institucional.

Para esse tópico, interessa-nos grifar o interesse da autora na proposta de conceber um espaço em que as estratégias de salvaguarda fossem contempladas, indicando a necessidade de áreas técnicas e de apoio para tal. Bruno relaciona, também, no mesmo documento, a conveniência de projetar espaços para as áreas técnicas de curadoria e museografia, assim como para a guarda de acervos – dentre esses espaços, constariam laboratórios para tratamento das coleções, reserva técnica para a guarda das coleções, sala de estudos do material sob guarda e centro de documentação primária. (Bruno, 1997, p.8-9) A autora destaca, conforme apontado anteriormente, a importância de manter no museu as responsabilidades de salvaguarda e comunicação, em forma de programas voltados a “desenvolver pesquisas arqueológicas, estudos curatoriais, gerenciamento de informação (dados científicos e documentação primária)”, dentre outros aspectos. (Bruno, 1997, p.10) Com base nesse documento, podemos ter dimensão da relevância dada aos procedimentos de salvaguarda do acervo que, por outro lado, não foram plasmados na planta de construção da unidade expositiva do MAX. A planta arquitetônica, nesse sentido, priorizou as partes que ainda não estavam construídas.¹⁰⁵

O Plano de Consolidação e Desenvolvimento caminha, em um primeiro olhar, para a mesma direção que os documentos anteriores, mais uma vez enfatizando os procedimentos de pesquisa, curadoria e comunicação.

¹⁰⁵ Como já referenciamos, o projeto deu prioridade à construção de novos espaços, visto que o terreno em que a Unidade Expositiva foi implantada já contava com os galpões da CHESF. De acordo com o que podemos averiguar, a intenção inicial era readequar esses espaços para os fins de pesquisa e salvaguarda.

Considerando **a necessidade de continuidade da pesquisa arqueológica, as exigências de curadoria do material** e a importância de se manter em exposição parte significativa do acervo, a Universidade decidiu implantar o Museu de Arqueologia de Xingó, o que foi possível com o patrocínio da Petrobrás e da CHESF, e apoio do Programa Xingó. A continuidade desse patrocínio é fundamental para o desenvolvimento de projetos que consolidem a pesquisa e a divulgação do patrimônio arqueológico. (Plano de Consolidação e Desenvolvimento,[2000?] p.8. Grifo nosso)

Outro dado relevante, embora não seja o nosso enfoque direto para esse tópico, diz respeito à associação das demandas museológicas ao patrocínio externo. Em nosso entendimento, se por um lado o patrocínio representa um significativo aporte financeiro, que oxigena as atividades voltadas para a pesquisa, salvaguarda e comunicação, por outro, apoia toda a sua estrutura em um pilar sobremaneira instável. O investimento em funcionários contratados, por esse ângulo, subestimou a essencialidade da formação de um corpo funcional estável, no interior do Museu, que suprisse as necessidades museológicas de tratamento e extroversão, de forma continuada, em fluxo corrente.

Uma leitura hermenêutica desse mesmo documento denota uma incoerência entre a intenção de promover a curadoria, como outrora indicamos, e os programas planejados para a instituição, deixando patente a ênfase na pesquisa e na comunicação. O documento se estrutura nos seguintes programas: o MAX e sua interação com outras instituições; Programa I: exposições itinerantes, de curta duração e atividades culturais; Programa II: desenvolvimento da pesquisa arqueológica no Baixo São Francisco (estudo das coleções – geralmente feita por consultores externos); Programa III: Divulgação do Museu de Arqueologia de Xingó e, por fim, Programa IV: Manutenção da Infraestrutura.

Por intermédio da interpretação do documento, percebe-se que, embora haja um claro propósito de pesquisa, a questão da salvaguarda em forma de programa ou política institucional não é mencionada. O que seria compreendido como curadoria arqueológica, diferencia-se largamente dos mecanismos de salvaguarda pela ótica da museologia.¹⁰⁶ Pelo que indica o Programa II, a pesquisa das coleções dá-se de forma compartimentada e documentada por um viés acadêmico, seguindo a lógica dos pesquisadores. Por outro lado, pouca atenção é dada a uma sistematização global e integrada de todo o acervo e da informação associada – que recai sobre a salvaguarda da museologia. Pela lógica de um sistema de informação, sem a sistematização integral do acervo a recuperação da informação

¹⁰⁶ É importante ressaltar, porém, que a perspectiva de incorporar a salvaguarda à curadoria arqueológica é um aspecto hegemônico em Museus de Arqueologia no Brasil e no exterior. De maneira geral, a museologia dedica-se aos aspectos voltados à comunicação dos resultados gerados pela pesquisa e processamento dos acervos, realizados, grosso modo, pela arqueologia.

para fins de pesquisa, e mesmo para a de nutrir a própria exposição, ficam gravemente comprometidas. Da mesma forma, com a ausência da museologia, comprometem-se os mecanismos voltados para a conservação e acondicionamento adequando dos objetos – em tese, também papel da museologia. Em outros termos, entendemos que a arqueologia habitualmente se dedica ao estudo das coleções de forma setORIZADA – que, no caso do MAX, resultou em estudos de coleções específicas (como líticos, material esquelético, dentre outros) que geraram atribuições específicas de significados, assim como sistemas de numerações particulares, sem a ideia de sistematização unificada das coleções, que poderiam ser concebidos na forma de uma documentação de gestão.

Ao ser indagado sobre a gestão das coleções no MAX, Queiroz nos indica as fragilidades geradas pela ausência da documentação de caráter museológico:

[...] **As peças tinham ser inventariadas individualmente, estudadas e devidamente registradas**, tanto em um livro de tombo, como em catálogos informatizados possíveis de trabalhar. Então esse trabalho, a meu ver, não foi feito. Se foi nunca foi passado à direção do museu. **Os pesquisadores** que desenvolvem trabalho no Museu de Arqueologia de Xingó, com acervo arqueológico, necessitam fazer um trabalho duplo na realidade, **ao mesmo tempo em que estão analisando as peças, estão catalogando para saber o que se tem. Só que eles fazem esse tipo de inventário e de catalogação do ponto de vista acadêmico**, como material de estudo da tese, mas não como material acervo Museu de Arqueologia de Xingó, do ponto de vista arqueológico e inclusive museológico.¹⁰⁷ (Grifos nossos)

Outro adendo que deve ser feito, tange o papel das instâncias de fomento nas tomadas de decisões. Verificamos que o principal patrocinador dá destaque aos investimentos para a comunicação (parte mais visível) e menos atenção aos aspectos voltados ao processamento (de maneira geral, menos estratégico ao olhar do investidor). Sobre esse aspecto, Diniz ressalta o papel do patrocinador em respeito às demandas, mesmo que latentes, por parte deste nos primeiros momentos do Museu:

[...] A ideia é que a partir daquele museu (o espaço construído da exposição), a gente ia construir para trás daquele prédio, dando continuidade àquele projeto. **Iria construir a parte técnica, de laboratórios e as salas de pessoal. Bom, só que nós não conseguimos interessar a Petrobras**; nós chegamos a formalizar esse projeto, mas a Petrobras não se mostrou muito interessada, porque a Petrobras só queria o que fosse de exposição; o que fosse de trabalho, oculto, não interessava. Só interessava o que fosse visível. É o problema de patrocínio.¹⁰⁸ (Grifo nosso)

¹⁰⁷ Entrevista realizada no dia 21 de setembro de 2012. Albérico de Queiroz é diretor do MAX de 2008 até o presente. Foi consultor do PAX ainda na década de 90, onde pesquisou as coleções de zooarqueologia.

¹⁰⁸ Entrevista realizada no dia 18 de setembro de 2012. O Prof. Alexandre Diniz foi diretor do Museu entre 2000 e 2008.

Ao coletar esses dados, verificamos uma notória ênfase na visibilidade do MAX para a sociedade via exposições, ações educativas e publicações. Nesse cenário, o componente de comunicação seguiria com o papel de protagonista enquanto a salvaguarda entraria com o papel de coadjuvante; fere-se, assim, a lógica de fluxo contínuo entre os encadeamentos. Por óbvio, todos esses elementos anteriormente arrazoados levam a uma cultura de salvaguarda incongruente com a proposta inicial do Museu.

O Plano Quinquenal de Desenvolvimento Estratégico do MAX¹⁰⁹ reconhece o problema voltado à salvaguarda nos primeiros momentos institucionais (2000 a 2005):

Aceitas as justificativas para a implantação do Museu, restavam, de início, pois desafios a serem superados: o primeiro, como instalar um museu sem a Universidade dispor de condições legais e operacionais para a criação de um novo órgão em sua estrutura; segundo, **como gerar um espaço museal a partir de precárias instalações oriundas da CHESF e apenas voltada para o salvamento arqueológico**. O primeiro desafio foi vencido através da caracterização do MAX como um programa de trabalho vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UFS. O segundo **foi solucionado com a construção de uma unidade capaz de abrigar as exposições de longa e curta durações**. [...] Posteriormente, **a Prefeitura Municipal de Canindé de São Francisco, também parceira do MAX, patrocinou a construção do Laboratório de Pesquisas Arqueológicas**. (figura número 17) (2005, p.6) (Grifos nossos)

¹⁰⁹ Esse documento cumpre o papel de um Plano Museológico, já que diagnostica as ações realizadas pelo MAX nos cinco anos de existência e o projeta para os próximos cinco anos, de dezembro de 2005 a novembro de 2010.

Figura 17: Construção dos espaços dedicados aos laboratórios, patrocinada pela Prefeitura de Canindé. Arquivo pessoal.

Dessa citação, podemos coletar novos dados relevantes ao nosso diagnóstico. Dicotomicamente, o documento admite que as instalações (galpões) são inadequadas para os procedimentos endereçados à salvaguarda e entende que a construção da unidade museológica, por si, seria uma solução para a problemática. Por outro lado, verificamos que inexistiu um profissional que desempenhe as atribuições do museólogo na instituição, como já fora indicado no tópico relativo ao corpo funcional do MAX. Da mesma forma, a proposta encaminhada no Plano de Consolidação e Desenvolvimento não demandou a figura do museólogo¹¹⁰ para compor o seu quadro de contratados (tabela 4), como podemos verificar na tabela que segue:

¹¹⁰ O único indício de interesse de contratação de museólogo, que pudemos identificar, dá-se no Regimento de 2006, no qual o Quadro de Pessoal e Funções com Lotação no MAX indica a relevância da contratação de um museólogo; que nunca chegou a ser efetivada.

Tabela 4: Tabela retirado do Plano de Consolidação e Desenvolvimento

FUNÇÃO	UNIDADE MUSEOLÓGICA	LABORATÓRIO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS	TOTAL
Coordenador de Projetos	1	5	6
Arqueólogo Sênior	-	1	1
Arqueólogo Júnior	-	2	2
Antropólogo	1	-	1
Estagiários	3	-	3
Topógrafo	-	2	2
Desenhista	1	2	3
Atendentes de exposição itinerante	3	-	3
Assistente de Campo	-	8	8
Auxiliar de Campo	-	8	8
Auxiliar de Apoio	1	4	5
TOTAL	10	32	42

A repercussão pela ausência de uma reserva técnica, e a inabilidade do Museu em termos de salvaguarda, reflete no Plano Quinquenal de Desenvolvimento Estratégico do MAX, encaminhado para o Ministério da Cultura para fins de enquadramento na Lei de Incentivo à Cultura. De acordo com o documento, elaborado cinco anos após a inauguração do Museu, “é de extremamente importância, para a vitalidade do MAX, que se dê especial atenção à sua reserva técnica,¹¹¹ não só em termos de curadoria específica como de instalações adequadas.” (Plano Quinquenal de Desenvolvimento Estratégico do MAX, 2005, p. 17) Embora tardiamente, o Programa lista como objetivos específicos elementos como: conservação do acervo material coletado nas escavações arqueológicas promovidas pelo Museu; promoção da curadoria da reserva técnica, através de técnicas de preservação e de procedimento digital da informação; permissão de acesso à reserva técnica do Museu pela

¹¹¹ A reserva técnica a qual o documento se refere são os galpões construídos pela CHESF.

comunidade científica interna e externa e readaptação do espaço físico do Museu, dentre outros.¹¹²

Em nossa concepção, com exceção do último objetivo, todas as carências listadas, diagnosticadas após cinco anos de existência do Museu, apontam para o mesmo sentido: a ausência de museologia na instituição tanto em termos de corpo funcional, no que tange às ações museológicas de salvaguarda. Desde a sua concepção, o MAX tem uma salvaguarda exclusivamente voltada para os procedimentos arqueológicos, perdendo de vista uma gestão museológica (voltada para a documentação, acondicionamento, conservação e gerenciamento informacional das coleções) – embora entendamos que o campo da arqueologia, em linhas gerais, absorva tais perspectivas. Nesse sentido, a pouca atenção direcionada aos aspectos voltados à curadoria museológica das coleções – tal qual lista o documento, e cujas atribuições de alguma forma seriam de guarda partilhada entre a museologia e a arqueologia – configuram como um dos principais lapsos históricos no fluxo de informação que atravessam os componentes de entrada, processamento e saída do sistema.

Todos os indícios anteriormente listados e argumentados materializam-se nos espaços dedicados à guarda do material arqueológico, fruto de anos de pesquisa: os galpões construídos pela CHESF, os quais esquadriharemos a seguir.

Em ambas as pesquisas de campo¹¹³ realizadas nos galpões do MAX, em Canidé, verificamos uma situação consideravelmente inadequada em relação à guarda do acervo. Antes de adentrarmos o espaço, indagamos se haveria no local qualquer informação primária ou, ainda, quaisquer documentos relativos ao acervo, como inventário, cadernos de campo, mapas, fotografias ou croquis. Igualmente, perguntamos se haveria um quantitativo concreto ou aproximado do acervo. Obtivemos resposta negativa para ambas os questionamentos. Deve-se registrar, também, que ainda hoje inexistente uma política institucional de acervos que contemple, por exemplo, uma política de aquisição, descarte e gestão de acervos e informações primárias. Nesse sentido, constatamos que a pesquisa de laboratório sobre as coleções e a recuperação de informação para futuras exposições encontram-se fortemente comprometidas, denotando um sólido obstáculo para o fluxo de informação.

Sobre essas circunstâncias, Queiroz nos provê um panorama interessante de ser examinado. Ao ser perguntado sobre a gestão das informações primárias, desde o início do

¹¹² Priorizamos em referenciar os aspectos voltados à salvaguarda.

¹¹³ A primeira investigação *in loco* na Unidade Expositiva ocorreu nos dias 18 e 19 de dezembro de 2009. Já a segunda foi realizada no dia 19 de setembro de 2012. Ambas foram acompanhadas dos Professores Albérico Queiroz e Elizabete Mendonça, respectivamente Diretor do MAX e Professora do Bacharelado em Museologia da UFS.

Programa Arqueológico de Xingó, o atual diretor nos relata que este é um obstáculo que atravessa a historicidade do MAX.

Os prédios não oferecem mais condições ideais tanto manutenção do acervo, para a estocagem do acervo, como também para laboratório; mas na época (antes do surgimento do Museu) já havia, sim, problemas de ordem de recuperação de informações primárias [...] ¹¹⁴

Além desse elemento, outro indício relevante pode ser coletado da entrevista de Queiroz: a circulação de coleções para fora do MAX sem o devido controle de trânsito de externo dos itens – em tese, também o papel da documentação museológica. Ao ser perguntado sobre a possibilidade de haver acervo pertencente ao Museu fora da unidade expositiva, Queiroz responde:

É possível que, sim, porque até pouco tempo, em conversa com a minha colega diretora do Museu do Homem Sergipano foi-me relatado que havia material extraviado, inclusive ela tem documentação que trata disso e que parte desse material chegou a ser exposto, inclusive, no Museu do Homem. Procuramos encontrar documentação pertinente no Museu de Arqueologia de Xingó e não encontramos nada. A professora Verônica (atual diretora do Museu do Homem Sergipano) sempre se preocupou com essa questão, inclusive na tentativa de fazer com que houvesse um controle desse acervo e o repatriamento ao Museu de Arqueologia de Xingó. E sobre esse acervo que se encontra no Museu do Homem, há uma problemática em particular: alguns são réplicas outros são originais; infelizmente a Professora Verônica nunca teve de fato o conhecimento real do que vem a ser. ¹¹⁵

Em resumo, para além das questões referentes à conservação física do objeto, que trataremos em seguida, existe também uma preocupação em relação à dissociação, que se refere à perda de informação associada ao objeto, levando, algumas vezes, a perdas irreversíveis para o acervo.

Ao entrar nos galpões, ¹¹⁶ voltamos os nossos olhares para questões como etiquetagem e marcação dos objetos; procedimentos de acondicionamento e conservação, transporte e circulação do material; riscos diretos ao acervo, em relação à segurança do local e aspectos voltados à climatização do ambiente. Tais estruturas foram construídas pela CHESF (figura 18) ainda no período de salvamento arqueológico (PAX) e tinham como objetivo abrigar o

¹¹⁴ Entrevista realizada no dia 21 de setembro de 2012. Albérico de Queiroz é diretor do MAX de 2008 até o presente.

¹¹⁵ Idem à entrevista anterior.

¹¹⁶ O galpão, onde o material está depositado, está dividido em três blocos, subdivididos em salas. O quarto bloco refere-se aos Laboratórios de Pesquisa que, conforme mencionamos, foi construído por uma iniciativa da então gerente da Coordenação de Arqueologia e patrocinado pela Prefeitura de Canindé de São Francisco.

material arqueológico coletado. Vale mencionar que, segundo informações levantadas pelo antigo e atual diretores, o Museu sempre teve intenção de manter todo o material fruto de salvamento em Xingó, conforme podemos perceber na linha VI do Regimento, qual seja: manter em suas dependências, em Xingó, laboratórios de pesquisa abertos a estudiosos da área de arqueologia e à comunidade universitária.

Figura 18: Imagem do galpão da CHESF. Arquivo pessoal.

De maneira geral, pudemos verificar que os galpões, com exceção dos laboratórios, estavam sem energia elétrica e sem qualquer tipo de climatização. Em relação ao Bloco I (figura 19), o material encontra-se acondicionado em caixas de polionda e, externamente, constam etiquetas com as seguintes informações: sítio, setor, nível, tipologia do vestígio, data e pesquisador. Pudemos verificar, também, algumas caixas sem identificação ou caixas identificadas, porém sem material arqueológico correspondente ao da identificação – indício patente uma ineficaz gestão de acervos.

Figura 19: Imagem do Bloco I. Arquivo pessoal.

Além disso, sobretudo no bloco I, existe uma diversidade de tipologias de material arqueológico (restos de alimentos, líticos, cerâmicas, etc.) no mesmo ambiente (em alguns casos na mesma caixa), de diferentes procedências de sítios, sem uma ordenação lógica dessas caixas nas estantes. Além disso, verificamos uma quantidade significativa de material sem numeração depositado diretamente ao chão ou fora das estantes (figuras 20 e 21), e portanto inútil em termos de pesquisa científica

Figura 20: Material sem numeração. Arquivo pessoal.

Figura 21: Material sem referência depositado ao chão. Arquivo pessoal.

O segundo bloco abriga um misto de depósito de material de manutenção e de material arqueológico – especificamente os esqueletos do sítio Justino, em forma de “casulos” ou “blocos testemunhos” (figuras 22), e caixas com ossos e adornos relativos aos enterramentos humanos. Embora a cultura material, especificamente nesse bloco, siga uma sistematização

adequada,¹¹⁷ pudemos verificar que os enterramentos se encontravam em mal estado de conservação, dispostos diretamente ao chão. O estado de conservação não era diferente dentro das caixas, mesmo sendo observada a fragilidade dessa tipologia de vestígio. Verifica-se um considerável número de objetos sem numeração ou com etiquetas soltas em cima dos casulos e de material cerâmico (figuras 23 e 24), ou até mesmo objetos com duas numerações diferentes (figura 25), comprometendo, assim, irreversivelmente a recuperação de informações sobre os artefatos.¹¹⁸

Figura 22: Enterramentos humanos ao chão. Arquivo pessoal.

¹¹⁷ A referida coleção encontra-se de forma mais sistematizada por ter sido utilizada como fonte de pesquisa pela arqueóloga Olívia Alexandre de Carvalho. Essa profissional participou do PAX como consultora e hoje integra o Núcleo de Arqueologia da UFS.

¹¹⁸ Diante desse quadro, indagamos ao gestor: “Se retirarmos esta etiqueta solta desse casulo e colocarmos em outro, o que aconteceria?” “Perderíamos a informação sobre este material”, respondeu o gestor. Isso posto, se entendermos que a numeração do objeto funciona como um índice que nos remete às suas informações documentais, podemos afirmar que a recuperação fidedigna sobre aqueles artefatos para fins de pesquisa e exposição está comprometida.

Figura 23: Etiquetas soltas. Arquivo pessoal

Figura 24: Etiquetas soltas e falta de padronização no sistema de numeração. Arquivo pessoal.

Figura 25: Objetos sem numeração ou com numeração divergente no mesmo objeto. Arquivo pessoal.

No mesmo bloco, porém em sala separada, verificamos diversos sacos e caixas, acumulados nas estantes (figuras 26 e 27), contendo sedimentos sem nenhuma informação precisa sobre a sua origem. Diversos desses sacos estavam rompidos e misturados a outros sedimentos. De acordo com o diretor, a maior parte desse material não teria mais nenhuma

serventia em termos de pesquisa, pois seria inviável proceder de forma eficaz em análises palinológicas, de componentes físico-químicos, de parasitologia, dentre outras.

Figura 26: Sedimentos sem qualquer identificação de procedência. Arquivo pessoal.

Figura 27: Material disperso. Arquivo pessoal.

Por fim, o bloco III encontra-se em situação não muito diferente do primeiro. Nessa sala, encontramos material ósseo humano e artefatos associados em mal estado de conservação e dispostos diretamente ao chão (figura 30).

Figura 28: Material arqueológico humano ao chão. Arquivo pessoal.

Figura 29: Risco de incêndio. Arquivo pessoal.

Em linhas gerais, as salas utilizadas para a salvaguarda de objetos arqueológicos estão em condições precárias. Em termos de segurança, as portas são frágeis, as trancas são inadequadas, as janelas estão quebradas e há risco de incêndio (figura 31) (local com ausência de extintores).

Em termos de conservação, podemos mencionar que, em linhas gerais, os acervos estão em mal estado de conservação, já que há indícios fortes de infestação biológica de todos os tipos; ausência completa de controle ambiental, além de metodologias inadequadas de armazenagem e acondicionamento (figuras 32 e 33); ausência de material para acondicionamento, infestação de cupins, dentre outros fatores.

Figura 30: Excremento de animais. Arquivo pessoal.

Figura 31: Indícios de infestação biológica. Arquivo pessoal.

No que tange à documentação, como já especificado, encontramos numerações sem qualquer padrão reconhecível; ausência de informações primárias ou qualquer forma de suporte que proveja inteligibilidade aos códigos que constam nas etiquetas e na numeração dos objetos; etiquetas com informações suprimidas; ausência de uma política de gestão de acervos (banco de dados, controle de movimentação, fichas catalográficas, dentre outros); ausência de informações primárias e documentos associados ao acervo; ausência de uma perspectiva quantitativa de acervos ou qualquer controle de cada um dos itens e etiquetagem e marcação sem padronização (que corrobora o indício de que o acervo foi estudado de forma compartimentada e sem uma visão global das coleções). Vale ressaltar que verificamos caixas com material endossado¹¹⁹ em condições inadequadas de armazenamento. Também não encontramos no MAX as informações sobre os sítios pesquisados. Ademais, esse material não foi incorporado ao acervo, apenas consta em caixas dentro do Museu.

No último bloco encontramos os laboratórios de pesquisa, referente à construção feita em 2001, São ao todo 16 salas, hoje totalmente inutilizadas, no qual encontramos diversos tipos de mobiliários e equipamentos sem número de patrimônio e em franco processo de

¹¹⁹ A portaria do IPHAN, número 007 de 1988, determina que os pedidos de permissão e autorização para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas devem constar de uma declaração de endosso oferecida por uma instituição científica, que ficará responsável pela guarda permanente do patrimônio coletado.

deterioração. Nas salas, verificamos notável quantidade de equipamentos que, em muitos casos, sequer saíram das suas embalagens originais (figuras 34, 35 e 36), como, por exemplo, impressoras, computadores, escaneadores, além de mobília sem uso. Fato interessante de ser assinalado é que, apesar da melhor conservação da estrutura física, infelizmente boa parte do material disposto nesse espaço está mal acondicionado e sem gerenciamento, conforme percebido no material solto em cima das mesas, nas plantas de sítios sem condições adequadas de armazenamento, nas caixas com identificação, porém sem material correspondente e assim continuamente.¹²⁰

Figura 32: Equipamento sem uso. Arquivo pessoal.

¹²⁰ Vale mencionar que esta é uma avaliação “fotográfica” da situação exposta, pois se trata de uma observação pontual do cenário exposto. Não podemos avaliar com clareza se essa realidade se repete, ou se repetiu, em todos os momentos institucionais. Para aferir melhor, teríamos que investigar esse espaço em dias, horários e meses diferentes.

Figura 33: Mobiliário sem uso. Arquivo pessoal.

Figura 34: Mobiliário sem uso. Arquivo pessoal.

Em última análise, pudemos averiguar que existe um forte lapso no fluxo de informação quando nos referimos ao processo de musealização da arqueologia no MAX. O cenário apresentado não se alterou significativamente desde a primeira pesquisa de campo, em

2009. Por outro lado, a segunda investida de campo nos mostrou que algumas modificações em termos de planejamento que merecem ser equacionadas em um breve relato.

Em vista dos problemas históricos que circundam a salvaguarda, o MAX está investindo atualmente em importantes projetos de extensão e pesquisa, capitaneados pelos Núcleos de Museologia e de Arqueologia da UFS, nos laboratórios do campus de Laranjeiras geridos, respectivamente, por Elizabete Mendonça e Olívia de Carvalho. O referido projeto, que agrega docentes e discentes dos cursos de arqueologia e museologia, agrega hoje dez bolsistas (cinco para cada área) e tem como objetivo fazer um arrolamento do acervo que compõe o MAX. Sobre o referido projeto, Mendonça nos relata:

Então a gente começa um projeto em 2009, com uma proposta de iniciação científica para a discussão acerca da documentação museológica do material arqueológico, tendo como objeto o MAX. Este projeto resulta numa ação mais efetiva que gerou a assessoria, que desembocou num projeto maior de arrolamento das coleções. Meu papel no MAX sempre esteve restrito a parte da salvaguarda [...]. Eu considero a parte de salvaguarda o ponto mais nevrál da instituição. Então na minha assessoria eu discuto e procuro conversar com o diretor sempre do ponto de vista da documentação e da conservação preventiva.¹²¹

Para além dos projetos de extensão, que tratam de uma proposta inicial para reverter o cenário atual, Mendonça redigiu um projeto de “Proposta de Reestruturação da Unidade Museológica do Museu de Arqueologia de Xingó: Implementação de Reserva Técnica”. No projeto em questão a professora realiza um breve diagnóstico da salvaguarda do MAX e, em seguida, propõe a instalação de um novo espaço para a guarda do acervo do Museu. Esse projeto ainda está em trâmite de aprovação e captação de recursos.

Desse quadro atual, podemos refletir sobre dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à interessante iniciativa de retomar as questões endereçadas à gestão e documentação das coleções confiadas ao Museu, fator este que esteve subdimensionado na história institucional do MAX. O segundo aspecto aponta que, somado a isso, vemos uma perspectiva acertada quando da interface entre as áreas de arqueologia e museologia, inédita até então. Em linhas gerais, por outro lado, entendemos que a museologia adentra o Museu tardiamente nesse processo, assim como interfere de fora para dentro, a partir de colaboradores que não estão no quadro funcional, no interior do Museu. Embora esse elemento pareça menor para os olhos menos atentos, entendemos que o fato desse processo ser levado adiante em termos de projetos externos leva uma grande instabilidade da ação, por não se tratar de um programa

¹²¹ Entrevista realizada no dia 21 de setembro de 2012. A Prof.^a Elizabete Mendonça é Professora do Curso de Museologia e atualmente presta assessoria ao Museu em forma de projetos de extensão.

“do” Museu e sim “para” o Museu. Ademais, os projetos estão condicionados a pessoas específicas e não a políticas institucionais.

Análise prévia:

- A salvaguarda representa hoje o maior passivo do MAX, incidindo como o maior obstáculo no fluxo de informação, na medida em que a gestão do acervo e a informação associada interferem diretamente nas estratégias de pesquisa e comunicação;
- O amplo processo de aquisição, realizado antes da criação do MAX, não foi acompanhado pelo componente de processamento, gerando um acúmulo de objetos e um colapso do sistema – a maioria irreversivelmente recuperável para fins de pesquisa científica e comunicação;
- A inexistência de um corpo funcional permanente, associado diretamente ao Museu e com profissionais qualificados para assumirem as funções de salvaguarda, interfere diretamente no planejamento de iniciativas futuras em prol da salvaguarda, assim como na continuidade das ações;
- A documentação arqueológica e museológica, caso sejam levadas à frente, serão realizadas *a posteriori* e não concomitante à pesquisa de campo, acarretando em perdas irreparáveis de informação para fins de futuras pesquisas;
- Como potencialidade, pelo fato de o MAX estar diretamente associado à UFS, sendo um órgão complementar daquele, há possibilidades sólidas de incremento de programas de pesquisa, ensino e extensão na unidade expositiva, possibilitando uma reversão parcial do cenário atual.

2.2.5 *Exposições: coletando evidências*

Nesse tópico, diagnosticaremos como as informações produzidas nos encadeamentos anteriores do sistema de informação são extrovertidas para o público não especialista, via exposição museológica. Dentre as questões categóricas que pretendemos averiguar, estão: compreender as estratégias de concepção de exposições; fazer um breve mapeamento dos

recursos utilizados; entender a trajetória das reformulações das propostas expositivas e o papel dos agentes na construção dos discursos, de modo a averiguar a conexão entre pesquisa arqueológica e a extroversão cotejando, dessa maneira, os principais fatores de obstrução dos fluxos de informação.

Inicialmente, cumpre investigar como os documentos norteadores entendem as exposições na formatação institucional. Para tal, utilizaremos os dois Regimentos e o Plano de Consolidação e Desenvolvimento do MAX. O primeiro documento referenda que o MAX tem como uma das principais finalidades “manter em suas dependências, em Xingó, laboratório de pesquisa aberto a estudiosos da área de arqueologia e à comunidade universitária, bem como área de exposição aberta à visitação pública, contribuindo, assim, para a difusão do conhecimento arqueológico e de áreas afins” (Regimento Interno, 2000¹²²). Desse parágrafo, é possível elucidar algumas questões fundamentais para o diagnóstico: a primeira delas é a acentuada intenção de manter a fluidez entre a pesquisa e a comunicação e a segunda é que a instituição nasce com os pés fincados na comunicação por intermédio das exposições museológicas.

Essa percepção é ratificada pelo primeiro diretor do Museu. Diniz, em artigo já mencionado, explicita que a concepção do Museu surge como estratégia de manutenção das pesquisas iniciadas em 1998 e como forma de extroverter o conhecimento produzido por meio dos acervos coletados. Segundo Diniz, “os trabalhos desenvolvidos pelo Museu se enquadram em três grandes categorias: as exposições, as pesquisas e os projetos de integração com a comunidade.” (Diniz, 2005, p.67)

Outra personagem que esteve envolvida no processo de concepção do Museu e das estratégias expositivas foi Verônica Nunes,¹²³ hoje no Museu do Homem Sergipano. Em artigo escrito em 2001, ao comentar sobre a concepção do prédio, Nunes afirma que “pensar a exposição inclui a construção de um edifício para divulgar os resultados da pesquisa arqueológica iniciada na década de 80 do século XX.” (Nunes, 2001, p.215) Reforça-se, então, a conexão intrínseca entre os vetores pesquisa regional e divulgação, convergidos em um prédio construído para esse fim.

Cumprir dizer que o protagonismo de Bruno foi fundamental para a concepção, planejamento e execução da exposição que inaugura o Museu em 2000. Esse processo foi concomitante com o planejamento do próprio prédio que abriga a exposição. Fato este que representa um marco para a museologia brasileira na medida em que essa área e arquitetura

¹²² O Regimento Interno de 2006 mantém exatamente a mesma proposta, com a mesma redação.

¹²³ Nunes esteve envolvida no processo apenas no primeiro ano, afastando-se posteriormente.

dialogam no sentido de construir uma unidade expositiva em consonância com os pressupostos contemporâneos da museologia, sem perder de vista o panorama arquitetônico e funcional. De acordo com Diniz,

ficaram perfeitamente integradas a exposição e a construção, pois os projetos arquitetônicos e museográfico, ainda assessorados pela Prof.^a Dr.^a Cristina Bruno, não foi elaborado separadamente. O projeto arquitetônico foi elaborado à medida que a exposição era montada mentalmente. (DINIZ, 2005, p.65)

Ainda sobre a concepção do edifício, Nunes dá um relevante panorama sobre a relação entre arquitetura de museus e o MAX.

[...] a arquiteta sergipana Dora Neuza Leal Diniz, projetou, como mais uma interferência humana, na paisagem do sertão sergipano do São Francisco, uma edificação que é uma releitura da Hidrelétrica de Xingó, destacando em seu interior, como ambientação e paisagismo, pedras e vegetação da caatinga que se integram ao discurso expositivo. [...] A arquiteta, ao projetar o espaço amplo, sem escadas, com áreas de iluminação natural, procurou, sobretudo, proporcionar conforto e condições de visualização das vitrines que destacam as referências patrimoniais [...] (NUNES, 2001, p.216)

Importa afazer aqui duas observações que fazem ponte com os tópicos relativos ao espaço físico do Museu e ao corpo funcional. A primeira diz respeito à relevância da construção de um edifício com a finalidade de museu, como já mencionado. Ademais, toda a concepção espacial dialoga de forma equilibrada com a própria concepção expositiva e o entorno, como acentua Nunes. Por outro lado, deve-se esclarecer que o espaço projetado para ser construído com o apoio da Petrobrás atende especificamente as exposições e demais atividades voltadas à comunicação (como o auditório). Nesse sentido, a ênfase dada ao edifício cumpre a função de dar prioridade à comunicação em detrimento da salvaguarda, que teve o espaço adaptado para esse fim, conforme já analisado neste diagnóstico.

O segundo elemento a ser destacado, também já dimensionado, refere-se à contribuição de membros externos ao quadro funcional do Museu. Se por um lado a consultoria de profissionais externos é louvável, especialmente em um momento em que não há uma equipe formada, por outro pode acarretar uma inadequação do corpo funcional, nomeadamente do papel da museologia no MAX. Sobre esse tema, conforme podemos perceber nos Regimentos Internos (2000 e 2006), as exposições ficam ao encargo do

coordenador de museologia¹²⁴ (posteriormente coordenação de exposições). Cabe a este coordenar a unidade museológica e sua exposição permanente, assim como promover exposições especiais do MAX. No Regimento Interno (2006), uma categórica modificação é feita. A partir dessa data, caberia a essa coordenação supervisionar a manutenção da exposição de longa duração e exercer a curadoria das exposições de curta duração. A leitura que fazemos desses indícios é que a museologia não se encarrega de “alimentar” a exposição de longa duração, tampouco exercer o ofício de salvaguarda do acervo. O fato de o Museu nunca ter tido um museólogo em seu quadro acentua essa perspectiva. Em síntese, a museologia no interior do MAX tem, historicamente, uma relevância subdimensionada em relação à coordenação de arqueologia, como visto anteriormente.

A exposição de longa duração, inaugurada em 2000, ocupa um lugar de destaque no MAX. De acordo com o Plano de Consolidação e Desenvolvimento ([2000?], p.20), a primeira exposição “resulta de um projeto arquitetônico bem sucedido, que procura integrar os artefatos e vestígios apresentados ao ambiente externo”. Essa exposição possui oito módulos temáticos, são eles: a ciência da arqueologia, que conta com uma escavação simulada (figura 37); a ocupação da Ásia a Xingó, representada por um conjunto de textos que remete aos processos migratórios e ao mapeamento dos sítios; a arte rupestre, apoiado por painéis fotográficos, textos e painel; os líticos, representados com material arqueológico, ilustrações, fotografias e textos; a cerâmica, resumida por textos, fotografias, artefatos e ilustrações; a fauna, visualizada por recursos de texto e cultura material; o cenário com maquete representando o cotidiano dos grupos que habitaram Xingó e texto explicativo e, por fim, enterramentos, representando a morte e a cultura espiritual em Xingó, por meio de textos, cenários, fotografias e cultura material pertinente.

É importante mencionar que a exposição de longa duração, inaugurada em 2000, passou por uma revitalização em 2005.

O MAX mantém, continuamente, em suas instalações em Xingó, a sua exposição de longa duração, aberta ao público em abril de 2000. Ainda em 2005, graças ao aporte adicional de recursos da Petrobrás, via Lei de Incentivo à Cultura, essa mostra será revitalizada para atender aos mais modernos princípios museográficos e se tornar ainda mais interativa com o público, sobretudo estudantes. Ela será acrescida, também, de uma réplica de escavação de um sítio arqueológico e de um sítio simulado para experiências educativas. (DINIZ, 2005, p.67)

¹²⁴ A denominação de Coordenador de Museologia altera-se no Regimento seguinte, passando a ser Coordenação de Exposições.

Figura 35: Réplica da escavação arqueológica.

Embora não tenhamos conseguido recuperar qualquer projeto que assinale para tais alterações, o Projeto Complementar ao Plano de Consolidação e Desenvolvimento¹²⁵ (2003) traça alguns dos elementos que comporiam a exposição em 2005. São eles: elaboração de banners com menos texto, mais ilustrações e legendas; definição de palavras-chave que contextualizem o material apresentado nas salas e, por fim, acentuação do cotidiano pré-histórico através da criação de pequenos cenários em tamanho natural, que complementam as maquetes – inserem-se manequins no cenário.

Apesar dessas reformulações, a proposta central da exposição permanece a mesma. De acordo com o documento Retratos de um Patrocínio, já referenciado, a exposição de longa duração tem como eixos centrais: a visualização de um projeto de pesquisa, através da divulgação do acervo e de informações referentes ao salvamento arqueológico atingidos pela construção da hidrelétrica de Xingó; a cultura material em termos processuais, em que é discutido expograficamente os “comportamentos e técnicas, a partir da confecção dos artefatos coletados” que, de alguma forma, simbolizam a humanização da exposição (figura 38) e a representação do cotidiano (figura 39), por meio de um museu “centrado no fenômeno

¹²⁵ Esse documento visa uma readequação dos valores e programas dispostos no Plano de Consolidação e Desenvolvimento (concebido em 2000) para aprovação da Petrobrás, seu principal patrocinador.

humano, enquanto existência”, procurando entendê-la para a sua reconstituição, aproximando a “tradição da modernidade”. (Retratos de um Patrocínio, 2006, p. 16-19)

Figura 36: Cenário com enfoque na produção humana.

Figura 37: Inserção do cotidiano no contexto museográfico.

Figura 38: Cenário de enterramento humano.

Figura 39: Cenário de enterramento humano.

Por intermédio da visualização da exposição, verificamos que a cultura material evidenciada por meio das escavações arqueológicas, e os respectivos programas de pesquisa realizados, encontram eco na disposição espacial e na temática da exposição. Mais do que enfocar no objeto único e raro, diversos são os métodos (discursivos e midiáticos) utilizados

para recuperar os *modus vivendi* daquela região, conectando o passado ao presente por meio de temas interconectados.

De algum modo, nossa leitura da exposição vai ao encontro da proposta estabelecida para a exposição, recortada por Bruno. A proposta denota forte preocupação em representar o “Homem de Xingó”, por intermédio da musealização dos vestígios da cultura material. Na Proposta Museológica Museu de Arqueologia de Xingó (1997), Bruno dimensiona o eixo central da exposição ao representar as sociedades que ocuparam a região, assim como ratifica a conexão entre pesquisa e extroversão quando sintetiza a função do museu:

Salvaguardar os vestígios provenientes das pesquisas realizadas na região e a respectiva documentação primária; como também para comunicar os resultados dos estudos e as interpretações sobre as sociedades pré-coloniais e coloniais que ocuparam este território. (BRUNO, 1997, p.6)

Como resultado desse estudo, a exposição de longa duração foi concebida com a proposta de oito eixos temáticos, que partem de três principais elementos: o trabalho do arqueólogo, com representações dos seus métodos de trabalho; as evidências da cultura material, enfatizando a dimensão tipológica da cultura material (lítico, cerâmica e restos faunísticos) (figuras 42 e 43) e a “Arqueologia da Morte” (figuras 40 e 41), em que são representados os sepultamentos.

Figura 40: Representações tipológicas – cerâmica.

Figura 41: Representações tipológicas – líticos.

Em termos do uso de suportes expositivos (desenhos, cenários, maquetes, intervenções artísticas atuais e diálogo com o exterior do prédio), verificamos que estes esmaecem a conotação de “objeto-testemunho” – aquele objeto frio e descontextualizado – sugerindo uma ideia de cultura material “humanizada”, trazendo à tona os processos sociais por detrás dos objetos. Todos os recursos e a própria linguagem utilizada dão um caráter fluido e acessível ao discurso museológico, denotando uma tradução eficaz da informação – de um discurso científico e “duro” a uma linguagem palatável ao público não especialista. O resultado dessa proposta pode ser resumido nas palavras de Diniz, ao relacionar a proposta arquitetônica e museal nos primeiros momentos institucionais:

o moderno prédio da Unidade de Exposições do MAX, situado em meio à ressequida vegetação da caatinga, conta com obras de artistas sergipanos modernos, que fazem uma leitura pessoal dos vestígios encontrados. [...] **O acervo disposto nas vitrinas é bastante selecionado, e os ‘banners’, apresentados com fotografias, gráficos e diagramas, têm texto adaptado para um público variado, inclusive alunos do ensino fundamental.** Toda visitação é acompanhada por monitores que apenas se colocam à disposição para responder a questões ou para explicar o material exposto. (DINIZ, 2005, p.66. Grifo nosso)

Além da exposição de longa duração, que entendemos como o carro-chefe do Museu, houve outras metodologias de extroversão de igual relevância para a externalização da

informação, nomeadamente as exposições temporária e itinerante.¹²⁶ A seguir, enumeraremos as principais iniciativas nesse contexto.

A primeira fase institucional, representada pelo grande fluxo de incentivo financeiro, teve um amplo repertório de exposições de curta duração. De acordo com o relatório institucional anteriormente citado, desde o advento do MAX, houve o estímulo de criar exposições que cumprissem os seguintes objetivos: imprimir um cunho didático-pedagógico ao conhecimento arqueológico resultante das pesquisas levadas a efeito pelo MAX; valorizar a cultura regional e local, oportunizando a essas comunidades se reconhecerem como parte do processo histórico e cultural do espaço onde vivem e estabelecer uma articulação institucional com outras instituições museais. Concordamos com o relatório quando este relata que as exposições de curta duração contribuíram¹²⁷ de forma relevante para a difusão do conhecimento arqueológico e antropológico, extrapolando os muros do MAX.

Fruto dessa política institucional, diversas foram as exposições de curta duração e itinerantes promovidas pelo MAX, entre 2000 e 2005. Apenas a título de enumeração, são elas: “A Cultura do Barro: mãos que trabalham”, “Entremontes, entre linhas, entremeando histórias”, “Cavallhada: Tradição Ibérica em Poço Redondo”, “Paleopatologias Humanas – as doenças do passado”, “Marcas do passado, vivência no presente”, “O Universo simbólico do Véio”, “A revolta da Vacina: da varíola às campanhas de imunização”, “Na dinâmica do tempo, os caminhos para o futuro” e “Grafiteiros de ontem: registros rupestres em Xingó”.

Essa gama extensa de exposições e de temáticas indica que há um notável movimento de extroversão de informação não apenas “arqueológico”, mas que, especialmente, tende a incorporar o cotidiano e a regionalidade em suas ações museológicas. Além disso, o fato de muitas dessas exposições terem sido montadas fora da unidade expositiva do MAX indica que a abrangência da apropriação pública da informação não se limita ao espaço físico de Xingó. Em nosso parecer, a dilatação das ações para fora dos muros do Museu pode ser encarada com um relevante fator de dinamização dos fluxos de informação.

¹²⁶ É importante salientar que a primeira fase do Museu, durante a vigência do patrocínio externo, teve um relevante repertório de publicações e eventos científicos que deram conta da divulgação científica, dentre eles a Revista Canindé (anualmente) e os Workshops. Todos esses elementos formataram um consistente de mídia de externalização, sobretudo, acadêmica. Para os fins dessa pesquisa, daremos ênfase às exposições museológicas, por terem um caráter mais abrangente de público e por representarem a maior janela que se abre para a sociedade.

¹²⁷ Utilizamos aqui os verbos no passado em razão de as mesmas exposições estarem hoje inoperantes ou estagnadas. A ausência de patrocínios que marcou a segunda gestão e o esvaziamento do corpo funcional impossibilitou a continuidade dessas ações.

Além do dinamismo das exposições de curta duração, foi implementada pelo MAX uma exposição itinerante chamada “Xingó, 9.000 anos de ocupação humana”.¹²⁸ Já no Plano de Consolidação e Desenvolvimento estava presente a concepção da mencionada exposição. Segundo esse documento,

o MAX deverá construir um espaço modulado, passível de deslocamento por via terrestre, para montagem de uma exposição de curta duração em diversos pontos do Estado e do país. O módulo deverá contar com expositores e textos que tratem da instalação do Museu, da ocupação de Xingó, da arte-rupestre, da cerâmica, do material lítico e dos enterramentos, além de televisão, vídeo-cassete e micro-computador para apresentação de material apropriado. (Plano de Consolidação e Desenvolvimento, [2000?], p.22)

De acordo com o documento Retratos de um Patrocínio, até 2006 essa exposição foi montada em quinze diferentes lugares, em oito diferentes Estados, atingindo mais de quarenta mil pessoas. Se somarmos o quantitativo de público presencial na unidade expositiva (em Xingó) e as pessoas que tiveram acesso ao museu itinerante e às exposições de curta duração externas à sede, soma-se um número extremamente significativo de pessoas atingidas pelas estratégias comunicativas promovidas pelo MAX. Por essa via, ratificamos o potencial de externalização do fluxo de informação pelo Museu, além da honrosa capacidade de espriar o potencial comunicativo via itinerância e ações extramuros na primeira fase institucional.¹²⁹

Toda essa efervescência nas exposições, na primeira fase institucional, rendeu ao MAX uma expressiva visitação (quadro 2), sobretudo composta de turistas e de pessoas do entorno de Canindé. Pelas palavras de Diniz,

as exposições de longa e curta duração têm viabilizado uma expressiva visitação à unidade museológica, localizada em Xingó, evidenciando a interação do Museu ao pacote turístico local. No total de visitantes registrados, é importante salientar três fatos: o número de visitantes dos quatro Estados do entorno de Xingó (Sergipe, Alagoas, Bahia e Pernambuco), que constitui maioria substantiva dos visitantes; segundo, a presença marcante de caravanas escolares de ensino fundamental e médio, efeito, em parte, do atuante projeto de Ação Educativa do Museu; terceiro, o número estável e até crescente de visitantes nos últimos anos, mostrando que o interesse pelo museu continua crescente. (DINIZ, 2005, p.68)

¹²⁸ É interessante mencionar que o autor da pesquisa foi um dos monitores dessa exposição quando da passagem desta pelo Museu Nacional/UFRJ. Nesse contexto, em 2002, éramos estudante de graduação em Museologia. Do ponto de vista pessoal, vislumbramos um forte interesse do público pela exposição.

¹²⁹ Novamente nos referimos à primeira fase institucional pelo fato de a exposição itinerante estar sem uso, embora ainda esteja acondicionada em “cases” na administração do Museu, em Laranjeiras. O diretor atual alega que a logística para o transporte ficou muito custosa frente à instabilidade financeira que o MAX se encontra atualmente. Por outro lado, cabe salientar que o Museu continua com uma expressiva visitação anual, mantendo o seu potencial comunicativo.

Quadro 2: Número de visitantes de 2001 a 2011. Informações cedidas pelo MAX.

VISITAÇÃO MAX – 2001/2011	
ANO	VISITANTES
2001	4.733
2002	11.250
2003	14.826
2004	12.654
2005	14.312
2006	20.552
2007	19.721
2008	20.480
2009	26.122
2010	29.316
2011	30.639
Total	204.602

O momento de ruptura institucional, a partir de 2008, por óbvio, reverbera integralmente nas exposições museológicas. No tocante às exposições de longa duração, estas permanecem inalteradas desde 2005, apontando para uma defasagem informacional frente ao movimento de pesquisa sobre a região. Apesar de a pesquisa, como já apontado, estar em ritmo lento, muitos trabalhos já foram realizados por pesquisadores externos, com base nas coleções do Museu, enfocando a ocupação humana na região. Por esse viés, acreditamos que há uma forte arritmia no fluxo de informação, visto que a produção de conhecimento, mesmo baixa, não encontra um fluxo compatível de externalização, ficando represada nos encadeamentos anteriores. Curiosamente, com base no quadro disposto acima, a visitação do Museu em Canindé continua em uma crescente, alheio aos problemas institucionais vigentes.

A exposição itinerante, que foi um grande catalizador de extroversão – potencializado pela sua capacidade de transitar em longas distâncias –, por sua vez, está inativa desde 2008 em razão dos cortes de verbas e pela falta de logística para seu trânsito. No mesmo sentido da exposição itinerante, as exposições temporárias tiveram uma expressiva atividade durante a vigência do patrocínio, declinando enfaticamente na segunda fase institucional. A última exposição temporária (sobre a ferrovia na Cidade de Piranhas), a título de exemplo,

permaneceu inalterada de 2008 até 2012.¹³⁰ Tendo, portanto, cinco anos sem qualquer alternância. Em última análise, as exposições temporárias e a exposição itinerante, que serviriam para dar dinâmica aos fluxos informacionais, estão subutilizadas em razão dessa queda institucional, gerando, dessa maneira, um forte obstáculo ao dinamismo dos fluxos de informação.

Análise prévia:

- As exposições museológicas concebidas pelo MAX configuram um forte trunfo institucional. Com a utilização de diversos recursos expográficos e linguagem acessível, o discurso museológico atinge um público sobremaneira amplo e diversificado;
- O que entendemos como tradução da informação – a transposição de uma linguagem científica e hermética em uma linguagem palatável – é efetivada plenamente. Nesse contexto, os monitores também são agentes de tradução, na medida em que adéquam a linguagem para públicos específicos que atendem o Museu;
- Desde o seu programa inicial, há uma perspectiva bastante clara de manter o fluxo de informação entre a produção do conhecimento e a apropriação pública, mantendo um ritmo otimizado no primeiro momento institucional;
- Outro ponto positivo continua sendo a visitação expressiva da exposição, mantendo a sua relevância como principal instrumento de extroversão da informação;
- Por outro lado, a ruptura institucional ocasionada pela ausência de patrocínios externos, como o da Petrobrás, guia o Museu a uma situação crítica em que a instituição não possui subsídios para “alimentar” a exposição com novas informações, mesmo porque a pesquisa permanece estagnada em certa medida;
- As exposições de curta duração e itinerantes estão estacionadas, ou mesmo inoperantes, incidindo diretamente na vitalidade das informações divulgadas; sendo, assim, mais um fator de obstrução do fluxo informacional, nomeadamente nessa segunda fase institucional;
- Em termos de temporalidade da exposição, notamos que essa esfera permanece praticamente inalterada desde a sua inauguração, levando a uma defasagem informacional. Por esse ângulo, entendemos esse fator como um obstáculo circunstancial de fluxo de informação;

¹³⁰ Essa exposição foi substituída recentemente por uma exposição de fotografias.

- O fato de o Museu não possuir um setor de museologia forte, reforçado pelo organograma, pela carência de equipe e pela ausência de museólogos em seu corpo técnico, reflete diretamente na proposição de novas exposições e na atualização da existente.

2.2.6 *Ações Educativas: coletando evidências*

Analisar as ações educativas do MAX significa esquadriñar quais são as estratégias utilizadas para se comunicar com o público em conjunção com as exposições museológicas – como vimos, os dois maiores canais de comunicação de um sistema de informação. Em um primeiro momento, prospectaremos os documentos fundamentais da instituição (Regimento e Plano de Consolidação e Desenvolvimento¹³¹) a fim de verificar como essas ações são encaradas no interior do Museu, se estão no cerne das propostas comunicativas ou se apenas as tangenciam. Entendendo que o Museu tem um marco transitório bastante acentuado,¹³² verificaremos, também, como as propostas educativas são mantidas na segunda fase institucional, sobretudo em termos de abrangência das ações e as metodologias utilizadas. Também interessa-nos compreender como se dá o encadeamento dos fluxos de informação entre a produção do conhecimento (pesquisa arqueológica) e os processos de externalização – processos de tradução da informação.

No que se refere ao primeiro Regimento,¹³³ dentre outros aspectos, o MAX tem como finalidades “divulgar na comunidade científica os resultados dos levantamentos e pesquisas realizadas” e “manter em suas dependências, em Xingó, laboratório de pesquisa aberto a estudiosos da área de arqueologia e à comunidade universitária, bem como área de exposição aberta à visitação pública, contribuindo, assim, para a difusão do conhecimento arqueológico e de áreas afins”. Verificamos, através desse documento norteador, algumas informações contundentes: se por um lado o Regimento sinaliza uma efetiva proposta de externalização do

¹³¹ Conforme já referimos, embora o MAX não possua um Plano Museológico de fato, os documentos intitulados “Plano de Consolidação e Desenvolvimento” e “Plano Quinquenal de Desenvolvimento Estratégico” são aqui compreendidos como documentos norteadores, tais quais os Planos Museológicos.

¹³² Entendemos como marco transitório a mudança de diretor do Museu, que culmina com a descontinuidade do patrocínio da Petrobrás, que foi a principal mantenedora da instituição nos seus primeiros anos de vida institucional (2001/2008).

¹³³ Embora o primeiro Regimento tenha sido superado pelo segundo, de 2006, a leitura desse mostra-se relevante, pois denota os primeiros olhares institucionais para as suas ações museológicas. Funciona, a nosso ver, como a leitura de uma lente datada do primeiro momento institucional.

conhecimento produzido no Museu, por outro não indica, em seu cerne, uma proposta educativa em forma de coordenação ou programa de comunicação, restringindo-se à exposição e à divulgação científica entre pares (dentro da comunidade científica).

Seguindo o estudo desse documento, a fim de localizar a relevância das ações educativas no interior da instituição, verificamos as principais atribuições dos setores (Diretor, gerente de arqueologia, gerente de administração e finanças, coordenador de museologia e chefe de apoio operacional), com intuito de averiguar o “lugar” das ações educativas nesse documento. Desses setores, entendemos que a coordenação de museologia incorpora para si os aspectos comunicativos, embora limite-se somente aos aspectos expositivos: “coordenar a unidade museológica e sua exposição permanente e promover exposições especiais do MAX”; “disponibilizar material para exposições itinerantes e supervisionar sua instalação” e “desenvolver projetos na área museológica e promover intercâmbio com unidades congêneres”. Dessas atribuições, percebemos que apenas a última faria menção indireta aos projetos educativos. Nota-se também que, diferentemente do MASJ, o MAX não possui um setor de gerência ou coordenação específica para as ações educativas.

É apenas no segundo Regimento (2006), que o termo ação educativa é mencionado em um documento oficial. Verificamos a seguinte atribuição do coordenador de exposições¹³⁴: “desenvolver projetos museológicos de ação educativa no interior do Museu”. Dessa informação, podemos inferir que a ação educativa tem um fio condutor com a museologia visto que não há um setor ou coordenação específica para esse fim. Verificamos, também, que as ações educativas estão subdimensionadas em termos de políticas do Museu (tanto em termos da ausência de um programa continuado quanto na inexistência de uma coordenação específica) embora a prática nos mostre um terreno frutífero para as ações educativas, ao menos na primeira fase institucional. É importante mencionar que a ação educativa adentrou o Museu apenas em 2002, dois anos após a sua inauguração.

Em nossa segunda imersão de campo, conseguimos aferir os porquês das ações educativas não estarem plasmadas nos Regimentos, nomeadamente no primeiro deles. Ao conversarmos com o primeiro gestor do MAX, sobre tais ações, nos foi atestado que

¹³⁴ O termo Coordenador de Exposições entra, no segundo Regimento, em substituição ao que outrora fora nomeado Coordenador de Museologia. Essa mudança é um forte sintoma da limitação da museologia nas competências do MAX, visto que o profissional que assume esse encargo tem um forte limite em sua área de atuação. Em princípio, esse setor deveria incorporar tanto os aspectos voltados à salvaguarda (partilhada com a arqueologia) quanto os aspectos endereçados à comunicação. Além do mais, haveria a necessidade de subdividir a comunicação em duas frentes distintas: exposições e ação educativa, fato que não ocorre no Museu.

ela (a Ação Educativa) é um projeto, mas ele não está no Regimento do museu, **ele é um projeto de ação, não entra no Regimento, como os projetos de pesquisa não entram no Regimento também.** Aliás, no Regimento está bem claro que existe uma diferença entre atividade e projeto. Atividade é o que não poderia parar nunca; o resto é projeto, publicação, ação educativa, pesquisa, escavação de novos sítios, isso tudo é projeto. Mas sempre estava na cabeça da gente que a ação educativa era fundamental, para poder, digamos, materializar a função do museu. **E como o museu ‘tá longe de tudo, se você não forçasse a visita ao museu, você não teria visita.**¹³⁵ (Grifos nossos)

Desse depoimento, podemos cotejar duas informações relevantes ao nosso diagnóstico: a ação educativa como um projeto e a convergência entre as ações educativas e a atração de público. A primeira, como já mencionado, leva-nos a crer que a ação educativa não chega a ter a força política de uma coordenação, mesmo em termos de permanência das ações quanto em termos de formação de equipe. Esse indício se torna mais consistente quando verificamos que no Plano de Consolidação e Desenvolvimento não consta a necessidade de um educador ou um profissional que faça as atribuições deste. É somente no Regimento de 2006 que adentra, na tabela do corpo funcional, a demanda de um pedagogo. Tal indício nos leva a crer que a educação nasceu após a criação do MAX e, portanto, não esteve no cerne da concepção museológica. Além disso, por se tratar de um projeto e estar vinculado à direção, permanece vulnerável por estar fortemente centrado em uma protagonista das ações.

Sobre o segundo aspecto, que diz respeito à ação educativa como estratégia de acréscimo de visitação, pode-se verificar que a concepção desse projeto tem uma raiz fincada na captação de público em razão da distância da unidade expositiva dos grandes centros – de fato foi um grande catalizador de visitantes, gerando grande visibilidade para o MAX em sua primeira fase institucional. Com o decorrer do tempo, a ação educativa extrapola essa intenção inicial e ganha um consistente espaço nas ações do Museu, não apenas no contexto da comunicação.

Então a ação educativa “O Museu vai à Escola e a Escola vai ao Museu” foi um dos projetos mais bem-sucedidos do Museu. E graças a isso a gente teve uma frequência enorme no museu em Xingó. Eu fiz o levantamento dos museus universitários do nordeste e o MAX é o museu de Sergipe que tinha maior frequência na época. Então tinha um paradoxo: embora seja o mais distante é o que tem mais frequência, mas graças a ação educativa.¹³⁶

Em relação ao documento Retratos de um Patrocínio, é possível ter um panorama geral das atividades educativas desenvolvidas pelo MAX. O documento explicita que a ação

¹³⁵ Entrevista realizada, no dia 18 de setembro de 2012, com o Prof. Alexandre Diniz.

¹³⁶ Idem ao depoimento anterior.

educativa figura como um dos seus principais programas museológicos, nomeadamente o já referenciado Projeto **“O Museu vai à Escola, a Escola vai ao Museu”**; projeto esse que, segundo o mesmo documento, configura-se em ações desenvolvidas no interior do Museu, em Xingó. Especifica, também, que “a partir de 2002, por força de sua localização geográfica e das dificuldades de comunicação, o MAX redimensionou o seu projeto de ação educativa, também passando a atuar de forma intensiva no interior da escola.” (Relatos de um Patrocínio, 2005)

Deve-se mencionar que o fator geográfico, paradoxalmente, é um fator inibidor das ações, mas, nesse caso, funciona como um dinamizador do próprio projeto, na medida em que é criado e concebido a partir dessa contingência. Em linhas gerais, a distância entre Aracajú e o núcleo expositivo é compreendida como um fator decisivo na abrangência das ações museológicas, sobretudo se levarmos em conta os vetores de corpo técnico e logística – fator este que atravessa todos os procedimentos museológicos, principalmente na segunda fase do MAX., A geógrafa e pedagoga Maria Tereza Cruz esclarece sobre a concepção do projeto capitaneado por ela:

Nós pensamos que a distribuição dos livros nos colégios era pouco. A gente ficava na ação educativa em função dos quase duzentos quilômetros, de Aracajú para lá. **Levar os alunos era uma dificuldade, então nós começamos o ‘Projeto Museu vai à escola, a Escola vai ao Museu’.** Qual era então a nossa intenção? De levar o Projeto para a escola e a escola, dentro de suas condições, levar seu aluno ao Museu. Foi com essa base que nós criamos esse projeto, com vários sub projetos. Na época nós contávamos com toda a estrutura do Museu.¹³⁷ (Grifo nosso)

Esse Projeto Educativo estabeleceu-se em duas frentes de ação (Cruz, 2004, p.25):

- No interior da escola, há uma atuação direta com o professor que cria espaços para que se possa contribuir na formação do educando, através da reflexão e análise dos conteúdos sobre seus antepassados, suas características e traços culturais, numa relação com o contemporâneo, saberes e fazeres do ontem e do hoje;
- No espaço museal, em Xingó, a partir de visitas monitoradas de professores e alunos, há uma relação mais próxima com os resultados das pesquisas arqueológicas e com o acervo e suas mensagens expositivas, não apenas no sentido da mera visitação, mas como instrumento

¹³⁷ Entrevista realizada com a Prof.^a Maria Tereza Cruz, em 17 de setembro de 2012. Cruz concebeu e coordenou primeiro Projeto Educativo no MAX.

didático fundamental à aprendizagem, que se configura como espaço de inversão e de inovação e de busca de novos conhecimentos.

Como principais objetivos, o Projeto relaciona: desenvolver um projeto de ação educativa tomando como referencial os conteúdos da pré-história sergipana e a perspectiva pedagógica da escola; discutir o caráter formativo dos conteúdos da pré-história sergipana no contexto da educação patrimonial; socializar o conhecimento resultante das pesquisas arqueológicas e avaliar as atividades à luz da relação MAX-escola-sociedade. Há, também, os desdobramentos desse Programa em três frentes de ação que têm como ênfase: a busca de uma nova mentalidade acerca dos conteúdos que emanam do acervo do MAX e de suas pesquisas; um trabalho pedagógico que estimule a intercomunicação entre os vários atores envolvidos nas atividades e a construção de um espaço interdisciplinar que transcenda a singularidade de cada um dos participantes, em duas disciplinas de ensino e estudo, possibilitando uma aproximação dos campos de estudo na instituição escolar ou fora dela.

É de fundamental relevância mencionar que esse projeto foi de grande sucesso durante a sua vigência (que engloba praticamente toda a primeira gestão), período o qual teve notável apoio da Petrobrás. Podemos afirmar que as ações educativas, em comunhão com as exposições, foram determinantes para a projeção do MAX em nível regional e nacional. Vale ressaltar, nesse contexto, que o Projeto “Museu vai à Escola, A Escola vai ao Museu” recebeu, em 2003, o Prêmio Loreiro Fernandes concedido pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), na categoria “Ação Educativa”.

Com base nos dados levantados, podemos inferir que o projeto é concebido pelo protagonismo de Tereza, porém segue institucionalmente separado, em termos de projeto político, nos documentos norteadores institucionais, distanciado politicamente dos demais encadeamentos.¹³⁸ Tal fator pode ser um indicativo de obstrução da regularidade do fluxo de informação, pois, na medida em que tal regularidade é centrada em um profissional e não em uma política em longo prazo, a ação educativa pode sofrer com instabilidades institucionais – tal como ocorreu no segundo momento do Museu. Por outro lado, ao analisarmos o Projeto, verificamos o entendimento que os processos comunicativos são “alimentados” pelas pesquisas sobre as coleções do Museu, ao contrário da perspectiva de centrar as estratégias de comunicação e de informação arqueológicas desconectadas dos mecanismos de produção do insumo informacional. Segundo Cruz,

¹³⁸ Vale ressaltar que, no entanto, o referido projeto está no cerne das ações museológicas do MAX, sobretudo na primeira fase.

a pesquisa era o que nos alimentava; tudo o que nós fazíamos era fruto exatamente do que era desenvolvido pela pesquisa. Então tudo o que a gente mostrava pro aluno, desde o começo – como era a pesquisa, como se fazia – o aluno via todos os passos. Eu colocava a parte didática, mas a parte do conhecimento eu preferia muito mais que o arqueólogo ou o pessoal da pesquisa trabalhasse mais com o aluno. Claro que eu ficava a trás me preocupando com a parte pedagógica.¹³⁹

Infere-se, também, outro fator fundamental para a nossa análise: a abrangência do público contemplado pelas ações. A leitura do projeto nos indica claramente que a educação formal é o principal pilar das ações educativas. Embora seja louvável destinar as ações às escolas públicas e privadas, entendemos que, somente com esse foco, subdimensionam-se outras possibilidades de públicos que possam dialogar com o MAX. Por esse entendimento, consideramos que o escoamento dos fluxos informacionais fica limitado frente às amplas possibilidades de difusão.

Em consequência desse projeto, foram criados outros mecanismos de comunicação, como a “Cartilha do MAX – Xingó, uma aventura arqueológica no sertão” e o material didático “A Pré-História Sergipana”, que enfocava o ensino médio. Como resultado dessas ações, o Projeto recebeu o Prêmio Loureiro Fernandes, concedido pela Sociedade de Arqueologia Brasileira. Embora esses também sejam meios de externalização da informação, para os fins desse trabalho consideraremos como público das ações educativas aqueles que interagem com o universo presencial do MAX.

Foi concebida, também no primeiro momento institucional, a proposta de “Semana Pedagógica” que trabalha também com o ensino formal. Essa proposta agrega três diferentes momentos: a sensibilização com os professores, a vivência com alunos e professores e a culminância, para todos os envolvidos. A atividade lança mão de *banners*, de réplica de esqueletos humanos, de material lítico e de cerâmica, além de jogos educativos e oficinas pedagógicas (pintura, cerâmica, lítico, criação de textos e elaboração de pesquisas orientadas pelo professor). Ainda de acordo com o relatório, a Semana Pedagógica atingiu mais de 50 unidades de ensino, entre médio e fundamental, totalizando o número de dois mil e quinhentos professores e de vinte mil alunos. Sobre área de atuação, enfocou, sobretudo, o município de Aracaju assim como Capela, Rosário do Catete, Lagarto, Carmópolis, Canindé de São Francisco, Itabaiana e Estância. (Relatos de um Patrocínio, 2005)

Somado a esse subprojeto, existiam ainda as visitas programadas de docentes ao MAX, as férias Arqueológicas em Xingó e o MAX e a inclusão social. Respectivamente,

¹³⁹ Idem à entrevista anterior.

esses projetos atendem aos professores do ensino médio e fundamental (incluindo a visitação das exposições e dos bastidores do Museu – laboratórios e visitas aos sítios); aos estudantes de graduação da Universidade Federal de Sergipe e de outras IFES (incluindo, também, a vivência do aluno em campo e laboratório) e, por fim, a terceira idade, que tem como mote a realização oficinas pedagógicas sobre os saberes e fazeres dos grupos pré-históricos de Xingó.

O cenário de forte representatividade do Projeto na sociedade entrou em declínio a partir da não renovação do patrocínio com a Petrobrás. Antes mesmo de 2008, ainda com os resquícios dos investimentos do patrocinador, as ações educativas começaram a sofrer com a falta de recursos. De acordo com Cruz,

nós ganhamos um prêmio, em nível nacional. Agora, em 2006, quando nós saímos, lamentavelmente o museu já estava com poucos recursos, porque a Petrobras não renovou mais. Então de fato foi uma pena. Depois que eu saí ficou uma professora continuando o trabalho. Lamentavelmente a perda do recurso era muito importante para que as atividades fossem desenvolvidas, até mesmo porque não se pode fazer nada sem recurso.¹⁴⁰

Após a saída de Cruz da liderança do projeto, outra profissional o levou à frente, porém em um fluxo bastante reduzido. Sobre o período em que a nova profissional passou a atuar, tivemos muito pouca informação,¹⁴¹ dificultando, portanto, o mapeamento das ações.

Atualmente, como já mencionado no tópico relativo ao corpo teórico, o MAX conta com uma nova profissional para redimensionar as ações educativas. Os projetos referentes à educação ainda estão em fase embrionária, sem haver projetos formalizados ou qualquer outro documento passível de análise. Em linhas gerais, a partir do diálogo com a pedagoga Geovânia Carvalho Xavier, pudemos vislumbrar uma série de propostas educativas em parceria com outras unidades da UFS. De acordo com esta profissional, já foi realizado, em uma escola particular, um projeto piloto bem sucedido.

Conforme abordamos nos tópicos anteriores, a segunda fase institucional pesa fortemente em toda a dinâmica de musealização, freando os fluxos informacionais que outrora eram robustos. A ação educativa não poderia ser diferente, sobretudo pelas demandas de corpo funcional e de verba a serem executadas. Da mesma forma, no momento em que as parcerias (leia-se: CHESF e Prefeitura de Canindé) institucionais se esmaecem, a

¹⁴⁰ Entrevista realizada, no dia 17 de setembro de 2012, com Maria Tereza.

¹⁴¹ Em termos documentais, não encontramos, durante a nossa pesquisa de campo, nenhum relatório em que constassem quais ações foram promovidas, nem mesmo quantitativamente. Apesar de termos realizado uma entrevista com a mesma no primeiro campo, a profissional desautorizou a gravação para coleta de dados para a pesquisa. Desse modo, preferimos não salientar qualquer informação a esse respeito.

potencialidade do MAX em termos de ações regionais perde sua força. Em conversa, Nascimento dimensiona a perda da abrangência regional das suas ações nessa segunda fase do Museu:

Diego, nós marcamos reuniões, fomos à secretaria, fizemos uma agenda de visitação dessas escolas do município de Canindé até o MAX, mas a Prefeitura de Canindé e a secretaria de educação nos informam existe um impedimento que é gravíssimo lá: a questão do veículo. Não existe transporte suficiente que faça com que esses alunos cheguem até o MAX. Eu tenho três escolas que visitam a gente o ano inteiro, porque o professor, os diretores usam estratégias para que esses alunos cheguem até lá inclusive pagando carro de fora do município, mas em geral, as escolas não visitam. A comunidade não conhece o MAX. Primeiro por que o Museu está fora da sede municipal e segundo que não há um estímulo por conta do município.

Em linhas gerais, embora haja, no cenário atual, um forte obstáculo no fluxo de informação que parte do MAX para a sociedade, vislumbramos que o Museu tem uma substancial oportunidade de buscar apoios institucionais com outras unidades da UFS (como já vem sendo feito), assim como recuperar aquelas parcerias institucionais em forma de convênios sólidos e duradouros. Ademais, discentes dos cursos de museologia, arqueologia e pedagogia da própria Universidade podem ser fortes colaboradores nas ações propostas a partir de 2012.

Análises prévias:

- As ações educativas tiveram um valor comunicativo determinante, na primeira fase institucional, com significativa atuação nas cercanias do Museu, em Sergipe e, inclusive, nos Estados vizinhos;
- Apesar de ocupar um espaço privilegiado no Museu, não encontramos o seu “lugar” no interior dos instrumentos reguladores da instituição, levando a crer que há um programa de ações educativas desconectado politicamente dos demais encadeamentos museológicos;
- Foi uma relevante fonte de visibilidade na primeira fase, porém perde força na segunda fase em razão de problemas financeiros, logísticos e de corpo funcional;
- Abrangência limitada das ações, em termos de diversidade de público. Verificamos que o grande enfoque das ações educativas está condicionado ao público escolar, sobrepujando outras camadas da sociedade que poderiam estreitar o diálogo com o Museu, sobretudo em Canindé e região;

- As ações educativas sofrem grande ruptura na segunda fase do Museu. Embora as ações educativas agreguem um valor fundamental às ações comunicativas, o seu potencial de crescimento é gravemente abreviado por limitadores orçamentários, logísticos e de funcionários;
- O Programa de ação educativa segue um caminho relativamente paralelo às demais coordenações, em razão do seu planejamento *a posteriori* do nascimento do Museu.

2.2.7 A retroalimentação do sistema de informação: coletando evidências

No tópico relativo aos processos de significação e uso da informação, o nosso objetivo repousa no diagnóstico dos mecanismos de avaliação propostos pelos Museus estudados. Interessa-nos, também, averiguar como o público está recebendo e se apropriando da informação divulgada pelo Museu, assim como verificar se o sistema está sendo retroalimentado, ou mesmo se existe na instituição uma cultura de avaliação. Priorizamos, no contexto do MAX, uma análise do livro de sugestões, visto que não encontramos no interior da instituição um método de avaliação qualitativa do público visitante. Nesse tópico, portanto, não lançamos mão de uma análise já realizada dos estudos de público (mesmo porque não há); realizamos, sim, um breve estudo sobre dados brutos que coletamos do livro de sugestões.¹⁴²

Em um primeiro momento, cumpre mencionar como os documentos primordiais refletem em uma possível cultura de avaliação. No que tange aos Regimentos, encontramos no primeiro, de 2000, poucas referências aos processos avaliativos. No décimo primeiro artigo, que versa sobre as competências do diretor, é mencionado que este deve “submeter à aprovação do Conselho Consultivo os balancetes semestrais do Museu” e “elaborar, em conjunto com os gerentes e encaminhar ao Conselho Consultivo, para apreciação, programa e Relatório Anual de Atividades e Prestação de Contas”. Dessas duas referências indiretas à

¹⁴² Fazer uma avaliação aprofundada do uso da informação pelo público demandaria, provavelmente, o mesmo tempo e energia para elaborar uma nova tese. Dessa forma, optamos por interpretar os resultados já disponibilizados pelo Museu, primordialmente o livro de sugestões. Esse livro de sugestões não chega a obedecer à historicidade do Museu no que se refere às duas grandes fases de funcionamento, entendido como as duas gestões do Museu. Por outro lado, podemos compreender como as pessoas deixaram, livremente, as suas impressões sobre o Museu.

avaliação, inferimos que tais relatórios e balancetes estão mais ligados à questão administrativa e burocrática do que aos aspectos ligados aos processos de retroalimentação dos conteúdos divulgados pelo Museu. No que tange ao papel do gerente de arqueologia e do coordenador de museologia, nenhuma referência à necessidade de avaliação de público. O mesmo cenário se repete no segundo Regimento, aprovado em 2006.

No Plano de Consolidação e Desenvolvimento, em que são dispostos os Programas do MAX, não há qualquer referência a uma política de estudo de público nos objetivos do Programa I (exposições itinerantes, de curta duração e atividades culturais paralelas). Já no Plano Quinquenal de Desenvolvimento Estratégico do MAX, verificamos uma menção ao processo de realimentação do sistema:

Os trabalhos desenvolvidos pelo Museu se enquadram em três grandes categorias: as exposições, as pesquisas e os projetos de integração com a comunidade. A grande maioria das ações já está prevista no Plano de Consolidação e Desenvolvimento, mas algumas foram interrompidas ou geradas no decorrer do processo de ‘construção’ do Museu, **numa perspectiva de aprendizagem contínua à base dos feedbacks emanados da sua clientela, da comunidade científica e dos patrocinadores.** (Plano Quinquenal de Desenvolvimento Estratégico do MAX, 2005, p.8, Grifo nosso)

Em relação ao Plano Complementar do Plano de Consolidação e Desenvolvimento (2003) é destacada a seguinte passagem sobre a exposição de longa duração: “a apresentação de todo o material, considerada de muito bom nível por todos os visitantes, pode ser hoje substancialmente melhorada em três pontos”.

Compilados os dados coletados até o momento, é possível traçar algumas linhas gerais. Consideramos que o Museu não possui o que chamamos de uma cultura de avaliação – referimo-nos àquela coletada do público, que redimensiona dos fluxos de informação. Essa afirmativa é justificada com a ausência de um programa ou de um projeto que verse sobre os processos de retroalimentação do sistema, dispondo de métodos e planejamentos, em forma de uma política institucional. Verificamos, nos documentos anteriormente citados, notadamente nos Planos de Consolidação e Desenvolvimento, que dispositivos de avaliação foram utilizados para reformatar algumas ações, embora não tenhamos conseguido localizar quais foram os instrumentos utilizados, em termos de documentação primária.

Em nossas investidas de campo, verificamos que o Museu possui hoje uma avaliação de público voltada para as ações educativas e aos agendamentos programados. Averiguamos, também, que o teor dessas avaliações limita-se aos aspectos quantitativos. O único instrumento de avaliação disponível e disponibilizado para o pesquisador é o “Cadastro da

Instituição de Ensino”, no qual constam os seguintes campos: nome da instituição de ensino, Cidade, Estado, número de alunos, número de professores, série, endereço, área do conhecimento do professor responsável pela visita; se a instituição é pública ou privada; a forma como ficou sabendo do Museu; objetivo da visita; transporte utilizado e avaliação (de zero a dez) dos monitores, da exposição do material, da recepção, do material de divulgação recebido e clareza dos textos e, por fim, sugestões (o único campo aberto).

Dessa avaliação, corroboramos a nossa afirmação de que o maior enfoque do estudo do público é a quantificação dos dados coletados vinculado aos visitantes, que integram os projetos educativos. Por essa ótica, consideramos tal cadastro insuficiente para localizar os ruídos informacionais no interior do MAX e, portanto, com reduzido potencial de redimensionar os fluxos de informação nessa segunda fase institucional. Embora tais aspectos tenham primordial relevância para compreender o público que ingressa no interior do Museu, diversos outros aspectos – que envolvem o uso da informação ou mesmo ruídos informacionais na exposição – ficam suprimidos na leitura dos dados. Ademais, não encontramos nos arquivos do MAX nenhuma tabulação do único campo aberto, referente às sugestões do público.

Em entrevista sobre a avaliação, o primeiro gestor do MAX afirma:

Você tem, em diversas oportunidades, estudos sobre o museu, frequência, procedência... Eu fiz um estudo de procedência dos estudantes ao museu, de que nível, sobre os coordenadores, etc. Para quem visitava o Museu tinha uma fixa para preencher e tinha todo o registro da escola no museu, o numero de alunos, procedência, uma serie de coisas, para ver o acompanhamento das visitas. Maria Tereza fazia uma série de avaliações das visitas.¹⁴³

Desse depoimento, podemos averiguar que a primeira fase institucional não difere muito da segunda fase em termos de avaliação de público. Conforme nos aponta o primeiro gestor, o maior enfoque da avaliação é dado aos estudantes e professores do ensino formal e focado nas ações educativas, capitaneado pela coordenadora das ações educativas, Maria Tereza Cruz. Por esse ângulo, diagnosticamos que, de modo geral, a abrangência das pessoas ouvidas é limitada aos colégios, principalmente, e permanecem pouco interpretados aqueles visitantes esporádicos ou com potencial de visita, mas que não adentram o Museu. Pode-se alegar que o público visitante é dedutível por aqueles que monitoram as exposições – colégios, turistas e outros –, mas não é possível afirmar quem são os públicos (e o não-público) com base em uma pesquisa sistemática.

¹⁴³ Entrevista realizada, em 18 de setembro de 2012, com o Prof. Alexandre Diniz.

Ao entrevistar Nascimento, sobre a avaliação qualitativa do público esporádico (não vinculado ao ensino formal), recebemos a seguinte resposta:

Não, necessariamente não. O que nós fazemos são relatórios administrativos de dados quantitativos. A gente nem sabe, por exemplo, das escolas que nos visitaram se ela é pública ou privada. Eu levanto, por exemplo, de todos os meses quais são do Estado, de Sergipe, da Federação, mas trabalhar nessa perspectiva do que compreende cada visitante no contexto macro a gente não faz. Mas aí eu vou até me defender: temos uma questão logística; de números insuficientes de pessoal, de equipamentos; e outros insumos que me permitam fazer esse levantamento mais detalhado desse perfil.

Nesse sentido, o MAX consegue reconhecer o perfil do público agendado, nomeadamente escolar, mas desconhece, de alguma forma, quem são aqueles moradores do entorno, inclusive de Canindé, que não estão acessando o Museu. Em nosso entendimento, o desconhecimento desse público gera uma fragilidade do processo de readequação de propostas comunicativas na medida em que o *feedback*, ou retroalimentação do sistema, dependeria diretamente das formas de apropriação do público com quem mantém contato ou, ainda, aquele público que tem o potencial de acesso, mas não interage com a instituição. Dessa forma, os fluxos de informação que retornariam ao Museu, reconfigurando todo o processo de musealização, representa um lapso em sua fluidez e vitalidade.

Para termos uma dimensão de escuta do público, efetuamos uma aferição do livro de sugestões. Metodologicamente, dividimos as 192 páginas de registros escritos em três grandes categorias: elogios, sugestões e críticas. Dentro dessas grandes categorias, subdividimo-las de acordo com a aparição/repetição de ocorrências terminológicas das frases, tais como: divulgação, qualidade dos espaços, setores expositivos, qualidade das informações, riqueza de acervo, etc.

Como resultado, obtivemos as seguintes observações:

Quadro 3: Quadro de elogios

Elogios	Número de Respostas:
Funcionários (Monitores, Recepção)	75
Organização	54
Exposição	36
Estrutura do museu	31
Preservação/Conservação	25

Quantidade de informações	19
Museu de qualidade	17
Acervo	12
Conhecimento adquirido	10
Comparado aos de 1º mundo	9
Educativo	8
Contribui para o crescimento da cultura	7
Didático	6
Museu criativo	5
Trabalho museológico	5
Fonte de conhecimento	4
Ideal de Museu	4
Surpresa no deserto/sertão/agreste	4
Empreendedorismo	2
Museu moderno	2
Acessibilidade	1
Local de memória	1
Manutenção	1
Valioso trabalho de pesquisa	1
Valor histórico	1
Total de elogios:	340

Graficamente, geramos a seguinte estatística:

Gráfico 1: Gráfico de elogios

Fazendo uma leitura preliminar dos elogios (quadro 3 e gráfico 1), compreendemos que o fator “humano” da exposição é um grande potencial dentro do setor expositivo. Muitos elogios foram dispensados à forma com a qual os monitores e outros profissionais tratam o público. A organização do Museu e a exposição também obtiveram boa parte dos elogios, sobretudo a qualidade e estética da exposição e a apresentação e uso dos espaços do Museu. Por diversas vezes tivemos dificuldades em diferenciar os comentários destinados à estrutura da exposição, já que muitas vezes se confundiam com a estrutura do próprio Museu. Nesse aspecto, podemos considerar a exposição museológica e as ações educativas como o grande trunfo do MAX.

No que se refere às críticas, temos a seguinte tabela:

Quadro 4: Quadro de críticas

Críticas	Número de Respostas:
Falta de papel higiênico nos banheiros	9
Funcionários (mal educados, ausência de guia)	7
Pouco tempo de visitação	2
Símbolo do museu (falta de representação)	1

Não aceitam cheques	1
Não há caixa eletrônico	1
Diminuir os preços da loja	1
Dificuldade na leitura dos painéis	1
Pouca variedade de produtos na loja	1
Pinturas rupestres difíceis de enxergar	1
Falta de água/bebedouros	1
Falta de divulgação	1
Falta de sinalização do museu	1
Tradução para outras línguas	1
Total de críticas:	29

Graficamente, geramos as seguintes estatísticas:

Gráfico 2: Gráfico de críticas.

Uma primeira leitura do quadro 4 e do gráfico 2 nos possibilita compreender que o quantitativo de críticas é consideravelmente menor que quantitativo de elogios, corroborando a ideia de que a exposição ocupa um lugar de destaque no Museu, muitas vezes se confundindo com o todo. Curiosamente, a maior parte das críticas foi destinada aos serviços prestados, como, por exemplo: falta de papel higiênico, caixa eletrônico, artigos da loja, falta

de água no bebedouro entre outros. Outro fator curioso deu-se pelo fato de o maior alvo de elogios também ser um dos maiores alvos de crítica.

Conversando com a profissional responsável pela museologia no Museu, pudemos ter uma visão mais clara dos porquês dessas críticas: segundo ela, poucas são as empresas de turismo que “vendem” o Museu em seus pacotes, muito porque as instituições não podem oferecer “benesses” aos guias, ao contrário do que fazem outros estabelecimentos turísticos. Quando o Museu é incluído no roteiro, os guias pressionam para que as visitas sejam feitas muito rapidamente, para que os demais pontos do roteiro, que geram algum tipo de benefício direto, sejam visitados. Ainda segundo a profissional, por essa razão, muitas vezes as visitas têm de ser apressadas e o andamento do conteúdo fica prejudicado, gerando, possivelmente, as críticas com relação aos monitores e ao tempo de visita.

Por último apresentamos as sugestões:

Quadro 5: Quadro de sugestões.

Sugestões	Número de Respostas:
Mais divulgação (escolas, estado, país, universidades, mídia)	30
Legendas, explicações e <i>folders</i> em outras línguas	11
Venda de produtos (livros, adesivos, canetas, viseiras, camisetas, cd's e materiais de vídeo)	9
Placa indicando o museu / Placa maior	7
Placa sinalizando o percurso até o museu	4
Água mineral / Bebedouro	4
Diminuir valor do ingresso/acesso livre para professores e estudantes de Museologia	4
Estimular a pesquisa / Estender a pesquisa aos demais estados	2
Acrescentar frase no cartão postal e carimbo com símbolo do museu.	2
Intercâmbios	2
Caixa eletrônico	2
Realizar exposição paleontológica	2
Melhorar sinalização	2

Mais informações na exposição	1
Mais acervo na exposição	1
Permitir fotografar sem flash	1
Proibir fotografias	1
Estimular a conservação	1
Desenvolver ações integradas e de parceria com empresas	1
Visitações mais longas (excursões)	1
Auditório	1
Conservação do cemitério	1
Divulgação do site	1
Melhorar figuras	1
Não criticar os patrocinadores	1
Avisos sobre funcionamento do museu	1
Exposições itinerantes	1
Mudar fonte da placa de saída	1
Acervo original na exposição	1
Ecoturismo	1
Incluir o museu no roteiro de agências de turismo	1
Mais fotografias	1
Lanchonete mais equipada (refrigerante <i>diet</i>)	1
Melhorar tratamento na recepção aos turistas	1
Sala de vídeo mostrando o processo de escavação	1
Utilizar som ambiente na exposição	1
Retirada dos degraus no auditório	1
Total de sugestões:	105

Graficamente, geramos a seguinte imagem:

Gráfico 3: Gráfico de sugestões.

Conforme podemos observar das sugestões (quadro 5 e gráfico 3), a maioria é destinada à melhoria da divulgação para que, desse modo, mais pessoas possam ter acesso ao conteúdo divulgado pelo Museu. Muitas dessas sugestões foram seguidas de elogios, gerando alguma dificuldade em separar o que entraria na categoria “elogio” ou “sugestão”. Em segundo lugar ficam as sugestões acerca da acessibilidade linguística em termos de tradução idiomática. Concordamos que um museu que possui uma parcela considerável de turistas tem a necessidade de avaliar a possibilidade de textos bilíngues, ao menos.

Análise prévia:

- A exposição museológica apresenta-se como um grande trunfo do MAX, facilitando a apreensão pública do conhecimento arqueológico;
- O fluxo da informação ganha uma dinâmica mais forte no elo final do processo de musealização, contrariando grande parte das realidades museológicas no Brasil;
- Os serviços prestados, apesar de aparentemente não ter relação com o processo de musealização, interferem no contato entre a fonte de informação (o Museu) e os receptores com que se mantém diálogo (o público).

CAPÍTULO 3 – O MUSEU ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI DE JOINVILLE

Seguindo a mesma estrutura argumentativa e narrativa do capítulo anterior, o presente capítulo se alicerça na investigação do nosso segundo objeto de pesquisa: o Museu de Arqueologia de Sambaqui de Joinville. Assim como foi feito ao analisar o Museu de Arqueologia de Xingó, em um primeiro momento, apresentaremos o Museu com base da leitura de bibliografia disponível, em forma de documentos secundários, representado o primeiro estrato de significação. Em seguida, evidenciaremos as camadas mais profundas, a partir de uma lente mais aproximada, fruto da investigação *in loco* em complemento de documentação primária disponibilizada na instituição.

3.1 PROSPECTANDO O NOSSO CAMPO: O MUSEU ARQUEOLÓGICO SAMBAQUI DE JOINVILLE

Conforme referenciado na metodologia, neste momento revelaremos os principais aspectos referentes ao histórico do MASJ, dando ênfase à sua inserção regional. Em analogia ao diagnóstico das ciências médicas, faremos o equivalente a uma leitura preliminar da “ficha do paciente” indicando aqueles elementos constitutivos do organismo, sem, no entanto, aprofundar em suas particularidades. Os dados coletados nesse momento, intencionam localizar o MASJ no tempo e no espaço, apontando para suas principais vocações preservacionistas e as suas fases institucionais.

De acordo com as informações disponíveis no sítio eletrônico do MASJ, o Museu foi criado em 1969, respaldado pelo Decreto-Lei número 1042, de 1969, para abrigar a coleção arqueológica do pesquisador amador Guilherme Tiburtius, coleção esta que foi comprada pela Prefeitura de Joinville em 1963. Segundo o sítio do Museu, a coleção de Tiburtius conta com mais de 12 mil peças, procedentes do litoral Norte de Santa Catarina e do Sul do Paraná, que

representam a cultura sambaquiiana.¹⁴⁴ Elizabete Tamanini desdobra as informações disponíveis no sítio com riqueza de detalhes em sua dissertação.¹⁴⁵

Segundo Tamanini, Tiburtius dedicou cerca de quarenta anos de sua vida coletando os objetos em sambaquis da região, cuja coleção formada está sob a salvaguarda do MASJ. A Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização, que à época tinha intenso protagonismo nas questões acerca da preservação do patrimônio da Cidade, conseguiu que o então Prefeito “dispensasse 20% do orçamento municipal para a compra da ‘Coleção Guilherme Tiburtius.’” (Tamanini, 1994, p. 88) O Decreto-Lei que institui o MASJ em 1969, em seu segundo artigo, reza que o Poder Executivo está autorizado a convencionar junto ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a aplicação da Lei 3924, de 1961, através do MASJ. Este fato é o primeiro indicador de sua vocação preservacionista em relação à preservação do patrimônio arqueológico.

Fazendo uma compilação dos dados levantados, gostaríamos de grifar três aspectos preliminares de grande relevância para o diagnóstico. O primeiro fundamental aspecto diz respeito à origem da coleção, fruto da compra de uma coleção arqueológica de um arqueólogo amador. Fugindo à lógica da formação de coleções por intermédio de pesquisa arqueológica “científica”, essa coleção é atribuída a um arqueólogo que não possui as credenciais da cientificidade. O segundo aspecto tem relação com a regionalidade e a tipologia do acervo. A coleção de Tiburtius, embora não tenha sido totalmente coletada em Joinville, tem uma forte vocação da arqueologia regional agregada em si; igualmente, tem um recorte patrimonial bem específico, voltado para a cultura sambaquiiana. O terceiro elemento, também crucial, diz respeito à associação com o IPHAN, por conseguinte as “jovens” leis que orientam a gestão do patrimônio arqueológico, desde a sua existência de direito – a inauguração de fato dar-se-á em 1972, com a abertura do Museu.

Antes mesmo da década de 70, dá-se início às primeiras tratativas para fins da construção do prédio que iria abrigar o Museu. O então Prefeito da Cidade de Joinville, ainda em 1969, contatou Renato Soeiro, Diretor do IPHAN, para ter assessoria sobre a construção do Museu. De acordo com Tamanini,

não houve em nenhum momento desinteresse ou descaso por parte do IPHAN em oferecer apoio à criação do MASJ. Sempre fomos bem aceitos. Dr. Renato Soeiro e o Dr. Alfredo Theodoro Russins (museólogo do IPHAN), viam o Projeto deste

¹⁴⁴ O sítio do Museu encontra-se no seguinte endereço eletrônico: <http://museusambaqui.blogspot.com.br/>

¹⁴⁵ Elizabete Tamanini foi funcionária do MASJ a partir de 1988 e hoje faz parte da Fundação Cultural de Joinville. Sua dissertação intitula-se “Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: um olhar necessário”.

Museu como uma experiência museológica inovadora para Joinville e para o Brasil, justamente porque estava se edificando um museu moderno, um museu didático. (TAMANINI, 1994, p.89)

O prédio do Museu foi então inaugurado em 1972 e contou com o protagonismo de Sabino Barroso, que pertencia à equipe de Oscar Niemayer em sua concepção arquitetônica. Em sintonia com este arquiteto, Theodoro Russins, museólogo do IPHAN, ficou responsável pela orientação técnico-científica do Museu. (Tamanini, 1994) A partir desses dados, podemos inferir mais uma questão fundamental: o Museu teve em sua origem uma forte propensão para fins museológicos. É possível afirmar que o MASJ teve pioneirismo em ser um museu cuja arquitetura foi pensada e implantada com a finalidade de atender às questões museológicas, fugindo da prevalência de museus que são alojados em prédios adaptados para tais finalidades. Na planta do Museu, estavam contemplados espaços dedicados, dentre outros, ao processamento (figura 44), à guarda (figura 45) e à comunicação (figuras 46 e 47).

Figura 42: Laboratório de Arqueologia. Acervo do MASJ.

Figura 43: Reserva técnica. Arquivo do MASJ.

Figura 44: Exposição. Acervo do MASJ.

Figura 45: Auditório sendo usado para ações educativas. Arquivo pessoal.

Flávia Antunes de Souza, em sua dissertação de mestrado, reforça tal pioneirismo em relação à arquitetura do MASJ:

Em 14 de outubro de 1972, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville foi aberto, em sua sede própria. Com projeto desenvolvido pela equipe de Sabino Barroso, arquiteto do IPHAN, o MASJ contava com duas salas de exposições, auditório, laboratório, reserva técnica, biblioteca e dependências para pesquisadores, apresentando à cidade uma proposta de museu ainda desconhecida, uma vez que esse foi o primeiro e, até hoje, o único prédio construído para abrigar um museu em Joinville. (SOUZA, 2007, p.20)

Ainda sobre os aspectos voltados à parte espacial do MASJ (figura 48), é importante indicar que o Museu está localizado em um espaço privilegiado do centro da cidade, próximo a relevantes equipamentos culturais e turísticos, tais como a Rua das Palmeiras, o Museu Nacional da Imigração e Colonização, ao Centreventos, o Mercado Público; no seu entorno possui uma ampla rede hoteleira, assim como tem fácil acesso em razão de uma extensa gama de possibilidade de transporte público. Igualmente, a Cidade de Joinville apresenta 42 sítios do tipo sambaqui dentro da malha urbana, criando um ambiente propício para a preservação do patrimônio, bem como a inserção do Museu na preservação *in situ*. Por outro lado, queda em frente ao Rio Cachoeira, gerando forte instabilidade das atividades do MASJ desde o primeiro ano de inauguração.

Em dezembro deste mesmo ano (1972) o Museu foi obrigado a paralisar seu atendimento. Pois, por duas vezes consecutivas, a Cidade foi atingida pelas enchentes. E o Museu, localizado em região de fácil acesso às águas em decorrência do nível do mar e a proximidade com o Rio Cachoeira, foi atingido pelas inundações. (TAMANINI, 1994, p.91)

Figura 46: Mapa da localização geográfica do MASJ.

Ainda em 1972 foi firmado um convênio entre a Prefeitura da Cidade e o IPHAN, reforçando a interconexão entre as duas entidades. De acordo com o disposto no convênio, dentre outros aspectos, ficou sobre o encargo do segundo órgão a elaboração do seu programa técnico-científico, a execução da planta arquitetônica e a concessão de verbas para o auxílio da edificação. Igualmente, o mesmo órgão teria ingerência direta na operação do Museu em forma de auxílio na orientação científica, técnica e cultural do MASJ, na mesma medida em que compartilham a responsabilidade sobre a fiscalização do patrimônio *in situ*. A associação com o IPHAN orienta o MASJ para a sua missão preservacionista, assim como dimensiona as suas ações junto ao patrimônio arqueológico da região.

Fica, outrossim, o Poder Executivo autorizado a convencionar com a Diretoria do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a aplicação da lei 3.924 de 28 de julho de 1961, na área deste Município, através do Museu Arqueológico de Sambaqui, ora criado. (Lei nº 1041, 1969)

Desse mesmo convênio, ficou sob o encargo da Prefeitura de Joinville a criação do quadro de funcionários, de sorte a manter o seu funcionamento e a sua vocação preservacionista. Por outro lado, os primeiros anos de funcionamento do Museu foram marcados pela escassez de funcionários em seu quadro. O gerenciamento do Museu, nos anos compreendidos entre 1973 a 1989, foi marcado pela coordenação de Afonso Imhof, sócio fundador da Sociedade Brasileira de Arqueologia (SAB). Nesses dezesseis anos, Imhof

manteve o Museu com um exíguo quantitativo de profissionais no quadro da instituição, mantendo um caráter mais administrativo do que científico.

Entretanto, frente aos recursos materiais e humanos da época, a instituição voltou-se para a preservação dos sambaquis mediante ações educativas, exposições e divulgação na imprensa, em detrimento da produção de conhecimento em Arqueologia. (BANDEIRA e ALVES, 2005, p.71)

Nessa perspectiva, o Museu tem em sua origem, mesmo em razão das contingências, uma forte inclinação para a comunicação, sobretudo em forma de ações educativas (figura 49). Desde os primeiros anos de fundação, o MASJ se esforça para manter uma relação com o público por intermédio das exposições e atuação extramuro, sobretudo nas cercanias dos sítios sambaquis preservados *in situ*. De acordo com Flávia de Souza, o MASJ inaugura um rompimento das práticas tradicionais de gerenciamento patrimonial quando extrapola a preservação *ex situ* e abre as suas portas para uma relação com as comunidades circunvizinhas aos sítios arqueológicos dando, dessa maneira, ao Museu “uma dimensão pública e política não experimentada anteriormente por nenhuma instituição museológica do município de Joinville.” (Souza, 2007, p.25)

Figura 47: Ações educativas no interior da exposição. Arquivo pessoal.

Somado às ações educativas promovidas pelo Museu, que se estendem desde a década de 70, foi somente na década de 80 que se inicia com mais ênfase a natureza científica do

Museu, por intermédio de pesquisas realizadas a partir de suas coleções e da solidificação das ações comunicativas. Segundo as fontes secundárias levantadas, no contexto da gestão de Imhof foram realizados diversos cursos e encontros científicos, aproximando o Museu da comunidade científica. Foi nesse contexto que diversos pesquisadores externos passaram a colaborar com o MASJ, sobretudo pesquisadores da Universidade de São Paulo. Especialmente o bioantropólogo Walter Neves, que estudou e organizou as coleções esqueléticas, e Bruno, que respaldou a criação da exposição temporária intitulada “Ossos para o Ofício”. (Gilbertoni Carneiro, 2009)

A década de 90 inaugura, em nosso entendimento, uma nova fase do MASJ. As duas primeiras décadas de “vida” do MASJ foram marcadas, essencialmente, pelas ações comunicativas (exposições, ações educativas, cursos, palestras, encontros científicos, dentre outros) enquanto a vocação para a pesquisa e a salvaguarda estavam ainda subdimensionadas no interior da instituição. Os desdobramentos das leis patrimoniais em torno da arqueologia e as demandas voltadas para a conservação dos acervos deram uma nova guinada na rota do MASJ. Nesse período, o Museu está vinculado ao projeto de Salvamento Arqueológico “Reurbanização e Preservação do Sambaqui Pinheiros II”, que envolveu, sobretudo, pesquisadores externos para a sua execução. Ainda na década de 90 foi promovida a reestruturação da exposição de longa duração “Pré-História Regional”, substituindo a antiga exposição “Coleção Guilherme Tiburtius” que vigorava até o momento.

Em meados da década de 90, especificamente em 1996, na gestão de Maria Cristina Alves, o Museu inicia a qualificação das atividades museológicas a partir da contratação de profissionais, via concurso público, que vão dar corpo ao quadro funcional permanente do Museu.¹⁴⁶ É nesse contexto que adentra o Museu a primeira arqueóloga do quadro, fortificando os aspectos voltados à pesquisa arqueológica. No mesmo movimento, entra como funcionária Adriana dos Santos, outrora estagiária, que cumpre a função da conservação dos acervos. Igualmente, o setor de ação educativa se fortalece com a entrada de Flávia Antunes de Souza e de Gerson Machado, todos ainda compõem o quadro funcional da instituição até o presente.

Dessa breve prospecção do MASJ, podemos sinalizar para o que entendemos como duas fases distintas que o Museu atravessou. A primeira fase compreende o período de 1972 a 1996, momento que caracteriza a vocação institucional voltada para as estratégias

¹⁴⁶ Outros profissionais também foram inseridos no quadro do Museu, porém, por diferentes motivos, não permaneceram no quadro.

comunicativas, sobretudo as ações educativas, no qual o quadro de funcionários ainda é enxuto e insuficiente para manter, autonomamente, as dinâmicas de pesquisa e salvaguarda do patrimônio *ex situ*. A segunda fase, que compreende o período de 1996 a 2011, é marcada como o instante em que o quadro de funcionários é configurado, dinamizando os procedimentos de pesquisa e salvaguarda das coleções confiadas ao Museu.

Atualmente, o MASJ encontra-se em um complexo processo de mudança. Entre a primeira (2010) e a segunda (2012) pesquisa de campo que realizamos, a instituição sofreu com mais uma enchente, em virtude da proximidade do Rio Cachoeira e, também, pela própria geografia da região. Nesse ínterim, o prédio que sediava o Museu foi interditado pela Vigilância Sanitária e a equipe ficou praticamente todo o primeiro semestre de 2012 com a exposição e a reserva técnica inacessível ao público e à equipe. Em junho deste ano, a equipe passou a ocupar temporariamente outro prédio, o Palacete Niemeyer – em forma de comodato entre a Prefeitura de Joinville e o Banco do Brasil –, onde atualmente a equipe desenvolve as atividades museológicas. Fruto dessa mudança, a antiga exposição “Pré-História Regional” foi desativada dando espaço para a nova exposição, intitulada “Acervos do Museu Sambaqui: coisas a olhar”, concebida integralmente pela equipe interna do Museu. Tais readequações institucionais ainda estão em processo, visto que algumas questões ainda não foram resolvidas; todo o acervo em reserva técnica permanece na antiga sede, sem possibilidades, até o momento, de ingressar no novo prédio.

Entendemos que esse turbulento processo de mudanças inaugura uma nova fase institucional, que ainda não está bem formatada. Por esse ângulo, ratifica-se o Museu enquanto processo, no qual os fluxos informacionais estão em plena reconfiguração. Para fins do nosso diagnóstico, enfocaremos as análises nas duas primeiras fases do MASJ; no que tange à terceira fase, encarregaremos-nos apenas de sinalizá-la no corpo do trabalho, visto a inexequibilidade de trabalhá-la em profundidade em razão das limitações temporais da pesquisa.

3.2 A APLICAÇÃO DO MÉTODO

Seguindo a mesma lógica empreendida no MAX, na qual prospectamos o nosso objeto, via documentos secundários, apresentaremos agora uma leitura internalista do nosso

campo, inserindo novas camadas de significação, a partir da nossa experiência de campo e da leitura dos documentos primários.

3.2.1 *Significação e aquisição do registro arqueológico: coletando evidências*

A fim de esquadriñar os mecanismos de significação e aquisição de coleções no MASJ, faz-se necessário focar a nossa análise em dois aspectos fundamentais, quais sejam: o entendimento das questões políticas e legislativas que impulsionam a pesquisa de campo e o mapeamento das principais formas de incorporação de acervo. Em síntese, significa lançar a seguinte pergunta: quais são os porquês de pesquisa e coleta de campo? Desse ponto de partida, podemos avaliar melhor não só as formas de aquisição de cultura material no Museu, mas também dimensionar se o fluxo de incorporação de acervos, nesse componente de “entrada”, representa um possível obstáculo para um fluxo otimizado de informação nos componentes subsequentes (salvaguarda e comunicação).

No que se refere ao primeiro aspecto, é interessante apontar para uma intrínseca relação que o Museu possui com o IPHAN, desde a sua gestação. Segundo Maria Cristina Alves¹⁴⁷ e Dione Bandeira¹⁴⁸, quando o Museu foi criado por iniciativa do Poder Executivo municipal, em 1969 – portanto antes ainda de o MASJ existir de fato –, o IPHAN se mostrou presente provendo apoio logístico e intelectual. À época da inauguração do MASJ, em 1972, João Alfredo Rohr foi indicado como o representante do IPHAN, selando um convênio de cooperação mútua em que se oficializa a participação deste órgão na construção e criação do Museu. (Alves e Bandeira, 2005)

Para além da questão que tangencia o apoio logístico e intelectual do referido órgão, podemos avaliar (via documentação e entrevistas) que há uma confluência de interesses entre as duas instituições. Diversos são os indicativos que apontam para uma intensa ação fiscalizadora do patrimônio arqueológico da região feita pelo Museu, o que significaria dizer que o MASJ faz as vezes de IPHAN em ocasiões diversas. Em conversas formais e informais com os integrantes do setor de arqueologia do Museu, foi-nos exposto que corriqueiramente a instituição é convocada a avaliar atos destrutivos contra sítios arqueológicos da região. Em

¹⁴⁷ Maria Cristina Alves era funcionária e exerceu o cargo de coordenadora do MASJ de 1994 a 1996 e hoje está aposentada pela Prefeitura de Joinville.

¹⁴⁸ Dione Bandeira ingressou no MASJ como arqueóloga, em 1996, e exerceu o cargo de diretora.

consonância com tal afirmação, sobre o apoio dado ao Museu pelo IPHAN nos anos precedentes, Alves e Bandeira expõem que:

Recentemente o IPHAN disponibilizou material de consumo para o recadastramento de sambaquis do Município (1997) e um veículo (2004) para a inspeção de sítios arqueológicos na região nordeste do Estado, através de sua 11ª Superintendência Regional. (ALVES e BANDEIRA, 2005, p.70. Grifo das autoras)

O papel de fiscalizador, assumido pelo MASJ, adquire um viés legislativo no momento em que é estabelecido na Lei Orgânica do Município, de 1990. Em seu artigo 163 são estabelecidas as seguintes atribuições do Museu:

O Poder Público promoverá inventário e manterá programa de proteção, vigilância e preservação dos sítios arqueológicos existentes no Município. Parágrafo único: para cumprir o disposto desse artigo, o Poder Público dotará das condições necessárias o Museu Arqueológico Sambaqui de Joinville e, na sua falta, o Arquivo Histórico Municipal. (Lei Orgânica do Município de Joinville, 1990)

O papel assumido pelo Museu, a partir do convênio estabelecido com o IPHAN – que contemplava a administração, pesquisas arqueológicas de campo e laboratório –, em complemento com a Lei supracitada proveram o tom para os processos de significação e aquisição de coleções arqueológicas. Em complemento disso, por não haver no quadro de funcionários da Prefeitura a figura do arqueólogo (a não ser no Museu), o MASJ incorpora para si a responsabilidade de elaborar relatórios de Arqueologia nos empreendimentos de grande impacto ambiental no entorno de Joinville – gerando, portanto, ingresso de material arqueológico e sobrecarga de trabalho para o Museu.¹⁴⁹

Faz-se necessário trazer à tona, na mesma medida, como o processo de significação e aquisição do patrimônio arqueológico encontra-se plasmado nos Regimentos Internos do Museu (1996 e 2008), assim como no Plano Diretor (2007). O primeiro especifica que ao setor de arqueologia cabe, dentre outros fatores: organizar a documentação dos sítios arqueológicos da região; receber e averiguar denúncias relativas ao patrimônio cultural arqueológico; orientar e realizar coletas fortuitas relativas ao patrimônio cultural arqueológico; coordenar e/ou executar a curadoria dos acervos arqueológicos e etnográficos e coleções didáticas e de referência da instituição com os demais setores; coordenar, executar e/ou participar de pesquisas arqueológicas e cadastramento de sítios arqueológicos.

¹⁴⁹ Retomaremos esse tema mais adiante.

Vale grifar um adendo sobre o Regimento do MASJ. O nosso diagnóstico indica que há dois Regimentos Internos: um deles foi elaborado em 1996, e outro que está em vigência, de 2008, embora não tenha sido referendado pela Fundação Cultural de Joinville, mantenedora do Museu. Para fins dessa pesquisa, estejamos reconhecendo o segundo documento como o norteador das ações. Cabe sinalizar que houve algumas modificações substanciais entre o primeiro e o segundo Regimento, nomeadamente no que tange às atribuições do setor de arqueologia no Museu. Consta, no primeiro Regimento Interno (1996), dentre outras, as seguintes atribuições do setor: promover e executar a fiscalização dos sítios arqueológicos no Município e promover a conservação e coordenar a manutenção e vigilância dos sítios arqueológicos do Município.

Os elementos supracitados legam ao setor de arqueologia uma carga significativa de demandas externas e espontâneas e, na mesma medida, freiam as possibilidades de programas de longo prazo para dar conta do processamento das coleções incorporadas ao Museu, assim como abrevia as possibilidades de pesquisa das coleções. Oliveira, quando questionado sobre o papel de fiscalizador assumido pelo Museu, e indiretamente pelo setor de arqueologia, responde:

Eu sempre questionei esse papel do museu como fiscalizador; de fazer vistorias de rotina em sítios, eu ia semanal ou quinzenalmente em alguns sítios, fazia aparecer, encaminhava para o IPHAN... Eu sempre questionei isso porque eu sempre considerei que isso não era uma atribuição do museu. Não desta forma. [...] O papel do museu, em minha opinião, seria a salvaguarda, seria: pesquisa que gera conhecimento; que gera comunicação desse patrimônio; e a própria educação patrimonial. Em minha opinião, esse é o papel do museu [...] O museu não tem nem condições nem de fazer isso (fiscalização), porque não tem pessoal, pois isso depende de uma estrutura enorme.¹⁵⁰

Complementando tal ideia, Alves e Bandeira afirmam:

O MASJ, como todo e qualquer museu, não pode negar a sua responsabilidade sobre a salvaguarda do patrimônio arqueológico in situ, entretanto, é tempo do MASJ retomar seu importante papel na produção de conhecimento científico através da pesquisa arqueológica. (ALVES e BANDEIRA, 2005, p.75)

Por esse ângulo, tendo em vista os depoimentos coletados, podemos diagnosticar que as exigências que recaem no Setor, fruto das responsabilidades assumidas historicamente pelo Museu, são incompatíveis com a sua própria estrutura – em termos de corpo funcional para efetivar o laborioso ofício de pesquisa e curadoria das coleções. Em consequência do

¹⁵⁰ Entrevista realizada com Eloy de Oliveira, em 28 de agosto de 2012. Oliveira ocupa o setor de arqueologia.

sobrecarregamento do Setor, podemos evidenciar dois aspectos fundamentais: as carências históricas, no que se refere ao desenvolvimento de pesquisas a serem realizados, tendo como base o acervo institucional, e a intensificação das demandas de salvaguarda *ex situ*, em consonância com o setor de museologia.

Em entrevista com Bandeira, foi-nos relatado que existe no setor um passivo em termos de pesquisa das coleções e da própria salvaguarda *ex situ*. Sobre o tema, Bandeira relata:

Você faz aquilo que dá pra fazer, nos prazos que você tem; mas você não consegue dar aquela fechada na coleção e botar a coleção na mão do setor de museologia e dizer que está tudo pronto para entrar no acervo. Nenhuma delas (coleção) ficou pronta. Então elas estão todas na pré-sala ou no laboratório, na espera de que a gente chegue e faça. Mas eu não consigo fazer isso né? E por quê? Porque você está fazendo uma coisa e daí você tem que fazer outras ao mesmo tempo.¹⁵¹

Com base nos dados coletados, verificamos, em ambas as imersões de campo, que existe uma forte incompatibilidade entre os mecanismos de produção e escoamento de informação, tanto na ponte entre o setor de arqueologia e o setor de museologia quanto na relação entre o setor de arqueologia e o setor de educação. Partindo da premissa que a musealização da arqueologia geraria um fluxo no qual a informação produzida pela arqueologia deveria gerar insumos informacionais, que subsidiariam as estratégias de comunicação, entendemos que existe nesse cenário uma quebra na fluidez da informação entre os Setores. Em adição a isso, verifica-se uma retenção de coleções nas salas que antecedem a reserva técnica, impedindo que os objetos prossigam no encadeamento de salvaguarda e comunicação.

Ademais, como a salvaguarda do patrimônio no MASJ é partilhada entre os setores de arqueologia e de museologia, quando o primeiro tem dificuldades de proceder à curadoria arqueológica das coleções (triagem, classificação, pesquisa, etc.) o segundo encontra dificuldades em processar tais coleções museologicamente (gestão das coleções, acondicionamento e alocação das coleções em reserva técnica). A partir dessas evidências, entendemos que as demandas que pesam sobre o setor de arqueologia interferem significativamente no fluxo de informação que parte da aquisição, atravessa a salvaguarda e escoam na comunicação.

¹⁵¹ Entrevista realizada com Dione Bandeira, em 29 de agosto de 2012. Bandeira foi a primeira arqueóloga concursada do MASJ.

Em entrevista, Bandeira expõe o seu ponto de vista sobre o represamento das coleções que adentram o MASJ, nas antessalas da reserva técnica:¹⁵²

Então a postura que nós acordamos com a coordenação é de que a gente vai parar; não vai entrar mais nada no próximo projeto de pesquisa, não vamos mais pesquisar em sítio. Se tiver uma etapa de sítio, ela vai ter que, necessariamente, incorporar o trabalho com a coleção. E a gente vai ter que colocar no planejamento a organização desse material que tá na espera para entrar na reserva técnica. Na verdade, o que falta basicamente é o descarte.¹⁵³

A fala de Bandeira denota preocupação com a manutenção de um fluxo otimizado entre a aquisição e a salvaguarda e, além disso, reconhece a impossibilidade de processar o todo do acervo adquirido pela instituição no ritmo em que se encontra o componente de entrada. Agrava-se a essa perspectiva, o fato de o Museu herdar uma histórica lentidão no fluxo de processamento, em razão do pequeno quantitativo de arqueólogos no quadro da instituição. Na mesma entrevista, a arqueóloga aponta para as dificuldades enfrentadas pelo setor para lidar com outro dificultador: a complexa e heterogênea gama tipológica das coleções:

Na Arqueologia você tem que ter equipe; você tem que ter alguém que vai analisar o lítico, a fauna, o material ósseo... Você não vai encontrar um especialista nessas três coisas, por exemplo. Você não vai fazer com que as pessoas trabalhem de graça para ti. Foi-se o tempo que você tinha os camaradas que faziam análise para você. Hoje você vai ter que contratar esses trabalhos.¹⁵⁴

Em relação à carência de funcionários, cabe deixar claro para o leitor algumas idiossincrasias institucionais, que serão retomadas posteriormente. Uma delas diz respeito ao passivo herdado pela dependência de pesquisadores externos para a realização de pesquisa de enfoque regional em virtude da ausência de um corpo técnico interno ao Museu. Tanto o Relatório de 25 anos do MASJ,¹⁵⁵ quanto as observações realizadas por nós, indicam-nos que a contratação da primeira arqueóloga dá-se de forma muito tardia, se observarmos a historicidade e as competências assumidas pelo Museu. Sobre a carência histórica de arqueólogos no Museu, Alves e Bandeira são taxativas:

¹⁵² Problematizaremos essa questão, novamente, no tópico referente à salvaguarda das coleções.

¹⁵³ Idem à entrevista anterior.

¹⁵⁴ Idem à entrevista anterior.

¹⁵⁵ Esse documento se intitula Relatório Interno (1972/1997) e foi produzido para relatar as atividades produzidas nos primeiros 25 anos do MASJ.

Qual o papel, então, de uma instituição museológica, com acervo arqueológico, situada em uma região extremamente rica em sítios, sem equipe própria para o desenvolvimento de pesquisa arqueológica? Com esse perfil, então, a instituição serviria de base para pesquisadores externos? Seria uma 'base' do IPHAN, custeada pelo Município? [...] Entretanto, frente aos recursos materiais e humanos da época, a instituição **voltou-se para a preservação dos sambaquis mediante ações educativas, exposições e divulgação na imprensa, em detrimento da produção de conhecimento em Arqueologia.** (ALVES e BANDEIRA, 2005, p.71. Grifo nosso)

Infere-se, então, que a pesquisa era algo incentivado pelo Museu, inclusive com o apoio do IPHAN, e que havia nesse momento uma controvérsia com relação ao quadro de funcionários do MASJ, o que justifica o afluxo de pesquisadores externos contribuindo com a geração de informação sobre as coleções e os sítios confiados ao Museu. Para além dessa tardia formatação do quadro funcional – apenas em 1996 a primeira arqueóloga assume o cargo no MASJ, após 24 anos de vida institucional do Museu – deve-se mencionar que a funcionária responsável ficou licenciada durante o período de doutoramento. Logo após esse período, a mesma arqueóloga assume o cargo de coordenadora do Museu, deslocando o seu potencial de trabalho para a gestão. Após esse intervalo de tempo, houve, paulatinamente, um ainda tímido acréscimo dessa equipe:

O setor de arqueologia ainda continua devassado em termos de corpo técnico. São duas arqueólogas que tem que dar conta de muitas atividades; e isso é pouco para a demanda do museu. O Eloy é um profissional do setor, mas ele não é arqueólogo, portanto não assume trabalhos com os acervos, nem a pesquisa. Na verdade ele assessora, dá um apoio do ponto de vista de informatização dos dados arqueológicos, da elaboração de cartas e mapas dos sítios. Então acabamos avançando em duas, né? Somos poucas e temos uma demanda grande de coisas a fazer.¹⁵⁶

Diante dessas evidências, verificamos que a histórica falta de funcionários no setor também é um indício de quebra de fluxo de informação entre a pesquisa no Museu e a comunicação. Por essa lógica, a cultura de pesquisa tardia no Museu levaria a um histórico descompasso entre o setor de arqueologia (produtora de informação) e o setor de educação e setor de museologia (externalizadoras de informação). Assim sendo, conforme pudemos constatar, aparentemente parte da comunicação, aqui representada pelo setor educativo, segue uma rotina de comunicação relativamente autônoma dos mecanismos de produção do conhecimento. Sobre o tema, Bandeira esclarece:

¹⁵⁶ Idem à entrevista anterior.

Isso já é uma coisa que todo mundo já sabe não vai ser novidade eu te dizer: historicamente sempre houve um distanciamento e disputa muito grande entre esses dois setores institucionalmente (arqueologia e educação). A educação é mais fácil de fazer do que a arqueologia, até mesmo porque a Educação não tem a logística da produção que a escavação arqueológica e a análise, que é uma coisa que demanda tempo, análises específicas e recursos.¹⁵⁷

Outro ponto nevrálgico para ser diagnosticado diz respeito aos métodos de aquisição de acervos no MASJ. Em linhas gerais, há duas perspectivas convergentes que condicionam a incorporação de coleções nesse cenário: o já mencionado papel de fiscalizador e a participação do Museu em obras de impacto ambiental na cidade de Joinville e região. Esses aspectos são de fundamental importância a serem aferidos, tendo em vista que uma parte considerável dos museus contemporâneos de arqueologia lida com uma intensa rotina de pesquisas arqueológicas, sobretudo no que se refere a arqueologia de contrato. Nesse cenário, o quantitativo de material salvaguardado *ex situ* vem crescendo exponencialmente no cenário brasileiro, gerando um colapso das instituições arqueológicas que, enquanto sistemas de informação, não conseguem manter um equilíbrio entre os componentes de entrada, processamento e saída.

Para averiguar a dinâmica entre a aquisição e a salvaguarda, no interior do Museu, vale lançar um resumido olhar sobre o panorama histórico da formação das primeiras coleções geradas pela pesquisa de campo.

Contrariamente do que poderíamos imaginar em um primeiro pensamento, os dois primeiros grandes projetos de pesquisa reverteram-se em um número relativamente baixo de material arqueológico. Segundo o que podemos avaliar do mencionado Relatório, o primeiro projeto somou um quantitativo de pouco mais de mil peças. Há de se haver, por outro lado, alguma parcimônia quanto à quantificação dos acervos, pois os documentos nos apontam para uma perspectiva pouco animadora com relação à gestão dessas coleções. Conforme aponta Tamanini, “verificaram-se diferenças quanto à descrição do número de artefatos existentes no museu e quanto à quantidade e à tipologia em relação à ‘Coleção Guilherme Tiburtius’ e às demais aquisições.” (Tamanini, 1994, p.99)

Nos momentos seguintes, de 1989 até 1997, há um acréscimo de pesquisas realizadas, enfocando, sobretudo, a regionalidade e a temática voltada para os sambaquis. Ao todo, foram sete projetos de pesquisa promovidos pelo Museu, sendo que poucos deles resultaram em coleta de acervos. Concomitantemente, ocorreram outros projetos de pesquisa financiados por

¹⁵⁷ Idem à entrevista anterior.

instituições externas, somando ao número anterior mais 13 projetos, nos quais o bioantropólogo da USP, Walter Neves, teve participação direta ou indireta. Como já sinalizado, é interessante ratificar que a maior parte das pesquisas realizadas é de pesquisadores externos, o que nos leva a crer que o fluxo de produção de informação é menos interno e mais externo ao Museu, muito por conta da escassez de uma equipe científica no interior do MASJ. (Relatório Interno, 1972/1997)

Com a regulamentação das leis ambientais, ainda na década de 80, que normatizam os Estudos de Impactos Ambientais e os Relatórios de Impactos Ambientais (EIA-RIMA), o Museu altera o seu prumo e reforça o papel de fiscalizador dos empreendimentos potencialmente danosos ao patrimônio arqueológico na região. Igualmente, passa a incorporar a preservação do patrimônio arqueológico histórico, ampliando as suas fronteiras de ação. Por esse ângulo, ratifica-se que o papel de fiscal do patrimônio se sobressaiu às potencialidades de pesquisa e produção de informação científica sobre os acervos. No cenário atual, a arqueologia preventiva representa um marco fundamental no cotidiano do MASJ, gerando ainda mais demandas para o setor de arqueologia. Em entrevista com a arqueóloga Beatriz da Costa, nos é esclarecido que:

A arqueologia preventiva só demanda trabalho e tempo do museu; toma tempo de um funcionário, que no caso sou eu, e de outra estagiária: a Gorete. Nesse tempo a gente poderia estar produzindo coisas muito mais úteis para o museu e não estamos. Eu estou aqui o tempo todo fazendo um licenciamento para outro órgão e esse produto não necessariamente agrega alguma coisa para o museu.¹⁵⁸

A outra faceta do mesmo problema diz respeito ao acréscimo de acervos, embora nem todos os empreendimentos tenham sido endossados pelo MASJ.¹⁵⁹ Sobre o tema de entrada de acervo no MASJ, a arqueóloga nos esclarece:

Há (entrada de acervo) com relação à arqueologia de contrato, aí é sempre é mais difícil, porque você tem menos seleção do que vem. O museu tem sido bem focado, até onde eu entendo, que os endossos são feitos só para a região do Município de Joinville. Então isso já selecionado, embora não tenha muito como controlar nem o volume nem o tipo de material que vem.¹⁶⁰

Percebemos, também, que o Museu tem sido bastante seletivo no que se refere à concessão de cartas de endosso – hoje um dos principais fatores de colapso dos sistemas de

¹⁵⁸ Entrevista realizada com a arqueóloga Beatriz da Costa, em 29 de agosto de 2012. Costa é concursada e incorpora o setor de arqueologia desde 2010.

¹⁵⁹ Parte dessas coleções coletadas recebe carta de endosso da Unisul.

¹⁶⁰ Idem à entrevista anterior.

informação pela quantidade de acervos incorporados em grandes empreendimentos. Nas últimas décadas, diversas são as instituições de salvaguarda que são fortemente assediadas para a concessão de endosso. Outrossim, percebemos nos documentos analisados que o Museu sempre se mostrou relutante em entrar na ceara da arqueologia de contrato e, somado a isso, por carregar a chancela de fiscalizador, torna-se pouco procurado para oferecer carta de endosso para determinadas pesquisas.

Porque os arqueólogos não têm procurado o museu? Primeiro porque quase não ocorrem salvamentos arqueológicos dentro da nossa área de atuação. [...] Já houve casos em que as pessoas vieram nos pedir endossos para diagnósticos. A gente fala: isso tá fora da área do museu, você tem que pedir para uma instituição mais perto. [...] Em segundo por que nós temos essa fama de sermos rigorosos, que foi construída ao longo do tempo. Quando os caras chegam para pedir endosso, já recebem uma resposta assim: ‘você vai ter que entregar tudo com a documentação, tudo com acondicionamento dentro dos padrões nossos’ – que são padrões internacionais de acondicionamento de acervos. Então, nem todo arqueólogo está a fim de ouvir isso, talvez isso seja um fator.

Lemos esses indícios como uma forma eficaz de regulação do fluxo de aquisição de acervos. Apesar do baixo fluxo de entrada de coleções para compor o acervo do MASJ, verificamos que o represamento do fluxo de informação no compartimento de processamento – embora ainda esteja controlado – sofre ameaça de colapso por duas razões complementares: a incapacidade de processar todas as coleções já acumuladas e a falta de corpo funcional para dar conta da realidade arqueológica de salvaguardada no Museu. Em outras palavras, se o sistema de informação não comporta um processamento otimizado, interessante seria cessar o fluxo de entrada de dados no sistema. A materialização dessa incongruência é justamente a situação de coleções que nunca chegaram a atravessar todo o processo de musealização.

Análise prévia:

- O papel de órgão fiscalizador assumido pelo Museu, confundindo-se com as competências do IPHAN, fez com que muita energia fosse gasta no controle sobre os Relatórios de Impacto Ambiental e nos empreendimentos realizados na cidade, sobretudo a partir da década de 90;
- A vocação para a pesquisa de laboratório e de campo é diminuta em relação às ações de comunicação, que crescem exponencialmente a partir da década de 80. Fica patente, então, o lapso entre pesquisa e extroversão no decorrer da história do Museu. As estratégias de

comunicação, que deveriam seguir um fluxo contínuo e em consonância com a pesquisa, parece sofrer com um obstáculo que se interpõe entre os dois elementos;

- De acordo com os dados levantados, fica cristalizada na história do Museu a independência criada pelos setores de museologia e educação em relação ao setor da arqueologia, muito por conta da longa ausência de arqueólogos no interior do Museu. Outra face dessa mesma moeda é a relação histórica que o MASJ tem com pesquisadores externos, notadamente de São Paulo, fazendo com que o fluxo de produção de informação seja levado para fora da instituição;
- Em linhas gerais, o fluxo de informação segue um fluxo otimizado e contínuo entre compartimentos do sistema, na medida em que a pesquisa segue destacada (e em menor intensidade) de um sistema de tradução, configurado nas metodologias de comunicação (exposições e ações educativas);
- Embora o MASJ ainda tenha dificuldades em manter um fluxo constante entre a aquisição de acervos e o seu processamento, a porta de entrada do sistema permanece aberta, mesmo que em baixo fluxo. Sob esse aspecto, entendemos que, em longo prazo, o sistema de informação pode entrar em colapso caso tal assimetria permaneça em movimento crescente.

3.2.2 *Estrutura Funcional: coletando evidências*

O tema que cinge o corpo funcional de uma instituição vai além da percepção de quem são os agentes que mantêm ou regem o fluxo de informação no interior do Museu. Significa calibrarmos o nosso olhar, também, para os fatores políticos, ideológicos e históricos que fazem parte do desdobramento da instituição e que, direta ou indiretamente, regulam os fluxos de informação. Mais do que isso, nos leva a investigar os caminhos percorridos dentro do organograma do museu quando das tomadas de decisões fundamentais para o seu funcionamento, sem perder de vista a questão da sustentabilidade do Museu. Neste último tópico, adentra a questão da tutela institucional e dos recursos financeiros aplicados. Como base documental, lançaremos mão dos Regimentos, e outros documentos primários, assim como das entrevistas coletadas.

O já citado convênio entre o MASJ e o IPHAN, inédito na história dos Museus de Arqueologia no Brasil, nos traz alguns dados de grande relevância para entender não somente

as relações de poder que circundam o Museu, mas, fundamentalmente, os aspectos relativos à sustentabilidade da instituição, sobretudo em sua primeira fase. De acordo com o convênio, o objetivo central se resume em propor estratégias de administração, pesquisas de campo e laboratório, publicações, programas culturais e manutenção do MASJ. Nesse contexto, caberia ao IPHAN, a construção do Museu, a elaboração do seu programa, a execução das plantas de sua construção, a concessão de verbas para o auxílio da edificação, o planejamento de sua instalação, bem como a sua subordinação ao referido órgão, no tocante à preservação do patrimônio arqueológico.

Em uma primeira análise, constatamos que a Prefeitura figura como a proprietária da parte física do Museu, enquanto ao IPHAN coube a sua idealização, requerendo, assim, o poder de decisão sobre as políticas do Museu, especificamente no que concerne à preservação patrimonial.

Ainda em relação ao convênio, compete à Prefeitura, dentre outras atribuições: fornecer o mobiliário necessário para os setores do Museu; criar o quadro de funcionários submetendo-o a aprovação superior do IPHAN; submeter sempre à aprovação do IPHAN a substituição ou a nomeação de novos funcionários; incluir no orçamento da Prefeitura verba anual para atender as despesas do Museu; facilitar o acesso à pesquisa; enviar semestralmente relatório ao IPHAN sobre as atividades de rotina do MASJ; recorrer ao IPHAN para opinar sempre que surgir algum problema técnico ou administrativo mais grave e, por fim, elaborar o Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do IPHAN. Enquanto a este, resumidamente, caberia: colaborar com a Prefeitura, orientando as finalidades do Museu; opinar sempre que for consultado sobre matérias pertinentes ao Museu; examinar a capacitação das pessoas indicadas a trabalhar no MASJ; conceder auxílio financeiro, dentro das possibilidades orçamentárias, para manter as pesquisas arqueológicas de campo e laboratório; arbitrar quando surgirem problemas entre a direção do MASJ e autoridade superior municipal, dentre outras.

Ao esmiuçar as competências entre os órgãos, firmados em convênio público, é possível ratificar a intenção do IPHAN em intervir diretamente nas políticas internas do Museu, enquanto à Prefeitura cabe o ônus de ser a sua principal fonte mantenedora. Delineiam-se, então, dois dos principais regentes das políticas e ideologias que irão dimensionar o futuro do Museu, ao menos na primeira fase institucional. De acordo com Bandeira, ao longo dos anos de parceria, o MASJ teve o IPHAN como parceiro em diversos momentos e em diferentes intensidades de participação. Sendo que “durante os 28 anos de

existência do MASJ (em 2002) houve períodos de melhor qualidade de intercâmbio entre as duas instituições. Os principais foram da década de 70 e início dos anos 90.” (Bandeira, 2002, p.34-35)

No que tange à formação de um corpo funcional permanente no MASJ – que caberia à Prefeitura, segundo o convênio supracitado –, entendemos que há algumas questões basilares que merecem ser especificadas. Desde os primeiros anos de funcionamento, o Museu sofreu com a pequena proporção de funcionários diante de suas dimensões e propostas. Como esclarece Elizabete Tamanini, o Museu

foi aberto ao público em 18 de setembro de 1972. Ficando a monitoria sob responsabilidade do zelador. Este atendia os visitantes e fazia as atividades de guarda. O trabalho de limpeza geral era realizado por sua esposa, ambos morando inicialmente no apartamento do Museu. (TAMANINI, 1994, p.91)

Ainda segundo a autora, somente no ano seguinte que a Prefeitura designou funcionários para o Museu, que eram basicamente dois: o historiador Afonso Imhof, que permaneceu no cargo entre 1973 e 1989, e o escritor e diretor de Teatro Silvio Borges, que exerceu as atividades de secretaria. A partir dos dados coletados pela autora, apesar das dificuldades de infraestrutura, ainda nos anos 70 diversas atividades foram desencadeadas no Museu, notadamente o serviço educativo que veio a suprir uma grande demanda de atendimento às Escolas. (Tamanini, 1994)

Por intermédio dos documentos analisados, e a partir das conversas formais e informais com a equipe atual do Museu, verificamos que ao longo de mais de vinte anos de vida a instituição permaneceu sem um corpo técnico e científico que consubstanciasse as metas firmadas pelo Museu, a despeito dos esforços dos primeiros funcionários. Haveria, então, um primeiro obstáculo histórico que se interpõe na trajetória do MASJ: um enorme *gap* temporal entre a fundação do Museu e a formação de uma equipe que atendesse, sobretudo, a pesquisa de laboratório e as demais atividades técnico-científicas que abrangem a salvaguarda *in situ* e *ex situ*. Em outros termos, as décadas de 70 e 80 e os primeiros anos de 90, ficaram marcadas por um período em que o enfoque administrativo sobrepujou as demandas de curadoria arqueológica e museológica.

Tal idiossincrasia fica registrada no próprio Relatório Interno (1972-97):

Inaugurado em 1972, oficialmente somente em fevereiro do ano seguinte são nomeados Diretor e Secretário. Ao longo dos anos o Museu enfrentou sérias dificuldades com relação ao quadro de pessoal. A formação de quadro, com técnicos

de nível superior, desempenhando funções específicas, só foi possível em 1996 com a criação de cargos, concurso público e nomeação dos aprovados, de acordo com a lotação prevista anualmente. (Relatório Interno, p.52)

Em razão de uma formação tardia de um corpo técnico-científico condizente com a envergadura dos objetivos e missões abarcadas pelo Museu, foram realizados diversos intercâmbios profissionais com instituições parceiras, com vistas a suprir tal carência. Apenas para citar algumas parcerias externas, via consultorias ou colaborações institucionais, mencionaríamos o protagonismo dos arqueólogos Levi Figuti e Marisa Coutinho Afonso, do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, com vistas a auxiliar na curadoria dos acervos lítico e faunístico. Bruno participou na concepção da nova exposição de longa duração; Walter Neves, via Museu Emílio Goeldi, para a revisão do acervo esquelético humano para a nova exposição; Paulo Funari, da UNICAMP, encaminhou projetos, dentre outras colaborações de suma relevância para prover subsídios à pesquisa e comunicação, sobretudo no período anterior à formação de um quadro permanente do MASJ. (Relatório Interno, 1972/1997)

A nosso ver, o tema relativo à tardia formação do quadro funcional do MASJ tem como divisor de águas a gestão de Maria Cristina Alves como diretora, entre 1994 e 1996. Em entrevista com ex-diretora, que hoje se encontra aposentada, Alves nos relatou que a maior marca de sua administração foi a estruturação de um corpo funcional com cargos fixos. Segundo o relato, a ex-diretora afirmou que o museu teria que “ter, profissionais, (pois) não (se) pode ser amador para sempre”. A partir de 1996 ingressariam no Museu, no exercício do cargo e via concurso público, o total de 12 funcionários, dentre eles, quatro permanecem nos quadros do Museu – Adriana Pereira dos Santos, Flávia Antunes de Souza, Gerson Machado e Dione Bandeira. Vale destacar que esta foi a primeira arqueóloga a assumir o cargo específico no Museu.

De acordo com o Relatório Interno (1972/1997), ainda na gestão de Alves foi elaborada uma proposta de alteração da Lei de Criação do MASJ, em 94, para a implantação do Conselho Técnico Científico (CTC), que só foi efetivada dois anos depois. A nosso ver, a tentativa de criação do CTC figura como um caminho possível para aumentar a autonomia quanto à gestão do Museu que, até o momento, ficava majoritariamente ao encargo da Fundação Cultural de Joinville (FCJ), conforme a Lei Municipal que instituiu o MASJ. Além das nomeadas iniciativas, foi proposta a elaboração do “Manual de Procedimentos Básicos para os Trabalhos de Inspeção e Visitação de Sítios Arqueológicos” e a elaboração de minuta

de Regimento Interno, ainda em 95. No ano seguinte, o Regimento Interno fora aprovado, assim como o CTC e a Comissão de Acervo, ambos inseridos no primeiro documento.

Ao completar 25 anos de inauguração o Museu tem sua ação estruturada nos Programas de Preservação, de Comunicação Museológica, de Educação, de Pesquisa, de Divulgação e Intercâmbio, de Administração de Patrimônio Institucional e de Pessoal. Novo Regimento Interno, criação de cargos e concurso público que permitiu a composição de quadro de pessoal e, em vias de empossar o Conselho Técnico-Científico, o MASJ dispõe dos recursos mínimos necessários para a elaboração do seu primeiro Plano Diretor. (ALVES, 1997, p.62)

A partir dos dados documentais levantados, entendemos que esse período ficou marcado pelo amadurecimento institucional no que tange aos procedimentos internos voltados às ações de preservação patrimonial, nomeadamente os defasados mecanismos de pesquisa de laboratório e os procedimentos de curadoria (museológica e arqueológica). A título de exemplificação, o fato de o Regimento Interno, aprovado em 1996, estabelecer uma estrutura funcional atualizada – em que constam os setores administrativo, de museologia, de educação e de arqueologia – denota que há um patente interesse em tonificar os procedimentos de musealização da arqueologia em complemento do enfoque majoritariamente administrativo (fiscalizador) que assumira o Museu até o momento. Por outro ângulo, observamos que a formação de um quadro permanente provê, na mesma medida, a pavimentação para o fortalecimento interno do Museu e, em tese, o torna mais autônomo aos interesses políticos e ideológicos externos, matizados na FCJ.¹⁶¹

Paradoxalmente, a despeito da estruturação de um corpo técnico-científico, o Museu entra em período complexo em termos de gestão nos seis anos seguintes. No período compreendido entre 1997 e 2003, o Museu experimenta uma gestão partilhada pela Fundação Cultural de Joinville, sendo administrado concomitantemente com outros quatro museus da Prefeitura. De acordo com o que pudemos averiguar, esse longo período em que a instituição permaneceu “acéfala” internamente afetou sobremaneira o cotidiano da instituição; referimo-nos especificamente aos procedimentos de salvaguarda e comunicação. A nosso ver, o panorama político e ideológico das esferas que interferem no gerenciamento do MASJ (Prefeitura, Fundação Cultural de Joinville e IPHAN) afeta diretamente a sua sustentabilidade, especialmente no que se refere aos recursos financeiros e técnicos. Nesse sentido, os vetores de forças externas interferiram e geraram instabilidades na dinâmica interna da instituição.

¹⁶¹ Embora a FCJ seja o principal provedor do MASJ, a sua configuração política varia ao sabor das trocas de governos. Por essa razão, a relação travada com a Fundação nem sempre é amistosa e correspondente às demandas do MASJ. Pelo que pudemos notar, na última inserção de campo, há uma forte tendência de a FCJ apoiar o MASJ para além de suas necessidades mais básicas.

Sobre as dinâmicas de poder que incidiram no Museu, sobretudo no período mencionado, Bandeira esclarece que “nunca houve grandes preocupações com a organização técnica, profissional e acadêmica e, desde 1996, sem um diretor específico, tem havido retrocesso organizacional e seguramente dificuldades para que novos intercâmbios aconteçam.” (Bandeira, 2002, p.35) Desse prisma, podemos perceber que após a formação de um corpo funcional estruturante, inicia-se uma possível fricção entre uma dinâmica interna do Museu e outra externa, sujeita às instabilidades políticas e ideológicas de cada administração pública municipal, como já apontado.

Para dimensionar os poderes e as forças que regem o Museu faz-se necessário expormos como se estrutura o organograma funcional da instituição – um dos pontos centrais da nossa pesquisa referente à estrutura funcional do Museu. Por essa via de análise, podemos mensurar, dentre outros elementos, as atribuições dos profissionais internos e a quem estes respondem, assim como é possível mapear como são regidos os fluxos de informações, interna e externamente, nas tomadas das decisões fundamentais para o funcionamento do Museu. Além disso, fatores como a sustentabilidade financeira podem ser evidenciados na medida em que aferimos a tutela do Museu. Todos esses fatores, em conjunto, desvelam possíveis obstáculos nos procedimentos de construção, processamento e escoamento de informação científica sobre o patrimônio arqueológico regional.

No tocante à gestão interna, há dois marcos fundamentais no que se refere à tentativa de organização da estrutura funcional do Museu. O primeiro, ainda em 1974, a partir de uma Minuta, declara que o museu teria a seguinte estrutura: direção, seção arqueológica, seção de documentação e serviço auxiliar. O segundo, em 1992, estabelece que o Regimento Interno preveria a seguinte estrutura funcional: área administrativa, área de divulgação científica, biblioteca e área de apoio. Ambos não foram regulamentados, pois haveria a necessidade de aguardar a aprovação do Regimento Interno da FCJ.

Apenas em 1996 há a aprovação do Regimento Interno com a estrutura funcional correspondente com o que encontramos atualmente, qual seja: setor administrativo, setor de museologia, educação e arqueologia. Concomitantemente foi criado, conforme já referenciamos, o CTC, inserido no mesmo Regimento. Embora não conste nesse documento o organograma institucional, a partir do que fora observado e para fins de análise, é possível confeccionar um modelo esquemático e reduzido (figura 50), que expomos abaixo:

Figura 48: Esquema de organograma do MASJ.

Observamos, então, que acima do Museu existe a figura da Fundação Cultural de Joinville (FCJ), órgão deliberativo que, conforme a Lei, tem a finalidade de administrar, organizar e enriquecer, dentre outras instituições, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Em última análise, as orientações e planejamentos que tomaram corpo no interior do Museu, possuem caráter apenas consultivo. Como já comentado, posteriormente entraria em cena o Conselho Técnico-Científico (CTC) – exatamente catorze anos após a criação da FCJ.

De acordo com o Regimento Interno, cabe ao CTC, dentre outras atribuições, opinar sobre os programas, projetos e atividades da instituição; elaborar planos estratégicos; colaborar com a elaboração do orçamento anual; assessorar o coordenador da instituição sobre assuntos administrativos e elaborar a lista tríplice de candidatos ao cargo de coordenador. Para além dos enfoques administrativos, exerce, também, as funções de Comissão de Acervos, sendo consultados os setores de museologia, arqueologia e educação do Museu. Nesse enfoque, se ganha autonomia ao poder deliberar sobre as políticas de acervo da Instituição – entrada, gestão, documentação e descarte de acervos.

Em um mesmo nível hierárquico, então, permanecem o coordenador do MASJ e o CTC,¹⁶² o último composto por quatro pesquisadores externos de renome nacional (nas áreas de interesse do Museu), um representante do IPHAN, um representante do Conselho Municipal de Cultura, um representante da sociedade civil da cidade e um representante do corpo técnico-científico efetivo da instituição. Em nosso entender, por ser composto, em

¹⁶² Atualmente o CTC está inativo.

maioria, de integrantes externos ao cotidiano científico institucional, inicia-se o esvaziamento dos vetores de força do corpo técnico-científico interno ao Museu – referentes aos setores de arqueologia, museologia e educação que, em tese, são aqueles que têm a maior dimensão do cotidiano dos processos de musealização da arqueologia. Por outro lado, se ganha certa autonomia ao ter um órgão consultivo hierarquicamente anterior à Fundação de quem é subordinada.

Em um nível abaixo dos órgãos citados, figuram os mencionados setores, que são representados por aqueles personagens que regem as dinâmicas internas do Museu. O quadro de funcionários atualmente se estabelece da seguinte forma: o setor administrativo, formado por uma secretária (concursada) e três contratados via projeto prefeitura; o setor educativo, composto por três funcionários de nível superior (concursados) e dois monitores de nível médio (contratados); a arqueologia, com duas arqueólogas e um geógrafo (concursados) e a museologia, com duas profissionais, sendo uma de nível médio que foi realocada pela Fundação Cultural de Joinville.¹⁶³ Embora o setor de museologia tenha uma profissional com a competência necessária para assumir a função, é importante mencionar que o Museu não possui em seu quadro um museólogo.

A partir da leitura de distribuição de membros da equipe, podemos perceber uma evidência de essencial relevância para o diagnóstico: o setor de educação teve, historicamente, um quantitativo maior de profissionais atuando em relação aos outros setores; hoje esta discrepância foi reduzida tendo em vista a contratação de novos profissionais que foram remanejados para a arqueologia. O setor de museologia esteve, e ainda permanece, com uma equipe sobremaneira reduzida; situação esta piorada na medida em que uma das profissionais ocupa hoje o cargo de coordenadora do MASJ. Nesses termos, pode-se inferir que, no caso de uma tomada de decisão, o setor com menos força é justamente o da museologia – que, por sua vez, tem a sua capacidade de trabalho reduzido à salvaguarda pelas contingências atuais.¹⁶⁴ Em relação ao histórico desnivelamento do número de profissionais, que interfere diretamente na força política dos setores no interior do Museu, Bandeira revela:

A Educação foi se desenvolvendo ao longo dos anos com muita força. Ai quando acontece esse momento de fazer um concurso, para equipar a instituição, vêm três educadores e quatro monitores e um arqueólogo. Então você tem oito pessoas para trabalhar na ação educativa, e você tem uma pessoa para trabalhar na pesquisa

¹⁶³ Atualmente o Museu conta com 20 colaboradores, dentre concursados (12), contratados, estagiários e equipe de apoio. Para os fins de diagnóstico, listamos aqueles que têm ação direta nos setores de pesquisa, salvaguarda e comunicação, priorizando os concursados e contratados.

¹⁶⁴ Retomaremos essa questão no tópico referente à salvaguarda.

arqueológica. Embora tivesse uma historiadora no setor de arqueologia e um geógrafo, nenhum deles assina projeto de arqueologia; nenhum teoricamente é responsável por isso. Então eu acho que tem esse descompasso nas equipes que é o resultado da complexidade que pesquisa arqueológica envolve.¹⁶⁵

Vale mencionar que, entre uma visita técnica e outra, houve o acréscimo do corpo funcional via concurso público realizado em 2009, cuja posse se deu em 2011. Nessa leva de concursadas, o quadro de funcionários foi acrescido de mais quatro assistentes culturais/monitores, que foram distribuídos entre os Setores.

Verificamos, ainda, pela leitura do organograma, que existem dois vetores de poder bastante marcados no que tange às tomadas de decisões: um vetor endógeno e um exógeno. O primeiro tem relação direta com a relação interna do Museu, os seus setores e as demandas específicas da instituição. O segundo, por outro lado, ganha dimensões de políticas públicas do município, que se materializa na entidade com a qual mantém relação direta: a FCJ. A ponte entre as duas instâncias é personificada na figura do coordenador da instituição, que invariavelmente é um membro interno do Museu – hoje representado por Pereira dos Santos.

Verificamos também pela imagem do organograma ora apresentado que, ao “descer” ao nível interno (o MASJ), os setores se apresentam de forma horizontalizada, que implica uma tomada de decisão sem hierarquização. Por esse ângulo, entendemos que, apesar das dissidências internas, as requisições dos setores devem ser compatibilizadas de forma a serem representadas pelo coordenador no momento em que as demandas e políticas internas “saem” do interior do Museu para o nível hierárquico acima (CTC).

Em contrapartida, cumpre deixar grifado que a esperada harmonia entre os setores, especialmente o da arqueologia e o da educação, na prática, não reflete a horizontalidade proposta pelo organograma. Como já vimos, e veremos em outros tópicos, existe um descompasso histórico entre os setores quando das tomadas de decisões internas. Em nossa segunda investida de campo, pudemos observar que o Museu amadureceu nesse sentido, muito em razão das dificuldades enfrentadas nos últimos anos, em relação às intempéries sofridas, desembocando na interdição do prédio original. Diversos foram os relatos que apontaram para o fato que a sobrevivência institucional dependia da união de forças dos profissionais que compõem o MASJ.

Outra relação direta que podemos inferir, dessa rede de relações institucionais, diz respeito às fontes de receita. Tradicionalmente os museus públicos brasileiros sofrem com a deficiência de recursos financeiros para desenvolver e manter as suas atividades, sobretudo os

¹⁶⁵ Entrevista realizada com a arqueóloga Dione Bandeira, em 24 de junho de 2010.

museus municipais. O MASJ não é diferente. Sua principal fonte externa fixa atualmente é a própria Fundação Cultural de Joinville e sazonalmente o IPHAN, atualmente menos atuante. Pelo que pudemos aferir das entrevistas coletadas e das conversas informais, a manutenção básica (gastos fixos) do Museu é viabilizada pela verba corrente do FCJ, porém essa fonte de receita é insuficiente para manter as atividades mais custosas, como, por exemplo, a pesquisa de campo e a conservação de acervos.

Como forma de equilibrar as fontes de receita, o MASJ, ao longo de sua trajetória, vem estabelecendo vínculos com empresas públicas ou privadas para subsidiar as políticas de gestão e comunicação dos acervos. A título de exemplificação, é possível listar a colaboração da Fundação Vitae, que, dentre outros incentivos, forneceu verbas para a concepção e execução da segunda exposição de longa duração e para o projeto de Informatização do Sistema de Gerenciamento das Ações e atividades do MASJ; a colaboração do Conselho Federal de Cultura, para aquisição de equipamentos nos primeiros momentos institucionais, dentre outros diversos patrocinadores de empresas privadas para ações pontuais. Além dos convênios e apoios acima listados, o MASJ possui uma cultura fortemente voltada a desenvolver projetos de pesquisa viabilizados por editais promovidos por órgãos de fomento – como CNPQ, CAPES, FAPESP, FAPESC, dentre outros – que, além de viabilizar os processos museológicos de pesquisa, salvaguarda e comunicação, possibilitam a aquisição de mobiliários e equipamentos permanentemente, assim como qualificam os funcionários do Museu.

Análises Prévias:

- Se por um lado o organograma se apresenta de forma essencialmente horizontal no interior do Museu, em que as tomadas de decisões são feitas coletivamente entre os setores, por outro se mostra vertical externamente, quando as decisões administrativas de maior envergadura sofrem interferência direta da FCJ, órgão que o delibera. Nesse sentido, os profissionais do MASJ que vivem de perto a dinâmica preservacionista da instituição, de forma continuada, ficam suscetíveis aos cenários políticos sazonais, compostos por personagens externos. A nosso ver, a maneira como o organograma se apresenta afeta a dinâmica do Museu;
- Por ser um museu municipal, as verbas destinadas à instituição, via de regra, não suprem as demandas internas para o funcionamento saudável da instituição. Como forma de

amenizar tal lapso, fato que não é uma particularidade do MASJ, buscaram-se parcerias, convênios e patrocínios externos que deem conta de suprir as demandas de mobiliário, reformas, além de subsídios para custear as políticas internas de salvaguarda e comunicação. Fato este que encaramos como uma potencialidade do MASJ;

- O número reduzido de funcionários que afligiu o Museu por, ao menos, duas décadas interferiu nos procedimentos de musealização e pesquisa institucional, sendo amenizados pela cooperação de profissionais externos à instituição. Se por um lado o diálogo com equipes externas seja louvável e interessante para o Museu, por outro sinaliza para uma amortização da necessidade de contratar funcionários via concurso público;
- Averiguamos que o organograma institucional é plasmado de forma horizontal internamente (sem hierarquias), porém vertical externamente. Por essa via, compreendemos que, se por um lado os caminhos percorridos para as tomadas de decisões internas são simplificados, por outro, externamente é preciso seguir um caminho complexo e nem sempre compatível com os interesses internos;
- Embora os Regimentos Internos apontem para uma horizontalidade entre os setores, o setor de museologia, na prática, tem um corpo de funcionários reduzido e restringe-se às estratégias de salvaguarda das coleções;
- Por fim, observamos a cultura de associação e intercâmbio institucional com agências de fomento e iniciativa privada como um grande trunfo do Museu, na medida em que é possível o fortalecimento institucional mesmo com o cenário adverso de escassez de verbas municipais destinadas ao MASJ.

3.2.3 *Estrutura Física: coletando evidências*

Neste tópico, abordaremos especificamente a relação entre a estrutura física do MASJ e as interferências, diretas e indiretas, sobre a dinâmica de musealização. Se tal dinâmica pressupõe um fluxo de informação, nosso objetivo nesse momento é mapear os possíveis obstáculos que interem na fluidez e no dinamismo de tal fluxo. Para tal, convém abordarmos as primeiras motivações que guiaram a construção do Museu, os personagens envolvidos no processo e como as mentalidades desse primeiro momento institucional ficaram plasmadas

nessa cultura material (prédio). Dedicaremos-nos, também, a fazer uma leitura sígnica do Museu para entendermos a divisão “territorial” dos funcionários bem como as demandas museológicas se materializam na distribuição dos espaços.

A história dos museus tem estrita relação com a historicidade das coleções. O embrionamento do MASJ, na mesma medida, guarda associação direta com a Coleção formada pelo arqueólogo amador Guilherme Tiburtius, cuja coleta de artefatos na região se inicia ainda em 1910 e se estende até a década de 60. De acordo com Elizabete Tamanini, a primeira exibição amplamente pública, no entanto, não foi sediada no MASJ, visto que ficou exposta por nove anos no Museu Nacional de Imigração e Colonização. Após a compra da coleção, em 1963, que enquanto isso permanecia temporariamente na sede do referido Museu, coube a Prefeitura o encargo de comprar um terreno para construir o futuro Museu Arqueológico. (Tamanini, 1994)

Vale destacar um aspecto fundamental com relação à concepção arquitetônica do MASJ. Conforme já referenciado nessa pesquisa, a história dos museus nos indica que uma parcela considerável dos museus no Brasil e no mundo estão sediados em locais que foram adaptados para serem instituições museais. Os autores da área concordam que tal adaptação pode gerar implicações de diversos âmbitos, que atravessam questões físicas (inadaptabilidade de rede elétrica, custos conservação predial, inacessibilidade, inadequação com as demandas contemporâneas da museologia, dentre outros), assim como simbólicas, que tangenciam a inserção do prédio no entorno – tais questões podem recair nos usos pretéritos da arquitetura; a relação deste com alguma parcela da sociedade, com famílias abastadas e até a um possível uso que o prédio teve que gere objeção deste perante a sociedade.

Dessa ótica, o MASJ pode ser considerado um marco na história dos museus brasileiros por ter sido concebido e construído para abrigar um Museu, sobretudo por ser ainda na década de 70. Sobre esse período, Tamanini (1994) nos provê uma descrição detalhada do cenário em que o Museu se consolidou em termos arquitetônicos:

A planificação e a realização do projeto desse Museu contou com a participação de especialistas da área. Sabino Barroso, arquiteto, que pertencia à equipe de Oscar Niemayer, elaborou o Projeto de edificação. Ficando a orientação técnico-científica da montagem sob a coordenação do museólogo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Dr. Alfredo Theodoro Rusins, com assessoramento do arquiteto Antônio Alberto Cortez e do então Acadêmico Afonso Imhof (vindo a ser o primeiro diretor do Museu); sendo o projeto de ajardinamento de autoria do arquiteto joinvilense Dagoberto Kochtop. (TAMANINI, 1994, p. 90.)

Deste ponto de vista, podemos inferir alguns fatores primordiais para se analisar as questões voltadas aos aspectos físicos e espaciais do MASJ. A concepção das plantas do Museu atende às demandas especificamente museológicas, propostas pelo museólogo Alfredo Russins em comunhão com o arquiteto Sabino Barroso, ambos do IPHAN. Na planta original, que sofreu algumas readequações com tempo, foram contemplados os seguintes espaços: salas para exposições de longa duração, espaço para exposição temporária, sala para a administração, biblioteca especializada, apartamento para pesquisadores, auditório e reserva técnica. Soma-se a isso o fato de todos os encadeamentos estarem concentrados no mesmo complexo facilitando, assim, os fluxos internos de informação.

Em linhas gerais, as plantas originais oferecem os primeiros vestígios a serem analisados nesse prédio enquanto cultura material. Em um primeiro olhar, verificamos que foram abarcadas, de forma eficaz, as demandas museológicas de pesquisa, curadoria e comunicação. A partir da leitura simbólica da distribuição dos espaços, podemos aferir que os fluxos de informação não encontrariam barreiras para a sua fluidez na medida em que no MASJ todos os espaços dedicados à entrada, processamento e saída da informação estavam, desde sua concepção, plasmados na arquitetura. Outro fator fundamental de ser diagnosticado diz respeito ao equilíbrio desses elementos na planta baixa: se por um lado todos os encadeamentos de musealização da arqueologia são abarcados, por outro, é possível verificar a maior atenção dedicada à comunicação nos primeiros momentos do Museu, visto que os espaços dedicados às exposições, laboratório e biblioteca somam mais de dois terços da volumetria da planta.

De acordo com Alves e Bandeira,

quando se analisa o projeto arquitetônico observa-se que o arquiteto responsável, Sabino Barroso, privilegiou as áreas destinadas à comunicação, conservação e pesquisa, sem, no entanto, considerar espaços para a equipe técnica. Este aspecto, por sinal, revela a dificuldade (ou desinteresse) em formar um quadro local de pesquisadores, embora o Convênio determinasse que caberia ao executivo municipal criar o quadro de funcionários do MASJ. Esta hipótese pode ser considerada uma vez que, no prédio, havia um apartamento para abrigar pesquisadores visitantes e, em uma primeira proposta de projeto, estavam projetados cinco pequenos apartamentos. (ALVES e BANDEIRA, 2005, p.71.)

Dessa elucidativa citação é possível fazer uma ponte entre as estruturas física e funcional. O MASJ tem a formatação de um corpo funcional tardiamente. Portanto, até o final da década de 90 – quando o Museu tem o ingresso da maior parte dos funcionários, via concurso público, com vistas a dinamizar os processos de pesquisa, salvaguarda e

comunicação – a instituição estrutura-se basicamente nos aspectos voltados à exposição, às ações educativas e ao próprio cotidiano administrativo. A concepção espacial denuncia tais indícios ao contemplar espaços para abrigar pesquisadores externos temporariamente, com vistas a suprir uma demanda histórica de funcionários internos no corpo funcional.

A ampliação do quadro de funcionários, em 1996, e o impulso dado às ações de salvaguarda, processamento das coleções e comunicação (especialmente ações educativas) redimensionam os espaços do Museu. Antes mesmo dessa data, especificamente em 1989, foram adaptados na planta os espaços que abrigariam os Setores de Museologia e Educação, dispostos separadamente nas alas. As plantas arquitetônicas a que tivemos acesso, que possuem uma configuração mais recente dos espaços, constam de três alas (figura 51). A primeira possui os seguintes espaços: três salas que compõem a reserva técnica; uma sala que comporta o setor de arqueologia; uma sala que compreende o setor de museologia; duas salas de laboratório; uma pequena copa; dois banheiros internos; uma sala para a secretaria; uma sala de direção e um amplo espaço para a exposição de longa duração (sinalizada em azul). Na segunda ala constam: um quarto para pesquisadores externos; uma ampla sala para exposições temporárias; um espaço para o setor educativo e uma pequena área de serviço. Entre a segunda e a terceira área há um jardim interno. Já na terceira ala há um auditório e, ao lado, uma biblioteca especializada.

Conforme já sinalizado, entre a primeira investida de campo e a segunda, houve um complexo processo de mudança de sede. Porém, na primeira pesquisa, pudemos notar que houve algumas alterações na planta que não condiziam com a antiga planta arquitetônica. De acordo com a equipe, o espaço dedicado à recepção de pesquisadores não havia chegado a atender a sua finalidade primeira, sendo, então, adaptada para ser uma copa, onde eram feitas pequenas refeições da equipe de profissionais.

Figura 49: Planta esquemática do MASJ. Baseado na planta original.

De acordo com a figura 51, a sala de exposições temporárias, sinalizada na cor verde, por sua vez, foi inativada ainda na década de 90 quando passou a abrigar o setor de educação. Tal setor agregou um amplo espaço (cerca de 150 m² dos 766 m² construídos). Uma leitura simbólica da distribuição espacial a qual tivemos acesso denota que esse setor possuía um espaço bastante ampliado em relação aos demais setores, indicando, direta ou indiretamente, a força deste em relação aos setores de museologia e arqueologia. Por óbvio, o setor de educação tem, historicamente, um maior número de funcionários. Da mesma forma, representa o principal pilar museológico no interior da instituição e, assim, a leitura do prédio, enquanto cultura material, também denota um interessante indicativo dessa afirmação. Por esse entendimento, podemos dimensionar pela arquitetura que os fluxos informacionais ganham mais ênfase nos aspectos voltados para a comunicação, nomeadamente as exposições e as ações educativas. Outro fator fundamental a ser analisado diz respeito ao distanciamento simbólico e físico entre o setor de educação e os demais setores, especificamente o de arqueologia. Podemos inferir, também, que na distribuição dos espaços fica plasmado o *gap* entre a produção da informação (arqueologia) e um dos principais vetores de extroversão (educação), também cristalizado na arquitetura e não apenas no cotidiano das ações.

Fazendo uma compilação dos aspectos que favorecem os fluxos de informação, no que tange o espaço físico, encontramos um cabedal de elementos relevantes. Como já citado, o fato de o Museu ter uma concepção arquitetônica voltada para a amplitude e complexidade das demandas museológica figura como um grande trunfo do MASJ, sem contar que é um interessante exemplar da arquitetura modernista brasileira. Podemos afirmar, sem receio de errar, que o MASJ tem um forte pioneirismo nesse aspecto, em termos de Brasil. Da mesma forma, a participação do museólogo do IPHAN, Alfredo Russins, foi fundamental para que tais demandas fossem plasmadas na arquitetura do MASJ.

Soma-se aos aspectos arquitetônicos o próprio regime urbanístico do MASJ. O fato de o Museu estar localizado no centro da cidade, nas cercanias de outros importantes referenciais turísticos e culturais de Joinville (Centreventos Cau Hansen, Museu Nacional de Imigração e Colonização, Escola do Teatro Bolshoi, Casa da Cultura, Museu Nacional do Bombeiro, Cemitério dos Imigrantes, Mercado Municipal, dentre outros equipamentos turísticos), é um fator bastante positivo no que se refere ao fluxo de pessoas no entorno do Museu. O MASJ incorpora-se, portanto, ao principal circuito turístico e cultural da cidade. Ademais, o Museu é de fácil acesso por ter nas redondezas um leque de possibilidades de transportes públicos; caso o acesso seja feito em carros particulares, o Museu possui estacionamento próprio.

O Convênio firmado entre a Prefeitura de Joinville e o IPHAN apresenta outro elemento fundamental para o diagnóstico: a propriedade do terreno e do prédio que abriga o Museu. Segundo a lei que sagra o convênio, redigido em 1972, a Prefeitura Municipal de Joinville é proprietária do terreno e do prédio do referido Museu Arqueológico de Sambaqui, bem como das suas coleções e instalações. O fato de o edifício e o terreno serem de propriedade da Prefeitura livra o Museu de possíveis e indesejáveis instabilidades quanto à reintegração de posse. Não são poucos os casos de museus que tiveram que mudar de sede em razão do imóvel ser alugado, por exemplo.

Por outro lado, existem alguns fatores que representam obstáculos para os fluxos de informação, quando da análise dos fatores espaciais. O primeiro e mais contundente deles diz respeito também à localização do Museu. Apesar de a localização ser uma grande potencialidade para a instituição, o fato de o Museu estar bem próximo ao Rio Cachoeira sempre representou um eminente perigo de inundação (figura 52). Segundo Tamanini, no mesmo ano de inauguração, o Museu foi acometido por uma enchente.

Em dezembro deste mesmo ano (1972) o Museu foi obrigado a paralisar seu atendimento. Pois, por duas vezes consecutivas, a Cidade foi atingida pelas

enchentes. E o Museu, localizado em região de fácil acesso às águas em decorrência do nível do mar e a proximidade com o rio Cachoeira, foi atingido pelas inundações. (TAMANINI, 1994, p.91.)

Figura 50: Longo histórico de inundações. Acervo do MASJ.

Conforme sinalizamos no primeiro capítulo, é importante que seja mantido o equilíbrio do Museu em relação aos seus principais vetores: o corpo técnico, o acervo, o público e a arquitetura. Foi possível observar que desde sua inauguração, na década de 70, a instituição teve um notável amadurecimento em diversos níveis. Com o passar do tempo, o organismo museológico se desenvolveu e teve um acréscimo de equipe, da mesma forma que ampliou significativamente o seu campo de ação, sobretudo em razão das leis patrimoniais da arqueologia. Nesse sentido, mormente a partir da década de 90, o Museu passou a acompanhar de perto os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs) na Cidade incrementando o seu campo de ação e a própria incorporação de acervos.

Em resumo, podemos dizer com isso que o Museu está em plena expansão, tanto em termos de equipe quanto em termos de áreas de atuação, enquanto a arquitetura do MASJ continuou imobilizada, sem possibilidades de ampliação por conta das limitações do terreno. No mesmo sentido, a idade do prédio começou a pesar na manutenção de sua estrutura, segundo alguns relatos da equipe coletados nas imersões de campo efetuadas por nós.

Hoje a gente tem coragem de dizer, passados quarenta anos, que o prédio não serve mais para ser museu; não serve para ser museu tanto no sentido de abrigar as coleções que estão lá, quanto pelo fato dele não dar condições para a equipe técnica

em razão da insalubridade e do espaço físico disponível. Ele (o prédio) não dá mais o conforto necessário para o desenvolvimento dos trabalhos. Então a necessidade de mudança veio a reboque também da tragédia da enchente, e também de uma ação de coragem da própria equipe de expor isso à sociedade.¹⁶⁶

Desse depoimento inferimos que o prédio, enquanto cenário onde ocorrem os processos de musealização da arqueologia, atualmente representa um obstáculo no fluxo de informação, no momento em que a harmonia entre os elementos anteriormente citados (equipe, público, acervo e espaço físico) entra em conflito. Interessante notar que, na concepção arquitetônica do MASJ, “Russins sugeriu à Prefeitura Municipal de Joinville que comprasse o terreno aos fundos do Museu, para que futuramente pudesse ser ampliado.” (Tamanini, 1994, p.98) Essa informação nos leva a crer que, há quarenta anos, o referido profissional já preconizava o crescimento do Museu com o passar do tempo e que os espaços deveriam expandir-se proporcionalmente. Lamentavelmente, o prédio ficou estagnado, sufocando o crescente potencial de trabalho da equipe.

Todos esses elementos somados, sobretudo as limitações do espaço e as reiteradas enchentes, foram o estopim para desencadear o processo de mudança que o MASJ sofre atualmente.

Figura 51: Histórico de inundações. Acervo do MASJ.

¹⁶⁶ Entrevista realizada, em 31 de agosto de 2012, com o educador do MASJ, Gerson Machado.

Figura 52: Histórico de inundações. Acervo do MASJ.

Após consecutivas enchentes no entorno do Rio Cachoeira (figuras 53 e 54), o MASJ foi interditado pela Vigilância Sanitária em 17 de fevereiro de 2012, deixando a equipe do Museu sem um espaço físico adequado para exercer as suas atividades cotidianas. No mês seguinte, a equipe foi deslocada para o Centreventos (local onde se situa a Fundação Cultural de Joinville) onde permaneceram até 18 de junho do mesmo ano. Durante esse período de transição, a exposição permaneceu inativa imprimindo, na população local, o sentimento de que o Museu estava fechado, embora as atividades internas permanecessem ativas. Nesse ínterim, iniciaram-se as tratativas para a mudança de sede.

Esse período de transição, no entanto, está sendo permeado por dúvidas e inquietações da equipe interna, da Fundação Cultural, o órgão de tutela do MASJ, e da própria população local que se apropria do Museu. Por um lado, intenta-se que a nova sede ofereça um espaço compatível com o crescimento institucional e que, também, ofereça meios para levar adiante a cadeia operatória de musealização, sobretudo livre de intempéries que ameaçam a equipe, os equipamentos e, especialmente, a conservação do patrimônio arqueológico no interior do Museu. Há aqueles que contestam o “abandono” da antiga sede, por a reconhecerem como um marco referencial e simbólico da instituição, confundindo-se, muitas vezes, com o próprio museu. Em meio a essa situação de conflito, foi promovida pelo museu a décima quinta edição dos Colóquios Patrimoniais,¹⁶⁷ em maio do mesmo ano, em que pudemos mensurar as

¹⁶⁷ Estivemos presentes, nessa ocasião, na condição de debatedor.

discussões em torno do tema. Dentre as possíveis soluções para o futuro do MASJ, destacamos duas: a demolição do prédio para a construção de uma nova sede no mesmo local e a construção de uma nova sede em outro local em Joinville, preferencialmente nas proximidades de Sambaquis preservados.

Concomitantemente às discussões travadas, em junho, a Fundação Cultural de Joinville firmou um termo de comodato com o Banco do Brasil, no qual o Palacete Niemeyer (figura 55), também no centro da cidade, é oferecido temporariamente como a nova sede do MASJ, e onde atualmente o Museu se encontra. É possível afirmar, portanto, que atualmente a instituição vive um momento de profunda transição, que reverbera em aspectos positivos, mas também negativos para a saúde institucional e para a fluidez dos fluxos de informação.

A instituição foi interditada pela vigilância sanitária e enquanto estivemos no Centreventos, a nossa luta foi para que um novo local fosse pensado para o Museu Sambaqui. A equipe não queria mais retornar para o antigo prédio. O diagnóstico de que o prédio sucumbiu do ponto de vista estrutural, físico, é comum a todos da equipe. Nós tínhamos isto claro: este prédio, esta estrutura física não serve mais para ser o Museu Sambaqui por diversos motivos; as enchentes são um agravante, mas mesmo que as enchentes não ocorressem, nós não temos mais espaço para o acervo; os locais de trabalhos para os funcionários são insalubres porque o prédio é pouco iluminado, tem pouca ventilação, a estrutura elétrica é muito antiga e está perigosa [...] Então isso tudo era um pensamento comum: o museu foi interditado porque a situação física dele, as condições que se tinha de trabalho nele levaram para isso. Então nós não lamentando a interdição. A interdição apenas nos impulsionou para aquilo que a gente já sabia que queria: que era sair dali e levar a instituição para um local decente. Por outro lado, nós temos uma relação, um carinho, um apego muito grande com aquele prédio. Então nós não queríamos também dar as costas para o prédio e deixar que ele ficasse abandonado. Então qual era a nossa linha de, a nossa articulação em relação a estas duas questões? Que nós conseguíssemos reabrir a exposição, de caráter temporário no prédio do museu – desta forma a gente garantiria uma vida, uma circulação de pessoas e uma manutenção básica para que isto ocorra – e a outra era que o corpo técnico saísse de lá com o acervo para um local adequado.¹⁶⁸

¹⁶⁸ Entrevista realizada, em 29 de agosto de 2012, com a educadora Flávia Antunes de Souza.

Figura 53: Palacete Niemeyer. Acervo do MASJ.

Embora não tenhamos a pretensão de aprofundar o tema, mesmo porque foge à nossa proposta inicial, podemos fazer um arrazoadado das impressões que tivemos desse processo. Como ponto positivo, entendemos que a transição de prédio oferece um espaço mais adequado para a equipe, em termos de amplitude e segurança. Assim como a antiga sede, o Palacete Niemeyer está sobremaneira bem localizado, a poucos metros do prédio original. Ademais, esse período de transição guiou a uma aparente aproximação da equipe para um bem comum: a sobrevivência institucional. Atualmente os setores estão mais aproximados fisicamente, favorecendo o fluxo de informação entre os membros da equipe. Somado a isso, tal período levou, também, a concepção de uma nova exposição de longa duração, “Acervos do Museu Sambaqui: coisas a olhar”, na qual a equipe teve grande protagonismo, inaugurando, a nosso ver, uma nova fase institucional.

Contudo, a instabilidade permanece. Na medida em que o prédio não foi concebido para fins museológicos, não há espaços projetados para reserva técnica e mesmo para laboratórios. Nesse sentido, a curadoria do acervo está segmentada, visto que o patrimônio salvaguardado *ex situ* ainda encontra-se na sede antiga, sem perspectiva de ser incorporado na nova. Enquanto uma medida definitiva, em termos espaciais, não é tomada, os fluxos de informação, sobretudo no componente de processamento, encontram-se afetados de forma

quase insolúvel.¹⁶⁹ Por fim, acreditamos que o Palacete, apesar de oferecer melhores condições físicas para a equipe, ainda é uma solução temporária, visto que ele já “nasce” pequeno para abrigar o todo da instituição, nomeadamente a cultura material confiada ao MASJ.

Análise Prévia:

- A sede original do MASJ foi concebida para ser Museu agregando, em sua planta, as demandas museológicas da cadeia operatória e incorporando espaços dedicados à salvaguarda, pesquisa e comunicação;
- O fato de o MASJ ter todo o complexo museológico em um mesmo espaço favorece o fluxo de informação interna e a continuidade da cadeia operatória de musealização;
- A localização do Museu, antiga e recente, é sobremaneira privilegiada favorecendo, desse modo, o fluxo de visitantes no interior da instituição e a realização de ações educativas e outras atividades culturais promovidas pela instituição;
- Por outro lado, a datação da antiga sede e a impossibilidade de expansão desta engessou o crescimento institucional, guiando a uma instabilidade nos fluxos de informação motivados pelo processo de mudança de sede;
- O fato de estar próximo ao Rio Cachoeira oferece permanente risco de inundação à antiga sede, gerando uma situação de instabilidade e indecisão atualmente;
- A distribuição interna dos espaços na antiga sede são indicadores de uma ruptura entre o setor de educação e os demais setores do MASJ.

3.2.4 *Salvaguarda: evidências coletadas*

Conforme especificado no capítulo referente à construção metodológica, nosso principal foco de interesse nesse tópico é esquadrihar as mentalidades por detrás dos mecanismos de salvaguarda de acervos. Em segundo plano, interessa-nos descrever

¹⁶⁹ Atualmente a documentação e o acondicionamento das coleções dão-se de forma segmentada. Parte das coleções é levada da antiga sede ao Palacete para que os objetos sejam processados, visto que a antiga sede encontra-se interditada.

brevemente os equipamentos utilizados para tal fim. De alguma forma, em analogia com as ciências da informação, enfatizaremos o *software* – a inteligência por detrás do mecanismo –, mas sem perder de vista o *hardware* – as estruturas físicas que subsidiam as mentalidades. O primeiro artifício que lançaremos luz será o de estudar os dois principais documentos norteadores da instituição: o Regimento e o Plano Museológico. Por fim, rebateremos tais dados com a coleta de informações que foi realizada *in loco*, via entrevista e observação participante.

Quando nos referimos à salvaguarda de acervos do MASJ, é preciso definir o quê o Museu compreende como acervo. De acordo com o Relatório Interno (1972/1997), figura como acervo a ser salvaguardado vestígios, documentos e iconografias referentes ao patrimônio arqueológico e à arqueologia regional, inclusive artefatos iconográficos adquiridos junto à Coleção Guilherme Tiburtius (Relatório Interno 1972/1997). Embora a nossa ênfase seja a gestão das coleções arqueológicas, vale assinalar que o museu amplia a noção de acervo para além da cultura material coletada nas pesquisas, incorporando outros documentos/suportes de informação também como alvo de preservação. Se pensarmos que a cultura material apenas ganha sentido com informações referentes ao contexto dos artefatos, o museu busca cumprir a sua função preservacionista plena ao conservar não apenas os vestígios, mas também as informações associadas para dar suporte à pesquisa e à extroversão do conhecimento.

De acordo com o Regimento Interno de 2008, o MASJ tem, dentre outras finalidades, dois focos primordiais para entender a salvaguarda dos acervos: o primeiro refere-se à promoção de inventário e manutenção do programa de proteção, vigilância e preservação dos sítios arqueológicos existentes do Município; o segundo versa sobre a organização e manutenção de um sistema de documentação sobre o patrimônio cultural arqueológico. Inferem-se, da primeira atribuição, atividades muito aproximadas das competências do próprio IPHAN, como já mencionado anteriormente. Além disso, podemos avaliar que a preservação patrimonial incorpora não apenas os acervos *ex situ*, mas também os sítios mapeados e salvaguardados *in situ*.

Embora à primeira vista tais colocações soem como algo naturalizado no campo dos museus, muitas realidades museológicas ficam à margem dessas atribuições basilares. O foco preservacionista voltado apenas para o conteúdo material das coleções (pesquisa com foco preservação do conteúdo material dos artefatos), restrito àquelas coleções deslocadas para museus e laboratórios, parece ser ainda a grande tônica nos Museus de Arqueologia

contemporâneos. Salutares são as iniciativas que vão para além dos vestígios que foram deslocados dos sítios e, mais ainda, para aquelas instituições que incorporam para a sua responsabilidade a salvaguarda do conteúdo informacional gerado sobre as pesquisas arqueológicas – cadernos de campo, fotografias, mapas, croquis, bibliografia, dentre outros –, assim como a gestão das coleções no interior da reserva técnica.

O Regimento Interno contribui, na mesma medida, para responder outra questão importante que levantamos na pesquisa: qual seria o papel da museologia e da arqueologia na dinâmica da gestão das coleções? Deve-se esclarecer que as metodologias de documentação de ambas as áreas diferem entre si. De maneira geral, embora atendam a uma mesma demanda geral, referente a todos os sistemas de informação – qual seja, conservar e sistematizar os itens, maximizar o acesso e possibilitar a recuperação e o uso da informação –, as metodologias de gestão de acervos de ambas as áreas possuem particularidades. Como já nos referimos no capítulo dedicado à metodologia, por um lado a gestão museológica inclina-se a prover uma visão integrada do acervo, gerenciando-a de forma a facilitar a recuperação dos objetos (e informações associadas) para fins de pesquisa e comunicação; por outro, a gestão arqueológica tem como foco estratégias de gestão que levem à produção de informação sobre as coleções, sem perder de vista a própria conservação do acervo, por vezes partilhada com a museologia e áreas como a própria conservação e restauro.

Verificamos, ainda com base no Regimento Interno, que cabe ao setor de arqueologia organizar a documentação dos sítios arqueológicos da região; receber e averiguar denúncias relativas ao patrimônio arqueológico; orientar e realizar coletas visando à salvaguarda de materiais arqueológicos; coordenar pesquisas e cadastramentos de sítios arqueológicos e **coordenar e/ou executar a curadoria dos acervos com os demais setores do MASJ**. É importante destacar que, nessa última atribuição, fica evidenciada a mentalidade de gestão interdisciplinar e compartilhada da salvaguarda dos acervos na medida em que as ações curatoriais não recaem apenas ao setor da arqueologia – procedimento bastante raro no cenário dos Museus de Arqueologia.

Ao setor de museologia cabe manter um sistema expositivo museológico com os demais setores do MASJ; proceder para o tombamento dos acervos; **promover a conservação e o acondicionamento**; organizar e conservar a documentação; **receber coleções e documentos relativos ao patrimônio arqueológico**, dentre outras atribuições que deliberam sobre os empréstimos e restaurações de acervos. Ratifica-se, a partir dessa análise, que o papel da museologia extrapola as atribuições ligadas tão-somente à exposição, como é

praxe em instituições museológicas, e invade o terreno da curadoria de acervos, dilatando a cadeia operatória da museologia.

Constatamos, então, que existe uma cumplicidade de competências entre as áreas, museologia e arqueologia, para a gestão dos acervos. Nesse sentido, a museologia enquanto área de conhecimento figura, ao lado da arqueologia, como um dos atores principais na salvaguarda dos acervos e não apenas como coadjuvante. Esse fator é de suma relevância para se consubstanciar, na prática das ações, a interface entre as áreas. Tal evidência é ratificada, ainda, com a formação do Conselho Técnico Científico, que exerce funções de comissão de acervos e delibera sobre as políticas de acervo com a consulta dos setores de arqueologia e museologia.

De acordo com o Plano Diretor (2007), cabe ao “programa de salvaguarda museológica”: conservar e gerenciar o patrimônio arqueológico *in situ e ex situ*; conservar e gerenciar os acervos históricos, relativos ao patrimônio arqueológico custodiado pelo museu e conservar e gerenciar os acervos de apoio (coleções de referência, bibliográfico, audiovisual, expográfico) e a documentação de gestão (documentos correntes e processos). Nesse programa, fundem-se os papéis dos setores de museologia e arqueologia denotando, mais uma vez, a gestão partilhada do patrimônio no qual, em linhas gerais, a arqueologia debruça-se sobre questões relativas ao geoprocessamento de sítios, monitoramentos e pesquisas arqueológicas. Quanto à museologia cabe a salvaguarda de coleções, dos sistemas de armazenagem e acondicionamento e inventário dos acervos.

É válido, nesse momento, fazer um adendo sobre o referenciado projeto de geoprocessamento. Os esforços que despontaram a pesquisa (mapeamento e registro) dos sítios arqueológicos da região, iniciados na década de 90, ganharam corpo com o projeto de “Geoprocessamento Aplicado à Preservação dos Sambaquis de Joinville”, promovido pelo MASJ e capitaneado por Oliveira, geógrafo da instituição. De acordo com o Relatório Técnico Final do referido projeto, parte-se da seguinte premissa:

A necessidade de atualizar e agregar as informações cartográficas sobre os sambaquis de Joinville/SC, visando auxiliar no gerenciamento deste patrimônio e melhorar a preservação *in situ* dos sítios arqueológicos pré-coloniais tipo sambaquis, motivou a criação do Projeto Geoprocessamento Aplicado à Preservação dos Sambaquis em Joinville/SC. Para implementar um Sistema de Informações Geográficas – SIG era necessário o levantamento, atualização, integração e informatização de dados sobre os sambaquis e o meio ambiente relacionado, delimitação e demarcação em campo dos limites da área arqueológica e do entorno necessário à preservação destes sítios e, para a divulgação dos dados produzidos, a edição de mapas e de uma publicação. (Relatório Final, 2010)

Embora se mescle, aqui, a pesquisa e a salvaguarda do patrimônio, julgamos relevante inserir tal projeto no campo da salvaguarda que, por sua vez, está vinculado ao setor de arqueologia. Desse prisma, reforçamos que, no caso do MASJ, a salvaguarda é estendida para fora do museu e incorpora o território, sem necessariamente demandar o deslocamento de cultura material para o interior do museu. Os resultados desse projeto em termos de pesquisa e preservação foram muitos, mas, para os fins de nossa análise, destacaremos apenas três: a dinamização dos procedimentos de preservação e salvaguarda *in situ* pelo Museu; a quantidade e qualidade de produção científica sobre os sítios e a aquisição de material permanente para o Museu – diversos equipamentos foram adquiridos em razão da captação de recursos pela aprovação do Projeto.

Em resumo, a partir das nossas observações presenciais, verificamos que ao setor de arqueologia cabe a salvaguarda *in situ* e *ex situ*, a gestão da informação primária sobre os campos e os encadeamentos de pesquisa do material; enquanto à museologia caberia, sobretudo, o acondicionamento e a gestão da informação e da cultura material em reserva técnica. Interessante salientar que, ao conversar com a equipe de museologia, foi-nos dito que as coleções arqueológicas somente adentram a reserva técnica caso tenham passado por todo o tratamento arqueológico em laboratório, sobretudo a triagem dos acervos. Segundo as profissionais do setor, essa é uma medida fundamental para não intensificar o amontoamento de acervos.

Pela lógica de um sistema de informação, é necessário, conforme já referenciamos anteriormente, manter um fluxo desejável de informação. É notório, para os profissionais de Museus de Arqueologia, que o cenário de “amontoamento” de acervos é uma das maiores preocupações contemporaneamente, tendo em vista a legislação ambiental brasileira da década de 80 e o crescimento da arqueologia de contrato, que gerou um crescimento exponencial dos acervos arqueológicos no interior das instituições. Via de regra, a cadeia operatória de musealização entrou em colapso, visto que o componente de entrada de acervos, de maneira geral, não é acompanhado dos componentes de processamento e extroversão das informações produzidas.

Seguindo um caminho inverso, o MASJ não tem suas raízes fincadas na arqueologia empresarial, como referenciado no tópico relativo à aquisição. Em um primeiro momento institucional, no qual o acervo do museu é formado majoritariamente pela aquisição da Coleção Guilherme Tiburtius, a entrada de acervos na instituição teve um crescimento bastante tímido se comparado à realidade de outros Museus de Arqueologia. De acordo com o

Relatório Interno (1972-1997), o Livro Tombo iniciado na década de 70 mostrou uma tendência de baixo crescimento de acervos: inicia-se com um quantitativo de 9.000 peças e, em 1993, tinha sob a sua guarda apenas 11.581 itens registrados. Diante da realidade atual dos Museus de Arqueologia trata-se de um número bastante baixo. Embora não haja uma contabilidade exata dos acervos, segundo o que levantamos, existe hoje um número aproximado de 45 mil objetos.¹⁷⁰

Entretanto, apesar de o componente de entrada ter uma abertura tímida, mantendo um ritmo baixo de fluxo de incorporação de acervos, deve-se esclarecer que existe um lapso histórico no tocante à salvaguarda *ex situ*, sobretudo no que se refere à gestão das coleções. Nos termos de Alves, até a década de 80 não havia interesse institucional na questão da salvaguarda, ao menos em termos de políticas institucionais. O planejamento de suas ações em forma de programas tem as seguintes iniciativas: “Pesquisa Científica, Educação e Cultura” e Serviços e Projetos de Trabalho. Em 80, além das iniciativas anteriores, fazem-se presentes a Divulgação Turística, a Divulgação Científica e as Exposições temporárias. Ainda nessa década, tendo como estopim a colaboração de pesquisadores externos, como Walter Neves e Bruno, dá-se início às discussões em torno das ações museológicas de salvaguarda (sistematização dos acervos) e das ações educativas. (Alves, 1997)

Notamos, então, um passivo histórico no planejamento de políticas voltadas para a gestão de acervos, em termos materiais e informacionais. Nesse contexto, há de se fazer uma ponte entre as questões que permeiam a salvaguarda e o corpo funcional. Conforme já elucidamos, a formação do corpo técnico do Museu, em uma configuração próxima da atual, dá-se apenas em 1996, período em que adentrou ao Museu a primeira profissional que ficaria ao encargo de gerir as coleções, museologicamente, e a primeira arqueóloga, que assumiria a curadoria e as pesquisas arqueológicas. A tardia formação do corpo técnico, somado à dependência de agentes externos para manter o fluxo interno de atividades e o crescimento dos acervos, gerou um represamento de coleções a serem processadas no interior do Museu.

A despeito da falta de um corpo funcional sólido, Alves, em sua gestão, capitaneou três projetos de relevância fundamental: “Sítios Arqueológicos de Joinville: inventário descritivo” (1994), “Organização de Documentação e Acervos do MASJ” (1993) e “Informatização do

¹⁷⁰ Em nossas pesquisas de campo, ao indagarmos sobre o número exato de objetos, foi-nos dito que não haveria como precisar. É possível considerar essa resposta como um indício de impossibilidade de gerenciar integralmente toda a realidade artefactual que foi incorporada ao Museu. Parte das coleções ainda não foi incorporada, documentalmente, ao acervo em razão da ausência de uma documentação de gestão que levem em conta o todo da realidade artefactual do Museu.

Sistema de Gerenciamento das Ações e Atividades do MASJ” (1995). Os dois últimos foram parcialmente completados e hoje estão inativos.

Feitas as primeiras coletas de informação, lançaremos luz à questão crucial a ser investigada: se há um descompasso, ou represamento, do fluxo de informação entre os procedimentos de entrada e salvaguarda de coleções no interior da instituição. As primeiras evidências já nos apontam para uma estrutura frágil em termos de corpo técnico dos Setores de arqueologia e museologia. Atualmente, esse último setor possui apenas uma profissional de nível superior, uma técnica-administrativa, com cargo de segundo grau, e uma monitora que está alocada no setor.¹⁷¹

Como havíamos dito, para investigar esse imbróglio, devemos ter em mente dois fatores distintos, porém complementares: o *hardware* e o *software*.¹⁷² Com relação ao primeiro, a partir das pesquisas de campo, verificamos que há uma frenagem nos encadeamentos de entrada e processamento de acervos. Compilando os dados acima dispostos, verificam-se dois principais fatores de frenagem do fluxo informacional. Um deles, como já referenciado, diz respeito à escassez histórica de profissionais no setor. O fato de possuir por longa data, apenas uma profissional encarregada por toda a operação que cabe ao setor (nomeadamente a salvaguarda *ex situ* e a comunicação) gera um descompasso no processamento museológico dos acervos, especialmente a questão da documentação, como o livro tomo – que se encontra incompleto – e a documentação relativa ao controle dos acervos (documentação administrativa). Segundo Pereira dos Santos,

o setor de museologia está um pouco defasado em termos de funcionários. Nós temos apenas uma funcionária que é administrativa, que trabalha com a guarda dos acervos: o acondicionamento e a limpeza da reserva técnica; e **eu que estou agora afastada para direção**. Então a museologia fica na parte da salvaguarda – comprometido o trabalho com os acervos – e na das exposições. Mas em função do número de funcionários ser pequeno, este trabalho está hoje mais a cargo do setor

¹⁷¹ Essa profissional assumiu o cargo de Assistente Cultural/Monitora de Museu, em 2010. Antes dessa importante contratação, há uma reclamação do Setor no que diz respeito a uma longa trajetória de treinamento de pessoal transitório, dificultando a continuidade dos trabalhos de curadoria museológica.

¹⁷² Adotamos a linguagem das ciências da computação para ilustrar que os sistemas de salvaguarda possuem dois dispositivos diferentes, porém complementares. O *hardware* representa a parte visível do sistema (aquilo que podemos tocar), enquanto o *software* representa a programação, ou seja, a inteligência e as mentalidades por detrás dos sistemas. No caso dos museus, o *software* pode ser compreendido como as estratégias de conservação, documentação e acondicionamento das coleções, do ponto de vista material e informacional. O *hardware* pode ser interpretado como os equipamentos necessários para dar conta das estratégias de salvaguarda, como espaços físicos da reserva técnica, equipamentos de monitoramento ambiental, material utilizado para acondicionamento, armários deslizantes; enfim, toda a parte visível ao olhar.

educativo do museu. A última exposição, essa que tá aberta agora lá na sede¹⁷³, foi concebida no setor de educação.¹⁷⁴ (Grifo nosso)

Desse esclarecedor depoimento, podemos cotejar algumas análises para o diagnóstico. Conforme verificamos com a atual coordenadora, soma-se ao desfalque na estrutura do corpo funcional a transição institucional por que passa o Museu. A mudança de sede cria uma distância física entre a equipe e a reserva técnica, configurando-se como mais um elemento que desequilibra a equação de entrada e processamento. Acentua do mesmo modo o descompasso entre os setores de museologia e arqueologia que representam, respectivamente, a entrada e o processamento e a guarda dos acervos. Se a porta de entrada do acervo continua aberta, enquanto os dispositivos de processamento museológico estão em um compasso bastante lento e, somado a isso, existe um passivo de acervos estacionados em laboratório, gera-se um impasse: a acumulação de cultura material sem processamento aguardando para atravessar todo o processo de musealização. Para arrematar, a principal personagem do setor de museologia está ocupando, nesse momento, o cargo de gestora, o que impossibilita a sua intervenção na salvaguarda.

Como dito anteriormente, há uma “passagem de bastão” entre as equipes; o setor de arqueologia se encarrega de processar a cultura material arqueologicamente e o setor de museologia trata de acondicioná-la e acomodá-la em reserva. Sobre esse processo, Pereira dos Santos é taxativa: “sem ser tratado e triado pela Arqueologia, não entra em reserva”. Isto é, há como pressuposto que os artefatos só entram em reserva técnica quando já passaram por todo o processo de curadoria, que deve ser feito pelo setor de arqueologia. As fotos a seguir, ilustram o que chamamos de represamento de acervos (figuras 56, 57 e 58), ou seja, aquele material que não chega a atravessar o processo de musealização por completo.

¹⁷³ Entre a primeira imersão de campo e a segunda, diversas mudanças institucionais aconteceram, dentre elas a interdição da sede antiga, que gerou uma reformulação institucional *latu sensu*. A nossa pesquisa ficará limitada, no entanto, à primeira investida de campo.

¹⁷⁴ Entrevista realizada com Adriana Pereira dos Santos, atual gestora do MASJ, no dia 30 de agosto de 2012.

Figura 54: Material arqueológico não processado. Arquivo pessoal.

Figura 55: Material arqueológico retido na antessala da reserva técnica. Arquivo pessoal.

Figura 56: Material arqueológico retido na antessala da reserva técnica. Arquivo pessoal.

O material ora apresentado encontra-se em “hibernação”, já que aguarda o tratamento arqueológico para seguir o seu fluxo de acondicionamento e guarda em reserva técnica e, quiçá, adentrar no circuito de exposição. O descompasso verificado tem o precedente histórico de sítios que foram pesquisados antes da entrada dos novos funcionários (2010 e 2011), alguns deles há mais de dez anos sem sofrer qualquer processamento. Os sítios que estão sendo escavados nos últimos anos, porém, estão tendo o tratamento em laboratório, seguindo um fluxo mais dinâmico.

Contudo, assim como nos propomos metodologicamente a entender os processos por detrás da frenagem de fluxo e não apenas o fato, é relevante que nos aprofundemos na ponte que há entre os setores e os tópicos que estamos abordando no diagnóstico. Vimos, até o momento, que há um fio condutor entre a salvaguarda e a divisão de atribuições dos setores (museologia e arqueologia), além do problema de defasagem de funcionários e, também, os fatores resultantes de uma troca repentina de prédios (estrutura física) – que interferem diretamente no fluxo de informação, representado pelos processos de salvaguarda. Para aprofundar essa análise, investigamos o ponto de vista do setor de arqueologia sobre o que chamamos de “amontoamento” ou “represamento” de cultura material em laboratório.

Sobre essa questão, Bandeira nos dá um panorama bastante expressivo:

A pessoa que fica a frente do acervo, e que se ocupa da questão da conservação do acervo, é a Adriana. Ela vem fazendo esse esforço enorme esses anos todos, de criar condições para garantir a salvaguarda eficiente desse acervo. **A pesquisa arqueológica às vezes vai à contra mão disso, porque enquanto se está tentando dar conta do que tem, aparecem mais coisas;** então a Adriana tem coleções que tem aqui e elas precisam ser tratadas, para entrar no acervo. Por outro lado, a Arqueologia não deu conta disso, e a Museologia não consegue inserir, mais especificamente, o material em Reserva Técnica. [...] **Muitas vezes isso por um problema de planejamento ou de excesso de tarefas** – isso porque, por deficiência de equipe, você desenvolve um projeto, produz a pesquisa arqueológica. É quase um para três, um mês de campo e três de laboratório. A gente não dá conta.¹⁷⁵ (Grifos nossos)

Com base nesse depoimento, podemos ampliar algumas questões em específico. A primeira delas, reiterada por outros membros do setor de arqueologia, diz respeito ao excesso de encargos que recaem sobre um pequeno número de profissionais – já especificamos esse fato no primeiro tópico do diagnóstico. O setor possui hoje três membros de nível superior, duas arqueólogas e um geógrafo. De acordo com Bandeira, apenas as duas primeiras estão aptas a dar conta do processamento do acervo, notadamente a pesquisa de laboratório e o processamento técnico, como o descarte.

Agrega-se a isso o fato de a segunda arqueóloga ter integrado a equipe em 2010 (concomitantemente com a primeira imersão de campo). Ainda em termos de escassez de corpo técnico, deve-se ter em mente que o “fazer arqueológico”, como acentua Bandeira, possui um encadeamento sobremaneira longo e multicompetente – que inclui o próprio campo, o processamento em laboratório e os encargos administrativos (como a confecção de relatórios). Diferentemente da realidade de um museu universitário, o MASJ não possui profissionais que possam tratar da especificidade de cada coleção.

Aliado a isso, como já nos referimos em outros momentos, o papel de fiscalizador assumido pelo MASJ é outro fator que vem a se somar ao excesso de demandas do setor. Gera-se, então, uma demanda contínua (interna) e não planejada (de atividades espontâneas que surgem indefinidamente), que impede que seja feito um planejamento de processamento de acervo em longo prazo. Todos esses elementos agregados, que perpassam fatores exógenos (as políticas de patrimônio da cidade) aos fatores endógenos (questões pertinentes ao quadro funcional e os espaços físicos), interferem diretamente no fluxo otimizado de informação. As fotos que disponibilizamos anteriormente (figuras 56, 57 e 58), seriam, então, a materialização desses elementos.

¹⁷⁵ Entrevista realizada com a arqueóloga Dione Bandeira, em 24 de junho de 2010.

Do ponto de vista da museologia, existem algumas questões que precisam ser respondidas nesse tópico, especialmente em termos de gestão informacional das coleções e os métodos de conservação.

Sobre a primeira indagação, verificamos que a maioria do acervo não está catalogada ou possui uma ficha catalográfica unificada para toda realidade artefactual do MASJ.¹⁷⁶ A maioria dos sítios não foi inserida no livro tombo (figuras 59 e 60) e não foi contabilizada, subdimensionando o quantitativo de objetos incorporados ao acervo. As profissionais do setor de museologia foram incisivas ao afirmar que uma pequena parte do acervo salvaguardado pelo museu está inventariada. Mencionaram, também, o fato de muitas coleções, sobretudo aquelas que foram endossadas pela instituição, não possuírem a organização das informações primárias coletadas em campo. Por óbvio, quando não há integração entre o setor de arqueologia e o de museologia, os encargos do segundo ficam deficientes. A título de exemplificação, ao serem indagadas sobre o quantitativo de objetos salvaguardados, foi-nos respondido que seria algo próximo das 45 mil peças – incluem-se, nesse quantitativo, tipologias como: cerâmica, lítico, malacológico, ósseo, faunístico, dentre outros.

¹⁷⁶ Notamos que a coleção que está mais bem documentada é a referente à Tiburtius, a coleção que deu origem ao Museu.

Figura 57: Livro Tombo incompleto.

Figura 58: Livro Tombo incompleto.

Sobre a gestão das coleções, pudemos perceber que algumas medidas basilares ainda não estão implementadas no Museu, como, por exemplo, um banco de dados que dê conta de localizar os acervos, registrar o seu trânsito interno e externo, além de dar suporte a outras informações fundamentais sobre cada item das coleções sem perder a unidade do acervo. O risco da carência desse tipo de gestão de informação é a dissociação, ou seja, a perda de cultura material por falta de informações associadas. Um exemplo disso é a possibilidade de perdas informacionais e até mesmo o desaparecimento de objetos pela ausência de registro sobre o seu trânsito da reserva técnica à exposição e vice-versa. O registro dos artefatos que estão acondicionados nas reservas técnicas, e nas suas respectivas caixas, está sendo gerenciado em um caderno (figura 61), porém sem uma plataforma de banco de dados.¹⁷⁷

Ao serem perguntadas sobre a facilidade de se recuperar as informações, em caso de uma demanda de pesquisa interna ou externa, as profissionais informaram que isso não seria um problema, visto que há um mapa mental muito claro da localização das coleções. Entretanto, tal mapa depende estritamente da equipe de trabalho, uma vez que não está registrado em uma plataforma ou em uma política de acervos específica. Em caso de deslocamento de funcionários da instituição, esse fator seria uma forte ameaça para a instituição. Apesar de existirem diversos procedimentos internos para a gestão das coleções, não existe um documento formal que regule essas atividades.

¹⁷⁷ Na última inserção de campo, foi-nos informado que está sendo elaborado um banco de dados em plataforma ACCES, visto que o projeto específico para esse fim, elaborado à época da Gestão de Maria Cristina, não chegou a ser implantado integralmente.

Coleção mariland - M.O.

CX 21		CX 22		CX 23
79.18.890	79.18.610	79.18.156	" 938	79.18.268
928	358	474	" 443	462
1151	378	1037	79.18.200re	349
1312	873	1303	" 171	1123
396	924	165		170
925		607		188
923		300		179
399		1172		192
937		470		1397
386		187		1314
120		1996		42
48		1307		155
379		1158		864
916		473		163
460		1034		275
301		264		187
676		101		303
597		1121		191
67		857		59
399		263		157
393		468		164
373		680		169
384		447		167
391		1153		41
760		472		180
877		936		158
250				

Figura 59: Controle dos itens das coleções por caixas.

Para averiguar a salvaguarda em termos de infraestrutura do Museu (*hardware*), faremos uma análise panorâmica da reserva técnica e dos elementos utilizados na conservação do acervo.

Em termos de material para conservação, averiguamos que grande parte dos objetos salvaguardados em reserva técnica é acondicionada em plástico bolha, Etaphoan, caixa de plástico, saco zipado e manta de Etaphoan dentro dos plásticos (figura 62). Os plásticos são numerados, em consonância com a numeração do objeto. Em conversa, Maria Dolores¹⁷⁸ nos informou que as últimas peças que estão sendo acondicionadas possuem, no plástico,

¹⁷⁸ Dona Dolores é Agente Operacional, de ensino médio, funcionária de carreira da Prefeitura e integra o Museu, no setor de museologia, desde 2001.

informações complementares que facilitam a recuperação da informação, sem o manuseio do objeto, são elas: sítio e pessoa que coletou, além da própria numeração.

Figura 60: Exemplo de acondicionamento de lítico.

Nem todos os artefatos estão acondicionados dessa forma em reserva técnica. Dolores estima que apenas 10% do material esteja nas condições almejadas de armazenamento (figuras 63, 64, 65 e 66). No que se refere à infraestrutura da reserva técnica, verificamos que existem armários deslizantes, mapotecas e arquivos para o acondicionamento definitivo das coleções. Confirmamos, porém, que há uma patente saturação do espaço. Ao conversar com a equipe do setor de museologia, e pela própria observação, percebemos que o espaço destinado

à Reserva Técnica atende em menos de 50% a demanda atual do Museu. Se considerarmos que o componente de entrada não está interrompido, e levando em conta o futuro crescimento do Museu, tal fator torna-se um elemento de risco.

Figura 61: Parte do acervo acondicionado dentro dos padrões de conservação. Arquivo do MASJ.

Figura 62: Estantes deslizantes com material arqueológico acondicionado. Arquivo do MASJ.

Figura 63: Armário com documentação primária sistematizada e acessível.

Figura 64: Acervo acondicionado dentro dos padrões.

Em termos de conservação, encontramos apenas um equipamento de monitoramento ambiental (termohigrometro) no qual, ultimamente, estipula-se fazer três medições ao dia (o que está sendo dificultado pela distância entre o acervo e a equipe nesse contexto de mudança de sede). Além disso, trabalha-se com medidas de conservação como a circulação de ar pela abertura das janelas, indicando que não há controle ambiental. Outra questão cadente é o armazenamento de tipologias diferentes de acervos no mesmo espaço, com exceção dos crânios e do acervo esquelético, que permanecem em estantes separadas, em virtude de suas fragilidades.

No que tange às medidas de segurança do acervo, conseguimos identificar alguns aspectos que devem ser relacionados: a falta de ventilação (em virtude da própria planta do Museu); a capacidade elétrica limitada; a ausência de elementos como saída de emergência, portas corta-fogo, dentre outros elementos. Em contrapartida, existe hoje a presença de vigilantes 24 horas, sensores de presença e sistema de alarme. Notamos que questões como o vandalismo (pichações, agressões ao prédio, tentativas de furtos, etc.), não chegam a ser um problema para a instituição e nem uma ameaça aos acervos.

Por fim, como já fora especificado em outros momentos deste diagnóstico, o MASJ encontra-se hoje em uma fase de grande transformação, sobretudo em razão da transição de sede e em razão das reiteradas inundações que vinha sofrendo e, até mesmo, por conta do crescimento da equipe de funcionários. Por tais motivos, apesar da interdição da antiga sede, a

reserva técnica ainda permanece no antigo prédio, reverberando diretamente no tratamento das coleções. Em virtude do distanciamento entre a reserva técnica (ainda no antigo prédio) e a equipe (atualmente no Palacete Niemeyer), as coleções são levadas parcialmente ao novo prédio, onde são organizadas e documentadas para, posteriormente, retornarem a antiga sede (nos espaços retratados neste subcapítulo).

Análise prévia:

- O MASJ lida com duas tipologias de salvaguarda: a *in situ* e a *ex situ*. A primeira tem uma integração entre as equipes do Museu, capitaneado pelo setor de arqueologia. Já a segunda é realizada de forma partilhada entre os setores de arqueologia e museologia;
- De maneira geral, o Museu possui um sistema interessante de acondicionamento e sistematização das coleções. Embora ainda haja material arqueológico aguardando processamento, pode-se dizer que há uma dinâmica ininterrupta no fluxo de informação que atravessa o componente de entrada do acervo e que é acompanhada parcialmente pela dinâmica de processamento das coleções, especialmente em termos de conservação material e informacional. Por esse prisma, acreditamos que o amontoamento está dentro dos padrões aceitáveis considerando o cenário atual dos Museus de Arqueologia;
- A reserva técnica é bem organizada, limpa e com infraestrutura mínima para o seu funcionamento, contando com armários deslizantes, material para acondicionamento, dentre outros. Por outro lado, o espaço já está saturado;
- Inexiste um sistema de monitoramento de temperatura e umidade e há a ausência de um sistema de segurança com sensor de presença, porta corta-fogo, dentre outros equipamento que garantam a segurança do acervo contra furto ou intempéries. Nesse tópico, é possível observar o maior risco com relação à degradação do acervo;
- Há um esforço por parte da equipe de museologia em sistematizar e documentar as coleções de um ponto de vista global. No entanto esse processo ainda está defasado em relação aos procedimentos de aquisição de acervos. Embora em baixo fluxo, o compartimento de entrada permanece aberto (aquisição), podendo levar ao colapso do sistema em logo prazo. Não identificamos, também, um banco de dados que dê conta do registro e recuperação de informações de cada item do acervo.

3.2.5 *Exposições: coletando evidências*

Seguindo os pressupostos do encadeamento museológico, é nesse instante que a informação arqueológica, após atravessar todo o ritual relativo à cadeia produtiva da arqueologia, em consonância com a cadeia operatória da museologia, torna-se amplamente acessível para a fruição pública. O ponto de partida para a análise da comunicação museológica, por intermédio das exposições, é o estudo do Regimento e do Plano Diretor institucional. Tais documentos oferecem uma boa visão das propostas e mentalidades por detrás das ações comunicativas. Composto com a leitura dos documentos norteadores, a própria interpretação do espaço expositivo oferece indícios sobre as escolhas e pensamentos por detrás de sua concepção.

Em relação ao Regimento Interno, é estabelecida como uma das finalidades do MASJ “desenvolver programas de comunicação museológica e educacional sobre o patrimônio arqueológico nacional.” (Regimento Interno, 1996) No decorrer, ao especificar as competências dos setores, o documento estabelece que caberia ao setor de museologia, dentre outras funções, elaborar, executar e coordenar projetos museológicos temporários ou de longa duração na sede da Instituição ou para a itinerância; coordenar processos de comodato de exposições, coleções didáticas e objetos dos acervos e coordenar o serviço de monitoria das exposições. O segundo Regimento Interno (2008), por sua vez, não difere muito do primeiro quanto ao papel comunicativo do MASJ, no entanto relativiza as funções do setor de museologia quanto ao protagonismo nas exposições ao não repetir as mesmas atribuições ao setor, tal qual era no Regimento anterior. Aferimos, a partir do último Regimento, que não há nenhuma especificação sobre as particularidades ou objetivos da comunicação museológica. Não define, da mesma forma, quais as metodologias de comunicação e o público com quem pretende estabelecer processos comunicativos.

No tocante ao Plano Diretor (2007), ao mapear a missão e os objetivos do MASJ, em relação à comunicação, são delimitados os seguintes objetivos: estabelecer a comunicação entre a sociedade e o patrimônio arqueológico (objetivo-fim) e promover ações inclusivas de comunicação museológica (objetivo-meio). No Programa de Comunicação desse mesmo documento, são relacionados objetivos centrais, são eles: promover a externalização dos acervos e das informações por meio do Sistema Expositivo Museológico, promover a interação com a sociedade por meio de diferentes linguagens e possibilitar a fruição da

sociedade com o patrimônio cultural de outras regiões, com temáticas relacionadas aos objetos do MASJ.

De acordo com o que pudemos averiguar, ambos os documentos não mencionam o enfoque regional em suas propostas comunicativas, a nosso ver, uma das suas maiores potencialidades. Bruno *et al* (1991, p.113-114) fazem coro à perspectiva regional quando afirmam que “a defesa dos sítios arqueológicos de Joinville e da região sempre foi uma constante do MASJ, servindo de intermediário nas ações da então SPHAN-PróMemória.” Por se tratar de um museu municipal, cuja mola propulsora é a salvaguarda (*in situ* e *ex situ*) e a pesquisa do patrimônio arqueológico de sua circunscrição, parece-nos que a regionalidade deveria ser incorporada de forma central nesses dois documentos fundamentais. Tal idiossincrasia é intensificada quando refletimos que praticamente todo o acervo confiado ao museu – sobretudo a coleção Tiburtius, que deu origem ao MASJ –, assim como as pesquisas e ações educativas desenvolvidas pelos profissionais do Museu, têm como ênfase a cidade de Joinville.

Ainda no que se refere à questão da regionalidade, faz-se necessário construir um breve histórico das estratégias expositivas (de longa duração, temporárias e itinerantes) para observar como o conhecimento arqueológico sobre os acervos salvaguardados é articulado com o conteúdo expositivo. A partir dessa mesma análise é possível fazer algumas considerações sobre outro ponto essencial, que recai sobre esse processo, que reconhecemos como um fluxo contínuo de informação; significa ponderar: se levarmos em consideração que a exposição é o lócus consagrado de recuperação e retroalimentação de informações que, invariavelmente, deveria ser nutrida pelos produtos gerados no instante do processamento (pesquisa e interpretação), será que haveria uma continuidade nesse fluxo? Dito de outra forma, haveria uma compatibilidade entre a produção e o escoamento da informação ou a exposição museológica seguiria destacada (e quase autônoma) dos processos de extroversão?

Para refletir sobre a ponderação lançada, analisaremos primeiramente as exposições de longa duração. Basicamente foram apenas duas desde a sua criação. A primeira foi a “Exposição de Longa Duração Coleção Tiburtius”, que perdurou de 1972 a 1991. Segundo o Relatório Interno (1972/1997), o objetivo da exposição era colocar o homem como sujeito da história, em uma perspectiva antropológica. Tal exposição era composta em 7 grandes partes: o Homem, sua alimentação inicial, seus instrumentos de trabalho, sua vaidade, sua inventividade, o fim e as esculturas pré-históricas. À primeira vista, considerando o contexto temporal, é possível avaliar que se tratava de uma exposição vanguarda sobre a temática

sambaquieira, ao se distanciar da lógica hegemônica de “objetos na vitrine” para prover significados e hipóteses sobre as sociedades que deram sentido àqueles objetos.

Embora seja espinhoso fazer uma análise sobre uma exposição na qual não tivemos a oportunidade de interagir, é possível destacar dois pontos nodais: a temática proposta para as coleções e o tempo de permanência da exposição.

Em relação ao primeiro tópico, verifica-se uma conotação discursiva eminentemente processualista, como se todas as culturas sambaquieiras compartilhassem o mesmo *modus vivendi* e as mesmas perspectivas sociais e econômicas independentemente dos contextos. Por outro lado, vale lembrar que, à época, a tradição arqueológica ainda estava bastante vinculada ao histórico-culturalismo que, por conta da persistente influência das seriações taxonômicas das coleções, refletiam em exposições centradas nos valores estéticos da cultura material. Por esse ângulo, tal exposição poderia ser considerada vanguarda nos primeiros anos de existência. Ainda sobre a temática, nota-se que não há preocupação em evidenciar as perspectivas regionais, mesmo que a coleção apresentada tivesse intrínseca associação com os sambaquis de Santa Catarina, por conta das coletas assistemáticas realizadas por Guilherme Tiburtius.

Sobre esse tema, ao explicar sobre as dinâmicas que impulsionaram a releitura das exposições, Bruno, Guedes, Afonso e Alves afirmam que

pretendia-se que, **além de apresentar os resultados das pesquisas arqueológicas atuais, fosse mais dinâmica e voltasse a trazer ao museu a população adulta de Joinville, que o conheceu em sua época escolar. Um dos itens levantados foi que a exposição não deixava claro o que são sambaquis**, fator considerado bastante problemático para uma exposição de um museu de sambaquis [...] Embora o MASJ trabalhe principalmente com sítios arqueológicos de tipo sambaqui, **essa primeira exposição não evidenciava os distintos grupos pré-históricos regionais e sua cultura material específica.** (1991, p.114. Grifos nossos)

Dessa pertinente citação é possível ilustrar que, em uma primeira fase institucional, não haveria a continuidade esperada entre as pesquisas arqueológicas e a exposição, seguindo a última de uma forma bastante autônoma em relação ao processamento e interpretação da cultura material no interior do Museu. Em última análise, se formos pensar o fluxo contínuo entre a produção de informação e o escoamento, haveria um obstáculo no processo de tradução da informação científica, no qual a construção da informação museal seguiria uma lógica genérica e alheia às particularidades da cultura material regional.

O segundo ponto diz respeito ao tempo de duração da exposição, algo perto dos vinte anos. Embora a exposição, a nosso ver, tivesse uma proposta bastante inovadora para os

primeiros anos do museu, decerto se tornou defasada com o passar do tempo considerando a dinâmica da produção científica na área. Concordamos com as autoras supracitadas quando afirmam que “observando-se os aspectos museológico/museográfico, a exposição poderia ser considerada ‘moderna’ à época em que foi concebida. Na década de 1980, no entanto, já estava defasada em ambos os aspectos.” (1991, p.114)

Mesmo que tardia, a exposição de longa duração “Pré-história Regional” oxigenou as propostas comunicativas oferecidas pelo MASJ. Unindo esforços, o Museu buscou assessoria das equipes do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo e do Museu Paranaense Emílio Goeldi para reformular a exposição de longa duração. Nesse contexto, parece-nos evidente a tentativa de reverter o eixo central da exposição, que sairia da proposta generalista anterior para adentrar em um caráter mais contextual, valorizando as especificidades regionais (ratificado no próprio título da exposição). De acordo ainda com as autoras mencionadas anteriormente, havia uma clara preocupação em incorporar as pesquisas realizadas sobre os acervos para prover um panorama mais claro das populações que viveram na região.

Assim, a nova exposição de longa duração foi concebida para representar a cultura sambaquiana da região de Joinville, enfocando sua dispersão espacial, suas características culturais e o processo de trabalho desencadeado pelos arqueólogos para obtenção desses conhecimentos. (BRUNO *et al* 1991, 115)

Dentre os objetivos centrais do projeto de exposição, destacariam-se os três mais relevantes para a nossa análise: apresentar para o grande público os traços culturais dos grupos humanos pré-históricos que ocuparam a região de Joinville, caracterizar museograficamente o perfil das ocupações dos sambaquis e divulgar, através da comunicação museológica, os resultados das pesquisas realizadas na instituição.

O roteiro da exposição “Pré-História Regional” contou com oito partes dispostas na mesma sala, em um roteiro aberto. A primeira contava com a introdução ao tema da exposição, no âmbito do projeto do Museu, que partia de uma explanação sobre o homem sambaquiano e a coleta especializada de moluscos; a segunda contava com a caracterização do Sambaqui, com detalhes da morfologia dos sítios e detalhamento do cotidiano dos grupos sambaquianos; a terceira localizava a região dos estudos arqueológicos e a localização dos principais sítios estudados na região; na quarta parte eram explanados alguns aspectos estudados sobre os remanescentes esqueléticos; na quinta parte eram apresentados os principais recursos alimentares por meio da coleta, pesca e caça, assim como os instrumentos utilizados

para a subsistência; a sexta parte enfocava o mundo simbólico, padrões de enterramento e as oferendas mortuárias; a sétima parte referente às representações da ocupação da região por outras sociedades e, por fim, a arqueologia de Joinville, na forma de apresentação dos trabalhos realizados na cidade por intermédio da coleção de Tiburtius. (Bruno *et al* 1991)

Figura 65: Planta esquemática da exposição. Baseada na original.

Seguindo a numeração relacionada à figura 67, o projeto, concebido em 1991, constava dos seguintes recursos: (1) gráfico apresentando a árvore cronológica dos hominídeos; (2) recurso textual; (3) recepção; (4) recurso textual; (5) cenário de sambaqui; (6) recurso textual; (7) vitrine que apresenta a maquete da região de Joinville; (8) desenho de esqueleto humano; (9) representação dos processos de subsistência; (10) vitrine com apresentação de adornos; (11) desenhos ilustrativos que representam a confecção e uso de instrumentos de ossos e líticos; (12) apresentação de líticos zoomorfos; (13) cenário de reconstituição do cotidiano do sambaqui; (14) apresentação das publicações sobre sambaqui; (15) recurso textual; (16) apresentação de material arqueológico de outras ocupações humanas; (17) recurso textual; (18) fotografia de manuscrito referente aos trabalhos de Guilherme Tiburtius; (19) cenário demonstrando a pesquisa arqueológica na região e (20) recurso textual.

As linguagens museográficas foram bastante diversificadas, fazendo uso de cenários (figura 68), linguagens de apoio (etiquetas, desenhos técnico e ilustrativos) (figura 71),

gráficos, fotos, maquete (figura 70) e simulações (figura 69). É importante fazer menção que esta mesma exposição sofreu pequenas modificações em 1997, no aniversário de vinte e cinco anos do MASJ. Embora a temática inicial não tenha sofrido nenhuma alteração significativa, novas linguagens foram abarcadas na exposição, como mídias visuais para apresentação de filmes, inserção de novas fotografias e informações atualizadas.

Figura 66: Simulação de sítio sambaqui. Acervo do MASJ.

Figura 67: Simulação de sítio e áudio visual. Acervo do MASJ.

Figura 68: Maquete da localização dos sítios no entorno de Joinville. Acervo do MASJ.

Figura 69: Vitrine com instrumentos líticos e recurso de desenho. Acervo do MASJ.

Com base na coleta de evidências podemos inferir que, no início da década de 90, há um manifesto interesse em incorporar a pesquisa nos processos comunicativos. Um segundo elemento que vale enfatizar, que, em última análise é consequência do primeiro elemento, é a tentativa de incorporar um panorama regional à linguagem museológica, aproximando-se de uma perspectiva mais contextualista. Por fim, mais aproximado às prerrogativas das arqueologias pós-processuais, almeja inserir no discurso o papel do arqueólogo como agente de construção dos discursos sobre o passado, sublinhando o caráter contextual da produção do conhecimento.

Assim como a primeira exposição também poderia ser encarada como “moderna” na década de 70, esta segunda exposição também o era na década de 90. Por outro lado, em essência, a segunda exposição permanece praticamente inalterada até o momento em que realizamos a primeira pesquisa de campo (2010), apenas constando algumas leves alterações anteriormente mencionadas. Embora houvesse o interesse em incorporar as pesquisas sobre os acervos à lógica da exposição de longa duração (a mais abrangente das estratégias de comunicação), o período em que permanece encapsulada no tempo acaba por romper incisivamente com um fluxo desejável e consistente de informação – que deveria se estabelecer entre pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, estratégias de salvaguarda e metodologias de comunicação.

Por outro lado, o Museu concebeu um número significativo de exposições temporárias para suprir a imobilidade das exposições de longa duração, além de promover distintas estratégias de ações educativas, das quais trataremos mais adiante. Segundo o Relatório Interno (1972-1994), consideram-se como exposições temporárias todas aquelas que não estiveram expostas no MASJ, independentemente de terem sido elaboradas para itinerar ou não. Apenas para fins quantitativos, segundo o que consta no Relatório, foram realizadas 14 exposições temporárias no Museu ao longo de 22 anos. Dentre elas, quatro merecem destaque por tratarem de temas regionais e/ou fruto de pesquisas realizadas nos sítios preservados em sua circunscrição, são elas: “Exposição Sambaqui Rio Comprido”, “Exposição Ossos Para o Ofício”, “Exposição Sambaqui Morro de Ouro: momentos de pesquisa” e “Exposição SOS Sambaquis”.

Além das exposições temporárias, alguns projetos de exposição itineraram em diversas localidades, ampliando para além-muros a comunicação museológica, inclusive para outros estados. Que são elas: Vitrines-valises, Nós e os Sambaquis, SOS Sambaquis e Ossos Para o Ofício. Destaca-se que as duas últimas percorreram, segundo o relatório, o total de 41

localidades incluindo os estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, atingindo o total de 13.282 visitas. É importante grifar que as exposições temporárias foram inativadas em 1996, quando houve a formatação do corpo de funcionários do Museu. Quando ingressaram, os espaços disponíveis no MASJ foram remanejados de forma a acomodar a equipe, levando à desativação da sala de exposições temporárias para que o setor de educação fosse mais bem acomodado.

Por esse ângulo, sem considerar os aspectos qualitativos, é possível averiguar que, ao longo de mais de vinte anos, o Museu teve como grande trunfo comunicativo as exposições temporárias e itinerantes amenizando, por essa via, o descompasso entre pesquisa e comunicação impressa pela exposição de longa duração. É possível perceber, ainda, que os aspectos voltados para a regionalidade das ações também são supridos por parte dessas ações.

Conforme acentuamos no início deste capítulo, houve uma forte mudança institucional entre a primeira investida de campo (2010) e a segunda (2012), em que a antiga sede sofreu com mais um alagamento, sendo interditada pela Vigilância Sanitária no início deste ano, que acarretou a desmontagem da exposição vigente e na mudança de sede. A reboque dessa desestruturação institucional, uma nova exposição foi concebida, intitulada “Acervos do Museu Sambaqui: coisas a olhar”. Embora não seja a nossa pretensão destrinchar todos os aspectos relativos à nova exposição, algumas questões merecem ser pontuadas para fins de diagnóstico.

Dentre os objetivos da exposição, constam os tópicos: reabrir o espaço expositivo do MASJ ao público; apresentar os acervos arqueológico pré-colonial, etnográfico e histórico do MASJ ao público; promover a acessibilidade aos bens culturais através de exposição inclusivista; possibilitar atividades de experimentação no espaço expositivo através da educação patrimonial; estimular uma educação voltada à ciência; discutir a importância da preservação do patrimônio material e imaterial envolvendo o público nesta problemática; atender a um público geral, estimado em 10.000 pessoas por ano e atender ao Plano Museológico do MASJ, especialmente aos objetivos e estratégias definidas no programa de comunicação museológica.

Apesar da interdição e da mudança de sede, essa exposição foi implantada na mesma área reservada às exposições do antigo prédio, fazendo uso dos suportes expositivos (vitrines) que lá permanecem (figuras 74 e 75). Sua concepção parte do princípio que uma parcela considerável do acervo, confiado ao Museu, nunca havia sido exposto publicamente e, nesse sentido, os visitantes teriam a oportunidade de acessar tal acervo e a possibilidade de

interpretar e criar as suas próprias narrativas por intermédio da cultura material. Conforme nos foi relatado informalmente, a proposta expositiva foi concebida também em resposta às fragilidades históricas em termos de pesquisa das coleções. Como parte do acervo do MAX não atravessou o processo de processamento e investigação arqueológica, muitos dos artefatos permaneceram distantes dos olhares do público. Ao conceber a exposição, diante deste fato, a interpretação da cultura material estaria em aberto, podendo receber novas camadas significativas por parte do público. De acordo com o projeto da exposição,

permeando as exposições e os acervos que a constituem, engendra-se a reflexão sobre o tempo, o olhar, o lugar e os discursos possíveis sobre estes. **Para tanto, a expografia estabelece uma narrativa e permite a elaboração de diversas outras construídas no imaginário pelo público.** Nessa exposição, além de objetos, textos e mapas, uma das formas de construção de narrativas possíveis, dar-se-á por meio da representação da expressão artística em forma de grafagem. A possibilidade de experimentação de técnicas utilizadas por outras culturas no presente, cria um canal de reconhecimento da diversidade como base da identidade. Nesse sentido, os acervos do MASJ servirão de inspiração para esse exercício de experimentação e representação. [...] **A intenção também é provocar o público a refletir sobre a presença da dinâmica da arqueologia no tempo presente de diversas formas e em diversas culturas.** (MASJ, 2011, p. 9. Grifos nossos)

Para atingir os objetivos propostos, diversos recursos foram utilizados para dialogar com a cultura material. Em termos de linguagem museográfica, foram utilizados: grafismos (figura 73); ambiente para projeção de filmes; espaço para experimentação (figura 76 e 77), com utilização de artefatos e ecofatos para realização de atividades lúdicas; equipamentos de audiovisual (figura 72), dentre outros elementos.

Figura 70: Nova exposição. Tema relativo à curadoria com utilização de recursos audiovisuais. Arquivo pessoal.

Figura 71: Grafismos em convergência com a cultura material. Arquivo pessoal.

Figura 72: Vista de uma das vitrines. Arquivo pessoal.

Figura 73: Vista lateral da exposição. Arquivo pessoal.

Figura 74: Espaços para experimentação. Arquivo pessoal.

Figura 75: Espaços para experimentação. Arquivo pessoal.

Alguns relevantes elementos merecem menção no que diz respeito ao processo de concepção e montagem da nova exposição e, sobretudo, em relação ao protagonismo do setor educativo na concepção do projeto expositivo e à ação integrada dos profissionais do Museu e os seus respectivos setores.

Pudemos averiguar nas entrevistas realizadas que o setor educativo, na figura de Flávia Antunes de Souza, deu o *start* na concepção do projeto, embora todos os membros da equipe tivessem envolvimento direto no desenvolvimento deste. Segundo Costa,

essa exposição foi bem interdisciplinar, intersetorial. De início, a ideia era fazer algo diferente do que tinha sido a exposição anterior e, desde o início já tinha a ideia de explorar o que tinha na reserva técnica e que nunca tinha sido mostrado. Com isso na cabeça, principalmente eu e a Dione paramos para pensar que tipo de abordagem dentro da arqueologia faria sentido para esse tipo de material. Aí a gente pensou uma proposta de divisão em matéria prima e levamos para discussão com o grupo. A parte da concepção expográfica foi com o setor educativo, que foi acompanhado.¹⁷⁹

Sobre o processo de implementação da exposição, Antunes de Souza explica que

o processo foi coletivo: primeiro nós dividimos os temas, o que a gente tinha pensado em expor em cada vitrine. Cada grupo ficou mais ou menos responsável por cada uma delas: a Dione esteve muito relacionada à vitrine da cerâmica e da fauna; a Adriana esteve muito relacionada à vitrine do acervo ósseo humano e as fibras

¹⁷⁹ Entrevista realizada com a arqueóloga Beatriz da Costa, em 29 de agosto de 2012.

vegetais, que também foram expostas; a Ingrid dedicou-se à vitrine da cestaria e assim por diante.¹⁸⁰

Dos depoimentos coletados e a partir da nossa própria observação, pudemos observar que as mudanças pelas quais o MASJ atravessa foram fundamentais para que as equipes se unissem em prol da sobrevivência institucional. Nesse sentido, a exposição foi um elemento fundamental para aproximar as equipes em torno da comunicação museológica. Convergindo com esse fato, acreditamos que os fluxos informacionais internos – entre os setores que representam a produção, o processamento e a comunicação – passaram a ter maior fluidez. Ademais, podemos inferir que se trata de uma nova fase institucional que se esboça, nomeadamente no que tange à independência da equipe em relação a pesquisadores externos, incorporando para a equipe um sentimento de maturidade institucional. Por outro lado, pelo fato de o Museu ainda estar em processo de transformação, apenas uma futura pesquisa poderá aferir melhor o comportamento dos fluxos informacionais no futuro do MASJ.

Análise Prévia:

- As exposições de longa duração, basicamente apenas duas desde 1972, não chegam a apontar para um fluxo contínuo entre a pesquisa arqueológica e a extroversão do conhecimento produzido. Apesar de o segundo projeto de exposição ser um relevante marco na tentativa de aproximar a pesquisa e a comunicação expositiva, o tempo em que permaneceu sem alterações ratificou o distanciamento entre os dois componentes do sistema de informação;
- A proposta museológica e a linguagem museográfica, utilizadas na exposição vigente, primam por uma linguagem acessível ao grande público, utilizando-se de recursos interativos (multimídias, cenários, maquetes, materiais ilustrativos, etc.), mas, por sua temporalidade, permanecem datadas, carecendo de revitalização e inserção das pesquisas realizadas nos últimos anos;
- No período em que pesquisamos o museu *in loco*, pudemos observar que a exposição, embora datada, ainda se mostra como um grande atrativo para os visitantes, estimulando a realização de perguntas e questionamentos do público que interage com a exposição, sobretudo aquele acompanhado de monitoria;

¹⁸⁰ Entrevista realizada com a educadora Flávia Antunes de Souza, em 29 de agosto de 2012.

- Em nossa avaliação, existe uma nítida tradução da informação na medida em que a linguagem empregada é de fácil acesso e sem a utilização de expressões herméticas e inacessíveis para o grande público; recursos esses que facilitam a apreensão e o uso da informação;
- Embora esteja, de alguma forma, centrada nos objetos (cultura material), pela grande quantidade de objetos expostos, o conteúdo informacional que reveste os acervos provê uma dinâmica que se afasta dos parâmetros oitocentistas de exibição – pautados na seriação e exposição de objetos sem contexto.

3.2.6 *Ações Educativas: coletando evidências*

Diagnosticar as ações educativas do MASJ demanda esquadrihar, em primeiro plano, os documentos fundamentais que regem o Museu, quais sejam: Regimento e Plano Diretor. Dessa forma, podemos compreender o *lôcus* das ações educativas no Museu. No mesmo passo, a observação do pesquisador e os diálogos travados com a equipe tornam-se fundamentais para compreender as potencialidades e os lapsos encontrados no momento da externalização do conhecimento arqueológico, via ação educativa. Assim como ocorre nas exposições, as ações educativas cumprem uma fundamental tarefa no processo de musealização da arqueologia: extroverter informações e estabelecer laços comunicativos com a comunidade com quem busca diálogo. Retomando os pontos nevrálgicos a serem investigados, pontos esses que foram lançados nos capítulos anteriores, buscamos averiguar, dentre outros aspectos, quais os projetos e as ações elaboradas pelo setor de educação, suas continuidades ou descontinuidades; com quais setores da sociedade busca empreender o diálogo; e a abrangência de suas ações. Para além dessas questões, interessa-nos buscar entender as pontes que são construídas com os demais setores do Museu, nomeadamente com a pesquisa – representada pelo setor de arqueologia.

Como ponto de partida de nosso diagnóstico, faremos uma análise crítica dos documentos fundamentais que orientam o Museu. Partimos da premissa que tais documentos, Regimento Interno e Plano Diretor, assumem, respectivamente, a função de normatizar e regular as funções do Museu e planificar e nortear as suas ações. No tocante ao Regimento Interno, as principais funções do setor educativo são: elaborar, coordenar e/ou executar

projetos e atividades educativas para todos os tipos de público; elaborar materiais didáticos e coordenar o serviço de monitoria das exposições.

Já o Plano Diretor (2007), agrega a ação educativa e as exposições no bojo do Programa de Comunicação Museológica – a nosso ver, acertadamente –, sendo possível assinalar algumas prerrogativas gerais e específicas desse setor. Dentre os aspectos gerais, vale mencionar o encargo de promover a externalização dos acervos e informações, assim como aproximar-se da sociedade por meio de diferentes linguagens garantindo, assim, a fruição do patrimônio arqueológico. Dentre os específicos, destacaria a função de elaborar *Kits* didáticos, oficinas, filmes, colóquios, publicações, *website*, dentre outros.

Ao analisar os documentos anteriormente citados, em uma análise preliminar, vislumbramos um setor que incorpora um repertório significativo de funções a serem desenvolvidas. Para além das ações educativas, recai sobre este setor atividades que fomentam a divulgação científica, como, por exemplo, cursos, palestras e conferências. Como fio condutor, ambos os documentos dispõem da necessidade de dialogar com um público amplo em consonância com as políticas contemporâneas de ação educativa. Por outro lado, veremos adiante, que os projetos educativos desenvolvidos em larga escala, para o público não-especialista, tem historicamente um enfoque voltado para o ensino formal, quase que em sua totalidade.¹⁸¹

Vale mencionar, também, que, na prática, o setor educativo incorpora para si praticamente todas as ações de diálogo com o público. Destacamos essa evidência por entendermos que a museologia deveria ter uma guarda partilhada em termos de comunicação, adentrando nos elementos voltados para as exposições. Contudo, o cenário atual do MASJ demonstra que a museologia está limitada atualmente aos processamentos de curadoria museológica – como já destacado anteriormente quando nos referimos ao tópico relativo à salvaguarda. A título de exemplificação, a última exposição de longa duração, concebida no MASJ em 2012, teve o setor educativo como protagonista. Da mesma forma, recai sobre o setor a responsabilidade sobre as exposições itinerantes.

Para dar conta da historicidade das ações, o Relatório Interno (1972/1997) provê uma fonte abundante de análise. De acordo com o Relatório, o primeiro projeto educativo, promovido pelo então diretor Afonso Imhof, foi o “Escola no Museu”. Esse projeto, que teve

¹⁸¹ Para fins desta pesquisa, focaremos nas atividades desenvolvidas com aquele público que interage com os projetos educativos em associação com a exposição, ou seja, o público em geral que interage com o discurso museológico e com os projetos correntes de ação educativa.

início em 1973, abrangia uma gama de atividades que iniciava com uma palestra seguida da visita à exposição de longa duração. Após a visita, havia uma pausa para um lanche e, posteriormente, os grupos assistiam à audiovisuais recreativos. Ao cabo, os alunos eram convidados a manusear artefatos arqueológicos. O referido projeto seguiu com a mesma configuração até o final da década de 80, quando sofreu algumas modificações.

Posteriormente, Elizabete Tamanini concebeu o segundo grande projeto educativo do MASJ, intitulado “Alimentação Sambaquiana”. Segundo o relatório, o referido projeto foi gerado também para atender o público escolar. Como desdobramento desse último objetivo, foram elaborados os projetos “O Homem Sambaquiano: sua alimentação, sua moradia” e “O Homem Sambaquiano e sua tecnologia”, ambos no início da década de 90. Deste último, constam como objetivos os seguintes pontos: criar estratégias para reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, especialmente dos sambaquis, bem como do desenvolvimento intelectual e cultural dos alunos, e provocar a inquietação, o questionamento e o raciocínio lógico. O Relatório menciona, também, os Projetos “A Lenda das Bruxas” e o “Programa Interinstitucional MASJ e Arquivo Histórico de Joinville”.

Cabe, nesse momento, fazer uma ponte com o tema do corpo funcional do MASJ, de modo que o contexto institucional possa ser compreendido pelo leitor. Até a década de 90, o Museu tem um corpo funcional bastante reduzido, em relação ao que temos no presente, sem ter delimitado com clareza a ideia de setores – que vieram a ser definidos apenas no final da década de 90, período em que foi realizada uma série de concursos que suprimiram, em parte, as carências em torno da formação da equipe técnica do Museu. Ainda sobre esse tema, Elizabete Tamanini relata com bastante propriedade o *modus operandi* dos projetos educativos no contexto anterior da entrada de técnicos no Museu:

A participação de Maria Cristina O. Bruno do Instituto de Pré-História da USP, em atividades no Museu, a partir de 1986, marcou novos rumos acerca do trabalho museológico e educacional. Resultados de suas reflexões, foi um primeiro momento, a experimentação de projetos pilotos, destinados a refletir sobre o envolvimento do público de diferentes faixas-etárias e grau de escolaridade no Museu como um todo. Maria Cristina Alves, coordenadora dos projetos educativos nesse período, juntamente com duas estagiárias, ensaiaram as primeiras discussões elaboradas por Bruno, a respeito da metodologia da Educação Patrimonial. [...] Com bastante fragilidade inicia-se um novo projeto educativo, em que as questões da metodologia acima proposta, tem que dar conta de responder pela participação efetiva dos alunos, na descoberta de novos conceitos sobre a vida do Homem Sambaquiano [...]. O Setor Educativo começa a instrumentalizar-se e assume uma característica didática. O trabalho é implementado com mais recursos humanos e materiais. (TAMANINI, 1994, p. 114-115)

Em complemento ao que Tamanini expõe, Souza concorda que o museu começa a se pensar como instituição a partir da década de 90, a partir da consolidação de um corpo técnico especializado:

[...] o MASJ, a partir da década de 80 e principalmente durante a década de 90, dá um grande salto na busca do estabelecimento de pontes temáticas nas ações educativas, na tentativa de provocar uma maior aproximação entre as populações sambaquianas e a sociedade contemporânea. A partir das premissas da Educação Patrimonial, que privilegia, entre outros aspectos uma construção efetiva entre o cidadão e o patrimônio, o MASJ incluiu em seu discurso preservacionistas temas que acabaram por fazer parte da reflexão que procura incluir e situar os sujeitos no cenário que compõe a história da ocupação de Joinville. (SOUZA, 2007, p.33-37)

Dando prosseguimento à historicidade das ações nesse primeiro momento institucional, verificamos que, além das atividades intramuros, existiram também projetos que iam além das delimitações do Museu. De forma descritiva, enumerá-los-emos.

Em meados da década de 70, Afonso Imhof desenvolveu o projeto “O Museu na Escola”, em que o objetivo era atender as escolas da periferia contando com apresentação de palestra e visita de uma forma de exposição itinerante (vitrines-valises). De acordo com o Relatório, o projeto, que perdurou de 1976 a 1987, atendeu o expressivo número de 15.567 alunos de primeiro e segundo graus. Os subprojetos “Educação de Escolares” e “Educação de Adultos”, ambos coordenados por Elizabete Tamanini e Denise da Silva, tiveram como enfoque o tema da migração. Destacamos que o último teve como perspectiva a educação para adultos, voltados para as comunidades circunvizinhas ao Sambaqui Espinheiros II de Joinville.

A nosso ver, este último projeto tem especial valor na medida em que busca dialogar com setores da sociedade que são atingidos diretamente pelas ações preservacionistas (nessa ocasião, uma rua estava sendo construída). Carla Gilbertoni Carneiro discorre sobre o projeto:

Foi estabelecida uma parceria com uma escola próxima ao sambaqui. Foi desenvolvido um projeto temático interdisciplinar que previa além dos conteúdos abordados pelos professores durante as aulas (após discussões prévias com os educadores do MASJ), a utilização de materiais pedagógicos – como mapas, kits didáticos e uma cartilha, todos produzidos pelo Museu – e montagem na escola da exposição itinerante S.O.S. Sambaquis, que foi visitada por alunos de outras escolas e pela população em geral. (GILBERTONI CARNEIRO, 2009, p.57)

Além das ações supracitadas, foram concebidos, também, os projetos “Festa das Flores”, “Museus e Escola na Festa das Flores”, “Sambaqui Rio Comprido: o patrimônio em discussão” e “Oficina com Professores”. Desses, destacamos a relevância do segundo e do

último no que tange à participação da comunidade local e dos professores que dialogam com o museu, respectivamente.

Ao fazer uma breve delimitação das ações educativas desse primeiro momento, antes mesmo de haver um setor educativo propriamente dito, algumas observações podem ser feitas no que se refere, especialmente, à abrangência das ações e às questões metodológicas empregadas. Em um primeiro plano, podemos inferir que as ações educativas estão na gênese do MASJ desempenhando um papel primordial para o seu reconhecimento regional, em razão da visibilidade alcançada. Podemos mencionar, também, que tais ações são sobremaneira diversificadas e espreiadas pela região, se apropriando de metodologias de ação bastante inovadoras para a época, a despeito das questões relativas ao corpo funcional instável.

As preposições acima são ratificadas por uma gama de autores que realizaram trabalhos acadêmicos sobre o Museu, a maioria deles da própria instituição. Os autores são enfáticos ao indicar que as ações educativas configuram-se como a mola propulsora da instituição desde a sua gênese. Segundo Souza, que compõe o setor de educação, as ações comunicativas empreendidas pelo setor possuem um sólido caminho que se iniciou em 1973. Assim como Tamanini indica em sua dissertação, Souza aponta para o pioneirismo do projeto educativo, em termos metodológicos, proposto por Afonso Imhof. Sobre o projeto, esta autora reflete que:

[...] deste, uma das ações a serem destacadas foi a criação de vitrine-valises. Estes expositores transportáveis facilitavam os contatos entre o museu e os estabelecimentos de ensino mais afastados do núcleo urbano. Este projeto atingia escolas, comunidades, fábricas e diversos espaços públicos, apoiado principalmente nas orientações da UNESCO de aliar exposição, investigação e educação, buscando sensibilizar o público em geral, para o contexto ecológico e cultural dos habitantes pré-cabralinos de Joinville. (SOUZA, 2007, p.30-31)

Ao fazer a análise dos relatórios internos do Museu, Souza menciona um aspecto muito relevante para o nosso diagnóstico: a importância de o Museu trabalhar com metodologia própria, alternativa, sem precisar incorrer nos erros do ensino formal proporcionando, assim, a reflexão e a discussão a partir do objeto concreto. A partir dos relatórios elaborados, realizados no final da década de 80, Tamanini assegura que o setor educativo esforça-se para manter o espaço museal mais interessante e provocador; a despeito da carência de verbas que subsidiassem as ações e de um corpo técnico consolidado. Segundo a própria Tamanini, o referido projeto foi interrompido. “Sem recursos financeiros e com

problemas de recursos humanos, os trabalhos nessa região estão parados. Esporadicamente o Museu visita a região.” (1994, p.123)

Assim como fora apontado anteriormente neste estudo, existe, no MASJ, um notável lapso no fluxo de produção e comunicação, especialmente por fatores exógenos como a carência de profissionais fixos e a dificuldade de aporte financeiro via Prefeitura. De modo geral, tais carências eram supridas por pesquisadores externos ou por profissionais temporários. Essa evidência denota um aspecto relevante para o nosso diagnóstico: se a pesquisa arqueológica, em linhas gerais, provê subsídios para alimentar as ações comunicativas, a instabilidade da produção de informação, nesse cenário, representa uma obstrução do fluxo de informação na historicidade institucional, em diferentes intensidades. A restrição de verbas intensifica essas rupturas.

Somado a isso, outra questão que vem à tona é a rotatividade dos funcionários, devido a fatores também relacionados ao enquadramento funcional: por ser um Museu ligado à Prefeitura, diferentemente, portanto, de um plano de carreira federal, os incentivos sobre um plano salarial e de carreira também prejudicam a continuidade das ações. Tamanini, antes mesmo da nova fase de contratação via concurso público, dimensiona tal problema de descompasso das ações por razão da descontinuidade no corpo funcional.

Quase sempre o motivo da não permanência (dos funcionários) é a falta de perspectiva profissional e a questão salarial. Não existe uma política de recursos humanos definida pelo Museu. Assim como a Prefeitura Municipal de Joinville não tem plano de cargos e salários. Os profissionais que foram contratados até recentemente eram admitidos no Museu com uma determinada função, como por exemplo, Técnico em Administração e, respondem por atividades de pesquisa científica no acervo, na Museologia, na Educação, e o que é mais grave, com remuneração a nível de 2º grau. Atualmente eles lutam para conseguir o reconhecimento de seu título universitário, alegando inclusive que o trabalho na área de Museologia, Educação e Laboratório não poderia ter sido feito se eles não entendessem sobre cada Ciência particular. (TAMANINI, 1994, p.131-132)

Dessa esclarecedora citação, podemos destacar mais um elemento, que faz ponte com a estrutura funcional e atravessa a história do Museu: a qualificação dos profissionais que desempenhavam os seus cargos, que, ao longo dos anos, foram supridos pelo empenho individual e por uma formação continuada. Em contraposição desse esforço, ao conversar com o corpo técnico, observamos uma aparente desmotivação gerada pela falta de incentivo da Prefeitura, ainda na atualidade. Essa observação ficou patente na nossa interação com a equipe e fica particularmente clara na fala de Oliveira:

tem a falta de apoio e incentivo, pelo fato de estarmos na Prefeitura. Na verdade se você for comparar com os funcionários e outros pesquisadores brasileiros ligados às universidades o salário é baixo, né? Embora quando comparado ao trabalhador não federal não é, só que a gente não tem incentivo. Então se eu fizer uma pós-graduação, doutorado, mestrado, eu não vou ter nenhum centavo a mais no meu salário. Os projetos também, esse projeto de geoprocessamento [...] eu só ganhei mais trabalho com isso. Então falta estímulo, falta estímulo pra gente, pra gente continuar [...] ¹⁸²

Apesar dos fatores listados anteriormente, em artigo escrito em 1997, portanto no momento de efervescência institucional do MASJ, Tamanini destaca que a ação educativa tem a tradição de ser o principal pilar institucional. Sobre o tema, relata que

A principal novidade introduzida por este Museu, na década de setenta, foi o atendimento educativo, vindo a ser uma das atividades suportes para a instituição. Experiências educativas pioneiras foram e estão sendo realizadas com certa regularidade, comprometendo-se especialmente com informações acerca da ocupação Pré-colonial na região e com a preservação [...]. O que possibilita reflexões a respeito da utilidade de um museu na atualidade. **Pontua-se também, que o despontar para as atividades educativas foi uma maneira deste museu compensar a falta de profissionais e pesquisas em outras áreas.** (TAMANINI, 1997, p.68. Grifo nosso)

Outra evidência que deve ser pontuada, que perpassa não apenas o setor de educação, foi o fato de o Museu ter permanecido por seis anos (de 1997 a 2003) sem um coordenador ligado ao quadro funcional do Museu, como já fora evidenciado neste diagnóstico. Esse período foi considerado de forte desmonte institucional pelos atores que compõem o MASJ. Por óbvio, tal período reflete em seu dinamismo. Em nossas coletas de dados (bibliográficas e presenciais), verificamos que nesse período nebuloso o setor educativo foi o carro-chefe que manteve o Museu em movimento.

Segundo Alves, ex-coordenadora do MASJ, o período em que o museu ficou sem direção foi considerado de grande complexidade. Segundo ela, em entrevista,¹⁸³ o que garantiu a sustentabilidade nesse período foi a cultura institucional já consolidada e a questão educativa, que conseguiu se manter por ter o custo mais barateado para ser realizado.

O período de gestão de Alves, como já referenciado, representa a nosso ver uma nova fase institucional, representada pela contratação de diversos funcionários via concurso público, dentre eles estão os educadores Flávia Antunes de Souza e Gerson Machado, que ainda permanecem na instituição à frente de setor. Dessa leva de contratação, iniciou-se a

¹⁸² Entrevista realizada no dia 26 de junho de 2010. Eloy de Oliveira ocupa o cargo de geógrafo no MASJ e trabalha na linha de salvaguarda *in situ*.

¹⁸³ Entrevista realizada com Maria Alves, no dia 27 de junho de 2010. A entrevistada foi coordenadora do Museu entre 1994-97.

estruturação de um plano de ação educativa mais consolidada, ganhando ainda mais força dentro da instituição e reforçando o hiato entre os setores arqueologia e educação, que, respectivamente, representam a produção interna de informação e a externalização.

A partir disso, enunciamos um fator nodal para o nosso diagnóstico: a polaridade entre a pesquisa e a educação no interior deste organismo. Se por um lado o setor educativo se estabelece, desde os primeiros passos institucionais, como a atividade suporte do Museu, fortalecendo-se quase que autonomamente na instituição, por outro, essa autonomia guia a um afastamento simbólico (e até físico, na configuração arquitetônica do Museu) em relação aos demais setores. Em nosso entendimento, tal polarização reflete diretamente no fluxo de informação entre aquisição, salvaguarda, pesquisa e comunicação. Em resumo, se por um lado o setor Educativo é um vetor estruturante do Museu, historicamente, por outro a sua autonomia o afasta dos demais encadeamentos museológicos.

Por uma série de razões, algumas que fogem ao contexto dessa análise, os setores de arqueologia e educação mantiveram-se em rotas paralelas. Um dos fatores que cabe ser mencionado é o fato de a tradição de pesquisa ter se iniciado muito tardiamente em relação às práticas educativas. Desse fator, podemos tirar algumas características institucionais relevantes para a nossa análise: se por um lado o setor educativo ganha forma e força a partir das novas contratações (década de 90), o setor de arqueologia é contemplado com apenas uma profissional. Podemos inferir, portanto, que há uma desproporção em termos de potencial de trabalho, ao passo que o setor educativo incrementa as suas ações, mantendo a tradição da educação no museu, a arqueologia mantém-se com apenas uma funcionária, que tem a incumbência de reverter o quadro de inércia da pesquisa interna ao Museu. Nesse sentido, o depoimento de Bandeira reflete esse raciocínio:

O museu estava muito polarizado por causa da questão educação e as outras áreas que o museu tinha [...] está na história da instituição, primeiro o Afonso sempre deu destaque para a educação. [...] No cargo de educador, quando eu entrei, tinha três profissionais para o mesmo cargo e para arqueologia entrou apenas um [...] e essa pessoa (a própria) ainda assumiu o cargo administrativo de coordenadora.¹⁸⁴

Em artigo publicado por Tamanini, antes do ingresso da primeira arqueóloga, observamos tal lapso que, em menor grau, permanece sólido ainda no presente:

A ausência de pesquisas especialmente com o acervo já existente no Museu, fruto de Coleção e também de pesquisas de profissionais da Arqueologia que não priorizam a

¹⁸⁴ Entrevista com Dione Bandeira, realizada em 24 de junho de 2010.

socialização dos seus resultados, [...] tem dificultado a elaboração de novas exposições, projetos que transcendam as vitrinas e o apoio ao ensino formal. Estes fatores também acarretam descontinuidade das propostas entre os demais Programas do Museu. (TAMANINI, 1997, p.68)

Desse recorte, podemos inferir que o amadurecimento processual do setor de educação dimensiona, e é dimensionado, pela formação do próprio corpo funcional do MASJ. Seguindo a lógica argumentativa que trata desse descompasso, com base no depoimento da mesma profissional, ratificamos o lapso entre produção e comunicação da informação arqueológica presente ainda nos dias atuais:

às vezes acho que principalmente a educação tem dificuldade de ficar sempre focando no mesmo objeto; gostaria talvez de entrar em outros campos, ou talvez o ritmo de produção arqueológica devesse ser maior, para dar mais informações para a educação poder comunicar e não ficar se repetindo [...]. Ainda acho que a nossa exposição não incorpora algumas questões na mesma velocidade que realizamos nas pesquisas [...] Acho que há uma distância entre a arqueologia, os arqueólogos, e as ações educativas [...] Houve realmente uma dificuldade grande dessa interação, de que os educadores estivessem juntos, porque não tem outra forma.¹⁸⁵

Atualmente, apesar do patente lapso no fluxo informacional entre produção e extroversão, o setor educativo permanece bastante ativo em suas ações. Dentre as suas atividades primordiais, ainda ativas desde 2000, são compreendidas diversas frentes de trabalho (dentre elas o denominado projeto de atendimento educativo: 2º, 3º e 4º ciclos, que foi concebido para apoiar a exposição de longa duração Pré-História Regional) que exploram temas transversais, tais como moradia, alimentação, diversidade cultural, qualidade de vida, acesso a tecnologia e desigualdades sociais. Além dessas atividades, há o “Projeto de atendimento ao Ensino Formal: 3ª, 5ª e 7ª série e o “Projeto de Atendimento ao Público de Educação Infantil”.

De acordo com o parecer de Carneiro, o Projeto de Atendimento ao Público de Educação Infantil tem como objetivo

proporcionar às crianças de escolas de educação infantil (a partir dos 5 anos) a possibilidade de conhecer o museu como um espaço público de interação e construção de conhecimentos, a partir de atividades lúdicas, com linguagem e materiais didático-pedagógicos adequados à sua faixa etária (oficinas de pintura e argila, contação de histórias, etc.). A atividade tem duração de duas horas e também prevê uma participação prévia do professor. (GILBERTONI CARNEIRO, 2009, p.155)

¹⁸⁵ Idem à entrevista anterior.

Além dessas ações de fluxo contínuo, existem outras diversas ações desenvolvidas pelo setor, tais quais: atendimento à Educação de Jovens Adultos, Formação de Estagiários/Funcionários do MASJ e FCJ, Formação de alunos monitores, Formação de Professores, dentre outras atividades que são de demanda espontânea. Nos últimos dois anos, o setor desenvolveu, também, um projeto conjunto de educação patrimonial com outras unidades da FCJ, de modo a articular este setor com outras equipes da Fundação.

A partir dos dados levantados nesse diagnóstico, retomaremos algumas questões as quais nos propusemos a averiguar no contexto do setor educativo; em específico o que se refere à abrangência das ações e as metodologias utilizadas. Vale destacar que, para fins desse diagnóstico, não faremos uma avaliação verticalizada das ações, visto que não seria esse o foco central; ademais a nossa análise é mais afastada e não especialista. Para os fins dessa pesquisa, daremos ênfase ao público que interage com os discursos museais via projetos educativos, em detrimento das demais ações culturais desenvolvidas pelo setor (filmes, palestras, colóquios, etc.).

Pudemos observar, dos projetos arrazoados aqui, uma vocação acentuada para o público infanto-juvenil, embora o Museu tenha como filosofia o diálogo com outros agentes no decorrer de sua história – como professores, profissionais de outras unidades de preservação e comunidades do entorno de sambaquis. Atualmente não conseguimos vislumbrar tais perspectivas de incorporação de públicos heterogêneos e incorporação das ações extramuros, ao menos não como um plano claro de ação. Sem estabelecer juízo de valores, sinalizamos para esse nó em virtude de os instrumentos reguladores estabelecerem a meta de ampliar a abrangência para atores que vão além do público escolar.

Sobre o tema da abrangência das ações, Souza acentua que

toda esta equipe entrou em 96 e aí se estruturou o programa de ação educativa, porque projetos já existiam desde a abertura do museu, há 40 anos, desde o Afonso, sempre teve este perfil: o museu na escola, escola no museu, maletas pedagógicas. Ele tem esse histórico de se preocupar com a relação extramuros, e isto se deve principalmente (a gente atribui esta vocação, esta filosofia institucional) ao fato do museu ter o acervo *in situ*. Então isto nos levou para fora, para trabalhar com estas comunidades, para se aproximar das localidades que têm sítio arqueológico muito perto, então esta demanda vem daí desde sempre. Fora isso, ensino formal como um todo, professores e alunos, e isto se estende também a outros níveis de ensino: Ensino Superior, graduação... Para cada grupo destes a gente tem algum tipo de atendimento, enfim, de atividade direcionada à faixa etária. Então o museu atende a todos os públicos. **Já tivemos em outros tempos uma ação muito mais efetiva junto às comunidades, associações de moradores, do que temos hoje.** Então a

gente já conseguiu esta proximidade maior em outros tempos, agora a gente não está tão atuante assim na comunidade.¹⁸⁶

Em complemento disso, Machado esclarece:

o público-chave é o público escolar, para o qual se volta a maior parte dos projetos, com o qual a gente tem mais familiaridade em trabalhar. É o público que a gente domina melhor a linguagem, então é onde a gente tem a maior interação. Agora estamos avançando um pouco nesta questão, pois existem públicos que são desafios para a gente trabalhar a comunicação do museu, especialmente aqueles que têm dificuldades de linguagem, como os cegos, os surdos-mudos e aqueles que têm alguma deficiência cognitiva. Então, esses a gente já fez alguns ensaios de trabalho, que apesar de ser um numero bem reduzido de visitas, é um público importante, até para a gente calibrar e ampliar nosso repertório, as nossas estratégias de atuação para públicos que normalmente não se relacionam com museu.¹⁸⁷

Desses depoimentos, ratificamos a ideia de que, embora o Museu tenha uma tradição voltada para incorporação do território do entorno, portanto mais abrangente, atualmente os esforços estão mais direcionados ao público escolar. Entendemos, portanto, que o Museu tem a potencialidade de expandir tais ações, sobretudo se as pontes entre os setores de arqueologia e de educação forem solidificadas, nomeadamente na ação conjunta de preservação do patrimônio arqueológico *in situ*. Se por um lado cabe ao setor de arqueologia o encargo de pesquisa e salvaguarda dos sítios, por outro, o setor de educação poderia complementar essas ações recuperando um potencial de inserção no território que hoje está subutilizado. Por outro prisma, entendemos que o setor de educação permanece bastante aquecido em termos de atividades culturais promovendo, de forma corrente, seminários, apresentação de filmes, programas de capacitação e treinamento de equipe, dentre outras diversas programações que aquecem a comunicação do MASJ e o proveem forte visibilidade regional. Conforme pudemos aferir, também, tais ações poderiam ser potencializadas caso tivessem um acréscimo de profissionais compatível com os encargos para si incorporados.

Embora tenhamos detectado um obstáculo dos fluxos de informação, este não chega a ser totalmente interrompido, no que tange o engajamento entre as equipes. Segundo Souza, tais ações não são totalmente fragmentadas, visto que se têm, atualmente, dez sítios alvos de salvaguarda dentro de áreas urbanizadas em que há participação do setor em cerca de quatro escolas em cada região. “Seriam em média de 30 a 40 escolas públicas que são priorizadas

¹⁸⁶ Entrevista realizada com a educadora Flávia Antunes de Souza, no dia 29 de agosto de 2012. Souza integra o setor de educação desde 1996.

¹⁸⁷ Entrevista realizada com o educador Gerson Machado em 31 de agosto de 2012. Machado integra o setor de educação desde 1996.

neste processo, que vai do professor ao aluno. Então não tenho dúvidas de que este é o grande filão ainda, do museu.”¹⁸⁸

Embora a nossa análise tenha focado o Museu da sua gênese até a primeira investida de campo, em 2010, devemos novamente mencionar as instabilidades geradas pelo momento de transformação que o museus atravessa atualmente. Todas as dificuldades geradas pela interdição da antiga sede foi um divisor de águas, que geraram ônus e bônus para o andamento do MASJ. Se por um lado os funcionários do Museu permaneceram sem prédio para abrigar as suas ações por um período próximo de um ano,¹⁸⁹ por outro, tal período complexo gerou um fator de amadurecimento do MASJ enquanto equipe, diminuindo consideravelmente o *gap* entre os setores. Fruto desse momento de turbulência, uma exposição de longa duração foi concebida para substituir aquela que vigorava anteriormente, desde 1992. Sobre esse processo de mudança de prédio e de concepção de nova exposição, diversos foram os depoimentos que assinalaram para uma convergência dos profissionais do MASJ. Souza retrata com detalhes as mudanças no perfil das ações de pesquisa e comunicação que se consubstanciaram nesse momento de forte ruptura institucional:

Então a gente está neste processo. É sempre muito interessante, porque a gente tem pessoas de diversas áreas, então as leituras, os pontos de vista e as discussões ficam muito interessantes. Então hoje a gente vive este processo interno interessante e a instituição, como um todo, ela tem essa prática da discussão, dos seminários, das Jornadas de Arqueologia, que é também para o público externo. E eu não sei há quanto tempo, mas acho que desde que a Beatriz (2010) entrou, o setor de arqueologia organizou as jornadas em Arqueologia que é mais direcionado para a questão da pesquisa, estudos de casos mesmo. **E isto também tem enriquecido esta nossa abordagem com o público, e a própria maturação para o resultado que se deu nesta exposição (nova exposição de longa duração, inaugurada em 2012).** Então esta exposição também é fruto de toda esta nossa dinâmica institucional. Todo o processo de construção da exposição, para mim, o que caracteriza este processo é educativo. Para todos nós.¹⁹⁰ (Grifo nosso)

Por esse enfoque, notamos que o momento de desestruturação institucional impulsiona a equipe para a busca de uma nova identidade; a reboque, aquelas rupturas históricas começam a esmaecer, apontando para um novo norte institucional. Ainda sobre o momento de transição, Souza relata:

No período em que o museu foi interditado pela Vigilância Sanitária, foi quase o golpe de misericórdia quando o museu foi transferido para o Centreventos, então

¹⁸⁸ Idem à entrevista anterior

¹⁸⁹ O MASJ funcionou temporariamente no Complexo Centreventos em razão da interdição da antiga sede, pela Vigilância Sanitária, e enquanto um novo prédio seria negociado para abrigar o Museu.

¹⁹⁰ Entrevista realizada com a educadora Flávia de Antunes de Souza, no dia 29 de agosto de 2012.

neste momento a gente teve que abandonar um pouco este processo de construção da exposição, para assumir mais esta luta pela vida da instituição, porque neste momento a gente não tinha nem exposição, e agora não tinha mais sede. Então a gente se viu no olho do furacão. Foi uma determinação coletiva muito grande [...] ¹⁹¹

Em linhas gerais, verificamos que as ações educativas do MASJ têm raízes ficadas na origem do Museu, atravessando a sua temporalidade até dos dias atuais. Com a formação de uma equipe sólida, o setor vem amadurecendo as suas ações e readequando as suas metodologias de ação, mantendo uma boa intensidade dos fluxos informacionais do interior do sistema de informação para fora. Embora esse setor seja reconhecido como um carro-chefe da instituição, acreditamos que o seu potencial possa ser ainda mais forte em determinados aspectos, especificamente no caso da ampliação da abrangência das ações e em sua inserção nas comunidades locais, criando pontes com o setor de arqueologia – intensificando ainda mais os fluxos de informação para fora do sistema. Apesar do momento de turbulência, pelo qual o Museu atravessa atualmente, vislumbramos um momento de fortificação das equipes e um movimento de convergência que, decerto, tornará o fluxo informacional mais intenso e contínuo no interior do sistema.

Análise Prévia:

- As ações educativas, desde os primeiros passos institucionais, marcam a identidade do MASJ, elaborando e executando projetos de vanguarda com a sociedade;
- Entendemos que as atividades desenvolvidas pelo setor são fontes primordiais para a visibilidade do Museu perante o público. Pelo que pudemos averiguar, os jornais, sejam escritos ou televisivos, divulgam de forma corrente as ações promovidas pelo Museu. Entendemos esse aspecto como um ponto bastante positivo para a instituição, pois, ao ter visibilidade das suas ações, incrementa sua credibilidade pública;
- O setor incorpora para si um quantitativo de atribuições desproporcional ao número de profissionais, sejam eles efetivos ou temporários. Esse fato subdimensiona, historicamente, as potencialidades do setor em relação ao que é proposto nos instrumentos reguladores;
- O número reduzido de funcionários e a transitoriedade dos colaboradores temporários mostram-se como um elemento de longa duração que fragiliza a continuidade e o alargamento das ações para outros setores do Museu e o público em geral;

¹⁹¹ Idem à entrevista anterior.

- Um ponto a ser destacado, verificado na bibliografia levantada, demonstra o pioneirismo metodológico das ações e dos recursos utilizados pelo setor, que atravessa a temporalidade da instituição;
- Como pontos de redução de fluxo informacional, interpretamos que há uma idiossincrasia entre os objetivos do Plano Museológico e as ações concretas desse setor no que se refere à abrangência das ações; averiguamos que a proposta de dialogar com um público heterogêneo/diferenciados não chega a ser atendido em sua plenitude atualmente. Enxergamos um diálogo mais evidente com o público escolar, em detrimento de outros agentes, entretanto tal diálogo poderia ser alargado, com, por exemplo: guardas, policiais, idosos e moradores locais em áreas de preservação *in situ*.
- Se por um lado é positivo o fato de o setor ser considerado a mola propulsora da instituição, por outro o seu amadurecimento desproporcional guia a um relativo isolamento deste com os demais setores do Museu. Vislumbramos que esse mesmo elemento pode ser considerado um dos fundamentais fatores de frenagem do fluxo informacional que deveria ser empreendido entre a produção e escoamento de informação arqueológica.

3.2.7 A retroalimentação do sistema de informação: coletando evidências

Como já especificado no capítulo relativo aos procedimentos metodológicos, intentamos nesse momento lançar um olhar sobre os processos de avaliação institucional, focando nos dois principais meios de escoamento de informação: as ações educativas e as exposições museológicas. Nosso diagnóstico investigará os métodos de avaliação dispostos no MASJ e a abrangência do público “ouvido”, sem perder de vista a avaliação sobre como esses estudos são incorporados nos instrumentos reguladores. Por esse ângulo, podemos aferir se há, de fato, uma cultura de avaliação institucional e se a retroalimentação do sistema é crível. Igualmente, busca-se traçar um breve panorama de como uma parcela do público está se apropriando da informação divulgada pelo Museu.

Importa, também, sinalizar que a nossa observação sobre esse tópico é mais afastada, como uma avaliação da avaliação.¹⁹² Não caberá a nós tabular os dados propriamente, mas

¹⁹² No capítulo relativo ao MAX, por não haver uma tabulação dos estudos de público, nós elaboramos uma breve tabulação dos dados brutos. Neste capítulo, recuperaremos um estudo já realizado.

compreender como os mecanismos de *feedback* estão sendo empreendidos pela instituição. Diferentemente da investigação realizada no capítulo referente ao MAX, no qual o nosso enfoque foi o livro de sugestões – mais espontâneo a nosso ver, e como forma de suprir a ausência de estudo qualitativo das ações educativas nesse Museu –, neste capítulo mudaremos de rota, visto que não há no MASJ o artifício do livro de sugestões propriamente dito.¹⁹³ Por outro lado, este Museu possui um sólido estudo dos públicos atendidos via ações educativas, que por sua vez é o público que mais interage com a instituição. Para fins de diagnóstico, faremos uso dos estudos disponibilizados e da tabulação de dados já realizada pelo setor de educação. Dentre as possibilidades de investigação – avaliam-se comumente os professores, educadores e alunos – daremos ênfase às críticas, elogios e sugestões feitas pelos alunos atendidos pelos projetos educativos, de 1997 a 2009. Esse recorte possibilitará vislumbrar, assim como no MAX (mesmo que por outra via), como esse público¹⁹⁴ entende os processos comunicativos estabelecidos pelo MASJ.

O próprio fato de não haver dados para serem diagnosticados em relação a um público amplo é, por si, um dado. Notamos, em nossa pesquisa de campo, que há um descompasso na cultura avaliativa empreendida pelo Museu: se por um lado a equipe do setor de educação possui um programa sólido de avaliação de suas ações, por outro o setor de museologia, que em tese responsabiliza-se pelas exposições, não possui um plano de avaliação continuado e sistêmico. A partir desse dado evidenciamos outro indício: em princípio, o setor educativo ficaria no encargo de promover e avaliar as ações educativas – que por sua vez faz uso reiterado da exposição – e o setor de museologia deveria encarregar-se do estudo do público espontâneo, aquele que se utiliza das exposições em específico. Ramifica-se, por essa via, a comunicação em duas instâncias de avaliação e retroalimentação do sistema: uma das visitas que partem das ações educativas, ao encargo de um setor, e outra que deveria focar no público espontâneo, de responsabilidade do setor de museologia. Ademais, pode-se inferir que há uma maior atenção dada aos públicos do ensino formal (aqueles que mais interagem com os processos comunicativos) enquanto aquele público esporádico e espontâneo permanece sem ser devidamente ouvido, reconhecido e interpretado.

¹⁹³ A ausência do livro de sugestões, de forma visível na exposição, é substituída por tiras de papel em que, voluntariamente, o público esporádico preenche e deposita em uma caixa. Em nossa pesquisa de campo percebemos, porém, que as referidas tiras foram recolhidas e organizadas por ano. No entanto, não há nenhuma forma de sistematização desses dados, tornando inócua essa metodologia de estudo de público, visto que as críticas e sugestões não retroalimentam o sistema de nenhuma forma.

¹⁹⁴ A análise no contexto dos Museus estudados diferencia-se, especialmente, por o MAX ser focado em um público espontâneo e o MASJ, por sua vez, em um público do ensino formal. Embora tenhamos em mente que estamos usando dois parâmetros diferentes de abordagem, para fins desta pesquisa o nosso enfoque maior são os próprios mecanismos de avaliação, sobrepujando o resultado em si.

Feitas as primeiras observações gerais, consideraremos o Regimento e o Plano Diretor (2007) para compreender como, institucionalmente, o Museu encara a avaliação do público em suas ações comunicativas. Surpreendentemente, o Regimento do Museu não prevê, em nenhuma das suas atribuições, uma proposta clara de avaliação ou pesquisa de recepção de público. Formalmente, restaria apenas uma análise quantitativa daquele público que buscou interação com o Museu, mas sem verticalizar, por exemplo, no quesito “quem” é esse público e como este se apropria do discurso do Museu. Do mesmo modo, entendemos que o MASJ busca avaliar o público com quem mais dialoga (ensino formal), mas deixa para um segundo plano aquele público em potencial, que não está frequentando o Museu por alguma razão. Indagada sobre quem seria o público não visitante, Souza responde:

Não, eu não tenho uma visão clara de quem não é nosso público visitante... Mas assim, *en passant*, eu posso arriscar te dizer que o cidadão comum (um transeunte, o trabalhador) é o público menos atingido. [...] A gente vê mais presente no cidadão que vem de fora visitar Joinville (que ele vai ao Museu Sambaqui, com certeza, que o museu está no roteiro deste turista) do que do cidadão joinvilense mesmo, que não está vinculado a nenhum grupo (que não está na universidade, ou não está na Escola). Este é o que está mais fora do circuito.¹⁹⁵

O Plano Diretor (2007), por sua vez, ao planificar as propostas do Programa de Comunicação Museológica, supre o vazio encontrado no Regimento no que se refere aos processos de avaliação. Dentre as ações propostas no referido programa, observa-se quatro pontos cruciais para entender como o Museu observa a avaliação: o primeiro ponto menciona a intenção de “desenvolver ações direcionadas para públicos diferenciados (avaliações devem indicar futuramente)”; já o segundo aponta para a necessidade de “desencadear processos avaliatórios das ações museológicas que intensifiquem qualitativa e quantitativamente a relação entre a sociedade e o Museu, subsidiando os demais programas”; o terceiro aponta para uma das quatro metas/prioridades do setor que recai na necessidade de “desenvolver projeto de avaliação da Exposição de Longa Duração” e, por fim, a meta de “concluir processo avaliatório do projeto ‘Atendimento ao Ensino Formal 2º, 3º e 4º ciclos’”.

Desse Plano observamos que o Museu, em que pese a relevância das avaliações no interior do organismo, assume um compromisso de ouvir o público e entende, inclusive, que tal escuta daria subsídios para repensar e projetar ações direcionadas para públicos diferenciados – um exemplo palpável do entendimento sobre os processos de

¹⁹⁵ Entrevista realizada com a educadora Flavia de Antunes de Souza, no dia 28 de agosto de 2012.

retroalimentação. Em suma, esse documento nos aponta para uma característica primordial: o museu tem a avaliação como um pressuposto basilar nos processos museológicos.

Indo de encontro a tal perspectiva, pudemos averiguar que a abrangência das ações tem um recorte bastante abreviado: o ensino formal. Por essa lógica, entendemos que as avaliações possuem limitações na medida em que apenas uma parte do público corrente¹⁹⁶ é avaliada continuamente.¹⁹⁷ Ao não considerar a avaliação formal do público esporádico e espontâneo, o Museu tem dificuldade de planejar ações para públicos heterogêneos, como demanda o próprio Plano. Em resumo, embora a maior parte do público atenda a exposição por intermédio das ações educativas, o Museu tem um panorama restrito dos demais públicos visitantes ou com potencial de visitação. Afeta-se, nessa medida, o potencial de retroalimentação do sistema de informação.

Soma-se a isso, o entendimento que o Regimento tem das competências dos setores. De acordo com esse documento, dentre outras competências, caberia ao setor de museologia “manter com os demais setores do MASJ, um sistema expositivo museológico, com exposições temporárias de curta e longa duração, itinerantes [...]”. Por esse raciocínio, embora não seja explícito, haveria uma responsabilidade partilhada sobre os processos avaliativos, conforme já sinalizamos. Inferimos, então, que o setor educativo assume a responsabilidade de investigar como o ensino formal enxerga as ações (dentre as quais a exposição) e como a museologia compreender os demais. Porém, na prática, o setor de museologia não possui a cultura de avaliação das exposições,¹⁹⁸ sobretudo a de longa duração. Sobre o estudo dedicado ao público esporádico que atende à exposição, a atual gestora Pereira dos Santos nos esclarece:

Nós temos planos de avaliar, mas nós nunca fizemos isso. Nós temos a caixinha de críticas e sugestões guardadas em muitas pastas, mas nunca ninguém sentou para computar isso. Nós temos uma estatística de público mensal; chega no final do ano a gente só conta e manda número para a Fundação. Então não tem nenhum estudo específico sobre a avaliação de exposição, tá?¹⁹⁹

¹⁹⁶ Conseguimos identificar uma quantidade de formulários que dão conta do estudo dos públicos envolvidos nas ações educativas. Os referidos formulários dão conta de uma análise igualmente quantitativa e qualitativa. Com base nas análises qualitativas, elaboramos um breve panorama da recepção dos discursos pelo público.

¹⁹⁷ Veremos adiante, contudo, que o MASJ tem uma forte tendência a uma avaliação informal de suas ações, compensando a fragilidade das avaliações formais.

¹⁹⁸ Conforme já sinalizado, verificamos que as exposições itinerantes estão sob a responsabilidade do setor educativo igualmente.

¹⁹⁹ Entrevista realizada com a atual Coordenadora do MASJ, Adriana Alves, no dia 30 de agosto de 2012.

Imbuídos da hipótese que o Museu não possuiria a “cultura da avaliação”, indagamos os profissionais do Museu sobre esse quesito. Ao ser questionada, Souza responde:

Sim e não. Sim: no sentido de que há, desde que eu entrei no museu, já existia a preocupação em avaliar. A presença dos formulários você vai ver nas mais diversas ações: as de comunicação, as de pesquisa, tudo tem um formulário de avaliação [...]. O ‘não’ é no sentido de que uma porcentagem muito pequena destas avaliações foi tratada, foi processada como deveria ser. [...] Como autocrítica, eu te diria que a gente teria que se debruçar mais sobre esse novo material, para produzir mesmo conhecimento, para devolver isso. A fonte existe, mas é preciso um olhar mais atento, mais dedicado.²⁰⁰

Desse ponto de vista, a retroalimentação do sistema não chega a atender toda a sua complexidade de forma a interferir, por exemplo, na concepção de novas exposições. Menos ainda, a nosso ver, é a incorporação das demandas dos públicos na reavaliação das ações propostas em outros setores, como a arqueologia. Por outro lado, averiguamos que há uma forte tendência à avaliação daqueles setores que interagem com o Museu, via ação educativa. Dessa maneira, favorece a remodelação de suas ações de forma endógena, por assim dizer, na medida em que retroalimenta mais o próprio setor que propõe a avaliação em detrimento dos demais. Averigua-se, em ambos os setores, um quantitativo considerável de dados coletados que ainda não foram processados em forma de relatórios de avaliação – sobretudo aqueles dados relativos à compreensão que o público tem do discurso museológico. Nesse sentido, o MASJ tem a potencialidade de localizar ruídos comunicativos de forma a equalizá-los, porém esse potencial não está sendo utilizado em uma proporção adequada.

Embora, em um primeiro olhar, não tenhamos verificado uma “cultura de avaliação”, ratificado pelos depoimentos autocríticos, na prática conseguimos verificar uma diversidade de experiências e metodologias de avaliação tanto formais quanto informais. Referimo-nos às formais àquelas que possuem estratégias como formulários, coleta de depoimentos, dentre outros. As informais, àquelas que não possuem ferramentas e, em alguns casos, intencionalidade. A título de exemplificação, ao conversar com uma das monitoras, foi-nos informado que todas as experiências vividas na exposição, pela equipe de monitoras, são comunicadas para toda a equipe que compõe o setor de educação gerando, dessa forma, uma notável compreensão da equipe sobre o público que atende à exposição. Segundo o que foi dito, nada do que ocorre no cotidiano da exposição deixa de ser avaliado pela equipe nas reuniões formais ou informais. Da mesma forma, pudemos observar o senso crítico que a equipe tem sobre as suas ações – o qual, apesar de não ser uma avaliação formal, resulta em

²⁰⁰ Trecho retirado da mesma entrevista.

uma reavaliação das ações e motiva a retroalimentação de seus programas educacionais e expositivos. Cumpre dizer, também, que observamos em campo um Museu com notória capacidade de olhar para si, de forma reflexiva, manifesta em reuniões de trabalho e outros momentos. A nosso ver, esse também seria um processo de avaliação não formal que influi, contudo, na concepção de projetos comunicativos, encarados por nós como um dinamizador dos fluxos de informação.

Focaremos para fins dessa pesquisa, no entanto, nas avaliações formais. Em um documento elaborado pelo setor de educação, que trata do Programa de Comunicação Museológica, é possível dimensionar algumas novas rotas institucionais em termos de avaliação do público. Com o título “Pesquisa de público e avaliação da Exposição de Longa duração Pré-história Regional – 2011”, tal documento faz um arrazoados dos objetivos, quais sejam: subsidiar a qualificação da exposição de longa duração; avaliar o perfil do público não escolar; avaliar a instituição junto a atores diversos; ampliar a participação da população nos processos de comunicação museológica da instituição e subsidiar a renovação e ampliação da exposição. Como metodologia, o documento prevê aplicar, tabular e interpretar dados de modo a subsidiar a renovação e a ampliação da exposição. (Documento interno, 2011)²⁰¹ Como esse documento ainda não está formalizado dentro da instituição, entendemos que o MASJ ainda não possui um programa de avaliação (com métodos, objetivos e metodologias) planejado em seu interior.

Deve-se grifar, também, que os estudos propostos, embora limitados em termos de abrangência, têm uma harmonia entre uma avaliação quantitativa (número de pessoas atendidas nas ações, número de professores, quantas vezes retornaram, etc.), mas também qualitativa (o que você achou interessante nas atividades desenvolvidas no Projeto Educativo; o que você achou da exposição do Museu; que sugestões você daria para um próximo trabalho?, dentre outras).

Com base nos dados apresentados anteriormente, é possível diagnosticar um lapso no que tange ao processo de retroalimentação do organismo, uma vez que parcelas da sociedade permanecem de fora dos processos de escuta. Em contrapartida, por intermédio desse documento, aparentemente ainda não legitimado, podemos observar a intenção de reverter esse quadro visto que denota-se uma capacidade de autoavaliação da equipe sobre o próprio processo avaliativo, nomeadamente ao apontar para a necessidade de avaliar o público não escolar e avaliar a instituição junto a atores diversos. Até o momento da última pesquisa,

²⁰¹ Aparentemente esse documento serve apenas para nortear as ações internas do setor, pois não estava totalmente acabado contendo algumas anotações para fins de uma formatação final.

verificamos, ainda, a inclinação de avaliar o público escolar; como reconhecemos o museu enquanto processo, cremos que esse quadro atual tenha a tendência de ser revertido.

Em termos práticos, o setor educativo possui uma gama de metodologias de avaliação do público envolvido nas ações educativas. As mais comuns são os formulários de avaliação que acompanham todos os projetos de ação educativa oferecidos pelo Museu.²⁰² Os formulários de avaliação são direcionados, grosso modo, aos alunos, educadores e professores e atendem às particularidades desses nichos de público. No que se refere à avaliação dos alunos, esse documento possui os seguintes campos: identificação da escola e do aluno e outras sete perguntas indiretas – “Quais são seus objetivos em relação à visita ao Museu?”, “Você já havia participado anteriormente dos Projetos Educativos do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – MASJ?”, “O que você achou interessante nas atividades desenvolvidas no Projeto Educativo?”, “Comente o quê você gostou em relação às atividades desenvolvidas no Projeto educativo”, “O que você achou da exposição do Museu?”, “Na sua concepção, o que é Museu?” e “Que sugestões você daria para um próximo trabalho?”. Com exceção da segunda questão, todas são perguntas abertas, portanto de livre resposta.

Como dito anteriormente, privilegiaremos a avaliação dos alunos atendidos pelo setor, entre 1997 e 2009, sobretudo por se tratar do maior público atendido pelo Museu em termos numéricos dando, assim, uma abrangência interessante para a análise. De forma a criar parâmetros de análise compatível com o MAX, recortaremos a análise nas sugestões, elogios e críticas desses alunos em relação às suas experiências no Museu, entendendo essa uma forma voluntária e livre de avaliar os processos comunicativos. Vale mencionar, também, que a tabulação desses resultados²⁰³ acompanha uma lógica semelhante à análise do primeiro Museu estudado, em que as observações do público foram divididas em três modalidades de análise: pontos positivos, pontos negativos e sugestões. Por outro lado, diferentemente do que nós propomos no capítulo anterior, não elencamos parâmetros (como, por exemplo: reencontro com o museu, pesquisa, etc.) para nivelar as respostas dadas pelos alunos.

Como resultado tabulado pelo setor de educação, chegamos às tabelas e às informações a seguir. Em termos de pontos positivos em relação ao processo comunicativo (exposição e o próprio projeto):

²⁰³ Diferentemente do MAX, no qual nós realizamos a tabulação do livro de sugestões, o MASJ já possuía uma tabulação dos formulários. Por mera coincidência, a tabulação dos dados seguiu a mesma lógica que a nossa, qual seja: separar em pontos positivos, negativos e sugestões. Tal fato, a nosso ver, facilitará o cruzamento de dados entre os dois Museus; embora tenhamos em mente que o primeiro Museu abrange um público aleatório, enquanto este foca em um público específico.

Gráfico 4: Gráfico de pontos positivos.

Como apontam os dados do gráfico 4, verificamos que a maior parcela desse público entende que o projeto em geral possui mérito e aponta a relevância da visita, em termos de pesquisa. Outros dois fatores de relevância que encontramos seriam a apresentação das hipóteses e o desdobramento da atividade. Em termos gerais, é possível considerar que o público teve uma experiência positiva em termos da pesquisa e das demais atividades desenvolvidas.

Em termos de pontos negativos das ações:

Gráfico 5: Gráfico de pontos negativos.

Verifica-se, a partir desses dados (gráfico 5), que a ampla maioria das respostas indica que não houve pontos negativos em relação à experiência comunicativa com o Museu, seguida da indicação de um considerável quantitativo de pessoas que não responderam. A nosso ver, o fato de, voluntariamente, não responder a questão é um indicativo de que não há pontos críticos a serem apontados.

No que tange às sugestões, temos os seguintes resultados:

Gráfico 6: Gráfico de sugestões. **Quadro 6:** Compilação de sugestões.**SUGESTÕES**

- 1: Corresponde às expectativas.
- 2: Disponibilizar um tempo maior para as atividades externas.
- 3: Criar novas atividades: teatro, maquete, cerâmica e outros.
- 4: Incluir no projeto a visita ao sítio.
- 5: Desenvolver atividades de pesquisa arqueológica.
- 6: Apresentar a partir de slides e filmes, informações acerca da ocupação pré-colonial.
- 7: Dar continuidade às atividades com o grupo.
- 8: Maior divulgação dos sítios arqueológicos de Joinville.
- 9: Incluir novos objetos à exposição.
- 10: Criar novas exposições.
- 11: Não opinou.
- 12: Outros.
- N.O.: Não Opinou.

Com base no gráfico 6 e quadro 6, podemos averiguar que as sugestões, em sua maioria, não puderam ser tabuladas, sendo encaixadas no parâmetro “outros”, fato esse que

dificulta a análise dos dados. Nota-se, também, que um número expressivo de pessoas não opinou, inferindo-se que as atividades agradaram e que o público não possui sugestões. Das respostas tabuladas, a “criar novas atividades: teatro, maquete, cerâmica e outros” pode ser um indicativo da necessidade de reformular as propostas das ações educativas. No tocante à exposição, especificamente, 237 pessoas indicaram a necessidade de incluir novos objetos à exposição e a de criar novas exposições. Em uma primeira análise, infere-se que a defasagem da exposição de longa duração chega a ser um obstáculo no processo comunicativo. Se entendermos que a pesquisa arqueológica também é um elemento que soma ao processo comunicativo via exposição museológica, ao número anterior somaríamos mais 218 pessoas.

Análise Prévia:

- O quesito “avaliação do público” carece ainda de algumas medidas que poderiam incrementar o processo avaliativo das ações comunicativas, em que pese às ações educativas o público espontâneo que acessa a exposição. Com relação ao segundo, verifica-se que o Museu carece de um programa articulado de avaliação da exposição por um público esporádico e espontâneo, ou seja, aquele que adentra o Museu sem agendamento ou aquele que não esteja participando de nenhuma ação proposta pela instituição. Esse público permanece desconhecido para o Museu;
- Entendemos que há, por outro lado, uma cultura de avaliação daqueles setores que mantém diálogo continuado com a instituição, nomeadamente o público do ensino formal. Observamos que existem diversas formas de avaliar esse público, formal ou informalmente;
- Diferentemente do MAX, o MASJ não possui um livro de sugestões. A ausência desse documento dificulta a avaliação livre do público esporádico e o reconhecimento de quem são os atores com quem o museu empreende diálogo. Se por um lado existem as “tiras” para averiguar as sugestões, por outro este mecanismo é subutilizado, além de não existir uma tabulação desse material;
- Aferimos, por meio dos documentos norteadores da instituição e por meio da observação no local de pesquisa, que há uma cultura de avaliação na raiz do Museu, mesmo que ainda parcial;
- Pelos dados levantados pelo próprio Museu, verificamos, em linhas gerais, que há uma grande aceitação das propostas comunicativas por parte do seu maior público: os alunos do ensino formal;

- Por outro lado, verificam-se indicativos de que as ações comunicativas poderiam ser dinamizadas, na medida em que um número significativo de pessoas apontou direta ou indiretamente para a necessidade de replanejamento das ações comunicativas;
- Em linhas gerais, o sistema avaliatório, proposto pelo Museu, atende parcialmente às demandas de retroalimentação, podendo ser um fator de diminuição do fluxo desejado de informação.

CAPÍTULO 4 – ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS

O presente capítulo corresponde a uma sistematização dos dados coletados nos capítulos anteriores, sobretudo no que se refere à compilação das “análises prévias”, para fins de uma análise comparativa entre os objetos de pesquisa. O objetivo central dessas análises é refletir sobre os questionamentos levantados na hipótese da tese, qual seja: obstáculos/ruídos comunicacionais, localizados no interior do processo de musealização da arqueologia, que interferem nos fluxos de informação que partem da aquisição, atravessam a salvaguarda e desembocam na comunicação.

Ao comparar os dados, temos a oportunidade de investigar, da mesma forma, as aproximações e os afastamentos entre as instituições diagnosticadas no que se refere aos processos e procedimentos de musealização da arqueologia. Além disso, será possível aprofundar a seguinte discussão: quais são os fatores endógenos e exógenos que interferem e causam arritmias nos fluxos de informação. Nessa análise, não nos furtaremos de apreciar aqueles fatores que dinamizam os fluxos ou mesmo apontar para possibilidades de estratégias que venham a amenizar os obstáculos diagnosticados.

Metodologicamente, este capítulo foi redigido de forma a criar tabelas comparativas de cada um dos museus, seguindo os parâmetros de análise referenciados no diagnóstico museológico, apresentado na metodologia da tese. Sequencialmente, as tabelas apresentam os resultados alcançados em cada um dos tópicos delimitados no diagnóstico e representam a sequência esquemática da cadeia operatória de musealização, quais sejam: significação e aquisição do registro arqueológico, estrutura física, salvaguarda, exposições, ações educativas e retroalimentação do sistema de informação.

Conceitualmente, após a construção das tabelas, retomaremos quatro questões fundamentais: obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação; potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional; estruturas de longa duração e aproximações institucionais. De forma sumarizada, cada um desses elementos oferece a possibilidade de discutir as seguintes preposições, respectivamente: obstáculos na cadeia operatória no interior de cada sistema de informação (fatores endógenos); elementos que favorecem a fluidez e/ou propostas de estratégias que minimizem os ruídos; elementos que atravessam a história dos museus ou que têm relação aos fatores políticos e ideológicos do contexto em que os Museus estão inseridos (fatores exógenos) e, por fim, aqueles elementos

que se fazem presentes em ambas as instituições, independentemente de suas particularidades – regionalismo, histórico da formação das coleções, tutela do museu, dentre outros.

Abaixo, propomos um mapa esquemático da estrutura da análise de dados (figura 78):

Figura 76: Mapa conceitual da análise de dados.

4.1 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO

	Análises Prévias MASJ	Análises Prévias MAX
Significação e Aquisição	O principal meio de aquisição, nos primeiros momentos do Museu, foi a compra de uma vasta coleção de material arqueológico do arqueólogo Amador Tiburtius;	O principal meio de aquisição, que despontou no surgimento do Museu, foi o salvamento arqueológico na região de Xingó.
	O setor de arqueologia acumula diversas funções, com número reduzido de profissionais concursados, e em razão dos encargos relativos à fiscalização e o salvamento de sítios arqueológicos na região. Por essa razão, tem o fluxo reduzido de processamento e pesquisa dos acervos gerados.	O setor de arqueologia teve acentuada dinâmica de pesquisa de campo, sobretudo formada por pesquisadores convidados, na vigência do patrocínio da Petrobrás. Por outro lado, teve um fluxo reduzido em termos de processamento e pesquisa dos acervos gerados;
	As pesquisas de laboratório são subdimensionadas, reduzindo o fluxo de processamento do material coletado;	As pesquisas de laboratório foram promovidas majoritariamente por pesquisadores externos – consultores e pós-graduandos. Na segunda fase do Museu, segue um ritmo reduzido;
	Corpo funcional do setor de arqueologia é reduzido se comparado às responsabilidades assumidas legalmente;	O corpo funcional da coordenação de arqueologia é instável e nunca chegou a ter uma equipe que compusesse a coordenação de arqueologia, formando, assim, um quadro técnico específico para o Museu fixado em Canindé;

Localiza-se uma ruptura entre o setor de arqueologia e os setores de ação educativa e museologia, interferindo na fluidez da informação entre os componentes de processamento e comunicação;	Localiza-se uma ruptura entre as coordenações de arqueologia e museologia, interferindo na fluidez da informação entre os componentes de processamento e comunicação;
A porta de entrada (aquisição) permanece aberta, embora em um fluxo baixo;	A porta de entrada permanece aberta (aquisição), porém em baixo fluxo;
Ausência de uma política de aquisição de acervos.	Ausência de Política de Aquisição de Acervos.

Quadro 7: Comparação de dados da significação e aquisição.

4.1.1 *Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação*

Em linhas gerais, o MASJ tem o seu potencial de pesquisa, sobretudo de laboratório, reduzido por contingências que se referem à historicidade do Museu. Averiguamos, na instituição, uma vocação histórica que pende para as ações educativas; em outros termos, para os aspectos comunicativos. Esse fator interfere, inclusive, na formação do corpo funcional do Museu, que vem a consolidar um setor de arqueologia de forma muito tardia, resultando em um passivo de demandas em torno da pesquisa de laboratório e do processamento do material arqueológico confiado ao Museu. Tal idiosincrasia reflete diretamente no fluxo desejável de informação, uma vez que as pesquisas deveriam nutrir as estratégias de comunicação com os insumos informacionais gerados nos encadeamentos pregressos.

Outro elemento fundamental para o diagnóstico diz respeito à aquisição de acervo, aqui considerado como qualquer forma de entrada de dados (objetos ou sítios) no sistema de informação. Em nenhum dos dois campos verificamos uma política planejada de aquisição de acervos, que reduz as possibilidades de equilíbrio entre os componentes de entrada, processamento e saída. O papel de uma política de acervos é de fundamental importância para se manter a saúde institucional, sobretudo no contexto dos Museus de Arqueologia, pelas contingências já mencionadas. Acrescido disso, instabilidades identificadas entre os

encadeamentos de aquisição e processamento tonificam as arritmias dos fluxos no interior do sistema de informação.

O MAX, por sua vez, sofre hoje com o *boom* na aquisição de coleções, fruto do salvamento arqueológico na região de Xingó. Se por um lado o salvamento deu origem ao Museu, por outro gerou um quantitativo de objetos desmedido e incompatível com as políticas de gestão de coleções e das informações associadas (processamento). O fato de haver uma desconexão entre a arqueologia e a museologia – de fato nunca houve a presença da museologia em termos de salvaguarda – reduz as possibilidades de sistematização das coleções e, conseqüentemente, a geração de insumos informacionais. Como já sinalizado anteriormente, porém, é importante ratificar que, via de regra, a arqueologia incorpora os procedimentos de documentação e conservação às ações de pesquisa de campo e laboratório.

A pesquisa dessas coleções, no primeiro momento institucional do MAX, foi bastante aquecida, gerando produtos de suma relevância como as já citadas publicações, periódicos, livros e eventos científicos. Todavia, parte considerável desses insumos informacionais foi capitaneada por profissionais externos ao Museu. Não entendemos esse fator como uma ameaça à interrupção do fluxo, por outra via, esse protagonismo de profissionais externos – contratados, consultores ou acadêmicos de pós-graduação – não pressionou a formatação de um corpo funcional interno e compatível com as atribuições do Museu (disponíveis em seus Regimentos Internos). Com um corpo funcional enxuto e instável, a pesquisa de laboratório sofre oscilações indesejadas, ameaçando o fluxo de produção de informação.

4.1.2 *Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional*

O MASJ é bastante atuante na proteção do patrimônio arqueológico regional, fato este que oferece uma consistente visibilidade e dimensiona o compromisso social da instituição frente à sociedade – embora, por demais das vezes, as suas funções se confundam com o próprio papel do IPHAN. O fato de ter forte atuação regional, a nosso ver, interfere positivamente no poder de barganha entre o Museu e o seu órgão de tutela, gerando mais recursos (financeiros e humanos) para a instituição. A contratação de profissionais via concurso público nos últimos anos, corroboram essa afirmação. Atualmente, o setor de

arqueologia tem a oportunidade de repensar as suas estratégias de pesquisa e salvaguarda com a atual equipe, embora ainda subdimensionada.

O Museu manteve, por longa data, uma parceria saudável com colaboradores externos, nomeadamente nas pesquisas arqueológicas. Apesar do fato de ser um museu municipal, distante dos centros universitários, pensamos que o MASJ tem o potencial de reestabelecer a dinâmica de parceria com colaboradores externos, seja por convênio ou via projetos de captação de recursos, por intermédio de editais. De maneira geral, deve-se ratificar que o MASJ tem amplas e positivas experiências em concorrências públicas para editais, que reverberam na dinamização dos fluxos informacionais no Museu.

O MAX localiza-se em um cenário bastante positivo em que pese as potencialidades de pesquisa, que sofreram diretamente com a ruptura do patrocínio da Petrobrás – que, até 2008, foi o maior provedor do Museu. Diferentemente do MASJ, o MAX tem uma estrita relação com uma Universidade Pública Federal (UFS), mesmo porque se trata de um museu universitário. Embora já esteja trabalhando em parceria com alguns cursos, nomeadamente com o corpo docente e discente dos Cursos de Bacharelado em Museologia e Arqueologia bem como o mestrado em arqueologia, acreditamos que tais convênios e projetos possam ser incrementados e potencializados, tirando proveito do ambiente propício para esse fim. Igualmente, o MAX pode ser considerado como o mentor da criação do Curso de Mestrado em Geografia da mesma Universidade, incrementando as possibilidades de intensificar, inclusive, convênios já outrora estabelecidos.

Mesmo com o corpo funcional reduzido e instável atualmente, seria interessante que o MAX consolidasse, efetivamente, um Programa de Pesquisa arrazoando diretrizes institucionais em relação à produção de informação científica sobre as coleções. Dizemos isso porque averiguarmos que, se por um lado, as pesquisas levadas a cabo pelos cursos de graduação e pós-graduação geram insumos informacionais e, por outro, o MAX ainda não possui uma política clara para reverter essa produção para dentro da instituição. Logo, as informações produzidas ficam dispersas e são pouco refletidas nas estratégias de comunicação.

4.1.3 *Aproximações institucionais*

- Ambos os Museus, em maior ou menor medida, possuem acúmulo de objetos que não atravessaram a etapa de processamento (salvaguarda e pesquisa) – o que denota uma obstrução do fluxo informacional, especialmente o MAX, que tem parte considerável do seu acervo sem qualquer tratamento. A despeito dessa evidência, ambos mantêm a porta de entrada aberta apesar da frenagem do fluxo no compartimento de processamento, gerando uma ameaça à fluidez do processo de musealização.
- De maneira geral, ambos os museus possuem uma dinâmica de comunicação (exposições e ações educativas) afastada dos procedimentos de pesquisa e salvaguarda dos acervos, rompendo, assim, com a esperada fluidez entre a aquisição, processamento e extroversão. Isso não significa dizer, no entanto, que tais dinâmicas não têm um forte potencial comunicativo e uma audiência bastante significativa.
- Ambos os Museus, em diferentes graus, padecem pelo subdimensionamento de um corpo técnico sólido, estável e compatível com as dinâmicas de pesquisas de campo e laboratório. Relativiza-se o caso do MAX que, atualmente, não realiza pesquisa de campo associado ao Museu. Em ambos os casos, os Museus recorrem a membros externos em diferentes tempos institucionais para dar prosseguimento às pesquisas e ao processamento técnico-científico em um ritmo contínuo. Se por um lado os convênios são fundamentais, por outro desestimulam a criação de um corpo funcional permanente.
- Ambos os Museus mantêm ativa a aquisição de acervos, embora o fluxo de entrada não seja substancial. Em parecer, esse fator potencializa as obstruções no fluxo de informação no que se refere ao processamento. Somado a isso, as instituições não contam com uma política planejada de acervos, que, em tese, regulariam a porta de entrada do sistema.
- Ainda há uma incompatibilidade, na prática cotidiana, na interface da arqueologia com a museologia. A relação desses profissionais dentro dos Museus, quando há a figura do museólogo ou alguém que faça as vezes desse, ainda segue rotas paralelas e pouco integradas. Esse fator reverbera fortemente nas estratégias de salvaguarda, especialmente o MAX, e, em certa medida, na extroversão dos acervos.

4.1.4 Estruturas de longa duração

- Em linhas gerais, entendemos que os Museus permanecem, mesmo que em menor medida, sob a égide da acumulação de coleções. Embora se configurem sob uma nova roupagem, as instituições museológicas ainda coletam grandes parcelas da realidade sem uma proporcional preocupação com os demais mecanismos de preservação – salvaguarda e comunicação. Por óbvio, a realidade arqueológica contemporânea, majoritariamente orientada pela arqueologia de contrato, tem influência direta na saúde institucional da maior parte dos Museus de Arqueologia. No caso dos nossos objetos de estudo, podemos afirmar que o MASJ atua fortemente na fiscalização e pesquisa de áreas impactadas por empreendimentos, seguindo os pressupostos da legislação ambiental; já o MAX tem a sua origem conectada intrinsecamente a uma pesquisa de salvamento arqueológico.
- O indício acima referenciado se espelha diretamente nos deslocamentos de equipes e verbas para as fases de pesquisa arqueológica que, de forma patente, são desproporcionais ao tempo e equipes direcionadas aos aspectos voltados à curadoria dos artefatos; refiro-nos aqui, especialmente, ao MAX. Ratificamos a ideia que não basta coletar grandes parcelas do mundo, devemos criar estratégias claras para sistematizá-lo; fator esse que, parcela dos Museus de Arqueologia, ainda está em dívida na atualidade.

4.2 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO

	Análises Prévias MASJ	Análises Prévias MAX
Estrutura Funcional	A forma como se estrutura o organograma institucional limita a autonomia interna do Museu, quando da relação com o seu órgão de tutela;	A ingerência da UFS em seu Órgão Suplementar (MAX) é limitada, ligada majoritariamente ao controle dos aspectos financeiros, à prestação de contas em termos quantitativos (número de visitantes e gastos) e à realocação de profissionais temporários;

O repasse de verba via Fundação Cultural de Joinville – vinculado à Prefeitura – supre apenas em parte as demandas museológicas, porém trata-se de uma verba constante;	O repasse de verba via UFS é insuficiente para manter as atividades museológicas que, atualmente, estão sem verbas via patrocínio (verba instável); hoje a verba anual supre o suficiente para manter as suas atividades básicas (abertura e manutenção mínima do Museu);
O corpo funcional apesar de estar em expansão, por intermédio de concursos públicos, ainda é insuficiente para dar cabo a algumas atividades basilares;	O corpo funcional do MAX é instável e insuficiente para dar cabo a algumas atividades basilares na medida em que a maior parte dos profissionais é contratada, temporariamente e cedida ao Museu, ou composta por estagiários;
O MASJ tradicionalmente capta recursos por meio de editais e patrocínios junto a agências de fomento e a iniciativa privada;	O MAX se apoiou firmemente no patrocínio de uma só empresa (verba instável), nos primeiros momentos institucionais, porém não manteve a tradição de financiamentos e patrocínios externos;
Nos Regimentos Internos, o setor de museologia possui uma força político-institucional compatível com os demais setores, todavia, na prática, este fica reduzido em termos de funcionários e se restringe às estratégias de salvaguarda das coleções.	Nos Regimentos Internos, a coordenação de museologia (posteriormente a coordenação de exposições) limita fortemente a ação da museologia na instituição, reduzido à manutenção das exposições existentes. Ademais, o Museu nunca chegou a ter uma equipe de funcionários que compusesse a coordenação.

Quadro 8: Comparação de dados da estrutura funcional.

4.2.1 *Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação*

A relação do MASJ com o seu órgão de tutela, segundo os depoimentos coletados, segue de forma harmônica na atualidade. No entanto, o Museu já atravessou momentos de instabilidade em que ficou sem um gestor interno, levando a uma desestruturação institucional, em razão de alternâncias políticas na Prefeitura. Ainda segundo o que pudemos averiguar no diagnóstico, as tomadas de decisões internas nem sempre encontram eco no momento em que o diretor as leva para “fora” do Museu, quando tais demandas são discutidas na Fundação. Por óbvio, essas possíveis incompatibilidades, reforçadas por circunstâncias políticas, interferem ou ameaçam a dinâmica interna do Museu e, portanto, incidem em seu fluxo de informação – sobretudo em termos de contratação de pessoal e da ação do Museu em empreendimentos que demandem salvamentos arqueológicos.

O corpo funcional do MASJ expandiu-se notavelmente em dois momentos específicos, 1996 e 2011, com o ingresso de profissionais concursados que configuram o mapa atual de funcionários do Museu. Por outro lado, o acréscimo de profissionais que compõem o setor de arqueologia não cresceu na mesma proporção que o setor de educação. Nesse sentido, ainda há mais demandas para o primeiro setor que a quantidade de profissionais atuando. Ademais, o setor não é composto unicamente de arqueólogos, portanto nem todos os profissionais estão aptos a realizar tarefas concernentes à área, como, por exemplo, as atividades de triagem e pesquisa de laboratório. Por esse viés, entendemos que o déficit de arqueólogos no Museu reduz a potencialidade de sistematização das coleções arqueológicas afetando, então, o fluxo de informação.

Outro aspecto que deve ser grifado diz respeito aos vetores de força interna nas tomadas de decisões concernentes ao processo de musealização. Embora o organograma se estruture de forma bastante horizontal internamente, conseguimos perceber que o setor educativo, tradicionalmente, possui uma força política mais acentuada. Conforme vimos no capítulo referente ao Museu, a última exposição de longa duração elaborada partiu deste Setor, em termos de concepção e coordenação. Ademais, o setor de museologia ainda é diminuto, pois é formado por apenas dois profissionais, em que um deles hoje ocupa o cargo de coordenador do MASJ. A partir desses dados, podemos inferir que o fluxo de informação tem maior ênfase na comunicação, nomeadamente no setor educativo, desequilibrando, então, um fluxo contínuo de entrada, processamento e comunicação.

O MAX, por sua vez, aparentemente tem uma maior autonomia para as tomadas de decisões até mesmo porque a instituição nasce com certa autonomia em relação à Universidade, sobretudo financeira – embora esta instituição detivesse controle formal sob as políticas internas do Museu, antes mesmo da sua constituição de fato.²⁰⁴ Deve-se notar que, apenas em 2006, o MAX tornou-se um órgão suplementar da UFS. Enquanto perdurou a vigência do patrocínio da Petrobrás, até 2008, o MAX caminhou de forma distanciada da Reitoria. Após a não renovação do patrocínio e a culminância da troca de diretores, houve uma política de aproximação entre os dois entes. Se por um lado essa autonomia proveu a possibilidade de uma rota livre de intervenções diretas nos procedimentos de musealização, por outro lega ao Museu uma relativa falta de suporte para levar adiante os processos de produção e escoamento de informação. Atualmente, a Universidade oferece apenas o suficiente para a manutenção das atividades básicas.

Em relação ao corpo funcional do MAX verificamos que, em sua primeira fase, se efetivou um quadro funcional bastante consistente, integrado principalmente por profissionais contratados e consultores externos. A partir de 2008, esse quadro reduziu-se notavelmente deixando a instituição frágil em termos de equipe, visto que não houve um estímulo voltado para a formatação de um quadro fixo e permanente. No instante que a dotação orçamentária se apoia fortemente em uma fonte de receita instável, como é o patrocínio, todos os encadeamentos de musealização sofrem risco eminente, conforme nos aponta a historicidade do MAX. Desse prisma, a instabilidade financeira é diretamente proporcional ao desequilíbrio do corpo funcional e, portanto, uma ameaça aos fluxos de informação.

Em linhas gerais, os vetores de forças internas penderam para a coordenação de arqueologia sobrepujando as atividades relativas à coordenação de museologia (posteriormente de exposição). Nesse sentido, o próprio Regimento Interno nos aponta para uma atuação bastante limitada desta área no interior do MAX. Vale ressaltar que o Museu nunca teve a figura de um museólogo em seu quadro funcional. Entendemos que essa evidência reverbera diretamente no fluxo de informação, sobretudo no que tange à sistematização das coleções no compartimento de processamento e a proposição de novas exposições.

²⁰⁴ A Universidade tinha relação direta com o Programa de Arqueologia de Xingó (PAX), criado no final da década de 80. Esse programa, como já mencionamos, foi o principal fomentador da criação do MAX.

4.2.2 *Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional*

As fontes de receita do MASJ são principalmente duas: uma estável e outra instável. A primeira tem relação direta com a dotação orçamentária proveniente do repasse do Município de Joinville, por intermédio da Fundação Cultural. A segunda fonte é o patrocínio e a concorrência de editais que, tradicionalmente, o Museu lança mão. Por essa ótica, interpretamos que o Museu tem como potencialidade o equilíbrio das dotações orçamentárias, sem se apoiar em uma única dotação orçamentária. Se por um lado a verba advinda da Prefeitura é limitada, por outro o Museu tem consistente habilidade de captar recursos por meio de diversos órgãos de fomento, tanto para projetos voltados para a pesquisa e salvaguarda quanto para a comunicação. Ao manter essa tradição, o Museu dinamiza os fluxos informacionais.

Por ser uma instituição que não tem a cobrança de entrada, como é o caso do MAX, sua receita poderia ser incrementada por outras fontes, tal qual a Associação de Amigos do Museu e/ou por intermédio de uma loja de *souvenir*. As experiências do MAX apontam para um incremento considerável da receita pela comercialização de lembranças que contém a marca do Museu (camisas, porta-joias, canecas, publicações, dentre outros). Em paralelo, esta prática consolida a imagem do Museu ao mesmo tempo em que o divulga.

O MAX, assim como o MASJ, tem a oportunidade de variar e incrementar as suas fontes de receita. Como mencionamos, esse possui uma experiência bastante positiva com relação à loja de *souvenir*; por óbvio o fluxo de turistas na região potencializa a comercialização de lembranças. Investir em uma Associação de Amigos também poderia ser mais uma possibilidade de fonte de receita, além de criar meios de unir forças em prol da instituição. Ainda nesse enfoque, o MAX, por estar vinculado a uma instituição universitária federal, possui a oportunidade de investir com mais ênfase na captação de recursos via editais de fomento. Por outro lado, deve-se ter em mente que o patrocínio e a captação de recursos por órgãos de fomento à pesquisa são instáveis e temporários e, portanto, devem apenas somar às fontes estáveis – órgão de tutela.

4.2.3 *Aproximações institucionais*

- Ambos os Museus têm, em maior ou menor medida, um corpo funcional incompatível com as responsabilidades patrimoniais incorporadas para si.
- Em linhas gerais, a dotação orçamentária de ambas as instituições é subdimensionada, tendo em vista os custos de manutenção das atividades museológicas, especialmente a salvaguarda do acervo.

4.2.4 *Estruturas de longa duração*

Em linhas gerais é possível afirmar que as instituições museológicas vêm, paulatinamente, se especializando em termos de qualificação das atividades museais, nomeadamente em termos de conservação e restauração de coleções. Na mesma medida, as exposições museológicas vêm se sofisticando e se utilizam cada vez mais de recursos nem sempre pouco custosos. Somado a isso, o estudo das coleções arqueológicas deixou, há muito, de ser generalista e de ser regida por um único profissional.

Todos esses elementos somados incrementam a especialização dos processos museológicos e, proporcionalmente, encarecem os custos de manutenção de sua estrutura. Podemos afirmar, portanto, que a dotação orçamentária de parcela considerável dos Museus, nacional e internacionalmente, padece de uma receita inferior às demandas museológicas contemporâneas.

4.3 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO

	Análises Prévias MASJ	Análises Prévias MAX
Estrutura Física	A sede original do MASJ está abrigada em um prédio projetado para finalidades museológicas em termos de comunicação, salvaguarda e pesquisa;	O MAX está abrigado em um prédio projetado para finalidades museológicas, sobretudo em termos de comunicação;
	A sede original está toda concentrada no mesmo complexo museológico, ocupando o mesmo terreno;	O Museu está dividido em duas diferentes unidades, a expositiva e a administrativa, em municípios diferentes;
	Há um aproveitamento dos espaços dedicados à pesquisa e salvaguarda, embora os espaços necessitem de ampliação atualmente;	Há um subaproveitamento dos espaços dedicados à pesquisa e salvaguarda;
	O local onde o Museu está instalado favorece os aspectos relativos à inserção regional de suas ações, mas desfavorece em termos de risco de intempéries (alagamento);	O local onde está instalada a unidade expositiva favorece os aspectos relativos à inserção regional de suas ações, mas desfavorece a pesquisa e a salvaguarda;
	Há um equilíbrio no projeto original em termos dos espaços disponíveis para a comunicação e o processamento das coleções.	Há um desequilíbrio entre a qualidade dos espaços disponíveis para a comunicação e o processamento das coleções.

Quadro 9 Comparação de dados da estrutura física.4.3.1 *Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação*

A relação do MAX com as questões espaciais e arquitetônicas é paradoxal. O fato de o Museu estar sediado em uma arquitetura projetada para fins museológicos representa um forte trunfo, porém, em sua concepção, sua estrutura foi planejada de forma segmentada, ficando os

espaços para a comunicação, salvaguarda e pesquisa em Canindé e a administração no campus da UFS, a cerca de duzentos quilômetros. Se por um lado a localização da unidade expositiva favorece uma inserção regional, no próprio local impactado pela Usina Hidrelétrica de Xingó, por outro o distanciamento entre as sedes desfavorece as ações de pesquisa e salvaguarda. O fato de a Universidade, tradicionalmente o lócus de pesquisa, estar desconectada geograficamente do acervo interfere diretamente nos fluxos de produção da informação e no processamento otimizado das coleções. Esse fluxo torna-se significativamente reduzido na segunda fase do Museu, já que se perde a infraestrutura outrora disponível para receber pesquisadores e, também, reduz-se o número de funcionários.

Notamos, em nossas pesquisas, que existe uma desarmonia dos espaços dedicados às estratégias comunicativas e aos procedimentos de salvaguarda, especialmente. Interessante notar que não nos referimos à amplitude dos espaços, mesmo porque os espaços delimitados para a salvaguarda e para os laboratórios são bastante amplos, mas sim à qualidade e ao conforto ambiental. Enquanto o local da exposição é climatizado e modernizado, os galpões construídos pela CHESF estão inadequados para a salvaguarda das coleções. Essa desarmonia simbólica e física, é um indicador de que o fluxo de informação tende a ser fluido nos locais projetados para a comunicação, porém nos compartimentos anteriores (salvaguarda e pesquisa) tais fluxos têm a sua intensidade reduzida.

O contexto do MASJ é igualmente singular e paradoxal. O fato de a sede original ter um projeto arquitetônico especificamente voltado para abrigar um museu é uma forte potencialidade. Contudo, o fato de estar geograficamente localizado ao lado do Rio Cachoeira torna-se o maior fator de instabilidade do Museu, provocando a interdição da antiga sede e, a reboque, toda uma reformulação institucional no contexto atual. A mudança de sede ocorrida no corrente ano (2012), e a imprevisibilidade quanto ao futuro do Museu, representa hoje um forte obstáculo para o fluxo de informação, principalmente no que tange à salvaguarda das coleções – conforme já apontado, a reserva técnica encontra-se ainda na antiga sede, que se encontra interditada, sem possibilidades de integrar o Palacete Niemeyer. Portanto, o que consideramos a maior potencialidade em termos de projeto arquitetônico, tornou-se o maior fator de instabilidade.

Outro fator interessante de ser mapeado diz respeito ao valor dado aos espaços que representam os componentes de pesquisa, processamento e comunicação, que, além de estarem plasmados integralmente na planta, mantiveram um conjunto harmônico e equilibrado entre os espaços. Somado a isso, estes componentes encontram-se inseridos em um mesmo

complexo museológico, diferentemente do MAX. Embora haja um equilíbrio volumétrico na planta original, a organização e ocupação posterior dos setores (arqueologia e ação educativa), no interior da antiga sede, indica um distanciamento simbólico entre a produção e a comunicação da informação, no qual o setor educativo detinha um espaço mais amplo que os demais. Embora isso não represente, necessariamente, um fator de obstrução do fluxo de informação, o apontamento desse fato torna-se interessante para desvendar onde há maior intensidade do fluxo de informação no interior do sistema e o descompasso entre os componentes de produção e comunicação.

4.3.2 *Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional*

Conforme pontuamos anteriormente, consideramos o projeto de construção da unidade expositiva do MAX como uma das maiores potencialidades do Museu, uma vez que oferece para o público um ambiente confortável e bem planejado. A concepção dos espaços atende amplamente os aspectos voltados para a comunicação, com salas amplas e climatizadas e com um equipado auditório. Tal projeto, igualmente, está inserido geograficamente no local onde ocorreu o impacto ambiental que gerou as coleções, respeitando o paradigma atual da arqueologia de manter as coleções nas regiões de onde os artefatos foram coletados. Nesse sentido, o MAX tem um forte potencial para ampliar as ações com enfoque regional, cooptando a comunidade local para o interior do Museu.

Para atender essa demanda, seria interessante que o Museu intensificasse parcerias e convênios com as Prefeituras das cidades do entorno, de forma a qualificar as estratégias de ações comunicativas. Da mesma forma, o Museu poderia desenvolver programas de capacitação de moradores locais, de modo que estes possam usufruir da instituição e, ao mesmo tempo, a promover localmente. Projetos de extensão desenvolvidos pela Universidade poderiam, igualmente, incorporar as comunidades circunvizinhas em suas ações, incrementando o ativismo dos indivíduos na gestão do patrimônio. A proposição de oficinas, recitais e outras atividades com as comunidades do entorno ampliariam regionalmente a credibilidade do Museu e levariam, a reboque, um estreitamento das relações entre o Museu e as Prefeituras – que, por sua vez, têm interesse político pelo retorno gerado por essas ações.

O MASJ, assim como o MAX, possui em sua sede original uma planta arquitetônica concebida para abrigar uma instituição museológica. Embora essa sede tenha sido interditada, a nova sede continua inserida em uma localidade privilegiada no centro da cidade. Sua localização é duplamente bem sucedida: está inserida em um circuito cultural e turístico, facilitando o acesso dos transeuntes, ao mesmo tempo em que tem proximidade com os sítios salvaguardados *in situ*, colaborando com a inserção do Museu nas comunidades do entorno. Esses fatores agregados representam um forte potencializador dos fluxos de informação, sobretudo no componente de comunicação.

Originalmente, a primeira sede incorporava em um mesmo local todos os espaços para atender a cadeia operatória da museologia. Atualmente, os fluxos de informação encontram-se instáveis frente à mudança de sede. Seria relevante se o MASJ, aproveitando-se da desconstrução/reconstrução institucional, estabelecesse suas metas e projeções para o futuro de suas instalações. Embora o Palacete Niemeyer seja um lugar que atende melhor as demandas da equipe (em termos de salubridade), ainda não há um destino certo com relação aos acervos. Seria importante se a equipe do MASJ projetasse um espaço, ou adequasse o antigo, para os novos parâmetros museológicos, levando em conta quatro aspectos fundamentais: a incorporação de todos os espaços necessários para a pesquisa, processamento e comunicação em um mesmo complexo (tal qual o projeto original); a projeção de espaços amplos para laboratórios e reservas técnicas, já prevendo o crescimento das coleções e da equipe e, ainda, os aspectos geográficos do entorno e a facilidade de acesso do público. Por óbvio, temos em mente que a convergência desses fatores não chega a ser uma tarefa simples, principalmente por se tratar de um Museu atrelado à esfera Municipal.

4.3.3 *Aproximações institucionais*

- Ambos os Museus se aproximam tanto na singularidade quanto no paradoxo. Na singularidade porque ambos se estabelecem em uma planta projetada para um museu, sendo um fator preponderante para a manutenção da intensidade dos fluxos de informação. No que tange ao paradoxo, podemos inferir que, apesar de possuírem esse elemento raro no contexto museológico brasileiro, que deveriam favorecer os fluxos, esses fatores respaldaram

negativamente em ambas as instituições, de formas diferenciadas, porém igualmente negativas para a manutenção das ações museais e dos respectivos fluxos informacionais.

4.3.4 Estruturas de longa duração

Tradicionalmente os Museus foram incorporados em prédios adaptados para a finalidade museológica. Não raro, os prédios que abrigam museus carregam em si diversas adversidades que acabam por interferir na cadeia operatória de musealização, tais como: incapacidade da rede elétrica para atender as demandas de salvaguarda e comunicação; problemas de manutenção da estrutura física; impedimentos jurídicos para possíveis readequações, dentre outros aspectos. Contrariando essa lógica, os Museus repousam em uma planta nova que, em maior ou menor grau, é coerente com as propostas museológicas.

4.4 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO

	Análises Prévias MASJ	Análises Prévias MAX
Salvaguarda	As estratégias de salvaguarda no MASJ são realizadas <i>in situ</i> e <i>ex situ</i> ;	As estratégias de salvaguarda limitam-se à preservação <i>ex situ</i> ;
	O processo de entrada de acervo no MASJ deu-se por meio de compra de material arqueológico e por pesquisas de campo realizadas no decorrer de sua trajetória. O processamento do material dá-se de forma incompatível com a entrada, porém sem um represamento consistente;	O processo de aquisição realizado no salvamento arqueológico em Xingó foi efetivado praticamente em um único momento, porém não foi acompanhado pelo processamento, apesar da drástica diminuição de entrada de objetos atualmente;

A gestão das coleções e de informações primárias é feita de forma adequada e conjugada entre arqueologia e museologia, cada uma com a sua especificidade;	A gestão das coleções e informações primárias foi feita de maneira deficitária. A documentação realizada até o momento tem uma feição arqueológica, inexistindo uma documentação ou gestão museológica das coleções;
O MASJ possui um sistema satisfatório de gestão e conservação das coleções, embora tenha que ser expandido de modo a incorporar o todo do acervo;	O MAX possui um sistema falho de gestão e conservação de acervos. Por ausência quase que completa de informações primárias, parte do acervo tem o seu potencial de gerar informação científica reduzido e, por vezes, irrecuperável;
O represamento de acervos está dentro dos padrões aceitáveis;	Há um forte represamento de acervos para processamento;
A reserva técnica está em boas condições, embora se encontre saturada.	A reserva técnica está em condições precárias para a salvaguarda do patrimônio.

Quadro 10: Comparação de dados da Salvaguarda

4.4.1 *Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação*

A investida de campo no MASJ nos apontou para um indício que consideramos transversal, em Museus de Arqueologia, no que tange à salvaguarda das coleções: o represamento de cultura material aguardando o tratamento adequado. Esse indício, no entanto, deve ser observado com certa parcimônia, tendo em vista que o amontoamento encontra-se dentro de um parâmetro aceitável, se comparado com outras realidades museológicas. Apesar disso, consideramos que a dinâmica do fluxo de informação encontra um obstáculo nas salas prévias à entrada em reserva técnica. Mesmo porque, de acordo com o que foi diagnosticado, o setor de museologia somente segue adiante o ciclo de musealização caso as

coleções sejam devidamente tratadas em um momento interior: o processamento técnico-científico executado pelo setor de arqueologia.

Outro aspecto que deve ser sinalizado, diz respeito aos fluxos entre a pesquisa e a salvaguarda e a exposição. Segundo o que pudemos levantar, quando parte das coleções não completa o ciclo de pesquisa e salvaguarda, os processos de extroversão também são atingidos diretamente, na medida em que os setores que se dedicam à comunicação encontram dificuldades de recuperar informações sobre cada um dos seus itens. Por esse prisma, também podemos observar um vetor de redução do fluxo de informação, sobretudo do processamento para a comunicação. A título de exemplificação, a nova exposição de longa duração do MASJ, conforme nos foi informado, retrata uma fragilidade institucional no que tange à pesquisa e ao processamento, na medida em que alguns objetos expostos estão desprovidos de informações associadas por não terem sido processadas.

A reserva técnica do MASJ pode ser considerada como um potencial da instituição, embora ainda careça de melhorias em termos de estrutura e de possibilidade de expansão. O fato de o prédio onde o Museu era sediado estar interditado atualmente dificulta as estratégias de conservação e acondicionamento, mormente para o setor de museologia. Embora não estejamos tratando da estrutura física nesse tópico, podemos considerar que a insalubridade do prédio original é um fator que ameaça diretamente a conservação das coleções.

Ainda sobre a reserva técnica, devemos salientar que os museus, sobretudo os de arqueologia, estão condicionados a uma expansão contínua de acervos. No caso do MASJ essa propensão é ainda maior, visto que são diversos os empreendimentos de grande porte realizados na cidade de Joinville e entorno, no qual o Museu tem ingerência direta. Sobre esse aspecto, verificamos que a reserva técnica atualmente já se encontra saturada, e sem possibilidades de expansão. Por outro lado, a porta de entrada continua aberta, apesar de seu baixo fluxo. Desses dados, inferimos que a possibilidade de crescimento das coleções, sem encontrar paralelo com a expansão do espaço da reserva técnica, é um fator de ameaça futura ao fluxo contínuo de informação. É importante destacar que, no momento de projeção da sede original, os espaços projetados para a reserva técnica atendiam plenamente às suas atribuições iniciais. No entanto, com a incorporação das novas competências em razão das legislações ambientais (sobretudo a partir da década de 90), essa realidade foi dramaticamente alterada.

Em relação ao MAX, os lapsos no fluxo informacional, no tocante à salvaguarda, podem ser considerados mais graves. Como vimos anteriormente, o grande fluxo de entrada de acervo não foi acompanhado por procedimentos claros de processamento, sobretudo

museológico²⁰⁵. As coleções não possuem uma unidade, tendo sido pesquisadas de forma estanque e sem um mapeamento global e integrado – em certa medida, uma atribuição museológica de gestão de coleções. Embora a aquisição de acervo esteja sobremaneira reduzida atualmente, consideramos que há um forte represamento de coleções, sem qualquer tratamento, no interior dos galpões construídos pela CHESF. Consideramos, então, que o fluxo informacional encontra-se rompido quando adentra o componente de processamento.

Referente à gestão das coleções e das informações primárias, observamos que se mantém a quase estagnação. Verificamos a dificuldade atual de recuperar informações primárias sobre o patrimônio, refletindo diretamente na possibilidade de documentar e sistematizar o material arqueológico coletado. Somado a isso, a historicidade do Museu nos aponta para um obstáculo no tocante às atribuições abarcadas pelas coordenações de arqueologia e museologia, nas quais a segunda esfera não interfere na salvaguarda. Compilando as evidências supracitadas, interpretamos que a gestão de coleções e informações representa um forte represamento do fluxo de informação, se não é o maior obstáculo diagnosticado. Seguindo a concepção dos encadeamentos museológicos, a gestão deficitária do acervo e informações associadas reflete diretamente na pesquisa sobre as coleções e afeta, diretamente, as estratégias de extroversão.

Os galpões onde repousam o acervo no MAX também merecem atenção especial. Os espaços encontram-se inadequados e, hoje, representam uma forte ameaça à conservação do acervo, sobretudo das coleções ósseas e demais materiais orgânicos. Esses elementos somam-se, igualmente, aos fatores de risco ao patrimônio arqueológico.

4.4.2 *Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional*

O MASJ possui, desde os primeiros momentos institucionais, uma forte inclinação para a salvaguarda *in situ* e *ex situ*, expressa, inclusive, em termos de Regimento Interno. Tradicionalmente os Museus de Arqueologia lidam com uma preservação patrimonial deslocada para dentro de suas cercanias, deixando em um segundo plano a preservação do patrimônio no próprio espaço em que se encontram. Em nossa compreensão, por outro lado, o

²⁰⁵ Referimo-nos a esta documentação museológica como aquela referente às políticas de gestão de acervos, como controle global das coleções para fins de organização e recuperação de informação.

Museu tem a potencialidade de investir na salvaguarda dos sítios, em conjunção com o setor educativo, porém sem assumir o papel de fiscal, que pode ser feito em parceria com outras instituições municipais ou mesmo federais. Referimo-nos, especialmente, às atribuições mais específicas e que demandam tempo da equipe, tais como vigilância e limpeza do entorno dos sítios, pareceres técnicos bem como ameaças diretas ao patrimônio, como o vandalismo, por exemplo, em que tal atribuição poderia ser encaminhada para empresas conveniadas à Prefeitura, ao IPHAN e para a própria polícia.

Com o recente acréscimo do corpo funcional, o MASJ tem o cenário mais propício para estabelecer um programa de salvaguarda mais dinâmico (setor de museologia e arqueologia), assim como para planificar uma política de aquisição e gestão das coleções que de alguma forma revertam a estagnação de coleções sem tratamento. Da mesma forma, poderiam planejar maneiras de expandir as estratégias de acondicionamento do acervo em reserva técnica. Ao projetar tal política, será possível dinamizar ainda mais o fluxo de informação, tirando proveito do fato que tal amontoamento ainda não atingiu um ponto crítico. Outro aspecto interessante, fazendo valer a tradição de captação de recursos externos, seria a redação de projetos de captação de recursos financeiros e humanos específicos para a salvaguarda, assim como para o incremento das políticas de segurança das coleções.

Em relação ao MAX, como já sinalizado, a inserção do Museu na UFS oferece um cenário bastante propício para o alargamento de projetos de extensão, ensino e pesquisa que podem ser revertidos para a salvaguarda da coleção, conforme já vem sendo efetivado atualmente. A união de esforços dos Cursos de Bacharelado em Museologia e Arqueologia, assim como do Mestrado em Arqueologia, pode ser amalgamada de forma mais atuante e em forma de programas de longa duração, revertendo insumos para o tratamento do acervo. A mobilidade acadêmica, criação de intercâmbios institucionais, dentre outros aspectos, pode configurar um trunfo que contribuirá com a sobrevida do patrimônio. Somado a isso, o MAX tem a potencialidade de buscar a captação de recursos, via editais específicos para o aparelhamento de reservas técnicas, de forma a reverter o cenário atual, assim como o MASJ já o faz.

Ainda no tocante à salvaguarda, e fazendo uma ponte com o corpo funcional, seria de suma importância a negociação junto à UFS para fins de contratação de um museólogo, fixo ao quadro, para atuar na salvaguarda, visto que o corpo funcional do MAX não chegou a ser contemplado com este profissional. Em concomitância com a contratação, um programa planificado de gestão de coleções poderia dinamizar os fluxos de informação que atualmente

estão interrompidos. Para tal, seria necessária uma reformulação do Regimento Interno de forma a incorporar à figura da Coordenação de Exposições funções mais condizentes com as competências da museologia, sobretudo em termos de documentação para a gestão e conservação das coleções. Obtendo êxito nesse pleito, seria possível aproximar ambas as coordenações, historicamente afastadas, em prol de uma ação partilhada em termos de gestão de acervos.

4.4.3 *Aproximações institucionais*

- Ambos os Museus, em maior ou menor grau, apresentam uma instabilidade no fluxo de informação no compartimento de processamento. De um lado o MASJ tem um fluxo apenas minimizado, já o MAX chega próximo da total obstrução no cenário atual. Em ambos os casos, as verbas destinadas para esse fim são diminutas, porém com possibilidades de captação de receita externa.

4.4.4 *Estruturas de longa duração*

Como já fora mencionado, um expressivo quantitativo de Museus de Arqueologia ainda tem notória dificuldade de gerir apropriadamente as suas coleções. Em termos brasileiros, a intitulada arqueologia de contrato, ou arqueologia empresarial, vem gerando um colapso nos museus, enquanto sistemas de informações. No instante que a porta de entrada não encontra equilíbrio com os compartimentos de processamento – por sua vez, extremamente complexo e custoso –, tais sistemas tendem a entrar em rota de choque. Por esse viés, acreditamos que os Museus estudados encontram-se intrinsecamente enquadrados nesse cenário contemporâneo da arqueologia.

4.5 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO

	Análises Prévias MASJ	Análises Prévias MAX
Exposições	As exposições de longa duração permaneceram inalteradas por longa data, apontando para uma relativa defasagem informacional e museográfica;	As exposições de longa duração permanecem inalteradas por longos períodos; a última, por exemplo, não é revitalizada desde 2005;
	As exposições temporárias e itinerantes, sobretudo o segundo método, dão dinamismo à extroversão de informação produzida, embora também permaneçam inalteradas por longos períodos;	As exposições temporárias e itinerantes estão inoperantes, reduzindo drasticamente a vitalidade da extroversão da informação produzida;
	A linguagem construída é acessível e conta com a utilização de recursos expositivos que facilitam a fruição da informação, que representa uma bem sucedida tradução da informação arqueológica;	A linguagem construída é acessível e conta com a utilização de recursos expositivos que facilitam a fruição da informação arqueológica, que representa uma bem sucedida tradução da informação;
	A exposição representa um forte trunfo do processo de musealização, com expressiva visitação anual; no MASJ segue um fluxo harmônico e em consonância com as atividades educativas;	A exposição representa um forte trunfo do processo de musealização, com expressiva visitação anual; no MAX segue um fluxo oscilante e em consonância com o fluxo de turismo;
	O fluxo entre a pesquisa arqueológica e a extroversão não é contínuo, apresentando rupturas em determinados períodos;	O fluxo entre a pesquisa arqueológica e a extroversão não é contínuo, apresentando rupturas significativas, sobretudo na segunda fase institucional;

	A relação entre os setores de museologia, ação educativa e arqueologia se encontram parcialmente amalgamadas nos processos de construção dos discursos institucionais;	A relação entre a coordenação de museologia, Ação Educativa e Arqueologia se encontram pouco conectadas, muitas vezes seguindo rotas divergentes;
	Exposições pautadas na cultura material, sem perder de vista o contexto, organizadas em temáticas e com foco nos processos humanos.	Exposições pautadas na cultura material, sem perder de vista o contexto, organizadas em temáticas e com foco nos processos humanos.

Quadro 11: Comparação de dados das exposições.

4.5.1 *Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação*

Em linhas gerais, é possível afirmar que as exposições do MASJ representam uma das mais relevantes pontes de contato entre a sociedade e o Museu, desde o momento de sua criação. Nosso diagnóstico, no entanto, identificou alguns pontos que reduzem os fluxos de informação, que não necessariamente repousam na concepção ou na linguagem expográfica em si.

O primeiro desses elementos diz respeito à permanência das coleções por longos períodos sem alteração. Do ponto de vista de um sistema de informação, como apontado no início da pesquisa, podemos enxergar as exposições como o produto de processos anteriores, tais quais as pesquisas (campo e laboratório) e o processamento técnico-científico (gestão de coleções). Em grande medida, tais elementos deveriam estar conectados de forma harmônica, em um fluxo contínuo. Permanecer por longos períodos sem revitalização, por esse entendimento, infere que a exposição do MASJ teve uma redução do seu fluxo de informação, sobretudo o que tange à “alimentação” de novas informações.

O segundo elemento, que retroalimenta o primeiro, refere-se às rupturas entre o fluxo de pesquisa, no interior do Museu, com foco em suas coleções, com relação aos processos de extroversão. Parcela considerável dos objetos confiados ao MASJ não foi devidamente estudada ainda. Como já referenciado, as pesquisas realizadas no Museu, apesar de seguirem uma dinâmica relativamente desacelerada, geraram um *quantum* significativo de informações.

Além disso, foram realizadas significativas pesquisas de campo no interstício de uma exposição permanente para outra (de 1991 até 2012), cujos produtos foram subaproveitados em termos de extroversão. Ambos os elementos citados representam, em nosso entendimento, uma frenagem no fluxo de informação.

Por fim, apesar de apresentar recursos que incrementam o potencial comunicativo (desenhos, reconstituições, maquete, dentre outros), a exposição ficou datada, na medida em que muitos anos se passaram sem reformulações significativas. Em linhas gerais, embora esse elemento não tenha sido identificado em nossa pesquisa, é trivial que a confluência de público na exposição de longa duração seja afetada pela falta de reformulações, sendo incorporada pelo senso comum como algo que já foi visto e não necessita ser contemplado novamente.

Outro ponto que se soma a esse diz respeito à interrupção de propostas de exposições temporárias, que cessaram em 1996 quando a sala dedicada a essas exposições foi inativada para esse fim, sendo utilizada, então, para dar espaço aos funcionários ingressantes do setor educativo. Por esse prisma, um forte vetor de vitalidade da comunicação, via mostras temporárias, afeta diretamente o fluxo de informação.

Com relação ao MAX, guardadas as devidas proporções, diagnosticamos um movimento muito semelhante. Se por um lado as exposições representam o principal meio de externalização da informação, por outro verificamos algumas rupturas sensíveis.

O MAX, assim como o MASJ, permanece com sua exposição de longa duração inalterada – e sem proposta de reformulação – por sete anos. Ainda que esteja bastante atual, supomos que as pesquisas arqueológicas sobre a ocupação humana da região tenham avançado significativamente, embora não tenham encontrado eco na exposição. Ademais, como já mencionado, diversas pesquisas externas foram realizadas em nível de graduação e pós-graduação, nomeadamente na UFS, algumas sobre as coleções do Museu. De algum modo, tais informações, ainda que se encontrem de forma dispersa, poderiam ser capitaneadas para a revitalização das ações comunicativas.

No que tange às exposições temporárias, contrariamente ao MASJ, o MAX ainda tem um espaço dedicado a exposições especiais. Sobre esse tema, cabe fazer algumas considerações. A primeira fase do Museu foi consideravelmente bem sucedida em relação às propostas de exposições temporárias com temáticas variadas, não necessariamente de arqueologia, com significativa relevância social. O segundo momento institucional, entretanto, que representa o momento de ruptura, sobretudo financeira, desmonta as possibilidades de renovação frequente desse espaço. Apenas como forma de exemplificação, a

última exposição temporária, que versava sobre o sistema de trem da Cidade de Piranhas, permaneceu no local por cinco anos (2008 a 2012). Soma-se a isso o fato de a bem sucedida exposição itinerante ter sido inutilizada por razões financeiras e logísticas desde 2008 (marco da crise institucional). A partir desses dados, entendemos que há uma diminuição dos fluxos informacionais no campo da comunicação no cenário atual, em contrapartida de sua fluidez do primeiro momento.

4.5.2 *Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional*

As exposições do MASJ, como dito anteriormente, são relevantes molas propulsoras do Museu em termos de apropriação pública do conhecimento e até mesmo no que se refere à visibilidade institucional na cidade e região. São diversos os fatores que nos levam a tal percepção, que encontra eco na expressiva visitação anual do Museu mesmo sendo localizado em uma cidade de pequeno porte. Reconhecemos este como um importante termômetro, embora não seja o único.

Em termos de discurso expositivo, podemos observar que a linguagem empregada é sobremaneira acessível ao grande público e lança mão de recursos variados para a sua inteligibilidade. Isto posto, avaliamos que houve êxito no que convencionamos chamar de tradução de informação, na qual uma informação arqueológica, hermética e sob a égide do cientificismo, é transmutada em uma linguagem museal e palatável ao público não especialista. Somado a isso, a atuação dos mediadores tornam a fruição da informação ainda mais facilitada no momento em que, esses profissionais, travam um diálogo com públicos diferenciados, adaptando o tom do discurso de acordo com as suas necessidades. Em complemento disso, ao contrário do MAX, o Museu ainda mantém ativa a exposição itinerante, potencializando, assim, um fluxo de informação que vai além das delimitações espaciais do Museu. Por esse enfoque, diagnosticamos uma expressiva potencialidade do fluxo de informação, no momento da comunicação, por meio das exposições museológicas.

Com relação ao MAX, averiguamos potencialidades não muito diferentes. Embora esteja localizada no sertão nordestino, afastado dos grandes centros urbanos, a exposição do MAX tem um afluxo de pessoas muito significativo. Como no MASJ, diversos são os fatores que formatam tal cenário, propício ao diálogo entre a instituição e o seu público,

dinamizando, assim, a fluidez da informação. A mais significativa delas tem relação com a própria inserção regional, especialmente propício para o afluxo de turistas na região.

Em termos de discurso expositivo, a utilização de recursos variados e a linguagem acessível facilitam a compreensão do conteúdo disponibilizado. Ao mesmo tempo, a própria configuração do prédio, assim como o conforto ambiental das salas expositivas, são elementos que propiciam uma experiência positiva – em contraposição com o ambiente hostil do lado externo –, como aponta a análise do livro de sugestões por nós analisado. Da mesma forma que o MASJ, acreditamos que houve sucesso quando da tradução da informação arqueológica para a informação museológica; na mesma medida em que o MASJ também tem o apoio (quando solicitado) de mediadores que potencializam e flexibilizam a apropriação da informação disponibilizada. Contrariamente ao MASJ, que já não possui exposições temporárias no momento, tais exposições no MAX continuam ativas e dinamizam o fluxo de informação.

4.5.3 *Aproximações institucionais*

- De alguma forma, ambas as instituições possuem uma tensão entre a dinâmica e a frenagem do fluxo de informação referente às propostas expositivas. Em maior ou menor ênfase, em ambos os Museus verifica-se que há um relativo descompasso entre o fluxo de pesquisa e extroversão, que, a nosso ver, dá-se por conta da retroalimentação de dois fatores: pelos reduzidos insumos informacionais gerados pela pesquisa e por manter as exposições inalteradas por longos períodos de tempo. Estes fatores conjugados guiam a uma defasagem informacional no componente de comunicação, embora as exposições e ações educativas mantenham-se atrativas ao público não especialista. Por outro lado, as exposições em ambas exercem um forte predomínio sobre os demais encadeamentos de musealização, sendo uma das maiores potencialidades dos Museus.
- Ambos os Museus partem de uma proposta expositiva centrada nos processos humanos, compondo e contextualizando a cultura material. Dessa forma, fogem de uma perspectiva de expor os objetos pelas suas qualidades intrínsecas ou pela sua raridade.

- Em linhas gerais, verifica-se nos Museus estudados um descompasso no fluxo da informação empreendido entre a pesquisa, processamento e exposição, embora seja bem sucedido em termos de apropriação das exposições pelo público não especialista.

4.5.4 Estruturas de longa duração

A história dos Museus de Arqueologia nos aponta para uma perspectiva pouco animadora no que se refere à representação pública do conhecimento, embora possamos encontrar atualmente experiências inovadoras e muito bem sucedidas em contexto brasileiro. De forma geral, porém, parte dos Museus de Arqueologia ainda bebe da fonte de parâmetros novecentistas de exibição, nos quais o principal enfoque repousa nos objetos, de forma dura e estanque, destituído das redes de significados que tangenciam os artefatos. Minimizam-se, por essa via, as potencialidades de apropriação social dos museus no passado e no presente. Por longa data, valores como estética, raridade, poder e hegemonia, dentre outros, formataram e deram tom aos discursos museais sobre a cultura material. Contrariando essas expectativas, os Museus estudados se distanciam dessa lógica no momento em que incorporam a condição humana como mola propulsora do discurso. Embora a cultura material tenha forte protagonismo nos espaços expositivos, o conteúdo informacional que reveste os acervos provê uma dinâmica que se afasta dos parâmetros de exibição de outrora.

4.6 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO

	Análises Prévias MASJ	Análises Prévias MAX
Ações educativas	As ações educativas têm conexão com a gênese do MASJ e podem ser consideradas o carro-chefe da instituição;	As ações educativas tiveram um valor comunicativo determinante na primeira fase institucional, perdendo grande força na segunda fase;

São fontes de visibilidade para o público e a mídia;	Foram uma relevante fonte de visibilidade na primeira fase institucional;
Ações com potencialidade de crescimento, caso haja incremento de equipe;	Ações com potencialidade de crescimento, porém com fortes limitadores orçamentários, logísticos e de funcionários;
Abrangência limitada das ações, em termos de diversidade de público, incompatível com o que é proposto nos instrumentos reguladores;	Abrangência limitada das ações, em termos de diversidade de público; embora não sejam encontrados nos instrumentos reguladores os objetivos institucionais dessas ações;
A localização do Museu potencializa as ações locais e regionais;	A localização do Museu potencializa as ações locais, mas minimiza a operacionalização de ações que necessitem de apoio logístico;
As ações educativas seguem um fluxo contínuo no MASJ, atravessando a sua historicidade, sem interrupções consideráveis;	As ações educativas sofrem grande ruptura na segunda fase do Museu;
O setor segue um caminho relativamente paralelo aos demais setores, por razão do seu amadurecimento prematuro frente aos demais encadeamentos.	A coordenação segue um caminho relativamente paralelo às demais coordenações em razão de resumir-se a um Projeto e ter a sua concepção <i>a posteriori</i> do nascimento do Museu.

Quadro12: Comparação de dados das ações educativas.

4.6.1 *Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação*

O MASJ tem as ações educativas, em comunhão com as exposições, como principal vetor de diálogo com a sociedade desde a sua origem. Se por um lado a vocação educativa do MASJ está na agenda do dia, por outro o seu amadurecimento levou a um latente isolamento do setor educativo pelo seu protagonismo no sistema de informação. Alguns elementos que

nos levam a tal percepção é a própria formação do corpo funcional, que deu ênfase a esse setor se comparado aos demais. Assim como averiguamos no tópico anterior, entendemos que tal destacamento conduz a uma descontinuidade no fluxo de informação entre os demais componentes do sistema. Se por um lado é potencializado no contato com o público, por outro sofre uma frenagem nos fluxos internos.

O corpo funcional, embora conte com um número maior de funcionários, não chega a suprir todas as demandas elencadas para o setor. Deve-se deixar marcado que os documentos fundamentais não o limitam apenas para as ações educativas, portanto há uma ampla gama de atribuições que recaem sobre esses profissionais. Por essa lógica, o número reduzido de colaboradores diminui a possibilidade de dilatação de suas ações, inclusive em concomitância com as pesquisas arqueológicas e com a própria fiscalização de sítios. Em outros termos, as limitações dos fluxos de informação não estão localizadas nas propostas ou nos métodos, mas na impossibilidade de incrementar as suas ações tendo em vista o enxuto corpo funcional e a transitoriedade dos estagiários.

Outro ponto que merece destaque diz respeito à abrangência das ações educativas. Diagnosticamos que o MASJ estreita o diálogo, prioritariamente, com o ensino formal. A inserção no ensino formal não é interpretada como um obstáculo no fluxo de informação, porém averiguamos que o Museu usa pouco a potencialidade de espalhar-se por outras teias de atores sociais, especialmente aqueles que convivem diretamente com os sítios preservados *in loco*. Para além desses, existem também uma série de outros atores, e mesmo instituições de preservação, que poderiam dialogar mais proximamente com o MASJ, tendo como ponte as ações educativas.

No MAX as ações educativas também ocuparam um lugar privilegiado no interior da instituição, embora não se configurasse como um setor pela ótica dos Regimentos Internos. Na primeira fase institucional, as ações educativas obtiveram generosos resultados em virtude de sua atuação na região de Xingó, em Aracaju e nos Estados circundantes, e do próprio pioneirismo metodológico. Por outro lado, alguns fatores interferiram no fluxo otimizado da informação. Para fins dessa análise, daremos ênfase a dois primordiais fatores de obstrução do fluxo.

O primeiro deles diz respeito a sua própria localização no mapa político na instituição. Sobre esse aspecto, averiguamos que as ações educativas tiveram início dois anos após a inauguração do MAX, portanto, pensamos que o vetor educativo não está ligado à gênese do Museu; dito de outra maneira, o programa é desenvolvido a partir da percepção de sua

relevância *a posteriori*, contrariamente ao histórico do MASJ. Esse fator isoladamente não configura um obstáculo, mas quando observado que a educação não se configura como uma coordenação no Regimento Interno – ou mesmo não se encontra inserida em uma coordenação de museologia – consideramos tais indícios como um fator de isolamento da ação educativa com as demais coordenações, ao menos em termos de políticas institucionais.

O segundo fator diz respeito à continuidade das ações. Contrariamente ao MASJ, o MAX teve uma forte interrupção do papel das ações educativas na segunda fase do Museu. Devido à supressão de sua principal fonte de recursos, o Museu não teve mais suporte financeiro e humano para levar o programa à frente. Fazendo uma ponte com o tópico relativo ao corpo funcional, o fato de o Museu não ter uma equipe própria e estável configura uma ameaça veemente à manutenção contínua dos fluxos de informação com o lado exterior do sistema. Por esse ângulo, nossa inserção em campo diagnosticou um fluxo intenso no primeiro momento institucional e uma grande ruptura do fluxo no segundo. Assim como obstáculos no fluxo, as instabilidades também podem ser encaradas como fatores de obstrução.

Por fim, o MAX segue o mesmo caminho do MASJ em termos de abrangência das ações. Embora tenha acessado um substancial quantitativo de pessoas, o programa educativo não teve o potencial de dilatar as suas ações para outros setores da sociedade. Converge, para isso, o próprio distanciamento entre a Universidade e a unidade expositiva que, desde a primeira fase institucional, interferiu na continuidade das ações em nível regional e limitou, portanto, a abrangência e diversificação dos públicos com quem se pretende manter diálogo.

4.6.2 *Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional*

O MASJ, conforme sinalizado anteriormente, tem as ações educativas como o vetor mais ativo em termos de comunicação. As metodologias utilizadas e a concepção das ações são enfaticamente bem sucedidas e conseguem agregar um quantitativo de público bastante significativo no decorrer da história institucional, mantendo notável estabilidade das ações. Por esse ponto de vista, consideramos que as ações dinamizam sobremaneira o fluxo de informação para fora do sistema. Somado a isso, verificamos que há uma relação bastante

consolidada com as instituições de ensino nas cercanias do Museu, assim como nos espaços em que se localizam os sítios preservados (atualmente em menor grau).

Contrariamente ao MAX, o MASJ centra as ações educativas no âmago dos documentos norteadores institucionais, especialmente nos Regimentos Internos e no Plano Diretor. Essa evidência pode ser vista por dois ângulos: em termos de delimitação de políticas institucionais e no que tange à regularidade das ações, menos suscetíveis a indesejadas oscilações. Somado a isso, a visita anual ao Museu é especialmente acrescida na medida em que as ações educativas fazem uso das exposições como um dos cenários das atividades.

Por estar em um lugar privilegiado no interior da cidade, e por ser um órgão da Prefeitura, vislumbramos um campo fértil para o fortalecimento e ampliação de parcerias com instituições de preservação e de ensino, em forma de convênios, para intensificar as ações já propostas. Tendo como referência o ainda enxuto corpo funcional, tais aproximações poderiam fortalecer a equipe e, por sua vez, dar dinâmica e consistência aos fluxos de informação. Em harmonia com isso, as aproximações poderiam dilatar a abrangência de suas ações, para além do ensino formal. Outro fator que vai ao encontro dessas perspectivas, diz respeito a uma possível aproximação com os órgãos voltados ao turismo, visto que Joinville possui uma consistente agenda de eventos, que povoam a cidade sazonalmente, que poderiam ser convergidos para o benefício do Museu. Além disso, estratégias básicas de marketing e divulgação poderiam aumentar, ainda mais, a visibilidade do Museu.

Em relação ao MAX, aferimos que a ação educativa na primeira fase do Museu obteve um resultado bastante positivo, nomeadamente o que tange ao quantitativo de pessoas abarcadas e ao raio de ação das propostas. Por esse entendimento, verificamos que foi estabelecido um fluxo dinâmico e robusto no primeiro momento institucional, que foi reduzido por contingências externas. Apesar dessa redução, vislumbramos um aspecto positivo nesse cenário: a inauguração de uma tradição institucional, com potencial de ser retomada, em uma roupagem mais adequada ao momento atual.

Nessa mesma linha, o programa educativo concebido a partir de 2002 pode servir de inspiração para um modelo de ação mais adaptado à atual realidade do Museu – tal qual já está sendo planejado, conforme averiguamos na última pesquisa de campo. Por ter realizado ações consistentes na região de Xingó, na primeira fase institucional, o Museu já está presente no imaginário popular e, portanto, possui um caminho pavimentado para o planejamento de novas experiências. O fator limitador de uma possível retomada reside, como já sinalizado, no corpo funcional e no distanciamento entre a unidade expositiva e a unidade administrativa.

Em nosso entendimento, porém, o Museu tem a potencialidade de firmar convênios com as instituições de ensino do entorno, e com a própria prefeitura de Canindé, no sentido de trazer para si pessoas que possam contribuir com as ações.

Por fim, por estar inserido na UFS, o MAX tem a oportunidade de capitanear colaboradores com os professores e alunos do Curso de Pedagogia, em termos de projetos de ensino, extensão e pesquisa. Esse aporte não resolveria a questão do corpo funcional, entretanto poderia oferecer subsídios para tornar as propostas educativas mais viáveis. Somado a isso, recomenda-se que o MAX procure reestabelecer um programa educativo de modo que vislumbre a continuidade e exequibilidade de suas ações em curto, médio e longo prazo.

4.6.3 *Aproximações institucionais*

- Ambos os Museus, em diferentes graus, tem uma forte tradição voltada para as ações educativas. Da mesma forma, se utilizam de plataformas metodológicas bastante exitosas, que estimulam a interação do público com o discurso institucional.
- Em linhas gerais, ambas as instituições têm limitações em termos do corpo funcional para levar a cabo as suas ações, que podem ser amenizadas com o estabelecimento de convênios e parcerias institucionais.
- Os Museus têm o ensino escolar como o foco das suas ações, limitando-as em termos de abrangência.

4.6.4 *Estruturas de longa duração*

As ações educativas em Museus carregam o estigma de se assemelharem ao sistema de ensino tradicional, no qual o emissor (professor) exerce poder sobre o receptor (aluno) de forma vertical e autoritária. De fato, os museus enquanto sistemas de informação adotaram por décadas um modelo de fluxo informacional unidirecional, de cima para baixo e de forma

apassivadora. Apesar do avanço das discussões, essa estrutura de longa duração perdura ainda hoje em parcela dos Museus. Afortunadamente, os Museus estudados distanciam-se largamente dessa perspectiva, incorporando estratégias que primam pela experimentação e pela inserção crítica na realidade.

4.7 CRUZANDO DADOS DO DIAGNÓSTICO

	Análises Prévias MASJ	Análises Prévias MAX
Retroalimentação do sistema de informação	A cultura de avaliação está na raiz do Museu, porém ainda é parcial;	A cultura de avaliação pode ser considerada insuficiente, especialmente na segunda fase do Museu;
	A metodologia de avaliação é quantitativa e qualitativa;	A metodologia de avaliação é preponderantemente quantitativa;
	A avaliação do uso da informação pelo público é feita de forma parcial, pendendo para o público que interage com as ações educativas;	A avaliação do uso da informação pelo público é feita de forma insuficiente e pende para o público que interage com as ações educativas;
	O público esporádico e/ou aleatório, que faz uso da exposição, não chega a ser avaliado de forma sistemática;	O público esporádico e/ou aleatório, que faz uso da exposição, não chega a ser avaliado de forma sistemática;
	Os dados levantados estão parcialmente tabulados, necessitando incrementar o processamento de forma a gerar um mapa mais crível das necessidades informacionais dos públicos;	Os dados levantados restringem-se aos aspectos quantitativos (estão tabulados), porém não geram um mapa aproximado das necessidades informacionais do público;
	Inexiste um programa planejado, específico para a avaliação do público, em que constem objetivos, metodologias e metas institucionais;	Inexiste um programa planejado, para a avaliação do público, em que constem objetivos, metodologias e metas institucionais;

	A avaliação utilizada aponta para uma expressiva aceitação do Museu pelo público estudado, embora haja indicativos da necessidade de reconfiguração das ações comunicativas;	A avaliação utilizada aponta para uma expressiva aceitação do Museu pelo público estudado, embora aponte para possíveis lapsos comunicativos;
	Atende parcialmente as demandas de retroalimentação.	Atende insuficientemente as demandas de retroalimentação.

Quadro13: Comparação de dados da retroalimentação do sistema de informação.

4.7.1 *Obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação*

O MASJ tem a cultura da avaliação presente em seu cotidiano. Ao diagnosticarmos o Museu, verificamos que a instituição está regularmente em um processo de avaliação formal e informal. Essa inclinação pelos processos avaliativos está plasmada tanto em termos metodológicos (questionários, por exemplo), como em reuniões regulares entre os membros da equipe que compõem o MASJ. Nas investidas de campo, pudemos perceber que as monitoras estão sempre em contato com os demais membros do setor de educação, por exemplo – isso nos indica que há, recorrentemente, uma avaliação informal de suas ações. Por outro lado, diagnosticamos alguns aspectos que podem reduzir o fluxo de informação, principalmente aquele que chamamos de *feedback* ou retroalimentação.

As avaliações as quais tivemos acesso nos indicam a preocupação de estudar as ações comunicativas do ponto de vista quantitativo e qualitativo; os últimos, porém, geram muitos dados que carecem de processamento, portanto ainda são incapazes de gerar informação estratégica para a reformatação das propostas comunicativas. Vale mencionar, por exemplo, que as “tiras”, as quais os visitantes da exposição preenchem voluntariamente, nunca chegaram a ser lidas e interpretadas.

O MASJ faz uso de múltiplos instrumentos para mensurar as expectativas dos públicos, sobretudo de formulários e de questionários. Tais avaliações, por sua vez, possuem uma característica essencial que deve ser mencionada: são direcionadas ao público que interage com as ações educativas propostas pelo setor educativo. Tal indício nos leva a duas perspectivas que pesam sobre a nossa análise: a primeira demonstra que uma parcela

significativa de público não está sendo “ouvida” pelo Museu, especialmente aquele esporádico ou aleatório que acessa o Museu somente pela via da exposição museológica; a segunda refere-se ao desconhecimento do público que não chega a interagir com a instituição, aqueles que intitulamos de não-público ou público em potencial.

Sobre o primeiro aspecto, entendemos que, ao tentar interpretar apenas parte do público com quem busca diálogo (embora seja a maior parcela do público), o MASJ deixa de coletar indícios relevantes, como, por exemplo, quais são todos os públicos com quem dialoga; quais as demandas informacionais de cada público; qual o perfil dos visitantes (idade, gênero, região da cidade, etc.), dentre outros diversos aspectos que poderiam potencializar a apropriação pública da informação vinculada pelo Museu. Esses indícios nos levam a crer que existe um possível fator de obstrução do fluxo de informação entre o público e o Museu. No momento em que não se conhece as demandas informacionais, ou mesmo logísticas, de quem está em diálogo com a instituição, o Museu tem a sua capacidade de gerar e/ou revitalizar produtos informacionais enfraquecida. Sem aferir, também, como se dá a amplamente recepção da informação pelo público, possíveis incompatibilidades de códigos podem não ser detectadas, bem como não haverá possibilidades de regulação futura desses fluxos. Dito de outra forma, se o Museu não possui os instrumentos para aferir possíveis ruídos informacionais, não terá a oportunidade de neutralizá-los.

Na mesma proporção, ao desconhecer aquele público em potencial – aquele que poderia interagir com o Museu, mas não o faz –, reduz-se drasticamente a oportunidade de criar estratégias de atração de um público mais amplo e diversificado. Diagnosticamos que o Museu reconhece “intuitivamente” quem são os sujeitos que frequentam a instituição, porém ignora aqueles que não o frequentam. Esse indicador é intensificado pelo fato de o MASJ estar em uma região privilegiada da cidade com intenso fluxo de pessoas ao seu redor. Desse ponto de visão, identificamos um forte potencial subaproveitado no que pese o incremento de público e geração de novos produtos informacionais. Os elementos acima citados nos levam a diagnosticar que as metodologias de avaliação atendem parcialmente as demandas de retroalimentação do sistema de informação.

Em relação ao MAX, encontramos uma realidade compatível com a do MASJ, guardadas as devidas proporções. No que tange à cultura da avaliação, podemos notar que existe, desde sua origem, a intenção de avaliar o público com quem o Museu mantém pontes comunicativas. Por outro lado, nosso diagnóstico percebeu que tais instrumentos avaliatórios são insuficientes por dois principais motivos: porque está majoritariamente vinculado com as

ações educativas promovidas pelo Museu (entendendo aqui a recepção de colégios como uma ação educativa) e em razão de ser uma avaliação que pende para a quantificação (número de ações e de colégios atendidos).

Assim como o MASJ, o MAX não dá ênfase a uma proposta de avaliação que consiga aferir quem são os públicos que estão desconectados do atendimento ao ensino formal. Nessa medida, desconhece o público esporádico ou aleatório. De forma também “intuitiva”, ou sem metodologia específica para esse fim, reconhece que parte considerável dos visitantes ou são escolares ou turistas – que seguem no bojo de um programa turístico da região, no qual o Museu integra o circuito. No mesmo caminho do MASJ, o MAX desconhece parte considerável do público com quem mantém diálogo, assim como desconhece aquele público com quem poderia dialogar, mas não o faz por circunstâncias desconhecidas. Ao deixar de mapear o público e o “não-público”, o MAX tem o potencial de gerar novos produtos informacionais ou, até mesmo, revitalizar os que já existem, radicalmente esvaziados. Nesse sentido, localizamos um ponto de obstrução de ampliação e flexibilização dos fluxos informacionais, sobretudo os de retroalimentação do sistema.

Sobre os métodos utilizados para estudar o público, identificamos uma sobreposição do estudo quantitativo ao qualitativo. Embora ambos os métodos sejam válidos, por que não dizer complementares, acreditamos que o primeiro provê um olhar sobremaneira parcial para entender o uso das informações disponibilizadas pelo Museu, assim como possíveis ruídos presentes nas ações comunicativas. As informações de cunho quantitativo, porém, estão plenamente organizadas e tabuladas. Ao contrário do MASJ, identificamos que o MAX tem em sua exposição um livro de sugestões, tal como o Estatuto dos Museus preconiza, embora as informações contidas nesse documento não tenham sido cotejadas pelo Museu. Ambas as instituições, portanto, possuem dados que ainda não passaram por um processamento que pudesse redirecionar ou reformatar as propostas de ações comunicativas, nomeadamente em termos de exposições museológicas. Os dados levantados, em linhas gerais, nos apontam para um suprimento insuficiente das demandas de retroalimentação do sistema.

4.7.2 *Potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional*

O MASJ, como já sinalizado, possui uma cultura de avaliação desde sua origem, que atravessa a historicidade do Museu. Os dados disponibilizados, embora tenham sido coletados do público ligado ao ensino formal apenas, denotam uma forte aceitação dos visitantes no que tange às propostas comunicativas do Museu. E como esse público é o mais assíduo, e responsável pelo maior fluxo de pessoas na exposição, é possível inferir que a maior parte das pessoas que interagem com a instituição está satisfeita com os produtos informacionais consumidos. Por esse ângulo, entendemos que o Museu possui uma boa dinâmica no fluxo de informação na superfície de contato museu-público.

Embora não possua indicativos de uma política institucional de avaliação, especificamente no Regimento do MASJ, o Plano Diretor aponta para uma perspectiva voltada para a avaliação do público. Contudo acreditamos que tais indicativos, brevemente mencionados neste documento, poderiam se desdobrar em um programa de avaliação institucional, em que instrumentos metodológicos, objetivos e metas em curto, médio e longo prazo sejam planejados para levar a cabo uma cartografia mais abrangente das demandas do público visitante, e mesmo daquele que não frequenta o Museu. Ademais, tal programa deveria prever tempo e recursos humanos necessários para o processamento dos dados já levantados, em avaliações anteriores, que ainda não foram sistematizados. Caso estabeleça um plano de ação nesse sentido, integrando os setores de arqueologia e museologia, acreditamos que o potencial de gerar e incrementar produtos informacionais possa ser alargado e, a reboque, prover ainda mais intensidade aos fluxos informacionais no binômio museu-sociedade.

No tocante ao MAX, acreditamos que o potencial de avaliação de público possa ser fortemente ampliado. Atualmente, a avaliação do público está reduzida aos aspectos qualitativos, sobretudo aqueles que servem à prestação de contas ao órgão de tutela. No entanto, com a recente equipe de monitores contratados, acreditamos que o MAX tem um terreno fértil para reverter o atual quadro. Para tal fim, seria relevante a elaboração de um programa de avaliação tal qual propusemos para o MASJ, no qual o público esporádico e eventual também seja “escutado”, tendo as suas demandas e possíveis dificuldades de interação detectadas. Da mesma forma, seria relevante equalizar os dados quantitativos e

qualitativos, ampliando as possibilidades de retroalimentação das ações comunicativas propostas pelo Museu, levando em conta as suas contingências atuais.

Ainda em termos de oportunidades de dinamização dos fluxos informacionais, verificamos, assim como no MASJ, que os estudos realizados apontam para uma expressiva aceitação do público em relação às exposições. Em menor medida, há indicativos de possíveis ruídos que poderiam ser facilmente eliminados com soluções práticas e pouco custosas. Ademais, a partir da nossa investida de campo, verificamos que o livro de sugestões, disponibilizado pelo Museu e brevemente interpretado por nós, tem um grande potencial para a interpretação das demandas do público. Nesse aspecto, seria relevante interpretar os dados já levantados de forma a potencializar e intensificar os fluxos de informação empreendidos entre o Museu e a sociedade.

Por fim, em razão de sua localidade, os profissionais do Museu reconhecem que este está integrado a um público fortemente turístico, entretanto, não se tem um estudo mais verticalizado sobre o tema. Por esse aspecto, o MAX tem um forte potencial de incrementar, ainda mais, a recepção desse público que vem de fora da região de Xingó oferecendo serviços específicos, como textos bilíngues e monitores treinados para atender estrangeiros. Na mesma intensidade, diagnosticamos que uma avaliação mais assertiva dos moradores do entorno do Museu, para além daqueles que tiveram acesso ao Museu via ação educativa, possa ser um relevante insumo para ter uma maior dilatação do seu campo de ação, sobretudo de enfoque regional.

4.7.3 *Aproximações institucionais*

- Ambos os Museus necessitam estabelecer programas institucionais que atendam especificamente a avaliação de público. Permanecem em ambas as instituições, em certa medida, procedimentos avaliativos que privilegiam os aspectos qualitativos de aferição.
- Ambos os Museus possuem um intenso grau de aceitação pelo público avaliado, porém necessitam ampliar a abrangência dos atores que são submetidos à avaliação. Dessa forma, em linhas gerais, ambos têm o seu potencial de retroalimentação – leia-se: informação estratégica que pode nutrir e condicionar a revitalização de processos comunicativos – intensamente reduzidos.

- Os Museus estudados têm o potencial de travar um diálogo mais aproximado com os órgãos voltados ao turismo, visto que Joinville possui uma consistente agenda de eventos, que povoa sazonalmente a cidade, que poderiam ser convergidos para o benefício do Museu; em relação ao MAX, apesar de estar afastada dos grandes centros urbanos, a instituição encontra-se no epicentro de um grande fluxo de turistas, podendo ampliar as suas ações.

4.7.4 *Estruturas de longa duração*

Como fora apontado na introdução da tese, parcela considerável dos museus abre as suas portas sem dimensionar com clareza com quem está dialogando. O que a área convencionou chamar de estudo de público, em suas diversas metodologias, aparece muito tardiamente no universo dos museus, embora tenha ganhado corpo aceleradamente nas últimas décadas. Aqueles museus que não têm no seu âmago uma política de avaliação de suas estratégias comunicativas correm o risco de construírem discursos unilaterais, impositivos e ruidosos sem ao menos ter uma perspectiva de regulação dos seus fluxos. Vimos, também, que não são poucos os museus que constroem discursos cujos códigos são inteligíveis para a maioria dos que acessam a exposição ou mesmo as ações educativas. Contrariando parcialmente essa expectativa, avaliamos que ambos os Museus, de forma diferenciada, buscam se reavaliar e oferecer novos produtos informacionais, lançando mão de diferentes estratégias de avaliação. Igualmente, verificamos que a maior parte daqueles que foram avaliados tiveram forte aproveitamento das estratégias comunicativas. Por outro lado, acreditamos que esse potencial possa ser incrementado no tocante aos aspectos qualitativos, especialmente o MAX. Por fim, acreditamos que amplificando e qualificando a cartografia dos seus públicos, os Museus reforçarão ainda mais a sua capacidade de redimensionar os fluxos de informação mantendo sua fluidez e vitalidade.

CONCLUSÃO

Esta tese se apoiou na premissa que há um *gap* entre a produção de insumos informacionais em arqueologia e a representação pública deste conhecimento em comunhão com a sociedade. Reconhecendo o museu como cenário privilegiado para a gestão e extroversão da arqueologia, lançamos a hipótese que existiriam obstáculos que freariam ou desequilibrariam os fluxos de informações gerados pelos processos de musealização da arqueologia. Com a finalidade de investigar em que momento da cadeia operatória essa informação ficaria retida, construímos um diagnóstico museológico com vistas a identificar os possíveis obstáculos que interferem nos fluxos de informação.

Temos em mente que existem fatores endógenos e exógenos que regem tais fluxos no interior dos museus, enquanto sistemas de informação. Os primeiros vetores guardam relação com a vida interna da instituição, ou seja, como os profissionais dos museus gerem as coleções. Já os segundos fatores dizem respeito às questões contextuais em que estas instituições estão inseridas, que abarcam vetores políticos e ideológicos do campo da arqueologia e da museologia, como, por exemplo, as políticas públicas e as legislações patrimoniais. Embora os vetores endógenos e exógenos sejam, muitas vezes, indissociáveis e retroalimentados, cumpre entendê-los de forma bipartida.

O corpo conceitual da tese, explanada na introdução, seguiu uma lógica processual. Delimitamos as referências de forma sequencial, respeitando a historicidade da nossa pesquisa, de maneira a orientar o leitor como a nossa lente de contato foi construída no decorrer da nossa trajetória acadêmica, da graduação ao doutorado. Por esse caminho, desnudamos a forma como observamos os Museus de Arqueologia, abarcando em uma mesma lente a visão do museólogo, do cientista da informação e, por fim, do arqueólogo. Tais referências nos proveem as bases para identificar as estruturas de longa duração (também fatores exógenos) que circundam os processos de musealização, fundamental para compreendermos até que ponto os Museus diagnosticados se aproximam e/ou se afastam do *status quo* dos Museus de Arqueologia.

Ainda no tocante ao corpo conceitual da pesquisa, cabe sinalizar que optamos por não verticalizar nos aspectos voltados à museologia social ou às arqueologias pós-processuais. Embora entendamos que tais aspectos sejam fundamentais para compreender o cenário atual das áreas, sobretudo em termos do papel de protagonista que vem assumindo as comunidades

no gerenciamento e interpretação do patrimônio arqueológico, para fins da nossa pesquisa optamos por circunscrever os mecanismos de aquisição, processamento e comunicação até o momento de extroversão. Nesta pesquisa, o momento pós-extroversão, compreendido como aquele instante em que o indivíduo ou grupo interpreta e se apropria das informações, foge da nossa perspectiva de análise, mesmo porque não teríamos o arcabouço teórico e metodológico para imergir nesse complexo campo.

Em uma pesquisa futura, seria interessante pensar uma transição para fora dos museus, de modo a compreender os fluxos na celeuma das teias sociais. Por essa perspectiva, poderíamos compreender como as comunidades circunvizinhas observam os museus e como se apropriam dos referenciais de memórias (patrimônio arqueológico). Em nosso diagnóstico, nos limitamos a observar as ferramentas de avaliação utilizadas pelas instituições (*feedback*), mas não efetuamos especificamente uma entrevista ou uma dinâmica de observação dos transeuntes ou comunidades que interagem com a instituição. Por esse viés, teríamos uma visão complementar dos sistemas de informação de forma a refletir sobre aqueles lapsos informacionais que, via de regra, não são identificados nem pelos museus e tampouco pelos diagnósticos que, da mesma forma que o nosso, visam interpretar as dinâmicas internas dos processos de musealização.

Conforme sinalizamos no primeiro capítulo, acreditamos que o maior resultado alcançado por esta pesquisa reside na própria construção metodológica da tese. Almejamos que a concepção do diagnóstico museológico seja proveitosa para ser utilizada em outras realidades museológicas, sobretudo naquelas instituições que tenham os acervos arqueológicos como enfoque central. Seria proveitoso, em uma perspectiva futura, ampliar o campo de investigação por regiões, com vistas a compreender as aproximações e os afastamentos dos museus investigados (MASJ e MAX) em relação a outros museus com enquadramentos regionais. Com base nessa análise, seria possível, em conjunto com profissionais que investem neste tema, propor políticas públicas para o gerenciamento de acervos arqueológicos em instituições museológicas.

Por óbvio, este mesmo diagnóstico pode, e deve, ser readaptado a cada aplicação, de acordo com as particularidades dos museus a serem diagnosticados. No que se refere à flexibilidade do diagnóstico, a nossa vivência no interior dos museus mostrou que, ao nos inserirmos em campo, as plataformas de pesquisa (entrevistas) e o conteúdo das conversas merecem uma constante revisão, de acordo com o detalhamento do objeto. Como a primeira imersão de campo ofereceu uma visão ainda muito prospectiva do objeto, é somente na

segunda investida que aprofundamos e afunilamos as questões mais centrais. Além do mais, cada Museu tem uma estrutura de funcionamento singular. O MASJ, por exemplo, possui uma estrutura em que a salvaguarda é ao mesmo tempo *in situ* e *ex situ*, enquanto o MAX se atém ao tratamento do patrimônio *ex situ*. No primeiro Museu, a salvaguarda do patrimônio *ex situ* é partilhada pelos setores de museologia e arqueologia, enquanto no segundo Museu é de responsabilidade somente da arqueologia. A observação desses elementos é de fundamental importância para identificar quem são os personagens que devem ser entrevistados, quais setores eles representam e qual repertório de questões serão abordadas na entrevista. Somado a isso, é indispensável que o pesquisador tenha acesso aos documentos que regem os Museus, nomeadamente os instrumentos reguladores, pois são estes documentos que orientam a leitura e a interpretação do objeto de pesquisa.

Ainda sobre as questões metodológicas, acreditamos que em diagnósticos que tenham longa duração, como foi o nosso caso, seria interessante haver mais uma pesquisa de campo, reduzindo o interstício entre uma pesquisa e outra. Explicamos: os museus se configuram enquanto processo, portanto os fluxos de informação estão em permanente curso de mudança e reconfiguração. Verificamos, no decorrer da pesquisa, que ambos os Museus passaram por drásticas mudanças, em que se formataram novas fases institucionais. Teria sido proveitoso se tivéssemos feito mais uma pesquisa de campo justamente no estopim desse processo de desconstrução, de modo a acompanhar mais de perto os principais vetores de mudança no instante dos acontecimentos.

Por outro lado, embora tivéssemos a *naïf* pretensão de observar todas as variáveis que incidem nos fluxos de informação, nesta pesquisa tivemos claro que a visão global é inacessível, por diversas razões. Uma delas diz respeito à própria história da instituição, história esta que tivemos acesso apenas por meio de documentos e depoimentos. Vale lembrar que, por mais que tenhamos obtido uma qualidade e quantidade notável de documentos internos, não conseguiríamos esgotar todas as fontes documentais, até mesmo porque parcelas consideráveis da vida institucional não são registradas em forma de documentos formais. Somado a isso, os discursos construídos pelos personagens entrevistados são igualmente parciais, invariavelmente. Por essa razão, ratificamos que os resultados alcançados são frutos de um olhar possível sobre o objeto, por duas vias, sobretudo: pelas próprias limitações metodológicas e pelo olhar fotográfico do pesquisador. Em relação ao primeiro, nossa ferramenta priorizou uma análise de “clínico geral”, a qual impedia a verticalização de cada setor estudado, sob a pena de perder a visão sistêmica do organismo museológico; o segundo,

como já mencionado, pela natureza “fotográfica”²⁰⁶ do diagnóstico, visto que nos escapa a possibilidade de uma visão em que fosse retratada uma vivência institucional do pesquisador em longo prazo.

Os capítulos 2 e 3 representam a redação do diagnóstico após as pesquisas de campo. A sequência lógica da sua estruturação foi a próprio curso esquemático dos fluxos de informação, ou seja: significação e aquisição do registro arqueológico; estrutura física do museu; estrutura funcional do museu; estratégias de salvaguarda; estratégias de exposições; estratégias de ações educativas e retroalimentação do sistema. No decorrer da redação dos resultados da pesquisa, pudemos identificar uma série de indícios e elementos que causam arritmias nos fluxos de informação, assim como fatores que potencializam esses fluxos. Tais elementos foram compilados no que chamamos de “análises prévias”, após a análise de cada tópico. Pudemos perceber, também, que por demais das vezes as obstruções atravessam os diferentes tópicos investigados (aquisição, estrutura física e assim por diante), ratificando o pressuposto sistêmico e complementar dos encadeamentos museológicos.

No capítulo posterior, com base nas informações coletadas, confeccionamos as análises de dados. Neste capítulo, objetivamos argumentar sobre os seguintes indicadores: obstruções no fluxo informacional e ameaças à fluidez da informação; potencialidades e dinamizadores do fluxo informacional; estruturas de longa duração e aproximações institucionais. Respectivamente, os indicadores respondem e representam as seguintes problemáticas: os fatores que causam a diminuição e/ou o rompimento da continuidade dos fluxos de informação no interior do sistema de informação; os fatores que favorecem os fluxos de informação e/ou as oportunidades que o Museu tem para aprimorar as operações museológicas, que estão potencialmente subutilizadas; aqueles elementos que persistem na historicidade dos museus e que ainda se fazem presentes nos pensamentos arqueológico e museológico, e por demais das vezes contaminam os Museus de Arqueologia no presente e, por fim, a conformação daqueles elementos que são comuns a ambos os museus estudados, independentemente de suas particularidades.

A nossa premissa basilar, que motivou a pesquisa proposta nesta tese, sintetiza-se na seguinte constatação: existem obstáculos que freiam os fluxos de informação no interior dos museus. Com base nos resultados obtidos no diagnóstico, e esmiuçados na análise de dados, pudemos corroborar essa premissa. Não foram poucos os obstáculos detectados que causam

²⁰⁶ Referimo-nos à visão fotográfica como uma abordagem que enfatiza o momento institucional, enquanto a visão fílmica representa uma trajetória histórica da instituição, sendo esta última possível somente àqueles que viveram o Museu desde a sua concepção até o presente.

arritmias nos fluxos de informação. Alguns deles são bastante particulares ao contexto institucional e outros atravessam a maior parte dos museus no Brasil e no exterior.

Em linhas gerais, ambos os Museus possuem um quadro de funcionários aquém das expectativas e dos compromissos assumidos na gestão do patrimônio arqueológico. Nomeadamente o MAX, em sua segunda fase institucional, sofre radicalmente com a escassez de recursos e, conseqüentemente, com um quantitativo de profissionais que deveriam ocupar as coordenações de arqueologia e exposições, assim como o programa de ação educativa. Associado à questão do quadro de profissionais, os insuficientes recursos repassados aos Museus por seus órgãos de tutela também são fatores que interferem na dinâmica dos fluxos de informação. Ainda no contexto do corpo funcional, seria relevante promover o azeitamento da interface entre os setores que representam arqueologia e a museologia no interior dos museus. Em linhas gerais, esses setores ou coordenações caminham de forma divergente em suas ações cotidianas. No caso do MASJ, embora formalmente possua ações compartilhadas na salvaguarda do patrimônio, os processos de pesquisa e comunicação não seguem um fluxo constante e continuado, especialmente nas ações educativas. No âmbito do MAX, o Regimento Interno reduz sobremaneira a ação da museologia, limitando-se praticamente à manutenção das exposições e o controle do público. Isso posto, seria vantajoso que a primeira instituição formulasse programas conjuntos de ação, intersetorialmente. O MAX poderia repensar o seu Regimento, reconfigurando as responsabilidades assumidas por cada coordenação, especialmente o que cinge as atribuições da coordenação de exposições.

De formas diferenciadas, ambas as instituições buscam recursos em fontes de receitas variadas. O MASJ tem a tradição de captar recursos e equipamentos em projetos de fomento, enquanto o MAX se apoiou financeiramente no patrocínio externo da Petrobrás, em sua primeira fase, assim como em bilheteria e na loja de *souvenirs*. Podemos refletir que ambos têm a potencialidade de incrementar as fontes orçamentárias com estratégias, como, por exemplo, locação de espaços, Associação de Amigos dos Museus e parcerias mais sólidas com órgãos de turismo das cidades em que estão inseridos. O MAX, diferentemente do MASJ, é um Museu Universitário e, portanto, pode lançar mão da estrutura da UFS para incrementar projetos de extensão e ensino no interior da instituição.

O tripé aquisição de acervos, pesquisa e salvaguarda também aponta para uma desarmonia no fluxo contínuo de informação. Em maior ou menor grau, ambos possuem um quantitativo de coleções que não encontra paralelo em termos de pesquisas produzidas e processamento das coleções. Embora essa evidência seja absolutamente transversal, no

universo dos Museus de Arqueologia, seria de fundamental importância que as instituições se debruçassem em programas claros e planejados de aquisição e salvaguarda compatíveis com a sua realidade artefactual.

Embora ambas as instituições possuam um recorte patrimonial bem delimitado, seria interessante que a porta de entrada (aquisição) fosse regulada de acordo com as potencialidades de processamento e produção de pesquisa. Seguindo essa lógica, ao incrementar os compartimentos de produção e organização de informação, a comunicação é diretamente beneficiada, pois os insumos informacionais gerados por esse processo alimentam e revitalizam as estratégias de extroversão (exposições e ações educativas). Nesse quesito, o MAX também tem um potencial bastante positivo por estar inserido no contexto universitário, enquanto o MASJ poderia intensificar a pesquisa por intermédio de projetos e convênios com universidades, como já fora efetivado em outros momentos institucionais. Além disso, não poderíamos deixar de mencionar, seria importante que as demandas justificadas por novos profissionais fossem constantemente negociadas com os seus órgãos de tutela, levando em conta as legislações que regem os Museus.

Em termos de ferramentas e recursos de mapeamento dos públicos que interagem com os Museus, que convencionamos chamar de retroalimentação do sistema, notamos que em ambas as instituições estas podem ser incrementadas. Trata-se de um aspecto de extrema relevância, posto que esses instrumentos são responsáveis pela vitalidade e intensidade dos fluxos de informação, de fora para dentro e de dentro para fora do sistema. De maneira geral, a maior ênfase dessas ferramentas dá-se em termos dos públicos que interagem com as ações educativas, nomeadamente no MASJ; ou então cumprem o papel de quantificar o público que acessa a exposição (muitas vezes motivado pela própria ação educativa). Nesse contexto, há uma considerável parcela de públicos que não é incorporada nos mecanismos de avaliação/escuta, ou mesmo não são interpretados aqueles públicos que têm o potencial de frequentar o museu, mas que, por algum motivo, não o acessa. Tendo em vista a privilegiada localização de ambas as instituições, seria relevante ampliar as estratégias de avaliação com vistas a qualificar as ações museais e, ao mesmo tempo, alargar a possibilidade de acesso às ações de comunicação. No caso do MAX, que possui bilheteria, isso representaria, ainda, um acréscimo na receita do Museu. Em linhas gerais, embora não seja o único fator, a frequência no Museu é um forte termômetro da saúde institucional. Ademais, provê poder de barganha quando do trato com os órgãos de fomento e de tutela.

No que tange à estrutura física é interessante grifar que nem todos os diagnósticos contemplam esse aspecto. Em nosso diagnóstico, incorporamos tal quesito como algo fundamental para a análise; seguindo o referencial latouriano, seria como investigar os atores não-humanos que compõem esta rede de relações e que, direta ou indiretamente, dimensionam as ações institucionais. Em ambos os Museus as estruturas físicas interferiram, ou ainda interferem, na fruição dos fluxos de informação. Por um lado o MASJ sofreu uma transferência de sede em razão de sua localização geográfica e de suas limitações em relação ao prédio original e, por outro, o MAX padece pela distância entre a unidade expositiva e a UFS, sobretudo na segunda fase institucional. Em ambos os casos, os obstáculos são bastante complexos e, por vezes, quase intransponíveis.

Com base no que fora analisado, então, cumpre retomar as questões basilares que alavancaram a investigação: em que momento da cadeia operatória a informação ficaria retida? Ao cabo da pesquisa, podemos afirmar que os lapsos informacionais mais contundentes não se encontram efetivamente na ponte de contato entre o museu e o público, no momento da comunicação. A nosso ver, os lapsos do sistema encontram-se, em maior ou menor grau, nos componentes anteriores. Em linhas gerais, notamos que as estratégias de comunicação (exposições e ações educativas) seguem um ritmo relativamente autônomo em relação, por exemplo, aos insumos informacionais gerados pela pesquisa e à própria curadoria do acervo. No caso do MAX, por exemplo, a parte visível do Museu (exposições) continua sendo a mola propulsora da instituição, apesar das fragilidades encontradas em termos de pesquisa e salvaguarda. O MASJ, na mesma medida, continua obtendo considerável êxito nas exposições e ações educativas, ao menos em termos quantitativos, independentemente do ritmo desacelerado das pesquisas e de todos os problemas gerados pela transição de sede.

Por esse ângulo, a premissa de que as exposições estariam paradas no tempo, em razão dos obstáculos nos fluxos de informação nos compartimentos de aquisição, pesquisa e salvaguarda – que representam a produção e o processamento da informação – mostrou-se parcialmente dissonante em ambos os objetos de pesquisa. A fase atual do MAX, e tradicionalmente o MASJ, tem baixa intensidade de produção de informação sobre os acervos salvaguardados na instituição. Em termos de processamento, o MAX e, com menos intensidade o MASJ, possuem acúmulo de coleções que não foram processadas e não completaram a cadeia operatória de musealização. Independentemente desses fatores, ambos possuem como trunfo institucional o elo final da cadeia produtiva, a comunicação (exposições e ações educativas), apesar dos lapsos informacionais encontrados nos componentes que a

precede. Em outras palavras, seria o equivalente a dizer que o componente de comunicação é um subsistema que, apesar da conexão com os demais encadeamentos, tem o ritmo de funcionamento próprio e relativamente autônomo.

Por fim, acreditamos que as instituições diagnosticadas não chegam a fazer mau uso da valiosa informação arqueológica, como preconizou a epígrafe desta tese. Embora tenhamos diagnosticado lapsos informacionais no interior desses sistemas de informação, em linhas gerais, podemos afirmar que os museus pesquisados são grandemente comprometidos com a preservação do patrimônio arqueológico, tanto em termos institucionais quanto no que tange às equipes que integram os Museus. Apesar, portanto, das idiossincrasias, o MAX e o MASJ figuram como exemplos apreciáveis no contexto brasileiro dos Museus de Arqueologia.

GLOSSÁRIO

Cadeia operatória: Entende-se como cadeia operatória o conjunto articulado de procedimentos técnico-científicos de patrimonialização da arqueologia. Nesta pesquisa, o termo foi utilizado como sinônimo de processo de musealização. Esse encadeamento, no campo da museologia, incorpora as dinâmicas de salvaguarda (documentação, conservação e organização) e comunicação (exposições e ações educativas). No contexto da musealização da arqueologia, tal cadeia operatória é configurada por uma invasão aduaneira entre campos disciplinares, na medida em que deve abarcar as dinâmicas de aquisição e curadoria, próprias da arqueologia. Essa cadeia operatória pode incorporar outras diversas áreas, tal qual a conservação e restauro e a pedagogia.

Documentos norteadores: São aqueles documentos que representam o marco fundamental do museu. Contemporaneamente os museus são orientados a delimitarem com clareza documentos fundamentais como o Regimento e o Plano Museológico. No primeiro, constam questões como o lugar de funcionamento, os objetivos do museu, o enquadramento orgânico, o quadro de funcionários, dentre outros. Já o segundo faz as vezes de um instrumento regulador da estrutura interna do museu, em suas variadas funções e atividades. Via de regra, o Plano Museológico pode se configurar de diferentes formas e com diferentes nomenclaturas, mas, em essência, esse documento deve ser uma ferramenta de gestão e planejamento institucional. Para fins desta pesquisa, consideramos os relatórios internos também como uma forma de documento norteador.

Fatores Endógenos: Consideramos os fatores endógenos aqueles vetores que têm relação com a vida interna do museu. Podem ser interpretados como as ações cotidianas da instituição que, por sua vez, são regidas por atores sociais que compõe o seu quadro de funcionários. Por óbvio, estes vetores estão condicionados por fatores externos, como no caso dos órgãos de tutela do museu e das políticas públicas. No entanto, apesar dessa relação intrínseca entre os entes, cada museu possui uma dinâmica interna própria e singular.

Fatores Exógenos: São aqueles vetores que interferem direta ou indiretamente nas instituições e, por conseguinte, nos fluxos de informação gerados pelo processo de

musealização. Esses fatores podem ser variados e, muitas vezes, imperceptíveis ao olhar apriorista. São fatores exógenos, por exemplo, as políticas públicas em torno do patrimônio arqueológico; cartas e recomendações nacionais e internacionais; questões políticas e ideológicas do seu órgão de tutela, dentre outros elementos.

Fluxos de Informação: Em um sistema de informação, é o caminho percorrido pela informação, que compreende o momento de sua construção até a sua utilização. Os fluxos de informação são processos dinâmicos, gerados pelas operações cíclicas de coleta, processamento e comunicação, que, por sua vez, são redimensionados pelos processos de retroalimentação do sistema. Os fluxos de informação somente são eficazes se mantiverem um equilíbrio entre os compartimentos (entrada, processamento e saída) e, sobretudo, se fluírem livremente e com intensidade.

Retroalimentação ou *feedback*: Os fluxos de informação, que atravessam os sistemas de informação, seguem um ritmo cíclico. A informação produzida é extrovertida pelo compartimento de comunicação e invade o ambiente externo (público/usuário). As demandas informacionais e as repercussões desse fluxo no ambiente retroalimentam o sistema de maneira a reconfigurar as suas ações de coleta, processamento e saída. Por esse entendimento, os fluxos de informação somente são relevantes se reinventados e renovados sistematicamente, mantendo a vitalidade do sistema. No caso dos museus, existem diversas estratégias de avaliação da relevância da informação divulgada, também entendidas como estudos de público. Tais estudos, no âmbito da ciência da informação, servem para identificar as necessidades informacionais do público de forma a avaliar possíveis ruídos e assimetrias na comunicação.

Ruídos informacionais: Trata-se da interferência, física ou semântica, que incide no processo de comunicação entre um emissor e um receptor. Em termos museológicos, podemos entender o museu como o emissor e a sociedade como o receptor. Uma exposição sem recursos expositivos, com objetos descontextualizados, problemas de iluminação, monitoria equivocada e informações defasadas, podem se configurar como um ruído no sistema de comunicação. Nesta tese, os ruídos informacionais podem ser entendidos, também, como qualquer interferência no fluxo de informação, não necessariamente na comunicação entre museu e sociedade. A título de exemplificação, a localização geográfica do museu, em

determinado momento institucional, pode se configurar como um ruído que resvalará nos fluxos de produção, processamento e uso da informação.

Significação e Aquisição: Como aquisição, compreendemos toda e qualquer forma de incorporação de indicadores de memórias (bens arqueológicos) ao museu para fins de salvaguarda e comunicação. Vale atentar que a aquisição não pressupõe, necessariamente, o deslocamento de coleções para o interior da instituição, de modo que preferimos inserir o termo “significação” como sinônimo de aquisição. Como ocorre em casos de museus a céu aberto, por demais das vezes o patrimônio é circunscrito, ressignificado e salvaguardado no próprio local. Usando o MASJ como exemplo, os sambaquis da região de Joinville são delimitados e incorporados como acervo da instituição, embora o patrimônio seja preservado *in situ*. Esse procedimento também pode ser compreendido como uma forma de aquisição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA.VV.: **Criterios para la elaboración del Plan Museológico**. Madrid: Ministerio de Cultura, 2005

ALEXANDER, E. P.; ALEXANDER, M. **Museums in motion: an introduction to the history and functions of museums**. 2. ed. Lanham, UK: Altamira Press, 2008.

ALVES, Maria Cristina. O MASJ e a sua intervenção na relação entre a sociedade e o Patrimônio Arqueológico Pré-Colonial : balanço e perspectivas. In : Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1972/1997. Joinville, 1997. (Documento interno)

ALVES, M. Cristina; BANDEIRA, Dione Rocha. O MASJ e a preservação do patrimônio *in situ*. reflexões sobre as relações entre este museu e o IPHAN. **Revista de Arqueologia**. Florianópolis: 11ª. SR./SC, IPHAN, nº 2, 2005.

BANDEIRA, Dione Rocha. Uma História de Parceria - O Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville - MASJ e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. **Revista de Arqueologia do IPHAN**, Florianópolis, v. 1, p. 33-38, 2002.

BARRETO, Aldo de A. O tempo e o espaço da Ciência da Informação. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 17-24, jan./jun. 2002.

BINFORD, L.R. **Archaeology as Anthropology**. American Antiquity, vol. 28, n.2. 1962, pp.217-225

BRAGA, Gilda. Ciência da Informação: breve reflexões em três tempos. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 24, n. 1, 1995

BRASIL. **Diário Oficial da União de 15 de jun. de 1972**. Seção I, Parte I, Convênio, assinado em 4/5/1972, p. 5257, 1972.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira ; AFONSO, M. ; GUEDES, S. ; ALVES, C. . Um olhar museológico para arqueologia: a exposição - Pré-História Regional - de Joinville (Santa Catarina). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 1, p. 113-129, 1991.

BRUNO, M. C. O. (Coord.). **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010. v.1, partes 3 e 4 ; v. 1, partes 1 e 2

BRUNO, Maria Cristina O. Proposta para o Museu de Arqueologia de Xingó. São Paulo. Digitado. 1997. P.14.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Os necessários alicerces para o desenvolvimento dos processos museais: o Programa de Estudos Museológicos. In: **Simpósio Internacional - O Processo de Comunicação nos Museus de Arqueologia e Etnologia**, 1992, São Paulo. Ciências em Museus. Belém : Cnpq/Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992. v. 4. p. 45-49.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Musealização da Arqueologia**: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. São Paulo: FFLCH - USP, 1995.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. “Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória”. In: Milder, Saul Eduardo Seiguer (org.). **As Várias Faces do Patrimônio**. Santa Maria: Pallotti, 2006. p. 119-140.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus de Arqueologia: uma história de conquistadores, de abandono, de mudança. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n.6, 1996.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Formas de humanidade: concepções e desafios da museologia. In: **Museologia e Comunicação. Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa. ULHT, n. 9. 1996. p. 67 e 68.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Museu e Museologia: idéias e conceitos**. Abordagens para um balanço necessário. Workshop ICOFOM LAM 2008. Museologia como campo disciplinar: Análise da produção teórica do ICOFOM LAM (1992/2006) e de sua contribuição para o fortalecimento da Museologia como campo disciplinar.

Caderno de Diretrizes Museológicas I. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. 2ª Edição.

CARREÑO, Francisco Javier Zubiaur. **Curso de Museología**. Gijón: Ediciones Trea, 2004.

CARVALHO, Fernando Lis de. **A pré-história sergipana**. 1. ed. Aracaju: UFS, 2003. 159p.

CRUZ, Maria Tereza S. **O Museu vai à Escola, a Escola vai ao Museu: ação educativa do MAX**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe – Museu de Arqueologia de Xingó, 2004. 44p.

CURY, Marília Xavier. **Exposição - Concepção, Montagem e Avaliação**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2006. v. 1. 162 p.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação e pesquisa de recepção - uma perspectiva teórico-metodológica para os museus**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, FIOCRUZ:COC, n. 3, p. 365-380, 2005.

DAVIES, Stuart. **Plano Diretor**. São Paulo: Edusp; Fundação VITAE, 2001. - (Série Museologia, Roteiros Práticos, 1)

DE BLASIS, Paulo. **De Contexto a Contexto**. Ciência e Museus, Belém, v. 4, p. 65-65, 1992.

DINIZ, José Alexandre F. **Uma nova realidade museal em Sergipe: o Museu de Arqueologia de Xingó**. Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão, v.1, p.63-72, mar/jun. 2005.

DUARTE CÂNDIDO, Manuelina. **Gestão de Museus e o Desafio do Método na Diversidade: diagnóstico museológico e planejamento**. 2011. 295f. Tese (Doutorado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Universidade Lusófona, PT, 2011.

EDSON, Gary e DEAN, David, **The handbook for museums**, London, Routledge, 1996.

FERNANDEZ, L.A. – Memória, Interpretation y Relato. Pasado y evolución del museo. IN: **Museologia y Museografía**, Madrid: Ediciones del Serbal, 2006.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **Transposição de identidades: o patrimônio Arqueológico do Baixo São Francisco**, IN: FUNARI, Pedro Paulo Abreu & FERREIRA, L. M. (orgs.), Cultura Material Histórica e Patrimônio. Coleção Primeira Versão, Gráfica IFCH, Campinas, 2003.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. In: **Caderno de ensaios, nº2 Estudos de museologia**. Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994, p. 64-73.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Ed.Contexto, 2003.

_____. Arqueologia e Patrimônio. Erechim: Habilis, 2007, 168 p.

GAMBLE, Clive. **Archaeology: the basics**. London, Routledge, 2004.

GENOWAYS, Hugh e IRELAND, Lynne M., Museum Administration, an Introduction. Altamira Press, 2003.

GILBERTONI CARNEIRO, Carla. **Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia**. 2009. 362f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, SP, 2009.

GIRAUDY Danièle & BOUILHET, Henry. **O Museu e a vida**. Tradução Jeanne France Filiatre Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-memória; Porto Alegre: Instituto estadual do Livro – RS; Belo Horizonte: UFMG, 1990.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. **O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios**. Ciência da Informação. Brasília, v.19, n.2, p.117-122, jul./dez. 1990.

HAMÚ DE LA PENHA, Denise. O Papel dos Museus Antropológicos no Brasil. In: **Caderno de ensaios, nº2 Estudos de museologia**. Rio de Janeiro, Minc/Iphan, 1994, p. 29-40.

HERNÁNDEZ, Francisca – **El museo como espacio de comunicacion**. Gijón: Ediciones Trea, 1998.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismos desde 1780**. SP : Paz e Terra, 1991

HODDER, Ian (Ed.). **Archaeological Theory Today**. Cambridge: Polity Press, 2009.

HODDER, Ian e HUTSON, Scott. **Reading the past: Current Approaches to Interpretation in Archaeology**. Cambridge University Press, Cambridge 2003.

HORTA, Maria de Lurdes Parreiras. **Museologia nos países em desenvolvimento: ajuda ou manipulação**. Cadernos Museológicos, Rio de Janeiro, n.2, p.18-25, 1989.

ICOM. Código de ética para Museus (Icom), 2004. Disponível em: <http://www.icom.org.br/C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica%20Lus%C3%B3fono%20ii%202009.pdf> . Acesso em 9 de janeiro. 2012

JOINVILLE. **Lei Orgânica Municipal de 2 de abril 1990**. Art. 163. Dispõe sobre a preservação dos sítios arqueológicos do município. Disponível em: <http://leismunicipais.com.br/leismunicipais/lei-organica/joinville-sc/4620.html&prefeitura=1> Acesso em: 15 de fevereiro. 2011.

JOINVILLE. **Lei Municipal de 22 de dezembro de 1969**. Dispõe sobre a criação do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Disponível em: <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl>. Acesso em: 15 de setembro. 2010.

JOINVILLE. **Lei Municipal de 23 de abril de 1982**. Dispõe sobre a criação da Fundação Cultural de Joinville. Disponível em: http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/form_vig.pl Acesso em: 15 de novembro. 2011.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a História do Museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas I**. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. 2º Edição

LIMA, Tania Andrade. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. IN: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro. IPHAN. n. 33, 2007, p. 05-21.

LATOUR Bruno e WOOLGAR, Steve. **Vida de laboratório: a produção dos fatos científicos**. Rio de Janeiro : Relume Dumara, 1997.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. São Paulo : Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo : Unesp, 2000.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Tradução de Maria Yeda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 119 p.

LIMA, Tania Andrade; RABELLO, Angela M. C. Coleções arqueológicas em perigo: o caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro. IPHAN. n. 33, 2007, p. 245-274.

LOPES, Maria Margaret. **As Ciências Naturais e os museus no Brasil no século XIX**. Orientadora: Profa. Dr. Maria Amélia Mascarenhas Dantes, 1993, 361 p. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. **Museus de arte no ciberespaço: uma abordagem conceitual**. 2003. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - IBICT, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação; Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. Bárbaros, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil. In: Chagas, M., (org) **Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 31. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005. P.184-205.

MASJ. Entrevistas realizadas entre 21 e 27 de junho de 2010 e 27 de agosto a 1 de setembro de 2012. Entrevistador: Diego Lemos Ribeiro. (MPEG-1/2 Audio Layer 3) (50 min cada entrevista), estéreo. Entrevista concedida ao Projeto A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville.

MASON, Thimoty. **Gestão Museológica**: Desafios e Práticas. São Paulo: Edusp; British Council; Fundação VITAE, 2004. (Série Museologia, Roteiros Práticos, 7)

MAX. Entrevistas realizadas entre 12 e 18 de dezembro de 2009 e 17 a 22 de setembro de 2012. Entrevistador: Diego Lemos Ribeiro. (MPEG-1/2 Audio Layer 3) (50 min cada entrevista), estéreo. Entrevista concedida ao Projeto A Musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville.

MENSCH, P. – **O objeto de Estudo da Museologia**: Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas/Escola de Museologia/Museu Universitário Gama Filho, 1994.

MINAYO, Maria Cecília S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis : Vozes, 1994.

MIRANDA, Rose Moreira de. **Informação e sites de museus de arte brasileiros: Representação no ciberespaço**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IBICT, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação; Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MORAES WICHES, Camila. **Museus e Antropofagia do Patrimônio Arqueológico: (des)caminhos da prática brasileira**. 2010. 458 f. Tese (Doutorado em Museologia) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Universidade Lusófona, PT, 2010.

MORAES WICHES, Camila. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas**. 2011. 349 f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, SP. 2011.

MOSER, S. **Archaeological representations: the virtual conventions for constructing knowledge about the past**. I. Hodder (ed.) *Archeological Theory Today*. Cambridge, Polity, 2001.

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. MASJ. **Relatório 1972/1997**. Joinville, 1997. (Documento interno)

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. MASJ. **Plano Diretor**. Joinville, 2007. (Documento interno).

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. MASJ. **Regimento Interno**. Joinville, 1996. (Documento interno).

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. MASJ. **Regimento Interno**. Joinville, 2008. (Documento interno).

MUSEU ARQUEOLÓGICO DE SAMBAQUI DE JOINVILLE. MASJ. **Projeto de Exposição Temporária “Acervos do Museu Sambaqui: coisas a olhar”**. Joinville, 20011. (Documento interno).

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ. MAX. **Plano de Consolidação e Desenvolvimento (2000/2005)**, Aracaju, [2000?]. (Documento Interno)

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ. MAX. **Plano Quinquenal de Desenvolvimento Estratégico do Museu de Arqueologia de Xingó (2005/2010)**, Aracaju, 2005. (Documento Interno).

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ. MAX. **Projeto Complementar ao Plano de Consolidação e Desenvolvimento (2001/2005)**, Aracaju, 2005. (Documento Interno).

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ. MAX. **Retratos de um patrocínio: o Museu de Arqueologia de Xingó em cinco anos, 2001-2005**. Aracaju, 2006. (Documento Interno)

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ. MAX. Relatório Institucional – vigência de 2010. Aracaju, 2011. (Documento Interno)

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ. MAX. **Regimento Interno**. Aracaju, 2000. (Documento Interno)

MUSEU DE ARQUEOLOGIA DE XINGÓ. MAX. **Regimento Interno**. Aracaju, 2006. (Documento Interno)

MUSEUMS & GALLERIES COMMISSION [MGC]. **Museologia. Roteiros Práticos, 3. Educação em Museus**. São Paulo: Edusp; British Council; Fundação VITAE, 2001.

NETO, Antônio Simão. **Nova História, novo museu?**. In: História: questões e debates. Curitiba: Universidade Estadual do Paraná, Dez. 1988.

NUNES, Verônica M. M. Museu de Arqueologia de Xingó: nota sobre o discurso expositivo. Revista Canindé. Museu de Arqueologia de Xingó; ano 1, vol 1. p. 215-218. 2001.

POSSAS, Helga C. Gonçalves. **Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural**. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte: Argumentum, 2005. p. 151-162.

PREUCEL R. W. & HODDER Ian. **Contemporary Archaeology in Theory: A Reader**. 1996, Blackwell, London.

PROUS, André. **Arqueologia, Pré-História e História**. In: Maria Cristina Tenório. (Org.). Arqueologia da Terra Brasilis. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000, p. 19-34.

RENFREW, C. & BAHN, P. **Archaeology: Theories, Methods and Practice**, Thames & Hudson, Londres, 4ª Ed., 2004.

RIBEIRO. Berta G. **Coleções Museológicas: do estudo à exposição**. In: Ciências em Museus, v.4, Belém: Museu Emílio Goeldi, 1992.

RÚSSIO, Waldisa. Texto III – Cultura, Patrimônio e Preservação. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984. P.59-78.

SCHWARCZ, L. K. M.. **A "era dos museus de etnografia" no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX**. In: Betânia Gonçalves Figueiredo; Diana Gonçalves Vidal. (Org.). Museus. Dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna. 1 ed. Belo Horizonte: Argumentum, Scientia UFMG, 2005, v. 1, p. 113-136.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um Espaço para a Ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

SWAIN, Hedley. **An Introduction to Museum Archaeology**, Cambridge University Press, 2007.

SERRA, Filipe Mascarenhas. **Práticas de gestão nos museus portugueses**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa Editora, 2007. 208 p. ISBN 978-972-54-0171-2

SILVA, Catarina e LIMA, Francisca. A preservação dos registros documentais de arqueologia. IN: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro. IPHAN. n. 33, 2007.

SOUZA, Flávia C. A. de. **A preservação do patrimônio arqueológico em Joinville/SC: desamontoando conchas e evidenciando memórias**. 119 p. Dissertação (Mestrado)-Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2007.

SHANKS, Michael e TILLEY, Christopher. **Re-constructing archaeology: theory and practice**. 2ª edição. London-New York: Routledge, 1992,

TRÉPANIÉ, P. Nopeen. L'objet de muse: de l'objet témoin à l'objet dialogue. IN: **forces**. Quebec, 1990.

TAMANINI, Elizabete. **O MASJ e o complexo processo de institucionalização do patrimônio arqueológico: balanços e perspectivas**. Conferência apresentada no IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro, 1997. In : Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Relatório 1972/1997. Joinville, 1997. (Documento interno).

TAMANINI, Elizabete. **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: um olhar necessário**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Campinas: UNICAMP, 1994.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. Trad. José Trindade Serra. São Paulo, Odysseus. 2004.

WERSIG, G.; NEVELING, U. **The phenomena of interest to Information Science**. The Information Scientist. v. 9, n. 4, p.127-140, December, 1975.

VERGNE, M. C. S. **Cemitérios do Justino: estudo sobre ritualidade funerária**. 01. ed. Aracaju: MAX/UFS, v. 01. p. 209. 2005.